

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Da enxada à colher de pedreiro: trajetórias de vulnerabilidade
social na construção civil

Fernanda Flávia Cockell

São Carlos
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Da enxada à colher de pedreiro: trajetórias de vulnerabilidade
social na construção civil

Fernanda Flávia Cockell

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Gomes Bento
Co-orientador: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

São Carlos
2008

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

C666ec

Cockell, Fernanda Flávia.

Da enxada à colher de pedreiro : trajetórias de vulnerabilidade social na construção civil / Fernanda Flávia Cockell. -- São Carlos : UFSCar, 2008.
206 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2008.

1. Estrutura social. 2. Redes sociais. 3. Vulnerabilidade social. 4. Construção civil. 5. São Carlos – metalúrgicos.
I. Título.

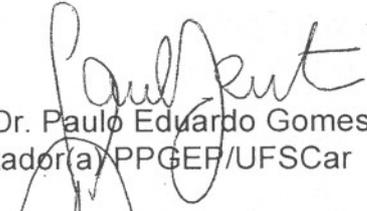
CDD: 303.3 (20^a)

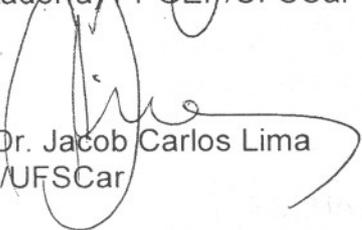


FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno(a): Fernanda Flávia Cockell _____

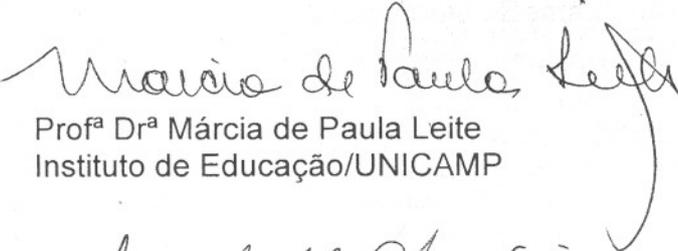
TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA E APROVADA EM 20/06/2008 PELA
COMISSÃO JULGADORA:


Prof. Dr. Paulo Eduardo Gomes Bento
Orientador(a) PPGEP/UFSCar

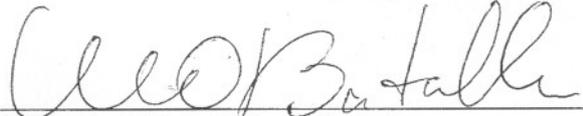

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
DCSo/UFSCar


Profª Drª Alessandra Rachid
PPGEP/UFSCar


Profª Drª Sheyla Mara Baptista Serra
DECiv/UFSCar


Profª Drª Márcia de Paula Leite
Instituto de Educação/UNICAMP


Profª Drª Ângela Maria Carneiro Araújo
Dep. Ciências Políticas/UNICAMP


Prof. Dr. Mário Otávio Batalha
Coordenador do PPGEP

Dedico este trabalho à todos aqueles que fizeram e fazem parte da minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos três anos de doutorado fui frequentemente questionada sobre os motivos de uma Fisioterapeuta ter como objeto de estudo trajetórias ocupacionais e redes sociais informais. Hoje, posso afirmar que é difícil romper com o paradigma biomédico (saúde como ausência de doença) até hoje hegemônico e vigente na sociedade e no meio acadêmico. Todos aqueles que me questionaram provavelmente vislumbram a atuação de um Fisioterapeuta apenas restrita ao tratamento e reabilitação ou no máximo voltada para ações ergonômicas, que ainda tendem a ser práticas paliativas e constantemente são apropriadas pelo capital. Pensar em promoção da saúde do trabalhador e prevenção significa ir além do paradigma biomédico. É preciso que os Fisioterapeutas consigam apreender as determinações sociais, econômicas e ambientais dos problemas de saúde. Devemos ir além das clínicas e dos hospitais, até mesmo além da fábrica. Ao voltar o nosso olhar para a comunidade, passamos a analisar e a entender as múltiplas variáveis em interação na determinação da saúde dos trabalhadores podendo, portanto, sermos capazes de promover e prevenir tais problemas. Enquanto os ambientes físicos e sociais forem nocivos aos trabalhadores será “inútil em termos sociais, a não ser paliativo, qualquer atuação profissional que não remova os determinantes do problema” (REBELATTO; BATOMÉ 1999). Em minha opinião, o Fisioterapeuta não deve apenas compensar parte dos danos causados pelo trabalho ou atenuar o sofrimento e as seqüelas do trabalho. É também nossa responsabilidade conhecer a realidade para transformá-la, reconhecendo a diversidade e as desigualdades locais, sendo co-produtor da saúde dos sujeitos e da comunidade. Possivelmente, teria sido mais confortável ou mesmo mais fácil ter me acomodado com as mutilações ocasionadas pelo trabalho, como algo inevitável ou mera oferta de trabalho, oportuna e rentável, por sinal!

Hoje, ao final desta etapa, vejo todos os questionamentos e inquietudes como um importante e fundamental processo de aprendizado. Dedico meus sinceros agradecimentos à todos que me fizeram crescer e amadurecer.

Em particular gostaria de agradecer várias pessoas que são parte desta história. Primeiro aos trabalhadores que dividiram comigo suas histórias, medos e planos. A riqueza dos relatos me permitiu entremear as narrativas e aos poucos ir criando esta Tese.

À minha família por tudo! Ao meu pai, Guigui, por acreditar no meu sonho e torná-lo possível. À minha mãe por me dar colo e me deixar ser simplesmente sua Tiquinha, NEOQEAV! Vocês me ensinaram a ser forte e jamais desistir! À minha irmã, Çaçã, por todo apoio recebido, pelas orações, por cuidar de todos com muito carinho – Pierces e Mindola – e por permitir que eu participasse de cada acontecimento através das fotos ou telefonemas. Ao Phillip e sua família por trazer alegria, companhia e amor para a vida da Çaçã. À vovó Mindola pela alegria de viver e ao pessoal do Valério por cuidar dela por mim. À Tia Geninha pelas cartas constantes que me fazem sentir menos só e a Tia Marilisa pelos telefonemas de incentivo. Vocês são e sempre serão meu porto seguro para onde quer que eu vá! Amo vocês!

Ao Dani, todo o meu amor! Você é meu companheiro. Cada etapa do doutorado foi percorrida ao seu lado. Obrigado por dizer, algumas vezes, o que eu realmente precisava ouvir, em vez do que eu queria que você dissesse, e por ter me incentivado a ponderar sempre. Ao seu lado aprendi que vale a pena ser feliz e lutar sempre para vencer os obstáculos. Ao final desta jornada começaremos uma nova história e desejo do fundo do meu coração que este realmente seja o nosso destino: “amar, viver e começarmos cada dia juntos”. Assim seja!

À minha terapeuta Clara por me ouvir, me ajudar, me ensinar a lidar com as diferenças e me mostrar que podemos ser pessoas melhores. Basta começarmos!

Aos meus amigos de longa data (Bruna, Luciana, Fabrícia, Tatiana, Lex e Gisela), aos que conheci em São Carlos e foram morar longe (Denise, Érico, José Luís, Claudinha e Jeovan), aos que continuaram na cidade (Angela Carneiro e Sabrina) e aos amigos do Daniel que posso dizer que hoje são meus amigos também. À vocês meu sincero obrigado! À Bubi's e a Tia Rosa obrigada por me ajudarem em todos os momentos e por estarem presentes na minha vida nos momentos alegres e difíceis. Bubi's agradeço sua compreensão, seu ombro amigo e sua amizade incondicional; ao Sandro e ao Juliano por serem os irmãos que nunca tive! Obrigada Sandro por me escutar, por permitir que eu pudesse dividir com mais alguém cada angústia e por me mostrar que precisamos sempre ter esperança; Obrigada Ju pelo maravilhoso tempo em que moramos juntos, pelas longas conversas e por ser um "amigo e tanto para nós". Que você seja muito feliz nesta nova etapa junto com a Érica, vocês merecem!; À Denise por acreditar em mim, me entender e se abrir comigo. Vivemos muitos acontecimentos durante o mestrado que marcaram nossas vidas para sempre e que fortaleceram a nossa amizade; À Lu Sofia por todo carinho; Ao Gaúcho pelas caminhadas, passeios e por ser uma companhia constantemente agradável, que você e a Mariza sejam felizes em Manaus. Ao Marcelo e a Silviane pelas palavras sempre afetuosas; À Ana pelo carinho que tem comigo, pelas noites alegres lá em casa e pela amizade sincera que foi sendo construída ao longo do doutorado e a sua família pelas orações; À Daniela por sua presença e conversas sempre agradáveis. À Tina pelo incentivo e por mostrar que devemos acreditar na vida acadêmica; À família do Dani por me acolher com carinho em Ribeirão e a Regiane, Rafael, Rafaela, Fábio e Keilly por suas visitas a São Carlos!

Ao Professor Paulo Bento por aceitar o desafio para navegar em terras desconhecidas e por permitir que eu pudesse ousar e pesquisar aquilo que realmente me instigava.

Ao Professor Jacob Carlos Lima meu agradecimento de uma forma bem mineirinha! "Deus lhe pague e lhe dê em dobro" pelas contribuições para minha Tese e, principalmente, para minha vida profissional. Por fazer com que eu acreditasse em mim e por sempre me incentivar! Mas, principalmente, por me "adotar" de braços abertos no seu grupo de pesquisa "Trabalho e Mobilidade Social". Agradeço a oportunidade de poder compartilhar com outros colegas as ansiedades e inquietudes comuns durante o processo de pesquisa. A cada colega do grupo – Aline, Ana, Daniela, Raquel, Karina, Daniel, Jovenal, Áttila, Nico, Fernando, Gustavo, Benjamim – muito obrigada pelas dicas, pela paciência de me escutar e por dividirem comigo o desenvolvimento de suas pesquisas. O caminho foi mais fácil junto a vocês!

À Professora Alessandra Rachid por suas palavras de incentivo, sua análise minuciosa, por sua presença nas minhas defesas e importantes contribuições. Por ser sempre meu elo entre as exatas e as humanas.

Às Professoras Márcia Leite, Angela Araújo e Isabel Georges pela ajuda no desenvolvimento da pesquisa e por todos os toques que recebi durante as reuniões ocorridas no grupo "A crise do trabalho e as novas formas de geração de emprego e renda".

À Professora Sheyla Serra por aceitar prontamente o convite para participar da banca.

Aos membros da banca pela riqueza das contribuições e pela leitura detalhada.

Ao Professor Elísio Estanque da Universidade de Coimbra por sua disponibilidade para me ajudar com a documentação do doutorado sanduíche e por sua compreensão com o cancelamento da minha viagem por motivos que foram além do meu desejo pessoal.

As secretárias Ana da Sociologia e Raquel da Engenharia de Produção por serem mensageiras das "boas novas" e estarem prontamente dispostas a me ajudarem!

À Capes pelos 3 anos de bolsa de doutorado. Pena que o meu departamento não permite 4 anos de bolsa! Fazer o quê? – Defender antes e abrir mão da oportunidade de ir para Portugal! Quem sabe um dia isso mude! Talvez quando conhecerem de perto a realidade dos alunos.

Por último, a cidade de São Carlos. Obrigada Sanca! Valeu! Saudades! Até em breve!

*“Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão*

[...]

*Aquele que sabe que é negro o coro da gente
E segura a batida da vida o ano inteiro
Aquele que sabe o sufoco de um jogo tão duro
E apesar dos pesares ainda se orgulha de ser brasileiro
(Gonzaguinha)*

COCKELL, Fernanda Flávia. Da enxada à colher de pedreiro: trajetórias de vulnerabilidade social na construção civil. 206f. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2008.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo estudar as trajetórias ocupacionais de trabalhadores instáveis da construção de edificações frente à vulnerabilidade social. Procuramos analisar as estratégias utilizadas e/ou planejadas por estes operários diante da precariedade dos contratos de trabalho e diante da ausência ou dificuldade de acesso à proteção social exercida pelo Estado. Investigamos como lidam com acasos naturais ou sociais da existência como a procura por trabalho, o desemprego, a instabilidade de renda, o envelhecimento ou afastamento por doenças ou acidentes ocupacionais e o recurso às redes sociais informais na resolução dessas questões. Buscamos analisar ainda a percepção dos trabalhadores sobre como este contexto afeta suas condições de trabalho, sua saúde, bem como sua reprodução social. Foram entrevistados vinte operários da construção de edificações da cidade de São Carlos-SP, Brasil, com mais de vinte cinco anos e no mínimo cinco anos de trabalho no setor. A escolha deste setor é justificada pelo alto índice de instabilidade, grande contingente de trabalhadores informais, terceirizados e subcontratados, alta rotatividade, nocividade das condições de trabalho e precariedade dos contratos de trabalho. As análises realizadas apontam que a construção de edificações, além de ser historicamente uma oportunidade de trabalho para jovens migrantes de origem rural, recém-desempregados e para indivíduos sem experiência de trabalho, torna-se uma opção (ou falta de) de trabalho para aposentados e operários fabris demitidos com a reestruturação produtiva. Parte dos entrevistados, que ao longo de suas trajetórias ocupacionais usufruíram direitos trabalhistas e previdenciários, passa a vivenciar, na construção de edificações, a precarização econômica e social resultante da perda de direitos, como no caso dos ex-metalúrgicos. Constatamos que as redes sociais informais são fundamentais no enfrentamento da vulnerabilidade profissional, da inconstância de serviços, nos períodos de afastamento, enfim, na sobrevivência cotidiana. Prevalece o apoio da família nuclear e das redes formadas na consangüinidade, na identificação comunal e na identificação religiosa. O Estado encontra-se cada vez menos presente e as instituições públicas não-estatais, como o sindicato, não fazem parte da rede destes trabalhadores. Os trabalhadores não dispõem de condições financeiras para adquirir formas privadas de proteção e diante da instabilidade da vida sobrevivem com dupla jornada de trabalho, bicos, busca de aquisição de bens rentáveis e, em alguns casos, a continuidade do trabalho após a aposentadoria. A vulnerabilidade presente em toda a trajetória, faz com que a percepção de sua condição misture impotência, revolta e resignação.

Palavras-chave: trajetórias ocupacionais, redes sociais, contrato de trabalho, vulnerabilidade social, edificações, metalúrgicos.

COCKELL, Fernanda Flávia. From hoe to trowel: occupational trajectories of social unstable works in civil construction. 206p. 2008. Thesis (Doctor degree in Production Engineer), Federal University of São Carlos (UFSCar), 2008.

ABSTRACT

The research has as objective to study the occupational trajectories of unstable workers of construction industry that face a permanent social vulnerability. We tried to analyze the type of strategies and social networks used by these unstable workers, through the insecurity of employment contracts and the absence of social State protection or in front of some difficult to obtain formal protection. We examine how they deal with the social and natural events like employee job search, unemployment, unstable income, ageing and absence from work caused by work-related accidents and illness and how they appealed to informal social networks to solve these specific situations. We also analyze the workers' perceptions of how this circumstance affects their working conditions, their health and their social reproduction. For this, we interviewed twenty civil building laborers of São Carlos-SP, Brazil, with at least twenty-five years old and five years working as a buildings laborer. We choice this sector because of its high instability, large informal contingent, outsourcing and subcontracted workers, high turnover, harmful working conditions and insecurity of employment contracts. The qualitative analysis shows that construction industry, that have been historically an employment choice for young rural migrants, newly unemployed person and workers without experience, becomes a job opportunity (or the last choice) for retirements and specialized labor force, dismissed of heavy industry during the process of productive restructuring. Some of them, who already had experimented labor and social security laws, starts to work in a social and economic precarious situation after set to work in construction industry, such as metal workers. We identified that informal social networks are crucial for professional vulnerability, job inconstancy and absence from work, at long last, in the daily survival. The most important social networks are the nuclear family, blood ties, communal identity and religious identification. The state is increasingly less present and the non-state public institutions, such as the union, are not part of these work's networks. The workers don't have financial conditions to acquire private forms of protection and in front of the life instability, they build strategies such as double day of work, pin money, purchasing goods profitable, and, in some cases, they need to continue working after retirement. The vulnerability present along all trajectories, make workers notes their condition with powerlessness, revolt and resignation.

Keywords: professional paths, social networks, employment contract, social vulnerability, building industry, metal workers

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELA 2.1 – Participação setorial no PIB (Brasil: 1998 a 2004).....	31
FIGURA 2.1 – Evolução do Emprego Formal na Indústria da Construção Civil (Brasil: 1997 a 2006) – Total/construção/ano.	48
TABELA 2.2 – Participação da construção civil no mercado informal (BRASIL/PNAD/2002).....	49
TABELA 2.3 – Acidentes do trabalho registrados dos contribuintes da Previdência Social por grupo de atividade econômica –Brasil, 2003.....	53
TABELA 2.4 – Acidentes do trabalho registrados na construção civil, Brasil, 1999 a 2006.	54
TABELA 2.5 – Acidentes do trabalho (AT) na construção civil por subgrupo CNAE/ Brasil, 2003.....	54
TABELA 2.6 – Indicadores de Acidentes do trabalho na construção, São Paulo, 2006.....	55
TABELA 2.7 – Acidentes do trabalho registrados por motivo de acordo com o CNAE, município de São Carlos e estado de São Paulo, 2002 a 2006.	56
TABELA 3.1 – Escolaridade dos trabalhadores entrevistados	61
TABELA 3.2 – Evolução do Emprego Formal segundo faixas de escolaridade na Indústria da Construção Civil no Brasil (1997 a 2006) – Total/ano.....	61
FIGURA 3.1 – Evolução das faixas de escolaridade na Indústria da Construção Civil no Brasil. RAIS 1997 a 2006, total/ano.	62
TABELA 3.3 – Escolaridade dos trabalhadores formais da Construção Civil de São Carlos-SP, segundo análise setorial e ocupacional (RAIS/2006), total do emprego.	63
TABELA 3.4 – Escolaridade dos trabalhadores entrevistados em relação à ocupação atual e o tipo de contrato na construção de edificações.	64
TABELA 3.5– Evolução do Emprego Formal segundo faixa etária na Indústria da Construção Civil no Brasil – em (%).	73
TABELA 3.6– Rendimento médio dos trabalhadores formais da Construção Civil de São Carlos-SP, segundo análise ocupacional RAIS 2006, total do emprego.	98
TABELA 3.7 – Forma de pagamento de acordo com a ocupação dos entrevistados.....	99
TABELA 3.8 – Número de entrevistados contratados em relação ao tipo de contratante.	102

LISTA DE ABREVIATURAS

AT – Acidente do Trabalho.	INST – Instituto Nacional de Saúde no Trabalho.
AEAT – Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho.	ISS – Imposto Sobre Serviços.
BNH – Banco Nacional de Habitação.	NR – Norma Regulamentadora.
BPC – Benefício de Prestação Continuada.	IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados.
CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho.	IPL – Indústrias Pereira Lopes
CID – Classificação Internacional de Doença.	MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria Comércio e Exterior.
CLT – Consolidação das Leis de Trabalho.	MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social.
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas.	MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações.	NBR – Norma Brasileira Registrada.
CBT – Companhia Brasileira de Tratores.	ONG – Organização Não Governamental.
CNAE – Classificação Nacional de Atividades.	PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.	PAIR – Perda Auditiva Induzida pelo Ruído.
CNST – Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador.	PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
COHAB – Cooperativas Habitacionais.	PIB – Produto Interno Brasileiro.
CREA – Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia.	PIS – Programa de Integração Social.
CUT – Central Única dos Trabalhadores.	PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios.
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio- Econômicos.	RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais.
DRT – Delegacia Regional do Trabalho.	PVC – Cloreto de Polivinila.
EPC – Equipamentos de Proteção Coletiva.	PVV – Pesquisa sobre Padrões de Vida.
EPI – Equipamentos de Proteção Individual.	SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados.
FAP – Fator Acidentário Previdenciário.	SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.	SESI – Serviço Social da Indústria.
FCVS – Fundo de Compensação das Variações Salariais.	SICOM – Sociedade Intercontinental de Compressores.
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.	SFIT – Sistema Federal de Inspeção do Trabalho.
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho.	SFH – Sistema Financeiro da Habitação.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.	SINDUSCON– Sindicatos da Indústria da Construção Civil.
ICC – Indústria da Construção Civil.	SUS – Sistema Único de Saúde.
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.	TAM – Táxi Aéreo Marília.
IDE – Investimento Direto Estrangeiro.	TIB – Tecnologia Industrial Básica.
INCOOP – Instituto com Organização Cooperativa.	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.	USP – Universidade de São Paulo.
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.	

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 <i>Objetivos</i>	17
1.2 <i>Aspectos metodológicos</i>	18
1.2.1 Do projeto de pesquisa ao trabalho de campo	19
1.2.2 O acesso ao campo - Como chegar até os canteiros de obra?	21
1.2.3 O pré-teste - entrevistas piloto e modificações realizadas	23
1.2.4 Os momentos de recusa.....	25
1.2.5 O trabalho de campo e análise das entrevistas	26
1.3 <i>Apresentação da Tese</i>	27
2 O TRABALHO INSTÁVEL E PRECÁRIO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	29
2.1 <i>O subsetor Edificações: caracterização e processo produtivo</i>	30
2.2 <i>Estratégias organizacionais utilizadas pelas construtoras</i>	37
2.3 <i>Inovações tecnológicas e o processo de subcontratação</i>	39
2.4 <i>O emprego informal no setor</i>	47
2.5 <i>Acidentes e doenças do trabalho na construção civil</i>	52
3 TRAJETÓRIAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL	60
3.1 <i>Perfil dos entrevistados</i>	60
3.2 <i>Os caminhos percorridos até a construção civil</i>	68
3.2.1 O trabalho na zona rural: o início da trajetória profissional	68
3.2.2 Tijolo após tijolo: o começo na construção civil	71
3.2.3 A trajetória profissional: do campo até a construção	76
3.2.4 Vários caminhos até à construção	81
3.2.5 Do torno à pá de pedreiro: o caso dos ex-metalúrgicos e o trabalho na construção civil	85
3.3 <i>A vulnerabilidade dos contratos de trabalho</i>	92
3.4 <i>Instabilidade de renda: o papel do “bico”</i>	97
3.4.1 A dupla jornada de trabalho dos irmãos metalúrgicos: o ofício de pedreiro e o desejo por estabilidade	106
3.4.2 Aposentadorias reduzidas: renda extra obtida na construção civil	110
3.5 <i>“Trabalhando na corda bamba”:</i> a nocividade das condições de trabalho	112
4 AS REDES INFORMAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL	124
4.1 <i>Os estudos sobre redes sociais</i>	124
4.2 <i>A procura por emprego: a centralidade das redes informais</i>	131
4.2.1 Redes de contato: trabalhadores por conta própria e a busca por serviços	137
4.2.2 As redes de relações para os migrantes	141
4.3 <i>O desemprego: o apoio social e as estratégias adotadas</i>	144

4.4 <i>As redes de apoio nas doenças</i>	153
5 E SE A FORÇA FÍSICA DIMINUIR? DOENÇA, ENVELHECIMENTO E AS PERSPECTIVAS DE FUTURO	160
5.1 <i>Formas privadas de proteção: um sonho distante ou uma nova tendência?</i>	166
5.2 <i>As representações dos trabalhadores: instabilidade e a percepção de insegurança</i>	169
6 CONCLUSÕES	178
7 REFERÊNCIAS	182
ANEXO A – CNAE: CONSTRUÇÃO CIVIL	195
ANEXO B – CÓDIGO BRASILEIRO DE OCUPAÇÃO (CBO)	196
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	197
APÊNDICE B – O TRABALHO DE CAMPO	200
APÊNDICE C – PERFIL DOS ENTREVISTADOS	203
APÊNDICE D – DESCRIÇÃO DOS ACIDENTES OCORRIDOS	204
APÊNDICE E – DESCRIÇÃO DAS DOENÇAS *	206

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, as economias industrializadas têm enfrentado um amplo conjunto de modificações associadas ao processo de modernização e reestruturação produtiva, que ocorre em escala global e que, no Brasil, ganha maior amplitude durante a década de 90. Tal processo é caracterizado por uma onda de difusão de inovações tecnológicas e organizacionais, marcadas pela redução gradual do emprego assalariado e aumento do trabalho informal¹.

O emprego assalariado, de longa duração e em tempo integral deixou de ser a forma dominante de relação contratual, cedendo lugar ao trabalho temporário, parcial, executado de forma autônoma ou por projeto, terceirizado ou subcontratado, marcado pela baixa qualidade, informalização e privação de direitos trabalhistas e previdenciários (CACCIAMALI *et al.*, 1998).

O crescimento do trabalho informal posiciona uma grande parte dos trabalhadores brasileiros à margem de qualquer proteção social-trabalhista. Para Mattoso (1999), a ruptura do vínculo empregatício formal representa, na prática, o aumento do caráter precário das condições de trabalho marcado pela intensificação do ritmo de trabalho, aumento do trabalho por tempo determinado, ausência de renda fixa, contratos por tempo parcial, os tradicionais 'bicos' e pela ausência de contribuição à Previdência Social.

Os dados mais recentes do Ministério da Previdência e Assistência Social mostram que, em 2006, o percentual de trabalhadores brasileiros ocupados que contribuem com a Previdência Social era de 48,8% (IBGE/PNAD, 2006). Assim, para cerca de 51,2% dos trabalhadores, a ausência dos direitos previdenciários e trabalhistas e a não inserção no mercado formal corroboram com a intensificação da vulnerabilidade social², uma vez que a condição de cidadania encontra-se igualmente atrelada à legitimação do trabalho e à inserção no Sistema de Seguridade Social³ (COLLETI *et al.*, 2002; CACCIAMALI; BRITO, 2002).

¹ Consideraremos trabalho informal toda a relação de trabalho construída à margem das legislações vigentes.

² Entendemos nesta pesquisa por vulnerabilidade social a combinação de fatores que possam produzir resultados negativos, em consequência da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos (capital financeiro, capital humano, experiência de trabalho, nível educacional, a composição e os recursos familiares, o capital humano, a experiência de trabalho, as redes sociais informais e o capital físico) dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade (FILGUEIRAS, 2001).

³ O conceito de Seguridade Social engloba seguros, assistência médica e auxílios assistenciais, não sendo, no caso brasileiro, restrita somente a Previdência Social (BOSCHETTI, 2003).

Desde a Constituição Brasileira de 1988 foi institucionalizada a atual seguridade social estendendo o acesso aos serviços de saúde a todos os cidadãos, independente da contribuição para o sistema de Previdência Social, possibilitando ao universo de trabalhadores informais a proteção dos serviços de saúde pública e coletiva. Entretanto, a universalidade de cobertura não denota igualdade de direitos, visto que, para os trabalhadores formais, a perda do emprego é minimizada pelo aviso prévio, o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e o seguro desemprego, caso oposto ao que ocorre com o trabalho informal que, como explica Néri (2001), se caracteriza pela inexistência de qualquer seguro informalidade. A vulnerabilidade social é, segundo Tosta (2007, p.3), “a marca que distingue os trabalhadores informais”, pois não são reconhecidos e não se encontram protegidos legalmente.

Para os informais, o desemprego é mais um agravante, pois na ausência dessas indenizações e na dificuldade de encontrar um novo emprego, muitos se sujeitam a atividades precárias ou mesmo ilegais. Acrescenta-se a essa situação, o fato de o trabalhador informal também não contar com nenhuma garantia de renda no caso de acidente ou doença⁴, assim sua família tampouco é amparada em caso de sua morte; em alguns casos, o trabalhador nem mesmo dispõe da aposentadoria por não conseguir comprovar o tempo de serviço⁵ (CACCIAMALI, 2000; MENDES; CAMPOS, 2004).

Com o retraimento da proteção social exercida pelo Estado, as instituições não especializadas e plurifuncionais – como família, vizinhos ou redes de amigos – podem exercer este papel. Contudo, diferentemente do que ocorria no passado, quando os casos de infortúnio (eventos casuais e alheios à vontade humana) eram tradicionalmente amparados pelos familiares, consolidam-se na atualidade outras formas privadas de proteção social, sejam elas mercantis como planos de saúde, seguros de vida e planos de previdência ou não mercantis como igrejas, instituições de filantropia ou associações mútuas (GIOVANNI, 1998).

Essas novas formas mercantis de proteção social surgem também movidas pelo sentimento crescente de insegurança e incerteza, habitual entre a população com trabalho instável, ora trabalhando formalizados, ora informais, por vezes desempregados ou realizando

⁴ Os trabalhadores não regularizados não usufruem os mesmos direitos assegurados aos trabalhadores regularizados como: amparo na doença, no desemprego, na reclusão (prisão); reconhecimento e prevenção das condições de trabalho nocivas à saúde; licença maternidade; recebimento de PIS/PASEP e do fundo de garantia; aposentadoria; nem seguro por desemprego, invalidez ou por morte (MENDES e CAMPOS, 2004; MPAS, 2008).

⁵ Dain e Soares (1998) argumentam que os segmentos tradicionalmente menos organizados terão maiores dificuldades em provar o tempo de contribuição, em virtude da maior precariedade de inserção no mercado de trabalho e maior rotatividade no emprego.

trabalhos temporários. Por este motivo, um número cada vez maior de trabalhadores passa a optar por tais formas de proteção social. Trata-se de uma estratégia de enfrentamento para garantir o bem-estar social deles e de suas famílias em caso de doença, acidente, perda de emprego e velhice. Entretanto, nem todos podem custeá-las. Entre a vasta heterogeneidade de atividades do setor informal, há trabalhadores cuja renda mínima mensal é maior do que no setor formal. Para esses trabalhadores, comumente os de maior nível de escolaridade, os benefícios assegurados pela lei são compensados por uma maior remuneração, o que lhes garante o acesso às formas privadas de proteção social (MENEZES *et al.*, 2004). Contudo, como afirma Lima e Soares (2002, p.166), a maioria dos trabalhadores informais na América Latina tem baixa renda, o que os impede de financiar a sua própria proteção social, permanecendo, assim, “fora das redes de assistência social”.

No caso do trabalhador informal, quando sua vida não é perdida no exercício do trabalho, a duração do tratamento e o tempo de recuperação distinguem-se dos casos cobertos pelo INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), uma vez que cada dia de trabalho perdido significa uma menor renda. Diante de tal obstáculo financeiro, antecipam o retorno ao trabalho antes do término do tratamento – caso tenham recebido tal assistência – e mesmo sem o restabelecimento completo de suas forças físicas e mentais, voltam a exercer suas atividades. A esse respeito, Oliveira e Iriart (2005) afirmam que alguns trabalhadores não param de trabalhar apesar da gravidade do acidente, permanecendo em constante conflito entre ser produtivo e se proteger.

As informações oficiais sobre trabalhadores instáveis são incompletas e muitas vezes mascaram a realidade em virtude da ausência de registros sobre acidentes e doenças que atingem essa população e sobre as possibilidades de reinserção profissional. As diferentes formas de interpretação e estratificação deste fenômeno entre os estudiosos da área, bem como da diversidade dos tipos de contrato de trabalho, dificultam a análise do processo de vulnerabilidade social provocado pelo aprofundamento da instabilidade do mercado de trabalho.

Tal contexto tem trazido a necessidade de se compreender a lógica que ocasiona a intensificação, precarização e instabilidade do trabalho na contemporaneidade. Para Vasapollo (2005, p.27), “a nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados”. Tal fenômeno mundial é marcado pela perda contínua dos direitos e garantias sociais. Vasapollo (2005, p.10) acrescenta que o trabalhador não tem garantia de

continuidade, permanecendo em uma “fronteira incerta entre ocupação e não ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais”.

Inseridos nesta realidade, trabalhadores vêm transformadas suas trajetórias ocupacionais, forçosamente modificadas pelas novas exigências de qualificação, sendo, por vezes, obrigados a reverter profissionalmente e buscar oportunidades de trabalho num mercado crescentemente hostil (CARDOSO, 2000).

Nem sempre a reinserção ocupacional preserva o capital qualificacional acumulado pelo trabalhador no percurso de sua vida produtiva e nem mesmo garante o acesso aos mesmos direitos trabalhistas e previdenciários, trazendo também implicações para suas condições de trabalho e de renda (CARDOSO, 2000; GUIMARÃES, 2004).

Acreditamos que, a partir da análise das trajetórias ocupacionais de operários da construção de edificações, tradicionalmente vulneráveis, poderemos apreender como a precariedade dos contratos de trabalho e a fragilidade do sistema de seguridade social-trabalhista têm impactado na vida, na saúde e nas trajetórias destes trabalhadores. O ponto principal, a partir daí, diz respeito às estratégias, o recurso às redes sociais informais e às representações que os operários da construção de edificações possuem para lidar com a desproteção social a eles imposta.

A questão fundamental é perceber, portanto, como trabalhadores instáveis, tipicamente localizados entre uma fronteira incerta entre o emprego e o desemprego, articulam-se entre as diferentes esferas de proteção social, estabelecendo, ao longo de suas trajetórias ocupacionais, relações sociais informais capazes de mobilizar recursos diante da debilidade dos mecanismos públicos de proteção, atenuando, desta forma, os efeitos dos acasos naturais ou sociais da existência, como, por exemplo, a perda do emprego e da capacidade de trabalhar, o processo de envelhecimento ou o acometimento de doenças. Para Bihr (1998, p.83), o trabalho instável constitui-se da massa flutuante de trabalhadores localizados entre o pólo de trabalhadores estáveis e excluídos. Os trabalhadores estáveis e com garantias são àqueles que por razões jurídicas (assalariados públicos) ou por razões econômicas (assalariados de empresas ou setores mais imunes às crises) não se encontram ameaçados pela crise da relação salarial fordista. Para o autor, o “núcleo de trabalhadores estáveis tende a se estreitar e suas garantias tendem a se restringir” à medida que a crise da sociedade salarial fordista se intensifica. Ao mesmo tempo, os proletários excluídos do trabalho ou do mercado de trabalho encontram-se condenados ao desemprego de longa duração.

Temos como hipótese que, diante da ausência das formas estatais de proteção social-trabalhista e da impossibilidade de custear continuamente formas privadas de proteção social, trabalhadores com trajetórias de vulnerabilidade social desenvolvem estratégias individuais, familiares e/ou coletivas para lidar com a precarização dos contratos de trabalho e com a contínua instabilidade de emprego e de renda, como também para garantir a sua própria integridade física, mental e social.

Guimarães (2002, p.109) sugere que “as estratégias de busca do emprego têm nas redes sociais constituídas, seja nas experiências de trabalho, seja nos momentos de desemprego, especialmente a partir do grupo familiar, um outro importante fator de explicação do êxito na obtenção de um novo posto de trabalho”.

Neste quadro, as redes sociais informais têm um papel fundamental na provisão de recursos para os trabalhadores “excluídos” do sistema de seguridade social, principalmente para aqueles cuja renda mensal inviabiliza o custeio das formas mercantis de proteção social. Entendemos por redes sociais informais o “conjunto de interações espontâneas passíveis de descrição num dado momento, que aparecem num contexto definido pela presença de certas práticas mais ou menos formalizadas”. Opõem-se ao conceito de rede social formal, onde as interações são organizadas mais explicitamente, “traçando-lhes uma fronteira ou limite, conferindo-lhes um nome e gerando, assim, um novo nível de complexidade, uma nova dimensão” (MINHOTO; MARTINS, 2001, p.91). As redes informais são constituídas pelos laços primários formados pela família nuclear, família extensa, amigos – do âmbito do local de trabalho, das associações, da vizinhança – como também pelos diversos tipos de apoio – econômico, emocional, afetivo, educacional, religioso ou social – proporcionados pelas redes de relações de interdependência, de entreaajuda e pelas redes não governamentais (MOLLER; HESPANA, 2002; PORTUGAL, 2005; SERAPIONI, 2005).

1.1 Objetivos

O estudo das estratégias profissionais e extraprofissionais, bem como as redes sociais informais utilizadas e/ou planejadas por trabalhadores informais, coloca-se como desafio na compreensão da temática trabalho, condições de saúde e informalidade para a qual esta pesquisa busca contribuir.

Nestes termos, temos como objetivo central entender como trabalhadores instáveis, com baixa remuneração, articulam-se entre as diferentes esferas de proteção social e como

estabelecem ao longo de suas trajetórias ocupacionais relações sociais informais e/ou estratégias capazes de mobilizar recursos em acasos naturais ou sociais da existência. É importante mencionar que o objetivo central desta tese repousa sob o trabalhador instável da construção civil; desta forma não é nosso intuito empreendermos um estudo sobre o processo de flexibilização e precarização na construção de edificações. Esta conjuntura será apresentada para contextualizar como tais fenômenos incidem na trajetória ocupacional dos entrevistados e como os trabalhadores instáveis manipulam suas redes de relações para lidar com os acasos naturais ou sociais da existência.

Temos como objetivos específicos caracterizar os tipos de contrato de trabalho e compreender a percepção dos operários da construção de edificações sobre os fenômenos de desproteção social, previdenciária e trabalhista. Pretendemos ainda discutir as formas mercantis de proteção social adquiridas pelos trabalhadores e, por último, as representações acerca do trabalho na construção e sobre suas perspectivas futuras.

1.2 Aspectos metodológicos

Esta pesquisa tem como forma de abordagem o método qualitativo. Esta opção metodológica deve-se à natureza do problema a ser estudado, da complexidade do objeto de estudo e do recorte da pesquisa. A verificação de cunho qualitativo possibilita ao pesquisador compreender as representações de um determinado grupo, analisar as relações estabelecidas entre diferentes atores sociais e apreender seus valores, idéias, concepções e “senso comum” sobre temas específicos (MINAYO, 2004).

Para conseguirmos analisar as redes sociais utilizadas e, em alguns casos, planejadas pelos trabalhadores da construção de edificações, ao longo de suas trajetórias ocupacionais, é imperioso explorarmos as relações de trabalho no setor, o histórico ocupacional, os riscos enfrentados, as transições ocupacionais e a percepção individual dos trabalhadores a respeito da vulnerabilidade social vivenciada. Diante deste universo amplo e complexo de investigação, a pesquisa qualitativa mostra-se mais adequada, pois, devido ao seu caráter mais interpretativo, possibilita alcançarmos de maneira mais aprofundada e abrangente o problema delineado.

De acordo com Marteleto (2001), o estudo das redes pode ser aplicado na análise de diferentes situações e questões sociais, permitindo apreender os elos informais estabelecidos pelos indivíduos através das suas interações uns com os outros. Segundo Emirbayer e

Goodwin (1994, p. 1414), trata-se de uma estratégia ampla para investigar uma estrutura social, não se configurando em uma “teoria formal ou unitária que especifica leis, proposições ou correlações distintas”. Na mesma direção, Rosas (2001) afirma que, o estudo das dinâmicas das relações humanas demanda a abordagem das redes sociais e dos laços de intercâmbio e ajuda mútua.

Não pretendemos analisar graficamente as redes sociais, nem mesmo seus limites ou seus agrupamentos. Almejamos, sim, através da análise das redes sociais informais, entender como os trabalhadores da construção de edificações estabelecem relações entre si e com outros atores sociais para lidarem com os momentos de infortúnio e como percebem o apoio social recebido.

1.2.1 Do projeto de pesquisa ao trabalho de campo

Desde a elaboração do projeto de pesquisa até o trabalho de campo foram feitas modificações sobre o objeto de estudo. Inicialmente, iríamos limitar a pesquisa de campo a trabalhadores informais do setor de edificações. Entretanto, em virtude da instabilidade de emprego, comum nesta categoria, concluímos ser igualmente relevante pesquisar os trabalhadores formalmente empregados, uma vez que, além da grande rotatividade de emprego, muitos trabalhadores do setor oscilam, constantemente, entre o mercado formal e informal, ora em ocupações que não oferecem proteções sociais e trabalhistas, ora registrados.

Embora, deva ser considerado que a população de trabalhadores informais encontra-se socialmente mais desprotegida, o fato é que a instabilidade de emprego acomete também a população formalmente empregada, cada vez mais sujeita à seletividade patronal, à retração dos direitos sociais e trabalhistas adquiridos, à deterioração expressiva das condições e da qualidade das ocupações e dificuldade no acesso aos postos de trabalho existentes. Desta forma, ao estudarmos tanto os trabalhadores formais quanto os informais poderíamos, além dos objetivos iniciais da pesquisa, analisar as variadas formas de contrato de trabalho presentes no setor de edificações, identificar as alterações ocorridas nas relações de trabalho e conhecer os possíveis desdobramentos para a população pesquisada.

Juntamente com a elaboração do projeto, iniciamos a revisão bibliográfica sobre os principais temas abordados. Após estas etapas, elaboramos o roteiro de entrevista com questões semi-estruturadas (APÊNDICE A) contemplando perguntas sobre: - perfil sócio-demográfico; - história ocupacional progressiva; - história ocupacional na construção de

edificações; - relações contratuais e de trabalho; - percepções sobre equipamentos de proteção individual e coletiva; - benefícios adquiridos; estratégias de proteção mercantis e não mercantis utilizadas, planejadas ou acessíveis aos operários; - história pregressa sobre desemprego, acidentes e doença; - tipos de apoio recebido, redes utilizadas e estratégias colocada em prática pelos trabalhadores diante destes acontecimentos (desemprego, doença, acidente); - apoio social percebido; - percepção sobre a velhice; - expectativas para o futuro.

A escolha pela entrevista semi-estruturada ocorre em função de sua maior flexibilidade. Além de permitir ao entrevistado expor experiências e idéias sobre o assunto tratado, sem resposta ou condições prefixadas rigidamente pelo pesquisador, possibilita ao entrevistado responder com as suas próprias palavras e pela ordem que lhe convier, cabendo ao pesquisador orientar o diálogo quando o informante se afastar dos objetivos iniciais (MINAYO, 2004).

Ao optar pelo emprego de entrevistas semi-estruturadas, como a principal fonte de investigação, era preciso planejar um trabalho de campo que permitisse ao entrevistado responder livremente sobre o tema proposto o que, possivelmente, demandaria um tempo maior na realização das entrevistas. Como desconhecíamos o tempo necessário, a efetividade da entrevista, a clareza das questões, bem como a receptividade dos trabalhadores e dos responsáveis das obras, realizamos um pré-teste com dois trabalhadores.

Optamos pela gravação das entrevistas em um aparelho digital de voz, inclusive na etapa de pré-teste. O gravador de voz só foi acionado pelo entrevistador nas vinte entrevistas realizadas após o consentimento prévio dos participantes. Este recurso permitiu coletar com fidelidade a fala dos entrevistados, conservar as informações e manter certa fluidez na entrevista, evitando interromper o diálogo do trabalhador durante o decorrer da entrevista apenas para o registro escrito da sua fala. A princípio temíamos que os trabalhadores ficassem inibidos com o gravador, principalmente, diante da possibilidade de serem identificados através do áudio. Para amenizar este viés, utilizamos desde o começo da gravação o codinome criado pelo entrevistador – nos casos onde o entrevistado relutava em escolher por conta própria o seu codinome – ou pelo trabalhador. Cabe ressaltar, portanto, que todos os nomes utilizados neste trabalho são fictícios, preservando, assim, a identidade dos entrevistados.

O gravador de voz foi também empregado como recurso para armazenar, num diário de campo digital, a percepção do entrevistador a respeito da entrevista, do canteiro de obra e sobre os trabalhadores presentes em cada local visitado, permitindo, desta forma, detalhar cada caso ao término da entrevista. O diário de campo possibilitou, ainda, registrar as

dificuldades enfrentadas e memorizar em áudio as angústias, dúvidas e questionamentos vivenciados pelo pesquisador, além de qualquer outra informação pertinente.

Além da coleta de dados primários, buscamos analisar a documentação dos órgãos públicos – como base de dados, relatórios e publicações de secretarias estaduais e ministérios, responsáveis pela fiscalização e regulamentação do trabalho na construção civil. Para isso, entrevistamos o diretor do Sindicato da Construção Civil de São Carlos, dois fiscais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego da região de São Carlos e funcionários das seguintes secretarias de São Carlos: Serviços e Divisão de cadastros, Habitação e Obras.

Também fizemos uso de anuários estatísticos para caracterização mais geral da produção do setor num recorte histórico mais amplo para fins de contextualização do fenômeno investigado. Utilizamos dados oficiais disponibilizados em modo *on-line* pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego e financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), entre o período de 1997 a 2006 e dados do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT, disponibilizado pelo Ministério da Previdência Social de 1999 a 2006.

1.2.2 O acesso ao campo - Como chegar até os canteiros de obra?

A viabilidade do campo era uma incógnita durante o desenvolvimento do projeto. Não foi possível definir *a priori*, durante a fase de planejamento do campo, o total de entrevistas. O número de entrevistados depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações, de forma a possibilitar ao estudo a abrangência necessária para a investigação do problema em suas múltiplas dimensões (MINAYO, 2004). Segundo Gondim e Lima (2002, p.57), apenas sabemos qual a quantidade de sujeitos a serem ouvidos ao chegarmos “à saturação qualitativa”, nesta situação, como explicam os autores, “a amostra será delimitada no momento em que as entrevistas se repetem em conteúdo, nada mais acrescentando às informações obtidas”.

Por causa da natureza do problema e das dificuldades práticas e conceituais envolvidas, escolhemos realizar a pesquisa na cidade de São Carlos, acreditando que a

proximidade do objeto corrobore com o desenvolvimento da pesquisa. Além desta facilidade, a cidade de São Carlos possui muitos canteiros de obras em desenvolvimento⁶.

Embora não soubéssemos o número total de entrevistados e nem mesmo como se daria o acesso aos canteiros, planejamos limitá-la da seguinte maneira: trabalhadores da construção civil⁷, formais e informais, com mais de vinte cinco anos e com no mínimo cinco anos de trabalho no setor de edificações, excluindo, desta forma, os biscateiros⁸. Tal recorte permitiu apreendermos através da vivência ocupacional dos trabalhadores como, quando e de que maneira as redes sociais de apoio foram manipuladas e por eles utilizadas nos momentos de infortúnio.

Para a realização do campo achávamos imprescindível utilizarmos “porteiros” para facilitar o acesso aos canteiros de obras. De acordo com Gondim e Lima (2002, p.64), os “porteiros” são informantes-chave da pesquisa, pois além de conhecerem a memória de determinados fatos e situações sociais, facilitam o acesso ao campo, “fornecendo o caminho das pedras”. O contato com o sindicato da categoria mostrou a impossibilidade de conseguirmos através deste órgão a intermediação com os trabalhadores. Durante a fase de elaboração do projeto, em meados de 2006, procuramos o sindicato da cidade de São Carlos. A entrevista realizada com o diretor geral do sindicato foi esclarecedora a respeito da falta de contato e de informações no sindicato a respeito dos trabalhadores do setor ativos, afastados, informais e aposentados.

Sabíamos que o contato direto com os trabalhadores, sem nenhum intermediário, poderia trazer desconfiança, relutância e recusa em alguns casos. Sem a ajuda do sindicato, tentamos o contato com uma empresa de construção. Tínhamos grande esperança de conseguir as entrevistas por meio deste canal de conhecimento, pois fomos apresentados aos donos da construtora por intermédio de um conhecido comum. Entretanto, um dos

⁶ É possível observarmos em vários bairros da cidade um grande número de condomínios de casa em construção e outros empreendimentos no setor de edificações, porém não dispomos dos dados destes empreendimentos na cidade. Os pedidos sobre obras registradas na prefeitura foram feitos a partir de 2007. Estabelecemos diversos contatos nas secretárias de habitação, obras e serviços e divisão de cadastros da prefeitura de São Carlos e, de acordo com estes órgãos não existem dados formais sobre o número de obras regularizadas.

⁷ Serão considerados operários do subsetor edificações os trabalhadores que atuam na construção de edificações através do processo tradicional caracterizado por Lima (1995, p.09) como “aquele onde a penetração de máquinas e equipamentos é menos intensa, com a supremacia das categorias ocupacionais típicas como serventes, pedreiros, armadores, carpinteiros, azulejistas, pintores, etc., voltados para tarefas que exigem perícia e habilidade e que não são passíveis de serem realizadas por máquinas”. Não incluímos na amostra a profissão de mestre-de-obras uma vez que tais profissionais não estejam diretamente ligados ao processo artesanal de construção, cabendo a eles a organização do canteiro, a divisão das tarefas e a supervisão da obra.

⁸ Os biscateiros são trabalhadores sem especialização, em geral desempregados recentes, que se apresentam no mercado para a realização de serviços mais simples (FAGIANI, 2005).

engenheiros, dono da construtora, nosso possível intermediador, mostrou-se inicialmente prestativo, mas com o tempo o acesso ao campo ficou cada vez mais distante.

Diante da ausência imediata de outro “porteiro” e da necessidade de realizarmos o pré-teste, fomos de obra em obra atrás dos entrevistados. De fato, não era o caminho mais fácil, mas, como descrevemos no Apêndice B, foi a forma encontrada para o andamento do campo. Com o decorrer da pesquisa, os próprios entrevistados indicavam colegas e obras para serem visitadas. Em quase todos os casos, a acessibilidade aos canteiros ocorreu sem maiores problemas. Torna-se imperioso analisarmos, neste capítulo, os casos de recusa, uma vez que as dificuldades de acesso modificaram a forma pela qual passamos a abordar os trabalhadores.

1.2.3 O pré-teste - entrevistas piloto e modificações realizadas

A coleta das entrevistas “pilotos” foi realizada nos dias 16 e 17 de outubro de 2006 com um pedreiro especializado em acabamento final e um ajudante de pedreiro, respectivamente. Os trabalhadores foram escolhidos aleatoriamente, depois de serem vistos trabalhando na pintura de um estabelecimento comercial no centro da cidade de São Carlos, no domingo antecedente às entrevistas. Após a apresentação inicial, dissemos que estávamos pesquisando os trabalhadores da construção civil. Buscamos explicar concisamente a entrevista, afirmando se tratar de um estudo sobre a história profissional dos trabalhadores do setor. Informamos aos trabalhadores que as entrevistas eram para fins acadêmicos, projeto de doutorado da Universidade Federal de São Carlos, demandaria 30 a 40 minutos e manteríamos o anonimato dos participantes, não sendo necessário o nome do entrevistado nem outro dado sobre documentação pessoal.

O pedreiro da obra aceitou ser entrevistado, mas solicitou se poderíamos procurá-lo em outra obra na manhã seguinte, pois, encontrava-se atrasado e precisava terminar o serviço de pintura ainda naquele dia. O primeiro entrevistado escolheu o codinome Moisés, tem 43 anos de idade e 15 anos de trabalho no setor. A entrevista ocorreu na própria obra, com duração de 39 minutos, enquanto o trabalhador realizava pequenos consertos na pintura do gradil da casa.

No dia seguinte retornamos ao mesmo canteiro de obra para entrevistar o ajudante do pedreiro, 54 anos, com sete anos de serviço na construção. O codinome por ele escolhido foi Abraão, satirizando a escolha do pedreiro por nome bíblico. Acharmos interessante a maneira que o ajudante escolheu seu codinome, por isso, como pode ser observado no detalhamento

das outras entrevistas, todo trabalhador que não escolheu seu próprio codinome recebeu um nome bíblico.

Estas duas primeiras entrevistas permitiram a detecção de algumas limitações no roteiro proposto. Após a transcrição das entrevistas e análise das mesmas, detectamos a necessidade de inserir perguntas sobre: como e porque começaram a trabalhar na construção, estratégias utilizadas no desemprego e se além de terem outra fonte de renda realizam bicos dentro e fora do setor. Algumas perguntas puderam ser reestruturadas e outras foram simplificadas.

Detectamos outras falhas no roteiro das entrevistas, como a necessidade de fecharmos a resposta sobre o que fazem quando não estão no trabalho e a necessidade de mudarmos a forma de questionar o uso de equipamentos de proteção, pois os entrevistados no pré-teste responderam o que achavam correto ser feito e não o que realmente faziam. O roteiro apresentado no Apêndice A é a última versão, com todas as modificações realizadas ao final da análise do pré-teste.

O pré-teste permitiu a constatação da necessidade de, na medida do possível, realizarmos a entrevista em um local distante da presença de outras pessoas. O episódio ocorrido durante a pergunta sobre o uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) é ilustrativo a esse respeito. Quando realizávamos a segunda entrevista com o ajudante do pedreiro, fomos interrompidos pelo pedreiro que, mesmo fisicamente distante, pôde ouvir a resposta do seu ajudante negando o uso de qualquer tipo de equipamento de proteção. Além de interromper a entrevista, o pedreiro corrigiu a resposta dada e constrangeu o seu ajudante.

Por último, o pré-teste mostrou a viabilidade de entrevistarmos por mais de trinta minutos os trabalhadores sem maiores dificuldades. Inicialmente, temíamos atrapalhar o andamento das obras e causar problemas para os participantes ao alongarmos a entrevista. A impressão posterior ao pré-teste foi que seria possível entrevistar os trabalhadores desde que agendássemos previamente a coleta das entrevistas para que pudessem escolher o horário mais adequado ou menos tumultuado. Como será visto nos próximos itens, alguns trabalhadores marcaram as entrevistas para o final do expediente e, a maior parte, durante o horário do almoço, pois conforme a fala de um dos entrevistados “o horário de descanso depois do almoço é meu, posso dormir, jogar carta e se quiser posso conversar com você numa boa”.

1.2.4 Os momentos de recusa

Durante a pesquisa de campo ocorreram apenas dois casos de recusa. A achamos importante descrever estes episódios, pois eles contribuíram com o amadurecimento do trabalho de campo. A primeira recusa aconteceu logo após o pré-teste. Diante da falta de contatos, resolvemos caminhar pelas ruas do centro da cidade de São Carlos a fim de identificar possíveis canteiros de obra. O primeiro canteiro visitado era um empreendimento de dois andares, com amplas lojas comerciais e um mezanino. Parte da obra estava na fase de acabamento e outra parte ainda em construção. Foi solicitado a um trabalhador que chamasse o encarregado da obra. Depois de quase meia hora, o encarregado apareceu trazendo uma série de documentações embaixo do braço. Após a apresentação inicial, o encarregado nos explicou que, ao chamá-lo, o trabalhador lhe disse que nós deveríamos ser fiscais ou agentes da prefeitura. Mesmo explicando os propósitos da pesquisa, o encarregado não permitiu a realização da pesquisa argumentando que entre seus trabalhadores havia dois funcionários da Fábrica de motores Volkswagen e ao entrevistá-los poderíamos causar maiores problemas, como a perda do emprego na fábrica caso tomassem conhecimento deste fato. O empreiteiro explicou também temer que ao entrevistarmos seu pessoal alguém descobrisse que seus trabalhadores não estavam corretamente registrados.

Este episódio modificou a forma de apresentação nos canteiros. Antes de perguntar pelo encarregado da obra, explicávamos para o trabalhador que nos recebia que se tratava de uma pesquisa acadêmica, não vinculada a nenhum órgão de fiscalização. Além da apresentação, mostramos em todas as obras visitadas a carteira de estudante da Universidade Federal de São Carlos e esclarecemos já termos entrevistados outros trabalhadores e, ademais, salientamos, que nenhum dado pessoal era exigido, como CPF, carteira de identidade ou nome do participante e que não seriam registradas informações específicas sobre empresa. Não sabemos se foi esta mudança na abordagem que facilitou o acesso aos canteiros de obra, mas a partir deste episódio tivemos somente mais uma recusa e por motivo diferente.

O outro episódio aconteceu quase no final da pesquisa de campo. Após realizarmos a décima quarta entrevista dentro de um condomínio de casas de luxo, procuramos o canteiro de obra localizado logo à frente por indicação do pedreiro da obra em que estávamos. Ao chegar na obra, não encontramos nenhum problema e, como de praxe, perguntamos quais dos trabalhadores tinham mais de cinco anos de trabalho no setor e quais destes gostariam de ser entrevistados. Começamos a entrevista com o pedreiro, responsável pela construção da casa, único trabalhador na obra com mais de cinco anos de trabalho no setor. Menos de cinco

minutos após o início da entrevista, o dono da casa em construção chegou para visitar a obra. Assim que o proprietário adentrou na obra, foram feitas as apresentações formais e explicamos os motivos de estarmos naquele local. O proprietário disse que achava melhor fazermos a entrevista em outro momento, sem interromper o trabalho do pedreiro. Atendendo a solicitação, deixamos o canteiro de obras e preferimos não mais retornar naquela obra, para evitar maiores problemas ao entrevistado.

1.2.5 O trabalho de campo e análise das entrevistas

Neste item descrevemos o trabalho de campo e os canteiros visitados. Os contatos foram feitos de diversas maneiras, justificando a necessidade de explicarmos detalhadamente no Apêndice B o andamento das entrevistas, o local, data e acontecimentos mais relevantes.

A coleta ocorreu nos meses de janeiro a março de 2007. Foram entrevistados nesta fase dezoito trabalhadores em nove canteiros de obra. As obras englobavam a construção e reforma de uma casa, construção e acabamento de um sobrado, acabamento de uma casa de luxo em um condomínio fechado, reforma e ampliação de duas igrejas católicas, edifício comercial e edifícios residenciais com 3, 4 e 9 pavimentos.

O trabalho de campo transcorreu sem maiores problemas. Muitos entrevistados mostraram-se interessados em participar de uma pesquisa acadêmica, valorizando a importância do estudo, demonstrando o desejo que seus filhos pudessem traçar o mesmo caminho. No início da entrevista, alguns trabalhadores respondiam sucintamente e esperavam a próxima pergunta. Para romper a aparente timidez dos entrevistados, muitas vezes antecipávamos a pergunta sobre sua história ocupacional. Com o tempo, percebemos que ao relatarem como e quando começaram a trabalhar conseguíamos quebrar o distanciamento inicial entre o pesquisado e pesquisador. Depois disso, descreviam com mais riqueza de detalhes e mais livremente as perguntas que iam sendo feitas.

A dificuldade inicial de obtermos um “porteiro” foi sendo contornada no transcorrer das entrevistas e, em alguns casos, os próprios trabalhadores se transformaram em “porteiros” e indicavam outras obras. Assim, como descrito no Apêndice B, conseguimos realizar o total de vinte entrevistas.

A amostra foi escolhida aleatoriamente, respeitando os critérios de inclusão previamente decididos. Encontramos um grupo heterogêneo, incluindo: trabalhadores formais, informais, terceirizados, autônomos, aposentados, com dupla-jornada, ex-metalúrgicos, rurais e afastados pelo INSS. Parte da heterogeneidade das entrevistas deve-se à diversidade

de canteiros visitados, permitindo que abordássemos formas de relações de trabalho bastante distintas. Se limitássemos a amostra a poucos canteiros, não poderíamos apreender as diversidades e as similaridades existentes entre trabalhadores com experiências diferentes no setor de edificações.

Após entrevistarmos o vigésimo trabalhador, interrompemos a coleta de dados por considerarmos o volume e a qualidade das entrevistas coletadas suficientes para a compreensão do objeto de estudo. A recorrência nas respostas, nas visões sobre o mundo estudado e nas categorias de análise da realidade mostrou termos atingido a “saturação qualitativa”.

Com o término da pesquisa de campo, iniciamos a fase de transcrição literal das entrevistas com os operários da construção civil, dos diários de campo e da entrevista com o diretor do sindicato da construção. Em média, as entrevistas tinham quarenta e cinco minutos de duração e o diário de campo cerca de dez minutos.

Os relatos transcritos foram organizados de acordo com os tópicos da entrevista, em planilhas do *Excel*. Primeiramente, realizamos a leitura individual de cada entrevista, analisando caso a caso, para, em seguida, analisarmos para cada pergunta feita as respostas dos entrevistados. Segundo Minayo (2004, p. 26) “[...] o tratamento do material nos conduz à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição”.

Vencida esta etapa, procedemos novamente à leitura exaustiva das informações colhidas, buscando interpretar o estudo empírico, investigar, orientados pelo referencial teórico, as questões e o problema que motivaram a investigação e problematizar os resultados das análises feitas. Analisamos ainda o conteúdo das entrevistas realizadas com o diretor do sindicato da construção e com os agentes fiscais da cidade de São Carlos.

1.3 Apresentação da Tese

Além desta introdução e da conclusão final, a tese está estruturada em mais quatro capítulos. No segundo, descrevemos a indústria da construção civil e os fatores que justificam a escolha deste setor como campo de pesquisa, especificamente a construção de edificações. Demonstramos a importância econômica e social da construção civil, o processo produtivo, as estratégias organizacionais, as práticas de subcontratação e um breve panorama do processo de informalidade no setor. Vemos que a literatura sobre o setor indica de modo consensual, a

precariedade do trabalho na construção civil, marcada pelos elevados índices de acidentes e doenças do trabalho, pelas más condições de trabalho, pela instabilidade de emprego e de renda, pela alta rotatividade e, sobretudo, pela insuficiência de garantias contratuais.

Nos capítulos seguintes apresentamos os resultados da pesquisa de campo, buscando responder as questões que norteiam este projeto. No terceiro capítulo, descrevemos o perfil dos vinte trabalhadores entrevistados e, em seguida, as trajetórias ocupacionais, desde a origem rural até o início na construção de edificações. Analisamos os tipos de contratos de trabalho existentes, bem como a fragilidade dos mesmos. Discutimos o papel do “bico” e da renda extra, o caso dos irmãos metalúrgicos e dos entrevistados aposentados. Por último, descreveremos a nocividade das condições de trabalho e as cargas laborais presentes nos canteiros de obra visitados.

No quarto capítulo, denominado “redes informais de proteção social”, destacamos, primeiramente, como a literatura mais recente aborda o tema. Em seguida, elucidamos as estratégias adotadas e/ou planejadas pelos trabalhadores entrevistados e o papel das redes sociais informais na procura por emprego, no desemprego e nos momentos de afastamentos do trabalho; os tipos de apoio recebidos, a forma de acesso às oportunidades ocupacionais e ao sistema público de saúde, bem como a importância das redes informais para os entrevistados e a fragilidade das mesmas.

No capítulo cinco, analisamos como os operários entrevistados percebem o trabalho na construção de edificações e vivenciam a vulnerabilidade da proteção social. Descrevemos quais são as formas privadas de proteção social adquiridas pelos entrevistados e os motivos que os levam a aderir a um determinado tipo de proteção mercantil. Finalizando, veremos como os entrevistados percebem o trabalho na construção civil, de acordo com suas trajetórias ocupacionais, e quais são suas perspectivas futuras.

2 O TRABALHO INSTÁVEL E PRECÁRIO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Neste capítulo, apresentaremos a indústria da construção civil, o processo produtivo, as estratégias organizacionais, as práticas de subcontratação, o processo de informalidade, os índices de acidentes e doenças relacionados ao trabalho na construção, evidenciando como este contexto posiciona os operários do setor numa condição constante de vulnerabilidade social.

A escolha da indústria da construção civil, especificamente do subsetor edificações, como campo de pesquisa é justificada pelo alto índice de instabilidade institucionalizada⁹, grande contingente de trabalhadores informais¹⁰, terceirizados ou subcontratados, alta rotatividade e alto grau de flexibilidade na utilização da mão-de-obra, principalmente entre os operários, popularmente conhecidos como peões. Soma-se a essa situação as precárias condições de trabalho, em muitos casos subumanas e nocivas à saúde dos trabalhadores, risco eminente de acidente e adoecimento, instabilidade de emprego e de renda, bem como a constante necessidade de manutenção da “empregabilidade”.

Tais peculiaridades mantêm um ambiente constante de insegurança entre os trabalhadores que atuam na construção de edificações, como pode ser visualizado a partir da entrevista realizada por Lima (1995), na qual avalia o nível de satisfação dos operários da construção civil que trabalham em empresas engajadas em programas de qualidade na construção civil. O autor constata que, apesar da construção de edificações caracterizar-se pela elevada rotatividade da mão-de-obra, a maioria dos operários entrevistados almeja a estabilidade para administrar melhor a situação familiar e poder assumir, como qualquer outro cidadão, um compromisso ou mesmo abrir um crediário. Segundo um pedreiro entrevistado por Lima:

Na construção nunca tem garantia, é um drama porque dorme empregado e acorda desempregado; o trabalhador nesta situação não pode assumir

⁹ Segundo Ireland (1996, p.159), o caráter de instabilidade institucionalizada do subsetor deve-se ao fato de que “quando a mercadoria (um edifício, uma estrada, um sistema de drenagem) é concluída, o produtor sai de cena”.

¹⁰ Dados sobre o percentual de trabalhadores informais no Brasil mostram que os principais ramos de concentração são: o comércio (26%), os serviços de reparação, diversão, pessoal e domiciliar (20%), a construção civil (16%) e a indústria de transformação, confecção e artesanato (12%) (SILVA; BARBOSA, 2001). Entre esses ramos de concentração, a Central Única dos Trabalhadores (CUT, 2005) caracteriza os serviços prestados na construção civil, campo de nosso interesse, como aqueles que oferecem postos de trabalho de baixa qualidade e produtividade, no que se refere à remuneração, qualificação exigida e estabilidade do vínculo.

compromisso como todo mundo, nem mesmo fazer uma prestação para comprar um presente para o filho (PEDREIRO apud LIMA, 1995, p.83).

O quadro de impermanência e de descartabilidade enfrentado por esta mão-de-obra, juntamente com o constante desrespeito às leis trabalhistas e previdenciárias posicionam essa população à margem dos sistemas de proteção social-trabalhista. Neste caso, o ônus do processo de informalidade e precariedade das condições de trabalho recai mais fortemente sobre os operários menos qualificados da construção civil, uma vez que estes trabalhadores encontram-se marginalizados pelo sistema de proteção social e os baixos salários, bem como a instabilidade de renda e de emprego que os impossibilitam de arcar com as formas mercantis de proteção social. Muitos destes trabalhadores encontram-se desprotegidos e desamparados para lidar com os momentos de infortúnio, restando a eles ‘se virar’, o que segundo Lima e Soares (2002, p.79), desonera o capital de suas obrigações, dado que “o ônus de reprodução da força de trabalho” é transferido para o próprio trabalhador.

Os operários da construção civil constituem-se numa categoria tradicionalmente ‘excluída’ das redes de assistência social. Lautier e Pereira (1994, p.130) os classificam como uma população ‘marginal’, não se referindo ao sentido de criminoso do termo, mas em relação ao caráter *sine qua non* da própria categoria. Os operários da construção de edificações possuem idade média baixa, pouco nível de escolaridade, grande desvalorização e estigmatização, alto percentual de migrantes e as relações de trabalho são, em sua maioria, informais. A esses fatores, soma-se o fato destes trabalhadores estarem expostos a grandes riscos ocupacionais ocasionados pelas condições de trabalho adversas e insalubres. Este quadro é agravado pela baixa fiscalização nos canteiros, despreparo da mão-de-obra, aumento da jornada de trabalho e pela ausência de equipamentos de proteção (BARROS; MENDES, 2003; SILVEIRA *et al.*, 2005).

2.1 O subsetor Edificações: caracterização e processo produtivo

A Indústria da Construção Civil (ICC) brasileira possui grande importância econômica e social para o desenvolvimento do país devido ao volume de produção, capital circulante, expressiva quantidade e variabilidade de fornecedores de insumos, equipamentos e serviços ao longo de toda a sua cadeia produtiva, utilidade dos produtos e por sua capacidade de absorver diretamente e indiretamente uma grande parcela de trabalhadores, sobretudo a de baixa qualificação (FRANCO, 2001).

A ICC compreende todas as empresas enquadradas entre os códigos CNAE (Classificação Nacional de Atividades) 45.0 a 45.6 (ANEXO A), sendo constituída por cinco subsetores: prestação de serviços diversos, material de construção, bens de capital, construção pesada e edificações (CIC, 1999). Localizados a montante do setor de construção encontram-se o **subsetor material de construção**, responsável pela extração e manufatura dos materiais utilizados na construção, e o subsetor **bens de capital**, fornecedor de máquinas e equipamentos. O **subsetor de prestação de serviços**, posicionado a jusante na cadeia, é responsável pelos serviços técnicos de construção, atividades imobiliárias e de manutenção de imóveis. A **construção pesada** tem como atividades principais a construção de obras de infraestrutura viária, urbana e industrial, de saneamento, obras estruturais e de arte, construção de barragens hidrelétricas, usinas atômicas e perfuração de poços de petróleo. O **subsetor edificações** (minuciosamente detalhado nos próximos itens por se tratar do campo estudado) é responsável pela construção de edifícios de fins residenciais, comerciais, institucionais, administrativos, industriais, culturais, esportivos e sociais, pela prestação de serviços complementares como reforma e decoração, bem como a realização de partes da obra como, por exemplo, as etapas de fundação, instalação e estruturas necessárias para a execução da obra (SERRA, 2001; SILVA, 2001).

A importância econômica da indústria da construção civil é constatada através da sua participação na economia nacional. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio - Econômicos (DIEESE, 2001) mostram que na década de 90, o percentual de participação do setor no Produto Interno Brasileiro (PIB) cresceu de 7,1% em 1991 para 9,64% em 1998. Como pode ser analisado na Tabela 2.1, a partir de 1998 inicia-se o processo de retração do setor que ao final do ano de 2003 representava menos de 8% do PIB brasileiro (OLIVEIRA, 2005).

TABELA 2.1 – Participação setorial no PIB (Brasil: 1998 a 2004)

ANO SETOR	1998	1999	2000	2001	2002	2003*	2004**
Agropecuária	7,83	7,88	7,66	7,98	8,23	9,64	11,91
Indústria	32,93	34,01	36,07	35,87	36,04	36,64	35,9
Construção civil	9,64	8,64	8,7	8,14	7,49	6,77	6,84
Serviços	59,24	58,11	56,27	56,15	55,73	53,72	52,17
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE – Elaboração: DIEESE

Nota: * Dados referentes à antiga série de análise do IBGE.

**Dados referentes ao primeiro semestre de 2004

Durante o período compreendido entre 1998 a 2003, o setor contribuiu, em média, com 8,03% do PIB. A partir de 2004¹¹, a construção civil retorna, embora com menor intensidade, a trajetória ascendente. Os dados referentes ao período de 2004 a 2007, ainda não são definitivos, porém, mostram a expansão progressiva do setor beneficiada por um pacote governamental, composto por: redução de impostos, mais segurança para os credores e um orçamento recorde para financiamentos habitacionais - quase R\$ 17 bilhões (IBGE, 2008).

Números recentes divulgados pelo DIEESE e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) indicam que a construção civil foi o setor que mais contratou nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Salvador e no Distrito Federal em 2007, atingindo um crescimento de 8,2%, em comparação a 2006 (DIEESE, 2008).

A grande absorção de mão-de-obra pelo setor desempenha, segundo Franco (1995) e Honório (2002), relevante contribuição para o desenvolvimento social do país. Para eles, a indústria da construção civil possibilita ao trabalhador com pouca ou nenhuma qualificação obter uma ocupação o que, de acordo com Lima (1995, p.12), funciona “como válvula para regular os problemas de emprego e subemprego nas áreas urbanas”.

O setor é o principal responsável pela execução da estrutura básica para o desenvolvimento do Brasil, através da construção de rodovias, hidrelétricas, áreas de lazer, hospitais, escolas, habitações, entre outras. Desta forma, assume posição estratégica em momentos de oscilações do mercado tanto em decorrência da capacidade de geração de empregos, conforme já mencionado, quanto pela redução do déficit habitacional urbano; por meio de melhores ofertas de financiamento e construção de casas populares.

Conforme o relatório sobre oportunidades internacionais para o setor de construção civil brasileiro, desenvolvido em 2002, não existem estatísticas oficiais sobre a participação do setor na economia mundial. Nos últimos anos, os Estados Unidos, França e Grã-Bretanha vêm exercendo uma hegemonia sobre o comércio internacional de serviços de engenharia. Por outro lado, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) neste setor é limitado, sendo poucas as firmas estrangeiras que investem no Brasil, como as empresas Techint (Argentina) e CIGLA

¹¹ O IBGE divulgou nova série de sistema de Contas Nacionais não sendo possível comparar o período de 1998 a 2003 com os valores divulgados entre 2004 até 2008. Até 2003 os resultados do PIB são definitivos, pois incorporam as pesquisas anuais do IBGE e dados das Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica. Para 2004 os dados são considerados semidefinitivos, por não incorporarem essas informações e para 2005, 2006 e 2007, são preliminares, por terem sido estimados pela soma dos trimestres (IBGE, 2008).

(Itália), configurando-se, por conseguinte, em um dos poucos setores da economia brasileira onde o número de firmas estrangeiras é insignificante.

O relatório afirma ainda que, no Brasil, embora existam centenas de empresas, o setor de construção civil é extremamente concentrado em termos de volume de capital, como, por exemplo, o segmento de construção pesada que inclui alguns dos maiores grupos empresariais do país, tais como: Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht, CR Almeida e Andrade Gutierrez. Entretanto, para a maioria das empresas brasileiras é, ainda, inviável o autofinanciamento dos serviços demandados internacionalmente por falta de capital disponível. Limitam a maior parte da atuação internacional ao segmento de prestação de serviços de consultoria e de projetos, em países da América Latina e África. A concretização das exportações de serviços não é um processo fácil devido ao tempo médio de negociações e custos proibitivos para pequenas e médias empresas. Entretanto, acreditam que a eliminação das barreiras existentes permitirá que empresas nacionais de engenharia passem a aproveitar as oportunidades internacionais que se apresentam na atualidade (MDIC, 2002).

O Subsetor Edificações agrega próximo de 3/4 (72%) das empresas do setor, contratando mais de 2/3 dos empregados (70%) (OLIVEIRA, 2005). A importância do subsetor não se deve apenas pelos elevados números de empresas e de postos de trabalho oferecidos, visto que, de acordo com SERRA (2001), o subsetor é o destino dos demais subsetores o que o torna o núcleo do macrossetor – denominado de *Construbusiness*.

As empresas que o compõem apresentam grande heterogeneidade quanto à capacidade produtiva, quanto à capacidade de investimento e ao tamanho. Mais da metade das empresas da construção de edifícios, cerca de 58%, encontra-se classificada na faixa das microempresas, ou seja, são formadas até por nove empregados e, aproximadamente, 33% das empresas tem entre 10 a 99 empregados pertencendo, portanto, ao grupo de pequenas empresas (FRANCO, 2001). Essa diversidade de porte das empresas influencia o tipo de tecnologia empregada. Contudo, apesar do desenvolvimento tecnológico ocorrido nos últimos anos, as formas tradicionais de produção prevalecem, pois os avanços tecnológicos ocorreram predominantemente nos materiais e no processo de execução de algumas etapas da obra, sendo, portanto, utilizado ainda de maneira incipiente equipamentos e máquinas para a realização das tarefas.

Para Vargas (1984), a construção habitacional caracteriza-se por possuir uma produção manufatureira cujo ritmo de trabalho e a qualidade do produto final são muitas vezes determinados pelo trabalhador. O processo de trabalho é centrado no trabalho manual

dos operários que conformam o produto predominantemente com a utilização de ferramentas manuais, empregando apenas de forma marginal máquinas e equipamentos no processo produtivo. Assim, o caráter semi-artesanal da construção de edificações envolve intensivamente a utilização de mão-de-obra operacional, indispensável dentro da organização. A estabilidade, responsabilidade, autonomia, participação e o grau de qualificação da mão-de-obra contratada são apontados por Zarifian (1989) como fundamentais para a obtenção de economia de escalas na construção de edificações que, diferentemente dos outros setores, não se encontra subordinada à tecnologia de produção.

A forma semi-artesanal de produção e a dispensabilidade de grandes investimentos tecnológicos tornam o subsetor de edificações bastante vulnerável à entrada de novos concorrentes. Em períodos de crescimento do subsetor são organizadas novas construtoras, como também ocorre o ingresso de empresas do subsetor **construção pesada** interessadas no grande mercado de edificações (FARAH,1996). Por outro lado, em períodos de crise e de escassez de trabalho, algumas construtoras de edificações assumem a execução de prédios com outras finalidades, como obras públicas, prestação de serviços e obras de terceiros. Enquanto outras, diante da queda das taxas de retorno, entram em falência ou abrem concordata, provocando prejuízos para poupadores e investidores (LIMA, 1995; GHISI, 2001).

Outra característica marcante do sistema produtivo é a grande heterogeneidade de produtos, processos, materiais e intervenientes. Neste setor cada projeto é normalmente diferente do outro, e, além disso, é feito sob encomenda para atender a demanda dos clientes e a necessidade do mercado. Conforme observa Ghisi (2001), o imóvel é um bem de capital e, por isso, os consumidores esperam que a estrutura e o acabamento do imóvel sejam duráveis, ainda que os insumos utilizados no acabamento de edificações venham com validades definidas. O alto preço das edificações é resultado do status e da especulação imobiliária, podendo, também resultar do fato do imóvel ser investimento de capital fixo, o que representa, freqüentemente, para o cliente, a poupança e o patrimônio familiar e para o investidor simboliza a imobilidade de grandes recursos financeiros. Trata-se de um projeto com longo período de execução, que segundo o autor, vai desde o projeto, passa pela execução da obra até a sua comercialização, podendo demorar de acordo com a dinâmica do mercado até seis anos para a sua conclusão final.

A complexidade presente no processo produtivo de edificações advém também de uma série de outras especificidades, tais como: o caráter não seriado da obra tradicionalmente

fragmentada em várias etapas e fases, sobreposição de projetos, imobilidade do produto do setor – o imóvel não pode ser removível nem transferível – desenvolvimento das atividades sob intempéries, grande número de insumos e de envolvidos, alta volatilidade do mercado consumidor, parcelamento de responsabilidade entre várias empresas subcontratadas, constante influência externa¹² e demanda essencialmente privada (GHISI, 2001; HONÓRIO, 2002).

Os constantes deslocamentos da estrutura de produção e mudanças da equipe conferem ao subsetor um caráter provisório e nômade. A duração da obra, sua localização geográfica e a natureza do empreendimento determinam a configuração do canteiro de obras. As instalações precárias e mal dimensionadas ainda são uma realidade presente neste subsetor. Na opinião de Coelho (2003, p.35), um canteiro é na verdade uma “fábrica de obras”, totalmente desmanchada ao término da edificação. Com isso, em muitos casos, a equipe é desfeita e os operários passam a procurar novas oportunidades de trabalho, permanecendo recorrentemente fora das redes formais de proteção social.

Lima (1995) ratifica essa idéia, concluindo que a rotatividade da mão-de-obra é marcante no subsetor sendo baixo o percentual de operários que conseguem permanecer contratado por uma mesma empresa por muitos anos. Parte dos trabalhadores muda constantemente de empresas em busca de melhores salários, parte perde o emprego por falta de comprometimento ou qualificação e, outra, por razões empresariais, perdem o posto de trabalho, seja pela política da empresa que utiliza a rotatividade com gestão de recursos humanos, seja pela descontinuidade das obras, pelo aumento dos contratos temporários ou pela desaprovação durante o período de experiência.

Constata-se que, além da imprevisibilidade e baixa flexibilidade do processo de produção, a construção de edificações é também marcada pela falta de padronização, o que lhe confere grandes perdas de materiais, baixa eficiência produtiva, problemas de qualidade e de prazos, custos elevados e altos índices de retrabalho. Esses indicadores desfavoráveis são obstáculos para o desenvolvimento do subsetor. Honório (2002) aponta, além desses fatores, outras dificuldades enfrentadas como: falta de cultura para implementação de iniciativas voltadas à melhoria da qualidade e produtividade, carência de informações; e crescente

¹² São vários os componentes do ambiente externo que exercem influência sobre o subsetor: Estado, mercado, sindicatos, empresas concorrentes, fornecedores e usuários. Segundo Taigy (2000, p.134), estes fatores criam oportunidades e também geram ameaças ao desenvolvimento do setor, pressionando-o a uma permanente adaptação às mudanças ambientais.

descompasso entre as novas exigências tecnológicas e a capacidade da mão-de-obra disponível.

Lima (1995) descreve que, os índices elevados de retrabalho, desmanches e os freqüentes atrasos e descompassos da obra são ocasionados pela incompatibilidade entre projetos, pela forma como o trabalho é organizado – uma equipe superpondo ou alterando o trabalho da anterior ou até mesmo rodízio das equipes entre diferentes obras – e pelas exigências de adequação do imóvel de acordo com a preferência do cliente. Na mesma direção, Maldaner (2003) argumenta que os desperdícios de insumos e de mão-de-obra, resultantes da falta de uma política de padronização dos processos produtivos no subsetor, contribuem com a variabilidade de custos do produto final. De acordo com o autor, em média, o custo com materiais representa 55% do orçamento total de uma obra e a mão-de-obra os 45% restantes.

Lima (1995) lembra ainda que, além de acarretar prejuízos técnicos e financeiros para a construtora e de comprometer a qualidade final do produto, o planejamento inadequado converte-se em insatisfação para os trabalhadores, seja pela maior dificuldade enfrentada ou pela menor produtividade obtida.

Este quadro é agravado pela complexidade da comunicação dentro do canteiro de obras e dele com o setor de projetos. Segundo Franco (1995, p.11), as comunicações no processo produtivo são com freqüência feitas “homem-homem”, neste caso a gestão humana no trabalho é preponderante sobre a gestão técnica do trabalho. As dificuldades de comunicação são causadas principalmente pelo alto grau de diferenciação vertical, pela dispersão geográfica do centro de decisões do local de execução das tarefas, pela prática de subcontratação e pela grande rotatividade de equipes dentro do canteiro de obras.

Em relação à diferenciação vertical, o subsetor apresenta no mínimo quatro níveis hierárquicos, a saber: diretoria, gerentes, chefes de setor (inclusive mestre-de-obras) e operários (TAIGY, 2000). A estrutura de poder é centralizada no nível hierárquico superior, restringindo a atuação dos gerentes e engenheiros de obra apenas ao nível operacional. Baseia-se na estrutura de ofícios, principalmente nas empresas de pequeno e médio porte, onde a alta administração participa das decisões do nível tático como também do operacional (VIVANCOS, 2001). Dentro do canteiro de obras a hierarquia é bastante rígida, ficando no primeiro plano o engenheiro, responsável pela supervisão e fiscalização da obra, em segundo plano o mestre de obras incumbido de orientar os encarregados, que em terceiro plano,

inspecionam cada categoria profissional. Essa estrutura pode restringir o crescimento profissional e chance de carreira para os operários. As empresas do subsetor oferecem poucas oportunidades de ascensão o que, segundo Lima (1995), desestimula os trabalhadores que diante da falta de capacitação e da ausência de incentivos para o aprimoramento do nível de escolaridade progridem apenas de servente para oficial.

O subsetor apresenta igualmente alto grau de diferenciação horizontal, pois, segundo Taigy (2000), o serviço de engenharia é subdividido em etapas e o sistema de produção requer do nível tático da empresa o controle de tarefas relacionadas, por exemplo, com o setor de compras, finanças, arquitetura e projetos de engenharia. Cada etapa da produção envolve operações especializadas e distintas, sob responsabilidade e comando distinto, cujo grau de complexidade varia de acordo com o tipo de projeto realizado e com a fase do projeto. De acordo com Melo *et al.* (2006), a obra pode ser dividida em quatro etapas de acordo com o processo produtivo em: instalação do canteiro, fundação, elevação/estrutura e acabamento. A etapa de instalação do canteiro inclui a limpeza do terreno e a implantação das instalações físicas. A fundação abrange os procedimentos de escavações, locação da obra e a fundação/infra-estrutura. A etapa seguinte de estrutura/elevação compreende a construção da superestrutura – pilares, vigas e lajes – da alvenaria e da cobertura. E por último, a etapa de acabamento que engloba as instalações elétricas, sanitárias, hidráulicas, de incêndio e de telefonia, recobrimento das paredes, revestimentos, pintura e assentamento de pisos, esquadrias e louças sanitárias.

2.2 Estratégias organizacionais utilizadas pelas construtoras

Têm-se observado, ainda que restrito às grandes construtoras, a emergência de novas formas de racionalização do trabalho fundamentadas na flexibilidade da produção e na maior participação dos trabalhadores. Tais construtoras almejam minimizar os custos de produção e aumentar a qualidade do produto final e a produtividade dos empreendimentos por meio da introdução de modificações na organização do trabalho e na maior integração interfirmas (FRANCO, 2001). Investem mais em qualidade objetivando atender às exigências dos consumidores, da Caixa Econômica Federal, dos órgãos de certificação, bem como reduzir os custos de produção. Aquelas que desejavam permanecer no mercado tiveram que modificar sua estrutura, investir no desenvolvimento de novas estruturas/ acabamento e aperfeiçoar a mão-de-obra (BARBOSA, 2003).

Segundo Franco (1995), as construtoras que adotaram a estratégia de melhoria da qualidade atuam em nível técnico – implementação de ações nas obras e controle dos produtos e da qualidade de execução – e/ou organizacional, através da implementação da política de qualidade total. Nestas empresas houve maior preocupação com a padronização e com o treinamento dos trabalhadores, cada vez mais exigidos quanto à qualidade, produtividade e redução das perdas.

O baixo compromisso com a mão-de-obra proporciona a flexibilidade necessária para enfrentar as oscilações de demanda, porém dificulta o engajamento dos trabalhadores e a manutenção da política de qualidade total. Além do mais, traz conseqüências penosas para os trabalhadores continuamente expostos a altas cargas de trabalho e permanecem diariamente inseguros quanto ao futuro. Lima (1995) identifica a necessidade de reduzir a incerteza causada pela rotatividade presente no setor e a qualificação da mão-de-obra como fatores essenciais para a melhoria da produtividade que, dentro da filosofia de produção enxuta, vem sendo alcançada essencialmente por meio da máxima exploração dos recursos disponíveis, inclusive da mão-de-obra.

Algumas construtoras do subsetor passaram a implantar, ainda que de forma incipiente, novas estratégias de gestão da mão-de-obra, tais como: modelos participativos, treinamento e capacitação contínua dos operários, políticas de fixação da mão-de-obra, redução da subcontratação, concessão de benefícios (como por exemplo, planos de saúde e dentário, distribuição de cestas básicas, criação de creches, vale-transporte), melhoria das condições de trabalho e maiores cuidados com a higiene e segurança nos canteiros (LIMA, 1995).

Entre as estratégias utilizadas a partir da década de 90, destacam-se os modelos participativos que, segundo Lima (1995), oferecem maior autonomia e maior poder de decisão para os trabalhadores, estimulam a participação dos trabalhadores na programação das tarefas, corroboram com o melhor planejamento e com a solução dos conflitos, com a melhoria das condições de trabalho, como também tornam mais fáceis os sistemas de comunicação entre as equipes dos canteiros de obras e dessas com os setores administrativos e de projetos.

Uma política de fixação da mão-de-obra foi apresentada por Ghisi (2001). A autora investigou as mudanças estratégicas ocorridas numa empresa de médio porte da construção civil, localizada na cidade de Foz do Iguaçu – Paraná, e demonstrou que a construtora modificou a sua estratégia de gestão do pessoal visando o melhoramento do engajamento dos

trabalhadores, a eliminação dos tempos improdutivos e a redução dos altos índices de *turn over*. Para tal, a empresa passou a formar profissionais de várias especializações e, deste modo, “era ensinado ao carpinteiro serviço de pedreiro para que, quando terminasse a estrutura, ele tivesse serviço no levantamento da alvenaria. Ao pedreiro e armador, a pintura, aos encanadores e eletricitistas, o de pedreiro” (GHISI, 2001, p.85). Para Lima (1995), a polivalência dos trabalhadores contribuiria igualmente para o aumento do tempo de permanência em cada empreendimento, aumenta a certeza de continuidade de emprego e, conseqüentemente, a tranqüilidade do trabalhador.

2.3 Inovações tecnológicas e o processo de subcontratação

A construção de edificações é caracterizada pela forte influência governamental e pela estreita dependência com o desenvolvimento econômico do país. Para autores como, Aguiar (2001) e Vivancos (2001), é o “termômetro da economia”, para outros como Coelho (2003), trata-se do “pulmão da economia”. Independentemente do termo utilizado para denominar a relação do setor com a economia constata-se que os níveis de atividade da construção retraem ou prosperam de acordo com o desenvolvimento econômico do país, pois os recursos destinados ao setor, o nível de confiança do empreendedor no país e o poder aquisitivo da população são modificados com o aquecimento ou desaquecimento da economia (MIRANDA *et al.*, 2005).

O papel do estado como financiador dos empreendimentos e o índice de desenvolvimento do subsetor foram paulatinamente transformados diante das constantes alterações das políticas públicas, monetárias, fiscais e financeiras do país. Para o melhor entendimento dos processos atuais de informalidade e precarização das condições de trabalho na construção civil, é necessário, primeiramente, compreender a evolução histórica do setor, as mudanças ocorridas e os fatores que corroboraram com a constituição do contexto atual.

Inicialmente, a construção civil brasileira era constituída por trabalhadores livres, predominantemente portugueses, detentores do ofício e instrutores dos demais trabalhadores, tais como escravos – executores do trabalho braçal – índios, religiosos e militares. Até o início do século XIX, permaneciam apenas a aplicação de técnicas construtivas, copiadas dos países europeus e adaptadas às condições locais pelos mestres, pelos militares formados pelas primeiras “Aulas de Fortificações e Arquitetura Militar” – instaladas no país desde o final do século XVII – e pelos padres, instruídos para a construção de obras religiosas (HOLANDA; BARROS, 2004; MALDANER, 2003).

No início do século XIX, foi criada a academia nacional de engenharia, juntamente com a implementação dos cursos superiores de medicina e direito no país. O período que sucede até 1930 é marcado pela criação das primeiras empresas de construção nacionais, pelo início do subsetor construção pesada com a construção de usinas e abertura de ferrovias, e, principalmente, pela substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, com efetiva participação de migrantes. Os trabalhadores organizavam-se em corporações de ofício, onde os ensinamentos dos mestres eram repassados no exercício do próprio trabalho aos aprendizes. Eram considerados ‘elite’ da classe operária, com ótimos níveis cultural e salarial, em alguns casos dotados de habilidades artísticas e com grande poder de mobilização. Nesta época, a construção desfrutava da melhor e maior organização sindical (HOLANDA; BARROS, 2004; VIVANCOS, 2001).

Nos anos seguintes, 1930 a 1950, surgem no país as primeiras companhias especializadas na execução de partes das obras – semelhantes às atuais subempreiteiras (FARAH, 1996) – e as primeiras obras realizadas pela montagem industrial, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Petrobrás (HOLANDA; BARROS, 2004). Inicia-se neste período o processo de desqualificação da mão-de-obra, pois, como afirma Sacomano (1998, p.58), apesar da trajetória promissora da construção civil, “a capacitação técnica dos operários não acompanhou o desenvolvimento do setor”. A mão-de-obra formada nas tendas de ofício é, então, gradativamente substituída por migrantes da zona rural que passam a aprender na prática o ofício que antes era transmitido do mestre para o seu aprendiz. Segundo Maldaner (2003), constitui-se, então, o processo de desestruturação profissional da categoria e proletarização.

No final da década de cinquenta, começam a ser instituídas no país as práticas de favoritismo na fixação de contratos públicos em troca do financiamento das campanhas políticas. Essa relação do Estado – principal “*stakeholder*” do setor (GHISI, 2001, p.54), com as companhias da construção civil permanece até os dias atuais, explicando, em parte, de acordo com Ireland (1996), o atraso tecnológico da indústria da construção. Desde então, as companhias nacionais dão prioridade às estratégias de utilização intensiva da mão-de-obra.

Franco (2001) explica que, entre as décadas de 1950 e 1970, a lógica da racionalização e da produtividade eram desconsideradas pelas companhias, pois o crescimento das construtoras encontrava-se atrelado à capacidade de negociar com os fornecedores e ao poder de barganha e negociação com o governo. Para o autor houve neste período o “*boom*” da construção civil alavancado pelas obras estatais de urbanização e pelo financiamento do

Banco Nacional de Habitação – BNH. Criado em 1964, o BNH tornou possível o desenvolvimento da construção habitacional ao viabilizar a casa própria popular através do INCOOP (Instituto com Organização Cooperativa) e das COHAB (Cooperativas Habitacionais) bem como ao estimular a introdução de novas tecnologias capazes de reduzirem os custos, os prazos e simultaneamente permitir a produção em escala. Os motivos que levaram à criação do BNH faziam parte das estratégias do regime militar que almejava: absorver o grande contingente de mão-de-obra que se acumulava nas cidades decorrente do aumento do êxodo rural, atender o sonho da classe média de comprar a casa própria, diminuir o déficit habitacional urbano e fortalecer toda cadeia produtiva da construção civil (GHISI, 2001).

No início dos anos 80, começa o processo de retração do mercado de habitação social decorrente da crise econômica que atingiu o país. Os repasses insuficientes de recursos públicos para o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), resultaram na reorientação do papel do BNH, e, em seguida, na sua extinção no ano de 1986. Os motivos que levaram à falência do sistema foram o agravamento da inflação, o déficit provocado pelo Fundo de Compensação das Variações Salariais¹³ (FCVS), reajustes abaixo da inflação e elevação nas taxas de juros (GHISI, 2001).

Diante do desaquecimento do subsetor de edificações, as construtoras buscaram encontrar alternativas para a redução dos custos de produção, fator imprescindível para sobreviver no mercado. Novas estratégias empresariais mercadológicas, tecnológicas e organizacionais foram implementadas. Conforme aponta Ghisi (2001), algumas construtoras encontraram como solução, para a perda do poder de compra da classe média, a modificação do produto, através da redução da área e dos custos dos apartamentos construídos.

Holanda e Barros (2004) destacam como estratégias marcantes iniciadas na década de 80 a adoção de novas tecnologias e a delegação de parte da obra para subempreiteiras. A prática de subempreitar corrobora com a redução dos custos sociais e trabalhistas, como também, dissimula a prática ilegal de contratação da mão-de-obra.

A partir da década de 90, o subsetor edificações modificou-se profundamente resultando no aumento da competitividade, em decorrência da: abertura dos mercados à concorrência internacional, redução dos recursos financeiros, retração do Estado como agente

¹³ Segundo Ghisi (2001, p.59), o FCVS foi criado no início da década de 80, com o objetivo de “assumir o risco pelo pagamento dos possíveis saldos devedores residuais, provocados por diferentes critérios nos reajustes das prestações e dos saldos devedores”.

financiador, ampliação do número de competidores, estabilização econômica (marcada pela retração da inflação), nova demanda dos clientes – cada vez mais exigentes –, criação do Código de Defesa do Consumidor, atenuação da corrupção nos mercados públicos, maior complexidade e variabilidade das operações e aumento do conteúdo técnico das obras (VIVANCOS, 2001).

Novas tecnologias passaram a ser empregadas na construção de edificações, impulsionadas pela evolução dos materiais de construção, demandando a entrada de novos equipamentos e novas técnicas de execução. Na metade da década de 90, surgem as empresas especializadas no fornecimento de serviços e insumos de alta tecnologia, tais como: fundação, estrutura, concretos especiais, estruturas metálicas, *dry wall* (sistema construtivo a seco que utiliza chapas de gesso fixadas sobre estruturas metálicas) ou mesmo esquadrias (GHISI, 2001). Simultaneamente, se consolida no país a montagem de sistemas pré-fabricados, que elimina do canteiro de obras etapas do processo de construção (OLIVEIRA, 2005).

As novas exigências tecnológicas e de qualidade passaram a demandar de parte dos operários da construção civil outras competências e maiores necessidades de qualificação. Conforme argumenta Lima (1995, p.19), o que essencialmente ocorreu foi o agravamento do processo de desqualificação profissional, pois grandes partes das inovações ocorridas vieram embutidas nos materiais tornando menos complexas as operações do processo produtivo. Deste modo a habilitação profissional foi perdendo lugar “à especialização na realização de operações simplificadas”. Para Oliveira (2005), as novas exigências de qualificação impõem aos antigos trabalhadores da construção civil a necessidade de aperfeiçoamento, caso contrário, tornam-se inadequados ou inaptos ao mercado de trabalho.

Nas últimas décadas, a construção de edificações apresentou também profundas modificações motivadas pelo processo de abertura econômica e reestruturação produtiva. Para Ramalho (1997, p.86), o processo de reestruturação produtiva no Brasil assemelha-se a outras experiências do mundo industrializado, marcado pela intensificação da prática de subcontratação¹⁴, pelo aumento da exploração do trabalho, pelo aumento da informalidade¹⁵ e pela diminuição dos direitos conquistados, agravado pelo quadro de desmobilização dos sindicatos.

¹⁴ A subcontratação inicia-se no setor na década de 80 em resposta à retração do mercado consumidor, ao aumento das exigências de personalização/diferenciação das unidades e intensificação da concorrência (FARAH, 1996).

¹⁵ Segundo Campos (2001), o aumento da informalidade na década de 90 no setor da construção civil é, comprovado pela ausência de correlação entre o nível de produção e o nível de emprego, visto que nos períodos de crescimento do setor houve uma redução do nível de emprego.

Segundo Serra (2001), a estratégia de transferir atividades ou serviços para outras firmas é denominada indiscriminadamente no Brasil tanto por subcontratação como por subempreitada, e, de modo recente, também por terceirização. Thébaud-Mony e Druck (2007) consideram a terceirização/subcontratação um fenômeno mundial, generalizado para todos os tipos de atividades e ramos produtivos. Desta forma, independentemente do termo utilizado, e das denominações existentes em cada país, o sistema funciona na construção da seguinte maneira: o contratante (construtor) contrata empreiteiros, especializados em mão-de-obra e/ou serviços, que freqüentemente subcontratam pequenas empresas de mão-de-obra¹⁶, que por sua vez contratam os operários (profissionais autônomos ou registrados pelas subempreiteiras) responsáveis pela prestação de serviços. Mas cabe enfatizar que esta prática envolve tanto as atividades-meio, como por exemplo serviços de limpeza, vigilância e zeladoria, como as atividades-fim desde o projeto até a execução da obra (LIMA, 1995).

Branco e Serra (2003) apontam a subcontratação como uma forma organizacional que se justifica em razão da: demanda variável de mão-de-obra ocasionada pela especificidade temporária dos projetos, uso de técnicas específicas para cada construção, descontinuidade no processo produtivo, vulnerabilidade do mercado e pela atual necessidade de flexibilidade.

Como ponto positivo da prática de subempreitar, sob o ponto de vista das empresas, Franco (1995) afirma que os subempreiteiros obtêm melhores deslocamentos de pessoal de uma obra para outra e asseguram uma rápida estruturação das equipes de trabalho, resultando em maior eficiência produtiva. Além do mais, permitem a especialização das equipes. Por outro lado, como pontos negativos, a empresa contratante enfrenta problemas relacionados ao desperdício de materiais, à não conformidade do produto, à complexidade de gestão de equipes distintas e à falta de compromisso dos trabalhadores autônomos ou subcontratados com os objetivos e com a política da construtora. Os mestres de obras passam a encontrar dificuldades para cobrarem diretamente da mão-de-obra os serviços prestados, precisando, repetidas vezes, recorrerem aos encarregados. Um trecho da entrevista feita por Lima (1995, p.93), com um trabalhador do subsetor, é ilustrativo a esse respeito: “Quando estou por empreitada não me importo em desmanchar, pois o salário vem igual e o problema é da empresa”.

¹⁶ É comum as grandes empreiteiras subcontratarem os serviços de empresas menores, nem sempre regularizadas, responsáveis pela gestão dos recursos humanos; recrutamento, treinamento, alocação, demissão e controle.

Além disso, muitas construtoras acabam arcando com descumprimento da legislação trabalhista praticado pelas pequenas empreiteiras. Para Branco e Serra (2003), os trabalhadores informais abrem ações na justiça contra as grandes construtoras e não contra o subempreiteiro que o contratou. Brandli (1997) constatou que algumas construtoras de Florianópolis-SC, preocupadas com as questões judiciais, descontam diretamente das empreiteiras as parcelas referentes ao INSS e Imposto sobre Serviços (ISS) e outras passaram a solicitar dos operários subcontratados a apresentação do registro na carteira de trabalho. Tal situação se faz necessária uma vez que o principal critério utilizado pelas construtoras para selecionarem os subempreiteiros é o menor preço (AGUIAR, 2001). Por conseguinte, além de não arcarem com os benefícios previdenciários dos trabalhadores, as prestadoras de serviços de pequeno porte nem sempre apresentam condições financeiras e estruturais para garantirem o treinamento dos trabalhadores nem mesmo para oferecer condições apropriadas de trabalho.

A década de 90 foi marcada ainda por fraudes e crises que afetaram algumas construtoras do setor de edificações, como os famosos casos da ENCOL e SERSAN. Tais construtoras motivaram o colapso do mercado imobiliário e comprometeram a sua imagem, pois consumiram os capitais de poupanças disponíveis e não entregaram aos consumidores os imóveis vendidos (GHISI, 2001). O mercado imobiliário enfrentou outros obstáculos como a falência do SFH, o retraimento do Estado como promotor e financiador de edificações, os altos custos dos empréstimos bancários, bem como empecilhos para obtê-los. Como alternativa para a falta de financiamento, algumas empresas passaram a executar a totalidade da obra com recursos próprios, outras passaram a vender o imóvel na planta, enquanto o restante concentrou suas atividades nas classes com maiores poderes aquisitivos¹⁷, capazes de pagar em médio prazo o imóvel adquirido.

Desde então, a estratégia de terceirização das atividades desenvolvidas por uma empresa da construção civil para outra empresa contratada vem tornando-se prática cada vez mais evidente no subsetor de edificações. Tal fenômeno, segundo Ghisi (2001), levou as empresas da indústria da construção civil a reduzirem, nos últimos anos, a um terço o número de funcionários registrados. Uma pesquisa feita nos canteiros paulistanos pelo Departamento de Pesquisa e Análise de Mercado identificou, no ano de 1997, a prática de terceirização em 95% das quarenta e duas empresas pesquisadas (CAPOZZI, 1998).

¹⁷ Lima (1995) afirma que ao adotar a estratégia de mercado voltado para as classes média e alta as construtoras tiveram que buscar diferenciação, personalização e sofisticação de seus projetos e produtos e a manter alto padrão de qualidade, pois, somente assim, conseguem atender os novos hábitos de consumo deste grupo de clientes, cada vez mais exigentes.

Desde 2004, a construção encontra-se novamente em crescimento e, projeções otimistas, esperam um aumento de 7,7% ao ano até 2010, considerando: expansão do PIB nacional, excelente desempenho dos financiamentos imobiliários, redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e perspectiva de liberação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com o PAC, o governo planeja estímulos proporcionados à expansão da infra-estrutura e da oferta de habitação. Na estimativa do SindusCon-SP (2007), espera-se que a taxa de ocupação dos trabalhadores do setor cresça, em média, 5,8% no mesmo período.

Entretanto, cabe aqui ressaltarmos que em momentos de expansão, a terceirização não deixa de ser vista pelos empresários como uma valiosa e reconhecida estratégia na esfera da competitividade. A estratégia de terceirização sempre buscou por um lado minimizar e controlar os custos diretos e indiretos através da contratação de empresas especializadas em serviços complementares, que segundo Franco (1995), atuam onde a empresa contratante não tem conhecimento especializado para realizar um determinado tipo de serviço. Por outro lado, tal prática passa a ser utilizada pelas construtoras direcionada exclusivamente para a subcontratação de mão-de-obra, com caráter substitutivo. Neste caso, trata-se de uma estratégia competitiva de desverticalização ou desintegração vertical, onde firmas individuais, conhecidas como ‘gatos’, fornecem trabalhadores especializados em partes das obras (SERRA, 2001).

A revisão bibliográfica mostra que as práticas de subcontratação e terceirização são estratégias que persistem e se fortificam na construção de edificações nas últimas décadas, mesmo em momentos de expansão do setor. Tais mudanças resultaram no aumento do número de pequenas empresas prestadoras de serviços e na intensificação do processo de informalidade¹⁸, visto que as empresas de pequeno porte, mesmo quando legalizadas, registram apenas uma parcela dos trabalhadores, sendo o restante da mão-de-obra absorvida sem nenhum tipo de contrato. Esta estratégia evita que as grandes empresas tenham problemas judiciais ao contratarem trabalhadores informais, pois, segundo um diretor de uma construtora entrevistado por Ghisi (2001), as grandes empresas têm um nome a zelar e os trabalhadores informais não entram na justiça contra o contratante pequeno, soma-se a isso o

¹⁸ De acordo com Cacciamali (2000), o processo de informalidade é marcado pela reorganização do trabalho assalariado e pela reformatação das relações de trabalho, apreendendo determinadas formas de organização da produção, como o trabalho por conta própria e a microempresa, bem como formas de assalariamento ilegal. Segundo a autora, o trabalho autônomo engloba os fenômenos do auto-emprego e outras estratégias de sobrevivência empreendidas por indivíduos com dificuldades de reemprego, de ingresso no mercado ou, àqueles que, por opção, auferem renda através de formas de trabalho por conta própria ou em microempresas.

fato de pequenas empresas fecharem e mudarem de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) constantemente, dificultando a abertura dos processos, que em alguns casos prescrevem antes de serem julgados.

As inovações tecnológicas e organizacionais que atingem o subsetor de edificações são ainda pontuais, muitas vezes limitadas às grandes empresas e, até mesmo, obsoletas quando comparadas a outras indústrias. Maldaner (2003) descreve que a falta de fornecedores para reposição dos materiais, o despreparo da mão-de-obra e o custo elevado são obstáculos para o avanço tecnológico do subsetor.

Franco (2001) lembra que apesar da mudança cultural e das rupturas recentes, convivem no subsetor formas tradicionais de racionalização, dificultando, desta maneira, o processo de modernização, uma vez que a mesma estrutura organizacional de produção artesanal mantém-se conservada. Para o autor, as transformações tecnológicas do subsetor ocorrem: no **Processo Tecnológico** – melhoria dos meios de execução e dos processos de produção – na **Qualidade** – implantação de sistemas de qualidade voltados para os produtos e para o processo de execução em todas as etapas da obra – e na **Formação, Segurança e Saúde**, através da política de melhoria continuada e dos treinamentos da mão-de-obra.

A manutenção da precariedade das condições de trabalho é, segundo Lautier (1993), um dos fatores responsáveis pela escassez de mão-de-obra qualificada na construção civil. A evasão dos trabalhadores deste setor para outros setores informais da economia, como, por exemplo, o comércio ambulante impõe a criação de alternativas pelo patronato para, segundo o autor, “estabilizar a mão-de-obra mais qualificada na firma”¹⁹ (p.17). Tais alternativas incluem investimentos na promoção e garantia de acesso ao seguro-saúde, aposentadoria, assistências médica e dentária gratuitas e capacitação profissional.

Lautier (1993) chama atenção ainda para o papel dos empreiteiros na contratação dos operários da construção civil. Para o autor, os empreiteiros recrutam suas equipes através de simples anúncios nas obras, indiferentes à qualidade da mão-de-obra, reforçando a imagem social do empregador que contrata os excluídos, possibilitando, assim, aos empresários melhor poder de negociação de créditos e maior poder coercitivo. Esta imagem de mão-de-obra ‘excluída’ corrobora a manutenção da exploração dessa categoria, fazendo com que os trabalhadores aceitem passivamente as formas de trabalho insalubres, as condições subumanas

¹⁹ Lautier (1993) cita os eletricitistas, bombeiros, operadores de grua, aplicadores de azulejos e vidraceiros como exemplos de mão-de-obra qualificada.

de alojamento e alimentação, o aumento da jornada de trabalho, a falta de equipamentos de proteção e ausência dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Lima (1995) afirma que alguns operários com maiores habilidades preferem trabalhar na informalidade. Apenas aceitam trabalhar como assalariado quando há um sistema de premiação por produção. Entretanto, na maioria das vezes, de acordo com Ghisi (2001), os trabalhadores se sujeitam às condições precárias do ‘gato’ devido à melhor remuneração, que na maioria das vezes, vem atrelada a sua produtividade.

Para Lautier e Pereira (1994, p.148), “a estigmatização e a tentativa de escapar a um estatuto negativo é que explicam a rotatividade e os baixos salários, que o nível de desemprego ou a referência de um padrão mínimo de consumo não conseguem explicar”. Relatam que o “mercado” de trabalho na construção civil só funciona, uma vez que, na ausência de qualificação, os trabalhadores são condenados a agirem através da negação de si mesmos.

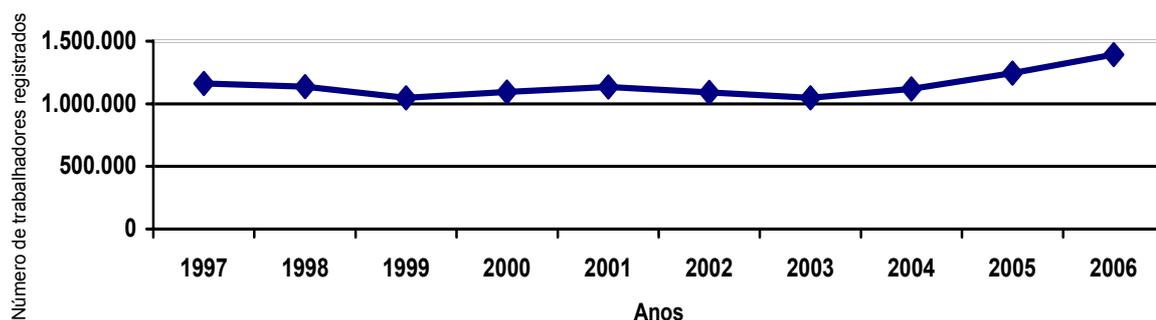
2.4 O emprego informal no setor

O principal reflexo do crescimento do mercado da construção habitacional nos últimos quatro anos é o aumento no nível de emprego. Entretanto, é importante mencionarmos que a maior oferta de empregos formais é também acompanhada pela expansão da oferta de empregos informais e aumento do número de “gatos”. Para o presidente do Sindicato da Construção Civil de São Paulo, as medidas adotadas pelo atual governo contribuem com a aceleração “de um quadro trágico, com o trabalhador executando suas funções na informalidade, sem direitos trabalhistas como 13º salário, férias, recolhimento de seus dividendos junto à Previdência e, principalmente, o incremento das tarefas” (RAMALHO, 2008, p.1).

Números da RAIS²⁰, sintetizados na Figura 2.1, revelam que o número de trabalhadores registrados no setor da construção civil retraiu em 9,8% entre 1997 e 2003, passando de um total de 1.161.931 para 1.048.251. Há que se considerar que tal redução era uma plausível demonstração do processo de reestruturação produtiva que enfrentava o setor

²⁰ “A RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) é um registro administrativo, instituído pelo Decreto 76.900/75, o qual determina que todas as empresas do setor formal no Brasil devem declarar ao Ministério do Trabalho e Emprego as relações de emprego que registraram durante o ano. Essa declaração deve ser feita uma vez por ano e contém informações relativas às relações de emprego formalizadas em qualquer período ao longo do ano anterior. Dessa forma, a RAIS tenta representar um censo anual do emprego formal, a partir de informações secundárias” (PERTICARRARI, 2003, p.01).

nos últimos anos, marcado pelo enxugamento de pessoal, pela subcontratação e terceirização de serviços e da mão-de-obra, pela grande utilização de profissionais autônomos, pela abertura de pequenas empresas informais, bem como pelo processo de redução dos investimentos estatais e pelo desaquecimento do setor (TAIGY, 2000). A partir de 2004, os investimentos na construção ocasionam o aumento gradativo do emprego na área, passando de 1.118.570 trabalhadores registrados na construção em 2004 para 1.393.446 em 2006.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS - 1997 a 2006 (on-line).

FIGURA 2.1 – Evolução do Emprego Formal na Indústria da Construção Civil (Brasil: 1997 a 2006) – Total/construção/ano.

Conforme o levantamento do SindusCon-SP (2008), o nível de emprego da indústria da construção civil fechou 2007 com alta de 13,3%, a maior desde 1995. Em 2007, foram criados 206,6 mil empregos formais. Estima-se que o setor empregue próximo de quatro milhões e meio de pessoas, sendo que cerca de 65% trabalham sem registro em carteira profissional.

A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma das poucas fontes capazes de mostrar um panorama da informalidade. O aumento da informalidade na década de 90 é comprovado pela ausência de correlação entre o nível de produção e o nível de emprego, visto que nos períodos de crescimento do setor houve uma redução do nível de emprego. No ano de 2002, a PNAD revelou que, para cada trabalhador da construção civil com registro em carteira, existiam aproximadamente quatro operários na informalidade. Observa-se na Tabela 2.2 que, dos quase 5,6 milhões de trabalhadores, cerca de quatro milhões não eram registrados, representando 71,8% do total de trabalhadores fora da rede de proteção social do estado (IBGE/PNAD, 2002).

TABELA 2.2 – Participação da construção civil no mercado informal (BRASIL/PNAD/2002).

	Total	Formal	Informal	Participação Informal
Construção Civil	5.558.379	1.604.807	3.994.520	71,8%
Total de trabalhadores	78.179.622	35.143.804	43.035.818	55%
Participação da Construção Civil (%)	7,1%	4,6%	9,3%	

Fonte: PNAD (2002) – IBGE.

Os resultados da PNAD de 2004 apontam uma expansão dos empregos protegidos acompanhada da perda de fôlego do emprego informal. No grupamento da construção, houve aumento substancial no número de empregados com carteira assinada, entre 2003 e 2004, cerca de 12,7%, sinalizando, segundo IBGE (2005), o aquecimento do segmento das grandes construtoras. Por outro lado, também cresceu em 5% o número dos trabalhadores da construção sem carteira. Os dados mostram ainda que cerca de 70% dos operários não registrados trabalhavam em empreendimentos da construção com até cinco ocupados. Nesse mesmo período, os trabalhadores por conta própria tiveram redução de 4,6% (IBGE, 2006).

Em 2006, a PNAD revela o aumento do percentual de trabalhadores formalizados, o maior desde o início dos anos 90. Os recolhimentos previdenciários cresceram 25% entre 2001 a 2006, perante uma elevação da população ocupada da ordem de 16%. A PNAD de 2006 também confirmou que do total de 29 milhões de brasileiros que não contribuem para a Previdência Social, cerca de 15 milhões têm condições de recolher pagamentos ao INSS, caso contribuíssem com R\$ 34,30 mensais, o equivalente a 11% do salário mínimo²¹. Com relação às atividades, entre os trabalhadores desprotegidos, a construção (16,13%) é ainda o setor com maior quantidade de trabalhadores informais, apesar da sua recente expansão (IBGE/PNAD, 2006).

Estimativas do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo apontam que a informalidade ultrapassa o percentual de 70% em 2006 (SINDUSCON-SP, 2008). Se projetarmos este percentual para os valores formais da construção contabilizados pelas Rais 2006, podemos inferir que para o total de 359.852 trabalhadores formais no estado de São Paulo, existem cerca de 830.000 informais. O mesmo cálculo pode ser feito para São

²¹ Cacciamali (2000) afirma que a não inclusão aos sistemas de proteção é um fenômeno que atinge os trabalhadores e o Estado: os trabalhadores informais, sem as garantias sociais, permanecem posicionados em uma condição de ausência de direitos e de obrigações; o Estado, diante da sonegação, fica sem receita para cumprir as obrigações da Previdência Social e para implementar outras políticas sociais.

Carlos. Neste caso, 1.735 trabalhadores eram formais em 2006, podendo existir próximo de 4000 trabalhadores informais na construção civil em São Carlos.

Embora sejam projeções, podemos afirmar que os contratos informais se sobrepõem aos formais no setor. A grande maioria dos trabalhadores da construção civil recebe pelas horas trabalhadas ou trabalha por tarefa, os chamados “tarefeiros” – autônomos registrados como pessoas físicas, que contratam trabalhadores para obras, sem vínculo. A terceirização em empresas também contribui para a informalidade, uma vez que muitos dos contratos não são formalizados, além disso, empresas formais da área utilizam a tática de assinar a carteira de apenas metade ou uma pequena parte dos trabalhadores (SINDUSCON-SP, 2008).

É importante mencionarmos que este contexto pode ser combatido com a imposição de multas, cobranças das contribuições sociais e até embargo da obra (SINDUSCON-PR, 2005), entretanto, não é isso que ocorre na prática. Apesar da existência da NR-18 – legislação específica para a indústria da construção (criada em 1983 e alterada em 1995 pelo Ministério do Trabalho e Emprego²²) e da criação do Comitê de Combate à Informalidade, o quadro de precariedade das condições de trabalho e das relações contratuais é densamente presente neste setor.

No caso de São Carlos, os auditores fiscais entrevistados²³ afirmaram que a maior parte das ações de fiscalização ocorridas acontece nas plantações de laranja e cana de açúcar, devido aos casos recentes de trabalho quase escravo e mortes por exaustão. Explicam que a construção está “num período de baixa na cidade”. Neste caso, não se referem ao número total de empreendimentos, já que é evidente o crescimento de condomínios horizontais na cidade, bem como a expansão do setor de acordo com os dados da Rais. Para eles, trata-se de um período de baixa porque há pouquíssimas obras verticais ou de grandes proporções. As ações realizadas voltam-se, portanto, principalmente para a adequação dos canteiros de obra às condições mínimas de segurança, principalmente, quanto ao uso dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), e averiguação dos casos de óbitos e acidentes graves na construção. Explicam que nos últimos anos foram feitas algumas ações para combater a irregularidade dos contratos de trabalho, como por exemplo, o embargo da obra do Teatro Municipal, devido ao

²² NR 18 é a Norma Regulamentadora das condições e meio ambiente de trabalho na indústria da Construção, cujo intuito é estabelecer “diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção” (BRASIL/MTE, 2005).

²³ Foram feitas duas entrevistas no dia 03/04/2008 com auditores fiscais (engenheiros) da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (antiga Delegacia Regional do Trabalho – DRT) da cidade de São Carlos.

não pagamento dos funcionários, ou a realização de “tocaias²⁴”, na porta dos grandes empreendimentos verticais da cidade.

Ações como essas demonstram a importância do aumento do número de fiscalizações para o combate da informalidade no setor, bem como sua expansão para obras menores, tais como: casas, sobrados e construção de prédios de até quatro andares. Porém, algumas cidades possuem número insuficiente de fiscais ou, como no caso de São Carlos, possuem outras prioridades. Apesar da necessidade do aumento do número de fiscalizações, Ghisi (2001) afirma que tanto as prefeituras como o CREA – Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia – somente buscam autuar e intimar a regularização de obras clandestinas em períodos de baixa arrecadação. Ao intimar a regularização dos tributos, a autora conclui que o poder público obtém maior arrecadação, contudo, ao mesmo tempo, consente às construtoras irregulares a obtenção de vantagens financeiras através da informalidade, ratificando, conseqüentemente, a exclusão social vivenciada pelos trabalhadores informais. Um trecho retirado de uma entrevista feita pela autora com um diretor de uma construtora de médio porte é ilustrativo a esse respeito:

Nós temos falhas na nossa legislação e no cumprimento dela. Hoje, por exemplo, o INSS admite que um proprietário qualquer, que tenha feito uma construção, vá lá e quite o INSS da obra, sem comprovar que teve empregado registrado. Pagou a taxa, chegou no que eles querem e está tudo certo.[...] a informalidade é aceita e legitimada pelo próprio órgão arrecadador e fiscalizador (GHISI, 2001, p.111).

Iniciativas locais como os Comitês de Combate à Informalidade na Construção Civil buscam incentivar a legalização na construção de obras, uma vez que a legislação de segurança, trabalhista e previdenciária não vêm sendo cumpridas nos canteiros, principalmente o registro em carteira de trabalho (SINDUSCON-PR, 2005).

Os comitês almejam recuperar os direitos dos trabalhadores à cidadania e à proteção social, pois sem o registro em carteira, esses trabalhadores não compõem um corpo coletivo e nem estão incluídos dentro do sistema de proteção social. No estado de Pernambuco, por exemplo, o estabelecimento de contratos temporários e o direito de formação de banco de horas não foram aprovados em convenção coletiva de trabalho realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil. Tais decisões fazem parte da luta do sindicato local em defesa dos trabalhadores e ao combate da informalidade. Para o sindicato de Pernambuco as cooperativas de operários favorecem o agravamento da informalidade, uma

²⁴ Aguardam a entrada dos trabalhadores no início do turno para verificar a relação contratual. Anotam nome por nome e autuam a construtora por cada caso irregular.

vez que o trabalhador recebe o status de empresário, perdendo, desta forma, as garantias de estabilidade, o registro em carteira de trabalho e, além disso, não priorizam as práticas de prevenção em segurança e higiene do trabalho (TAIGY, 2000).

2.5 Acidentes e doenças do trabalho na construção civil

A indústria da construção civil possui um dos maiores índices de afastamentos e doenças ocupacionais relacionados ao trabalho, sendo os maiores percentuais encontrados no subgrupo ‘Construção de Edifícios e Obras de Engenharia Civil’ (INST/CUT, 2005). Apesar do quadro historicamente alarmante, os números oficiais encontram-se subnotificados, não englobando autônomos e informais. Para Miranda (2005), a fragilidade do sistema de notificação deve-se ao fato do INSS somente contabilizar os eventos registrados²⁵ e ocorridos entre os trabalhadores segurados – com carteira assinada. Além do mais, a desinformação dos trabalhadores sobre os seus direitos, a morosidade do processo²⁶, o despreparo das equipes de saúde²⁷ e o medo do desemprego também reduzem o percentual de casos notificados às autoridades (SILVEIRA *et al.*, 2005; RIGOTTO, 1998).

Dados comparativos dos setores econômicos, de acordo com o número total de celetistas, apontam que em 2003 a Indústria da Construção Civil ocupou o terceiro lugar em incidência de acidentes de trabalho registrados (relação entre o número de contribuintes e o número de acidentes), com incidência de 2.11, permanecendo somente atrás do grupo “Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Pesca” (Incidência = 2.43) e do grupo “Saúde” (Incidência = 2.30), conforme detalhado na Tabela 2.3. Podemos observar ainda que a Indústria da Construção Civil foi responsável por 5,63% (21.973) do número total dos acidentes do trabalho notificados (390.056) – incluindo os dados ignorados – sendo que destes, 19.093 foram categorizados como **acidentes típicos**²⁸, o que corresponde a um percentual de 86,9% do total de acidentes do setor. Os **acidentes de trajeto**, aqueles ocorridos

²⁵ Cabe a empresa notificar a ocorrência de acidente de trabalho ou doença profissional à Previdência Social através da emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT (MIRANDA, 2005).

²⁶ Segundo Blanes (1992), a legislação e a tramitação do processo acidentário no Brasil são demorados prejudicando as conquistas dos direitos do trabalhador.

²⁷ As equipes de saúde encontram-se despreparadas para a caracterização donexo causal. Diante da prioridade do atendimento aos indivíduos enfermos ou acidentados, deixam de realizar a anamnese ocupacional não anotando nos prontuários informações sobre a ocupação e sua relação com o evento ocorrido. Caso confirmados poderiam ser notificados à Previdência Social, corroborando com a diminuição da subnotificação dos acidentes de trabalho no Brasil (SILVEIRA *et al.*, 2005).

²⁸ **Acidente típico** decorrente da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentado; **Acidente de trajeto** é aquele ocorrido no trajeto entre a residência e o local do trabalho do segurado e **Doença profissional** ou do trabalho é qualquer tipo de doença profissional característico a determinado ramo de atividade (MPAS, 2006).

no trajeto entre a residência e o local do trabalho do segurado, contabilizaram 2187 registros e, no mesmo ano, tiveram 692 registros por **doenças do trabalho**. Neste ano, ocorreram 310 acidentes fatais no setor, cerca de 12% do número total de óbitos registrados pela Previdência Social (MPAS, 2005).

TABELA 2.3 – Acidentes do trabalho registrados dos contribuintes da Previdência Social por grupo de atividade econômica –Brasil, 2003.

GRUPOS	Celetistas	AT líquido	Incidência do AT	AT Registrado	Típicos	Trajeta	Doença do trabalho	Óbito
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Pesca	1.259.919	32.023	2,43	30.665	28.780	1.590	367	217
Extrativa Mineral	122.403	2.457	1,85	2.260	2.018	119	123	27
Indústria da Transformação	5.255.543	116.289	2,10	110.130	93.936	9.388	6.806	536
Eletricidade, Gás e Água.	192.172	2.993	1,44	2.773	2.186	466	121	46
Indústria da Construção	1.042.510	23.904	2,11	21.972	19.093	2.187	692	310
Comércio e Veículos	5.117.644	43.244	0,79	40.674	30.339	8.192	2.143	471
Alojamento e Alimentação	895.913	7.228	0,76	6.799	5.031	1.295	473	38
Transporte, Armazenagem e Comunicações	1.453.982	25.132	1,61	23.399	17.592	4.140	1.667	419
Intermediações Financeiras	565.649	4.920	0,74	4.160	1.571	838	1.751	16
Atividades Imobiliárias e Serviços Prestados	3.203.632	29.668	0,87	27.878	18.565	6.704	2.609	253
Administração Pública	642.720	7.355	1,08	6.942	5.415	1.277	250	54
Ensino	872.926	3.984	0,44	3.834	2.879	748	207	9
Saúde	1.094.572	25.784	2,30	25.202	20.659	3.816	727	21
Outros Serviços	1.249.712	15.327	1,17	14.577	11.821	2.183	573	83
Serviços Domésticos	8.685	114	1,32	115	95	19	1	2
Organizações Internacionais	1.976	0	0,51	10	10	0	0	0
Totais	22.980.911	340.432	1,70	321.390	259.918	42.962	18.510	2.502
Ignorado	0	72.521	0	68.790	59.985	6.10	2.698	80

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho - AEAT (MPAS, 2005).

* *Típicos*: ocorridos no exercício do trabalho ou que decorrem da extensão do conceito inserido na Lei 8.213/91;

** *Trajeto*: ocorrido no trajeto casa-trabalho-casa;

Números mais recentes referentes aos trabalhadores contribuintes do ano de 2006 mostram que o setor, em especial, o subsetor de edificações, ocupa os primeiros lugares, em número de acidentes e em casos de óbitos, comparado às estatísticas dos diversos setores econômicos (MPAS, 2008). Em 2006, a Indústria da Construção foi responsável por 6,26% (31.529) do número total notificado (503.890) – incluindo os dados ignorados. Destes, 27.147 foram categorizados como acidentes típicos, o que corresponde a um percentual de 86,1% do total de acidentes do setor. Enquanto os acidentes de trajeto contabilizaram 3.417 registros e, no mesmo ano, ocorreram 965 registros por doenças relacionadas ao trabalho. Em detalhe, na

Tabela 2.4, podemos constatar que, entre 1999 a 2006, o percentual de Acidentes do trabalho (AT) registrados no setor foi, em média, 6,61% do total. O maior percentual alcançado neste período foi cerca de 7,48% em 2001, e o menor em 2003, próximo de 5,63%.

TABELA 2.4 – Acidentes do trabalho registrados na construção civil, Brasil, 1999 a 2006.

Ano	Acidentes Registrados	% *	Acidentes típicos	Acidentes de trajeto	Doenças Profissionais
1999	27.826	7,17%	24.950	2.008	868
2000	25.536	7,02%	22.637	2.112	787
2001	25.446	7,48%	22.557	2.154	735
2002	28.484	7,25%	25.029	2.532	923
2003	21.972	5,63%	19.093	2.187	692
2004	28.875	6,23%	24.985	2.838	1.052
2005	29.228	5,85%	25.180	3.012	1.036
2006	31.529	6,26%	27.147	3.417	965

Fontes: Anuário Brasileiro de Proteção (2005) e Anuário estatístico da Previdência Social (2006).

% Percentual sobre o total de acidentes notificados incluindo os dados ignorados.

O subgrupo ‘Construção de Edifícios e Obras de Engenharia Civil’ possui os maiores índices do setor, conforme os números apresentados na Tabela 2.5.

TABELA 2.5 – Acidentes do trabalho (AT) na construção civil por subgrupo CNAE/ Brasil, 2003.

SUBGRUPOS (CNAE)	Celetistas	Acidentes	Doenças do trabalho	Incapac. temporária	Mortes	Acidentados 16 a 34 Anos
Construção de Edifícios e Obras de Engenharia Civil	828.157	16.003	494	14.592	223	7.453
Obras de Infra-Estrutura para Engenharia Elétrica, Eletrônica e Engenharia Ambiental	81.525	2.129	75	1.846	43	1.203
Obras de Acabamentos e Serviços Auxiliares da Construção	67.312	1.728	52	1.641	17	874
Obras de Instalações	73.082	1.325	39	1.198	20	755
Preparação do Terreno	34.679	711	31	676	6	341
Aluguel de Equipamentos e Demolição com Operários	3.421	76	1	77	1	50
TOTAIS	1.088.177	21.972	692	20.030	310	10.676

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho - AEAT InfoLog (MPAS, 2003).

Podemos observar que, em 2003, este subgrupo representou 72,8 % (16.003) do total de 21.972 dos acidentes registrados, 71,4% (494) das doenças relacionadas e 71,9% (223) dos óbitos. O número de óbitos em 2003 (310 acidentes fatais na construção) representou cerca de 12% do total registrado pela Previdência Social. Destes, 152 casos aconteceram no subgrupo Edificações – CNAE 45.2, (ANEXO A), com uma taxa de mortalidade relacionada ao trabalho de 26.03 por 100 mil trabalhadores, ficando somente atrás do subgrupo Transporte

Rodoviário de Cargas em Geral (CNAE 60.26) com 214 óbitos relacionados ao trabalho. Dos 21.972 acidentes registrados em 2003, 20.030 ocasionaram incapacidade temporária, ou seja, acima de 91% dos casos registrados levaram ao afastamento do trabalho.

De acordo com o Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (CUT, 2005), cerca de 91% dos acidentes registrados (20.030 do total de 21.973) na construção civil em 2003 geraram incapacidade temporária, com afastamento do trabalho superior a 15 dias. Destes, 10.676 registros foram de trabalhadores na faixa etária de 16 a 34 anos. Torna-se preponderante reafirmar que, com uma projeção de mais de 60% de informalidade no setor, os impactos sociais são ainda mais significativos, não se restringindo somente aos percentuais apresentados.

Na Tabela 2.6 são apresentados os indicadores de acidentes de trabalho no estado de São Paulo, do setor de edificações e das atividades econômicas da construção incluídas neste trabalho (ANEXO A).

TABELA 2.6 – Indicadores de Acidentes do trabalho na construção, São Paulo, 2006.

CNAE	Indicadores de Acidentes do Trabalho					
	Incidência*	Incidência de Doenças Ocupacionais*	Incidência de Acidentes Típicos*	Incidência de Incapacidade Temporária*	Taxa de Mortalidade*	Taxa de Letalidade**
4521- Edificações	31,50	1,04	27,73	30,65	20,85	6,62
4525 - Montagem de estruturas	35,05	0,34	31,98	15,35	17,06	4,87
4529 - Edificações -outros tipos	32,95	0,72	28,09	29,98	19,55	5,93
4551- Alvenaria e reboco	28,63	–	25,55	30,83	88,09	30,77
4552 - Pintura e impermeabilização	14,52	0,39	13,23	9,48	19,75	13,61
4559 - Acabamento - outros serviços	30,12	1,14	24,70	28,80	5,70	1,89

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (MPAS, 2008).

*Por 1.000 vínculos ** Por 1.000 acidentes

Os índices revelam que, em 2006²⁹, as incidências relacionadas a Edificações, Montagem de estruturas, Alvenaria/Reboco e Acabamento foram próximas a 30 acidentes a cada mil vínculos. Destes, as maiores taxas de mortalidade³⁰ (88,09 por 1000 acidentes) e

²⁹ Os dados relativos ao ano de 2006 são preliminares. Tabulações posteriores poderão alterar os números uma vez que ainda podem ser registradas CATs posteriormente à data da leitura inicial (MPAS, 2008).

³⁰ A taxa de mortalidade mede a relação entre o número total de óbitos decorrentes dos acidentes do trabalho verificados no ano e a população exposta ao risco de se acidentar. Pode ser calculada pela seguinte fórmula: **nº de óbitos decorrentes de acidentes do trabalho/ nº médio anual de vínculos * 100.000** (MPAS, 2008).

letalidade³¹ (30,77 por mil acidentes) foram encontradas entre os operários da Alvenaria e Reboco. Por outro lado, a menor taxa de letalidade e de mortalidade ocorreu entre os pintores e operários responsáveis pela impermeabilização das obras. Entre as doenças ocupacionais, destacam-se as atividades relacionadas a Edificações e Acabamento; um caso de doença de trabalho a cada mil vínculos.

As informações disponibilizadas sobre o município de São Carlos, nos permitem somente analisar, na Tabela 2.7, a quantidade de acidentes do trabalho, segundo o motivo do acidente e a quantidade de óbitos do município. Não é possível comparar a evolução dos indicadores dos acidentes de trabalho na cidade de São Carlos a partir da Tabela 2.7, pois, para isso, seria preciso uma análise conjunta com o crescimento dos trabalhadores registrados do setor e dos contribuintes autônomos da previdência. Entretanto, estes dados indicam o aumento do percentual dos acidentes de trabalho em São Carlos em relação ao estado de São Paulo. Em 2002, foram totalizados 393 acidentes, cerca de 0,26% do total do estado (154.767). Por outro lado, os acidentes ocorridos em São Carlos (1.394) já representavam em 2006 mais de 0,73% do total (188.477). Entre 2002 e 2006, os números de acidentes na cidade triplicaram, enquanto no estado cresceram cerca de 16%.

TABELA 2.7 – Acidentes do trabalho registrados por motivo de acordo com o CNAE, município de São Carlos e estado de São Paulo, 2002 a 2006.

Região Acidentes	São Carlos-SP					Estado de São Paulo				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
Típicos	353	460	588	1.069	1.169	126.636	122.141	138.716	147.132	150.435
Trajeto	36	65	72	120	204	18.595	19.298	22.588	25.718	28.379
Doença do trabalho	4	5	9	17	21	9.536	9.682	12.108	12.873	9.663
Total registrado	393	530	669	1.206	1.394	154.767	151.121	173.412	185.723	188.477
Óbitos	?	6	6	3	3	815	665	677	680	644

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (MPAS, 2008).

A ausência de pesquisas regionais englobando os operários da construção civil, independente do tipo de vínculo, impede o estabelecimento de relações diretas entre a evolução dos índices de acidentes do setor com possíveis melhorias das condições de trabalho. Ao contrário, estudos de casos indicam que os dados reais sobre acidentes e doenças ocupacionais na construção civil são bem mais graves do que a realidade apresentada pelas estatísticas oficiais. Por exemplo, informações da cidade de João Pessoa - PB, extraídas do

³¹ A Taxa de letalidade é um bom indicador para medir a gravidade do acidente. Entende-se por letalidade o maior ou menor poder que tem o acidente de ter como consequência a morte do trabalhador acidentado. O coeficiente é calculado pela seguinte fórmula: n° de óbitos decorrentes de acidentes do trabalho/ n° de acidentes registrados * 100.000 (MPAS, 2008).

Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFIT), apontam o CNAE 45.2, subgrupo ‘Edificações’, como primeiro responsável pelos óbitos no trabalho e, também, como o primeiro gerador de vítimas em acidentes de trabalho não fatais entre janeiro de 2001 a dezembro de 2004 (MELO JUNIOR, 2005).

Um estudo realizado na cidade de Ribeirão Preto-SP concluiu, a partir dos prontuários hospitalares, que do total de 618 eventos identificados relacionados ao trabalho, 150 eram de trabalhadores da construção civil (SILVEIRA *et al.*, 2005). Destes 55,2% eram pedreiros ou ajudantes de pedreiro, 17,2% serralheiros, marceneiros, carpinteiros e seus ajudantes, 7,5% pintores e, o restante, classificado dentro da categoria ‘outros’, incluía vidraceiros, ajudantes de montagem, oficiais de serviço, operadores de betoneira, ajudantes de encanador, calheiros, encarregados de obras e demais serviços realizados na indústria da construção civil. As principais causas dos acidentes foram às quedas em escadas, muros e andaimes (37,3%), seguidas pelos acidentes ocorridos durante o manuseio de máquinas, ferramentas e aparelhos (16%), trajeto (12,7%) e impacto por objeto (11,3%).

Os resultados encontrados por Silveira *et al.* (2005) assemelham-se a outras pesquisas nacionais (SESI, 1999; COSTELLA, 1999; MELO JUNIOR 2005) que apontam as categorias de serventes e pedreiros como as principais vítimas dos acidentes no setor. Além de comporem o maior contingente de trabalhadores dos canteiros de obra, encontram-se constantemente expostos a atividades insalubres, penosas e perigosas.

Em relação ao percentual de trabalhadores da construção de edificações que já sofreram pelo menos um acidente, estudos de caso mostram uma incidência de 34% (SOUZA; MELHADO, 1991) no estado da Paraíba e 42% no triângulo Crajubar (cornubação de três cidades na região do Cariri no Ceará) (CARVALHO *et al.*, 1998).

Quanto aos casos de doenças de trabalho no setor, os números contabilizados pela Previdência Social variaram de 868 notificações em 1999 a 965 em 2006, com média de 883 registros no período correspondente, conforme já descrito na Tabela 2.4 (MPAS, 2008). Entretanto, estas estatísticas oficiais limitam-se aos contribuintes da previdência e não detalham o tipo de doença³² por setor, somente identificado por meio de pesquisas pontuais, como as realizadas por Costella (1999) e SESI (1991), ou voltadas para um tipo de

³² Com a implantação do Fator Acidentário Previdenciário (FAP), instituído pelo Conselho Nacional de Previdência Social, através da Resolução 1.236, de 28 de abril de 2004, as estatísticas nacionais sobre doenças profissionais passaram a utilizar a Classificação Internacional de Doenças (CID) como fonte primária de classificação, substituindo a Comunicação de Acidente do trabalho (CAT), atual instrumento formal de registros dos acidentes do trabalho.

enfermidades tais como silicose (RIBEIRO *et al.*, 2005), dermatoses (DUARTE *et al.*, 2005) e perdas auditivas (MAIA, 2002).

Costella (1999) levantou as CAT's do setor da construção emitidas em 1996 e 1997 no Rio Grande do Sul e verificou o predomínio de três categorias de doenças profissionais no subsetor de edificações, sendo elas; 47,8% lombalgias; 28,1% perda auditiva induzida pelo ruído (PAIR); e 18,5% lesões por esforço repetitivo e tendinites. Um outro estudo realizado no mesmo período – 1996 a 1997 – com 1.977 trabalhadores da construção civil na cidade de São Paulo constatou a existência de fontes ruidosas com riscos de danos definitivos ao ouvido do trabalhador nas atividades de carpinteiros e ajudantes gerais (MAIA, 2002).

Outra enfermidade de risco elevado entre os trabalhadores do setor são as doenças de pele, acometem cerca de 30% dos operários da construção, principalmente, devido ao contato direto com substâncias químicas irritantes, como os compostos cromo e cobalto, presentes na composição do cimento. De acordo com o SESI (1991), entre as dermatoses sobressaem-se os eczemas de contato causados pelo cimento, luvas e sapatos de material sintético, as micoses nos pés e, em menor frequência, a hiperqueratose palmar. Duarte *et al.*(2005) avaliaram 487 casos de dermatite de contato por metais (chumbo, níquel e cobalto), atendidos num serviço assistencial entre 1995 e 2002, e encontraram um percentual de 9% de trabalhadores da construção civil, número este inferior somente aos profissionais do setor da limpeza (incluía também as donas de casa). Chamaram atenção para a possibilidade de redução da sensibilização ao cromo e ao níquel entre os trabalhadores do setor, através da adição de sulfato ferroso ao cimento, medida já em vigor em países europeus.

Doenças ocupacionais comuns no setor são os transtornos respiratórios. Dos seis milhões de trabalhadores expostos a poeiras contendo sílica quatro milhões encontram-se na construção (SOUTO *et al.*, 2005). De acordo com Ribeiro *et al.* (2005), cerca de 14,7% dos casos de silicose no período compreendido entre 1998 a 2003 ocorreram com trabalhadores cujo último vínculo profissional foi na construção civil. Entretanto, o percentual encontrado pelo autor pode estar subestimado, pois os dados da previdência não consideram os trabalhadores “informais” do setor e, além disso, os primeiros sintomas das doenças causadas pela poeira da sílica, como as pneumoconioses, demoram mais de 15 anos para aparecerem.

Independente da causa e do tipo dos acidentes – típico, trajeto ou doença profissional – consideramos que os reflexos sociais dos índices encontrados são vultuosos, afetando famílias inteiras, pois mutilam trabalhadores, limitam sua força de trabalho e, em muitos casos, afastam o trabalhador definitivamente do trabalho ou mesmo levam à morte. No que

tange a tal questão, parte-se do pressuposto de que um acidente do trabalho não deve ser visto apenas como um evento isolado entre aqueles que compõem as estatísticas do setor. Antes de tudo, além de todas as conseqüências já aludidas, um acidente do trabalho é uma violência ao trabalhador, influencia sua vida social e da sua família, submetendo-o por vezes à vulnerabilidade social, principalmente no caso dos trabalhadores sem registro em carteira de trabalho.

Para Borsoi (2005), os trabalhadores do setor lidam constantemente com o perigo, com o sentimento de ocultar o medo e com os fantasmas dos acidentes ocorridos com seus companheiros. A periculosidade e insalubridade das condições de trabalho normalmente são enfrentadas por estes trabalhadores por meio da negação dos riscos e dos perigos³³ presentes no exercício da atividade e do caráter precário das relações de trabalho.

No caso do trabalhador acidentado, ele pode passar por uma série de humilhações e uma trajetória de sofrimento decorrente, segundo Costella (1999), do tipo de assistência recebido, do papel que passa a exercer no seio familiar e por sua fragilidade emocional. Ao estudar operários acidentados da construção civil, Borsoi (2005) explica que a ausência de trabalho traz redução dos ganhos financeiros, visto que os benefícios ou aposentadorias não cobrem integralmente o salário do trabalhador e as seqüelas dos acidentes não permitem mais a realização dos “bicos”. O trabalho significa mais do que sustento para os operários da construção. Representa sentimento de utilidade, lugar de construção de vínculos, “esforço alegre”, companheirismo e, no caso dos homens, denota também a afirmação da sua virilidade.

Os estudos e os índices apresentados evidenciam, portanto, a precariedade das condições de trabalho no setor, marcada pelos altos percentuais de acidentes e doenças do trabalho e intensificada pelas práticas de subcontratação, pela instabilidade de serviços e de renda e pela informalidade dos contratos de trabalho. Apesar da diversidade de aspectos e de opiniões apresentadas, podemos afirmar que os operários do setor vivenciam cotidianamente a nocividade destas práticas já antigas e, por vezes, institucionalizadas ou aceitas como “próprias” do trabalho da construção de edificações.

³³ Segundo Dejours (1987a), os mecanismos de negação ‘afastam’ o medo gerado pelas condições de risco e fazem com que o perigo passe, nesse caso, a ser controlado pelos próprios trabalhadores. O conformismo, agressividade, individualismo, negação de perigo, e passividade são formas de enfrentamento contra o sofrimento. Desafiar a situação é, muitas vezes, uma maneira de reafirmar a autoconfiança, negar o risco e afastar o medo.

3 TRAJETÓRIAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

A finalidade deste capítulo é apresentar o perfil dos entrevistados e os caminhos profissionais percorridos até a construção de edificações. Entre as trajetórias descritas, destacam-se os casos dos ex-metalúrgicos que encontraram na construção uma opção de trabalho e de renda.

Nas seções seguintes, descrevemos os tipos de contratos de trabalho e a percepção dos trabalhadores sobre a precariedade destes contratos e sobre as relações de trabalho estabelecidas. Buscamos avaliar a relação entre a contribuição para a previdência pública e o ponto de vista dos entrevistados sobre o trabalho por conta própria, bem como sobre o trabalho informal.

Por último, são expostas as condições de trabalho no setor da construção de edificações de acordo com a literatura sobre o assunto e a nocividade das condições de trabalho.

3.1 Perfil dos entrevistados

Participaram da pesquisa vinte trabalhadores da construção de edificações, homens³⁴, entre 26 e 74 anos, com idade média de 44,5 anos. Destes, doze são casados, três vivem em união consensual, quatro solteiros e um viúvo, conforme descrito no Apêndice C.

Em relação às ocupações exercidas foram entrevistados: um pintor, um ajudante de pintor, dois montadores do escoramento metálico, três serventes, dois ajudantes de pedreiro, sete pedreiros e quatro pedreiros responsáveis pelo acabamento final (serviços de pintura, hidráulica, eletricidade, cobertura, assentamento de pisos e paredes). A classificação profissional foi feita pelos próprios entrevistados, não tendo como critério a faixa salarial nem o registro em carteira.

³⁴ É importante mencionar que não optamos apenas por entrevistar homens mesmo sabendo que ao incluir trabalhadoras da construção de edificações teríamos mais uma variável adicionada, ou seja, a questão de gênero. A ausência de mulheres nos vinte casos pesquisados deve-se simplesmente ao fato que não encontramos trabalhadoras em nenhum dos canteiros visitados, apesar do aumento da participação feminina na indústria da construção civil requisitadas principalmente para as fases finais de acabamento. Do total de 1.294.415 trabalhadores empregados no ano de 2006 na construção civil, 99.031 eram mulheres, correspondendo a 7.65% do total, enquanto no ano de 1985, somente 4% dos trabalhadores registrados no setor eram mulheres. Na cidade de São Carlos, 64 mulheres trabalharam em 2006 registradas como pedreiras ou ajudantes da construção (RAIS, 1985/2006).

A maior parte dos entrevistados tem baixo nível de escolaridade formal (TABELA 3.1). Conforme podemos observar na tabela abaixo, dos vinte entrevistados, doze não completaram o 1º grau e apenas quatro finalizaram o 2º grau. Não entrevistamos nenhum trabalhador analfabeto. Porém, chama atenção o fato que, entre os trabalhadores que não completaram a quarta série do primário, três estudaram apenas o primeiro ano.

TABELA 3.1 – Escolaridade dos trabalhadores entrevistados

Escolaridade	Analfabeto	4a série incompleta	4a série completa	8a série incompleta	8a série completa	2 grau incompleto	2 grau completo	Superior completo	Total
Entrevistados	0	5	5	2	3	1	3	1	20

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Dados da RAIS sobre escolaridade mostram uma clara tendência de elevação gradual do nível de escolaridade dos trabalhadores formais na Indústria da Construção Civil. Como pode ser analisado na Tabela 3.2, houve ligeiro aumento no percentual dos trabalhadores com oitava série e segundo grau completo em relação ao total de trabalhadores registrados no setor.

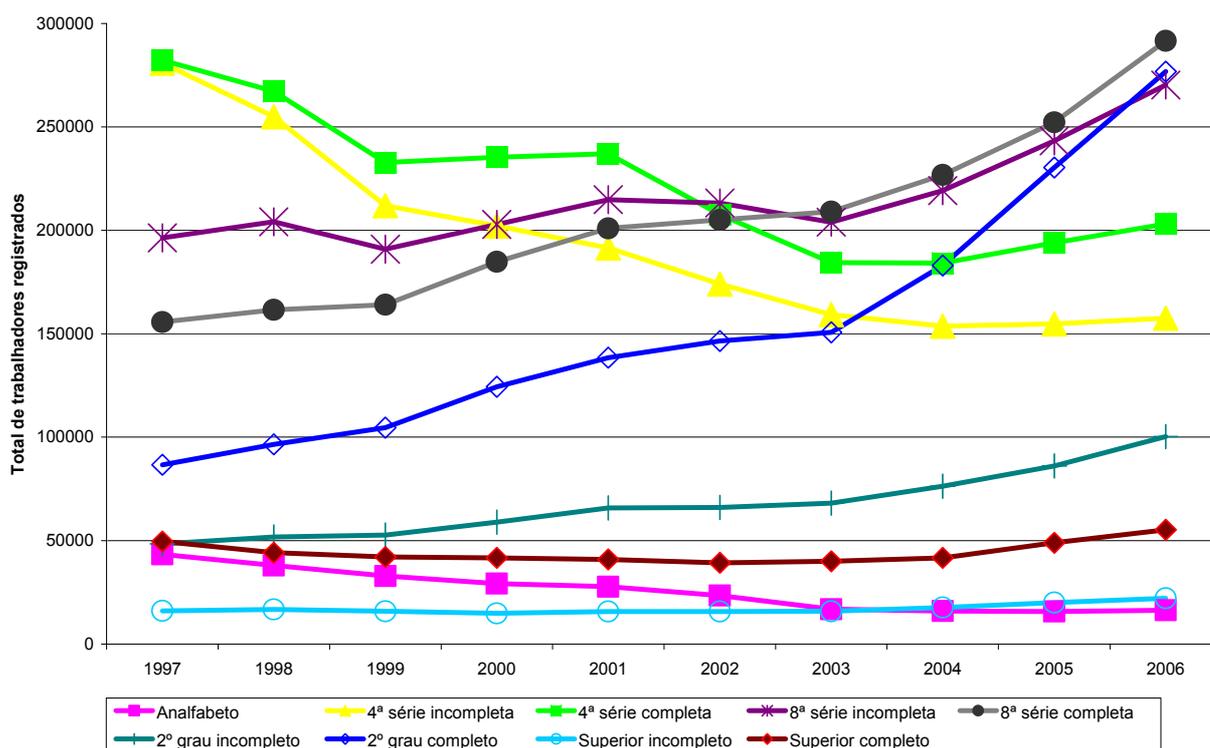
TABELA 3.2 – Evolução do Emprego Formal segundo faixas de escolaridade na Indústria da Construção Civil no Brasil (1997 a 2006) – Total/ano

Ano Escolaridade	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Analfabeto	43.358	37.982	32.923	29.186	27.683	23.427	16.823	15.961	15.736	16.349
4ª série incompleta	280.812	254.920	211.885	202.207	191.477	174.035	159.284	153.713	154.800	157.588
4ª série completa	282.211	267.232	232.811	235.324	237.099	207.613	184.454	184.206	194.022	203.024
8ª série incompleta	196.387	204.154	190.850	202.885	214.862	213.251	203.926	219.224	243.237	270.244
8ª série completa	155.679	161.566	164.061	184.831	200.997	205.065	209.047	226.828	252.194	291.668
2º grau incompleto	48.477	51.776	52.689	58.925	65.813	66.064	68.127	76.262	86.057	100.353
2º grau completo	86.639	96.528	104.605	124.322	138.415	146.495	150.707	182.968	230.341	276.811
Superior incompleto	16.070	16.805	15.884	14.897	15.755	15.774	15.887	17.674	20.061	22.108
Superior completo	49.572	44.174	42.067	41.651	40.854	39.317	39.996	41.734	48.947	55.301*
Total	1.161.931	1.136.824	1.047.876	1.094.528	1.132.955	1.091.041	1.048.251	1.118.570	1.245.395	1.393.446

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS - 1997 a 2006 (Base de dados *on-line*).

* Os dados de 2006 referentes ao nível *superior completo* (55.301) contabilizam também os números de mestres (579) e doutores (231).

Em detalhe na Figura 3.1, pode-se observar que, no período entre 1997 a 2006, houve redução no número de trabalhadores analfabetos e com até a quarta série incompleta registrados na indústria da construção civil.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS - 1997 a 2006 (Base de dados *on-line*).

FIGURA 3.1 – Evolução das faixas de escolaridade na Indústria da Construção Civil no Brasil. RAIS 1997 a 2006, total/ano.

Franco (1995) e Cattani (2001) atribuem o aumento da escolarização aos novos programas de alfabetização e de educação básica dentro dos canteiros de obra, visando o aperfeiçoamento dos operários. Para eles, diante das novas exigências de qualificação e do emprego de novas tecnologias, torna-se imprescindível qualificar os trabalhadores da construção civil. Como exemplos encontrados na literatura, podemos citar o programa "Alfabetizar é Construir" da Sinduscon-Rio, com mais de dezessete anos de atividades (SINDUSCON-RIO, 2008) e a 'Escola Zé Peão', desenvolvida pelo sindicato da indústria da construção em João Pessoa-PB, voltada para a formação de uma identidade ocupacional e ampliação da participação por meio da alfabetização e capacitação dos 'peões' dentro do próprio local de trabalho (IRELAND, 1996).

Apesar do aumento do nível de escolaridade entre os trabalhadores formais do setor, continuam sendo poucos os requisitos em relação à formação escolar e a capacitação profissional para os trabalhadores que desejam ingressar no setor, onde a formação profissional ainda acontece "*on the job*" (VARGAS, 1984). Conforme constatamos, nenhum dos entrevistados participou de programas de alfabetização ou de capacitação profissional dentro dos canteiros de obra.

Em relação aos trabalhadores formais de São Carlos, verificamos na Tabela 3.3 os índices de escolaridade divulgados pela RAIS 2006, tanto em relação ao nível setorial – *grupo Construção Civil* – quanto segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (ANEXO B).

TABELA 3.3 – Escolaridade dos trabalhadores formais da Construção Civil de São Carlos-SP, segundo análise setorial e ocupacional (RAIS/2006), total do emprego.

Grupo Escolaridade	Pedreiro (7152)*	Montador (7153)*	Acabamento (7165)*	Pintor (7166)*	Ajudante (7170)*	Construção Civil[#]
Analfabeto	2	0	0	0	7	13
4ª série incompleta	21	1	0	2	67	92
4ª série completa	57	3	1	6	166	375
8ª série incompleta	59	3	3	5	129	215
8ª série completa	206	38	10	37	332	550
2º grau incompleto	12	1	1	3	34	86
2º grau completo	50	3	16	1	74	277
Superior incompleto	0	0	0	0	1	25
Superior completo	4	0	0	0	19	102
Ignorado	0	0	0	0	0	0
Total	411	49	31	54	829	1735

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS 2006 São Carlos-SP, Brasil (base de dados on-line)

* Os dados são referentes à família analisada. Cada família é composta por um conjunto de profissões similares, descritas em detalhe no Anexo B. # O setor *Construção Civil* – classificado de acordo com os setores de atividade econômica do IBGE (6 categorias).

A análise dos valores por família ocupacional permite uma melhor comparação com o perfil dos trabalhadores entrevistados, pois, os valores apresentados no *grupo Construção Civil*, incluem várias profissões não analisadas nesta pesquisa, como mestres de obras, engenheiros, arquitetos, técnicos e outros profissionais do setor, cuja exigência mínima para se trabalhar é, em alguns casos, o nível superior completo. Assim, o número de trabalhadores formais com nível superior completo é proporcionalmente maior no grupo *Construção Civil* – 102 trabalhadores (5.88%) – do que na *Família dos Ajudantes* – 19 trabalhadores (2,29%) – ou na *Família dos Pedreiros* – 4 trabalhadores (0.97%). Grande parcela dos trabalhadores registrados (mais do que 50% do total) em São Carlos-SP não chegou a cursar o ensino médio, resultado semelhante ao encontrado nesta pesquisa.

Quando comparamos o nível de escolaridade com a ocupação atual exercida não constatamos diferenças significativas entre os entrevistados com menor nível de escolaridade uma vez que encontramos pedreiros, pedreiros especializados em acabamento final, ajudantes e serventes com apenas o primeiro grau completo (TABELA 3.4). Em contrapartida, pode-se

inferir que os entrevistados com maiores níveis de escolaridade desempenham funções mais especializadas, não atuando em ocupações como servente ou ajudante³⁵.

TABELA 3.4 – Escolaridade dos trabalhadores entrevistados em relação à ocupação atual e o tipo de contrato na construção de edificações.

Ocupação Escolaridade	Servente		Ajudante de Pedreiro		Pedreiro		Pedreiro Acabamento Final		Ajudante de Pintor e Pintor		Montador		Total
	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	
4ª série incompleta	2	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	5
4ª série completa	1	-	1	-	2	-	-	-	1	-	-	-	5
8ª série incompleta	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2
8ª série completa	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	3
2º grau incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
2º grau completo	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	3
Superior completo	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Verificamos que entre os quatro trabalhadores com segundo grau completo, três são oriundos do setor metalúrgico, onde o baixo nível de escolaridade é, atualmente, fator de exclusão no momento de contratação. Destes, um possui ensino superior completo. Trata-se do Moisés, pedreiro especializado em acabamento final, metalúrgico por doze anos e formado em Direito. Conforme nos relatou, apenas concluiu o segundo grau e o curso superior para melhorar o currículo, exigência da antiga fábrica de refrigeradores Climax. No entanto, nunca prestou o exame da ordem e nem exerceu esta profissão. Há quinze anos na construção civil, Moisés explica que o fato de ter ensino superior apenas o ajuda na hora de procurar novos serviços, pois fez muitos colegas na época da faculdade e, hoje, muitos dão preferência pelo seu trabalho. Os dois pedreiros com o segundo grau completo também trabalharam no setor metalúrgico, o Danilo, recém demitido da metalúrgica e o seu irmão, Francisco, ainda empregado da mesma fábrica.

Por outro lado, nos últimos anos, um número maior de empresas da construção também vem exigido dos trabalhadores o segundo grau completo, conforme demonstrado pelos dados da RAIS e, exemplificado, pelo caso dos dois montadores do escoramento

³⁵ O ajudante é o servente que auxilia diretamente um profissional mais especializado (pedreiro, carpinteiro, encanador, electricista, etc.). Pedro, uma ajudante de pedreiro explica a diferença entre o servente e o ajudante. Segundo ele “o servente só põe a massa e fica parado. O servente carrega o tijolo, faz a massa. Agora o ajudante já é diferente. Se tiver que ajudar a rebocar ele reboca, ele ajuda em tudo, aí já é mais elaborado. O servente já faz o trabalho mais pesado, não tem o mesmo conhecimento. Se tiver massa e tijolo para o pedreiro, o servente fica o dia todo sentado. Eu não, enquanto tiver serviço estou trabalhando”.

metálico, Anderson e Douglas. Conforme indicado na Tabela 3.4, eles possuem segundo grau completo e incompleto, respectivamente. Entretanto, para os pedreiros Antônio (4ª série incompleta) e Diego (8ª série incompleta), ambos com carteira de trabalho assinada, o grau de escolaridade não foi uma exigência estipulada pelo empregador. Antônio foi contratado para realizar a ampliação de uma igreja e o Diego trabalha há oito anos para uma grande construtora do setor de edificações³⁶.

Três trabalhadores não têm filhos e os demais têm em média dois filhos, com a variação de um a seis filhos. O número de dependentes por entrevistado é alto. A maioria tem três a seis dependentes, entre eles: filhos, netos, genros, noras, mãe, sogra, cunhada, tia, irmãos e sobrinhos. Apenas dois entrevistados declararam não mais ajudar financeiramente seus filhos. Em três casos, além dos filhos, netos dependem exclusivamente da renda do entrevistado. Quatro trabalhadores enviam mensalmente dinheiro para familiares na cidade de origem e um entrevistado declarou mandar dinheiro para a mãe e para o irmão que estão presos. Saad (2007) revela que os migrantes continuam enviando dinheiro para ajudar seus parentes, independente da distância geográfica. A ajuda material a familiares distantes é ilustrada na história de Diego, pedreiro, há dez anos em São Carlos. Como nos revelou, Diego deposita todo mês cinquenta a cem reais para sua mãe, desde quando migrou da Bahia. Para ele, mais do que uma ajuda financeira, o dinheiro enviado traz tranquilidade, pois completa a renda da família e não deixa faltar remédios e alimentação para aqueles que o criaram.

Quanto às condições de moradia, onze trabalhadores moram em casa própria, com exceção de um entrevistado que ainda está financiando a casa onde reside. Dois trabalhadores moram com os pais, um com os avós e seis moram em casas alugadas. O valor do aluguel varia entre 250 reais a 400 reais, representando, no caso dos serventes, até à metade da renda dos entrevistados. Em média, moram quatro pessoas em cada residência. Este número é maior entre os entrevistados mais velhos que chegam a abrigar até nove pessoas da família. Em contrapartida, todos os entrevistados com até trinta anos ou moram sozinhos, apenas com a mãe ou somente com esposa e filhos. A esse respeito, Peixoto (2004) explica que a casa das pessoas mais velhas vem se transformando em suporte socioeconômico e afetivo, tanto para filhos como netos. Segundo a autora, as gerações mais velhas vivenciaram momentos

³⁶ Vale destacar que além de Diego entrevistamos outro trabalhador da mesma construtora. Trata-se do João Batista, 51 anos de idade, pedreiro, especializado em acabamento final. João Batista realiza a mesma função do Diego, porém sem registro em carteira de trabalho, contratado por uma subempreiteira de serviços, recebendo por dia de trabalho.

econômicos mais favoráveis e puderam adquirir, fomentados pelos programas de financiamento, a casa própria.

Além dos cônjuges e filhos, sete entrevistados moram juntos com outros parentes como netos, nora, genro, cunhada, sogra, sobrinhos, tia, mãe e irmãos. As razões dadas pelos entrevistados que coabitam com vários parentes foram a gravidez na adolescência das filhas mulheres, desemprego dos filhos já casados, dificuldade dos filhos entrarem no mercado de trabalho, viuvez, divórcio dos filhos e irmãs, migração de parentes de outro estado, pessoas idosas que necessitam de cuidados, doença e necessidade de apoio moral e financeiro na educação dos netos. Em quase todos os casos, os entrevistados assinalam que o sustento da família depende da sua renda e, em alguns momentos, também da renda da sua esposa. Apenas o Antônio declarou depender parcialmente da renda da filha e do genro. Como ele nos explica, passou a morar com a filha após a morte da sua esposa para reduzir seus custos com moradia e poder poupar dinheiro para comprar uma terra em sua cidade natal e voltar a plantar café.

As rendas obtidas pelas pessoas que coabitam são às vezes reunidas em um orçamento comum e despendidas de acordo com as necessidades da família. Dos vinte trabalhadores entrevistados, três declaram não terem nenhum tipo de ajuda na renda familiar, quatro explicaram que os filhos “dão uma forcinha”, os irmãos Danilo e Francisco disseram dividir igualmente as contas da casa, Isaac afirmou que sua irmã paga as contas mensais como luz, água e telefone e o entrevistado Douglas, solteiro, que vive com a mãe, a ajuda com um terço do seu salário. Contudo, algumas pessoas incorporadas aos núcleos familiares encontram-se afastadas do mercado de trabalho ou necessitam de cuidados especiais, mesmo quando são economicamente capazes de se manter, como é o caso da sogra e da cunhada do Pedro. Como nota Pedro, após o “derrame” da sogra, ele e a esposa tiveram que assumi-la, assim como a cunhada doente, até então cuidada pela sogra. A aposentadoria das duas é totalmente gasta com remédios, fralda e médicos, não sobrando nada para ajudar nas contas da casa.

Em relação à renda das esposas, observamos que entre os quinze trabalhadores casados ou com união conjugal estável, somente sete esposas trabalham. Em todos os casos, o salário da esposa é inferior ao marido. Por outro lado, apenas uma esposa não possui carteira de trabalho registrada. As ocupações exercidas pelas esposas são: diretora de escola estadual, servente da prefeitura municipal, cozinheira do restaurante universitário, auxiliar de cozinha, vendedora de pizza, vendedora de móveis e garçonete. A renda mensal das esposas é de 1 a 2

salários mínimos, excetuando a esposa do Moisés, diretora estadual, com renda superior a quatro salários mínimos.

Mesmo com a divisão dos gastos entre as pessoas que moram no mesmo lar e com a participação das esposas no orçamento doméstico, a grande maioria dos entrevistados se considera chefe da família. Justificam o papel de chefe da família devido à função de provedor³⁷, por serem os mais velhos, responsáveis pela família e em razão do gênero masculino. A esse respeito, a fala do Dunga, 37 anos, é bastante ilustrativa. Para ele: “a pessoa depois que casa tem que ser o homem da família. Tem que mandar e ser o chefe. Nada pode faltar. A mulher trabalha, mas se faltar comida em casa, o homem é o único culpado”.

Quanto à cidade de origem, todos têm origem interiorana. Quatro trabalhadores nasceram em São Carlos, três em cidades do interior do estado de São Paulo, quatro no estado de Minas Gerais, quatro no estado da Bahia e cinco no estado do Paraná. Entre os migrantes interestaduais e intermunicipais, o tempo médio de migração para a cidade de São Carlos é de 23 anos. Seis trabalhadores migraram ainda crianças, acompanhando seus pais que buscavam melhores condições de emprego, nove migraram já adultos na esperança de encontrarem emprego na região e, apenas o Antônio, veio para São Carlos já com contrato de trabalho.

Verificamos ainda que, dezesseis trabalhadores são católicos, três evangélicos e um freqüente tanto a igreja católica como a evangélica³⁸. Entre os católicos, dois trabalhadores não vão à missa, três disseram ir à missa uma a duas vezes por ano, sete comparecem uma a duas vezes por mês e cinco trabalhadores afirmaram participar das missas pelo menos uma vez por semana. Os evangélicos declararam freqüentar assiduamente os cultos religiosos, duas a três vezes por semana.

Constatamos que o perfil da amostra entrevistada assemelha-se com as informações existentes sobre os trabalhadores da construção de edificações, não apresentando nenhum viés significativo, apesar das pequenas variações. De acordo com o diagnóstico da mão-de-obra da construção civil, realizado pelo Serviço Social da Indústria (SESI, 1999), os operários do setor, incluindo os informais, são predominantemente homens (92%), na sua maioria na faixa etária de 25 a 53 anos, geralmente casados ou vivem juntos com as companheiras, com um a quatro dependentes e são migrantes interestaduais ou intermunicipais de origem interiorana,

³⁷ Souza (2007, p.63) explica que ao “incorporarem a ética de provedor, os trabalhadores da construção civil orientam suas condutas para tentar escapar da pauperização e discriminação social, calcando em seu horizonte a justiça e o direito como conquistas fundamentais da vida em sociedade”.

³⁸ Consideramos fundamental para esta pesquisa questionarmos a religião dos entrevistados, bem como o envolvimento dos mesmos com a igreja, uma vez que a religião e o contato social que ela propicia pode-se configurar como uma das possíveis redes informais de proteção social.

não necessariamente rural. Apresentam predominantemente baixa escolaridade formal – cerca de 20% são analfabetos e quase 60% não completaram o primeiro grau –, enfrentam alta mobilidade laboral e residencial, possuem jornada de trabalho longa e árdua e recebem baixos salários.

3.2 Os caminhos percorridos até a construção civil

Parte de cada entrevista realizada com os operários da construção destinava-se a obter informações sobre a trajetória profissional destes trabalhadores, desde o primeiro emprego até o momento atual na construção de edificações. Os entrevistados relataram como, quando, porque e de que maneira foram construindo sua história ocupacional. Estudos empíricos como este permitem captar as particularidades e os novos contextos do processo de vulnerabilidade social ante a precarização e flexibilização do trabalho no setor e em outros ramos produtivos, como nos casos que serão descritos sobre ex-metalúrgicos.

3.2.1 O trabalho na zona rural: o início da trajetória profissional

Antes de trabalhar na construção de edificações, todos os operários desempenharam outras funções. Dezoito trabalhadores iniciaram suas atividades no campo, nem sempre remunerados, principalmente, quando o empregador era o pai ou outros membros da família. Neste caso, como explica Mário:

Com seis anos carpia, capinava, plantava semente. Ajudava meu pai a plantar arroz, café, feijão, colhia laranja. Aí fiquei com meu pai até 25 anos. Só ajudando meu pai. De vez em quando eu pegava dinheiro no fim de semana. Só isso. A gente trabalhava para ajudar o pai. A gente não tinha o dinheiro da gente, só pegava para gastar de fim de semana. Aí casei, mudei e fui trabalhar para mim. Fui trabalhar no sítio de outro, de outra pessoa. Lá trabalhei tempo, até 94. Depois só na construção. Sou servente até hoje (Mário, servente).

Apenas Moisés e Lucas tiveram o primeiro emprego no meio urbano. Ainda adolescente Moisés realizava pequenos consertos em máquinas de escrever e em equipamentos elétricos para aumentar a renda familiar. Lucas vendia verduras nas ruas de Ibaté-SP para ajudar sua mãe, viúva, sustentar seus irmãos caçulas. Na época, Lucas tinha menos de dez anos de idade. Mais tarde, dos 14 aos 17 anos foi trabalhador assalariado, registrado, numa fábrica de ração em Ibaté-SP.

Todos os entrevistados começaram a trabalhar ainda jovens, em média com 11 anos de idade. Constatamos que sete entrevistados já trabalhavam com menos de dez anos de

idade, fato descrito por alguns trabalhadores como limitador da continuidade do ensino fundamental.

Vou falar a verdade para você, tinha 7 anos de idade quando comecei a trabalhar. Trabalhava na lavoura de café. Aí não deu para estudar. Fiz só o primeiro ano. Na escola da fazenda. Nem documento eu tenho. Não sou analfabeto, sei ler e faço conta de cabeça. Tinha que ajudar o pai, se não faltava comida em casa. Graças a Deus pude dar estudo para minha filha. Ela não teve que parar de estudar (Antônio, 60 anos, pedreiro).

As informações contidas nas entrevistas mostram trajetórias bastante semelhantes entre os trabalhadores de origem rural. Inicialmente, quando crianças, ajudavam os familiares na agricultura realizando pequenos serviços, não remunerados. Na adolescência alguns continuavam colaborando na plantação familiar, como descrito anteriormente, enquanto outros eram contratados para trabalhar em outras terras da região ou migravam em busca de emprego. Conforme relata Dunga:

Com 9 anos eu já era tratorista em São Jorge do Havaí. Dirigia trator. Assim que tive tamanho para pisar fundo eu peguei o trator. Era plantação de soja. Eu era vidrado no maquinário. Fiquei lá até 15 anos como tratorista, ajudando meu pai. Pai era empregado do dono da terra, mas eu não consegui trabalhar na mesma fazenda por conta própria. Então fui para o interior da Bahia, fui atrás de terra, mas acabei trabalhando em outra fazenda de soja. Fiquei 2 anos lá, mas não deu certo. Era apenas empregado, não consegui arrendar terra, então vim embora para cá. Antes voltei para casa dos meus pais e trabalhei na lavoura de soja. Aí em 90 vim para São Carlos. Até esta data só trabalhei com soja, sem carteira assinada. Só fui ser registrado aqui quando trabalhei na SICOM (Sociedade Intercontinental de Compressores), com mais de 20 anos de idade (Dunga, pedreiro).

Apenas dois trabalhadores tiveram suas carteiras de trabalho assinadas ainda quando trabalhavam no campo. Paulo e Matheus explicam que no campo é muito difícil ser registrado, principalmente em outros estados. Ambos, mineiros, somente conseguiram o registro em carteira, como trabalhador rural após terem migrado para o estado de São Paulo.

No discurso de Paulo:

Comecei na roça na plantação, arroz, feijão, café, milho. Colhia café, soja, algodão em Minas Gerais. Meus pais foram para o Paraná tentar a vida lá, os parentes da minha mãe eram todos do Paraná. Lá não tive carteira, continuei ajudando meu pai na plantação de café. Então vim para São Carlos tentar a vida na usina, no corte de cana. Queria ter meu dinheiro e não conseguia emprego. Na usina comecei cortando cana por safra. Não era registrado. Na entre safra trabalhava em uma fazenda aqui perto, em Nova Europa. Lá eu era registrado, mas fiquei pouco tempo. Aí voltei para usina, para trabalhar por contrato como tratorista e depois fui colher laranja com registro também. Na época, era mais fácil conseguir trabalho com carteira nas usinas da região de São Carlos. Em Minas e no Paraná era muito difícil trabalhar na roça e ter carteira assinada (Paulo, servente).

Como demonstram os trechos acima, a maturidade, o casamento, o desejo de trabalhar por conta própria, a ausência de registro em carteira de trabalho e a dificuldade de acesso a terra também foram apontados como motivos da migração para outras regiões, principalmente, entre os entrevistados que migraram, em um primeiro momento, sozinhos. Nota-se, também a falta de emprego na cidade de origem presente no discurso de todos os migrantes entrevistados, tanto entre aqueles que migraram ainda crianças com os pais quanto no grupo de migrantes adultos.

Eu trabalhava na roça, na lavoura de café da família. Aí deu uma geada matou tudo e os filhos homens foram embora para cidade. Eu vim tentar emprego. Antigamente, aqui em São Carlos tinha muita chance nas metalúrgicas, para gente com pouco estudo. Vim ser serralheiro (Abraão, ajudantes de pedreiro).

No mesmo sentido, outro entrevistado atribuiu como motivo da migração dos seus pais a baixa oferta de empregos na cidade de origem:

Meus pais vieram à procura de serviço. Lá o serviço era pouco. Aqui já tem mais, tem mais serviço. Meu pai veio tentar uma chance nas metalúrgicas da cidade. Eu comecei na roça com sete anos. Fazia de tudo na roça. Lá em Uberaba-MG, tinha arroz, feijão, café, apenas ajudando meu pai. Eu não recebia. Quando eu vim para cá, comecei a trabalhar em firma (José, 46 anos).

Dois entrevistados relataram ainda a influência de colegas e parentes. Diego afirma que migrou por:

Influência dos colegas. Meus colegas da Bahia. Eles vieram para cá e quando voltavam para lá faziam a cabeça da gente. Lá eu estava parado na época. Aí eu vim junto com eles. Antes eu trabalhava com banana. Era embalador de banana em um armazém. Eu vim de menor ainda para cá. Eu peguei um serviço particular para fazer assim que cheguei. Era um sobrado. Eu não tinha experiência, comecei como servente e acabei ficando na cidade. Eu vim primeiro, voltei, casei e trouxe a mulher. Tenho onze anos de casado. Não dava para agüentar a solidão daqui (Diego, 27 anos).

Entre os migrantes, dez migraram diretamente do município de origem para São Carlos e seis migraram primeiro para outros lugares, como: Araraquara-SP, Ibaté-SP, Ribeirão Bonito-SP, Campinas-SP, São Paulo-SP e interior dos estados da Bahia e Paraná. Assim que chegaram na cidade de São Carlos, sete conseguiram emprego na construção, três em usinas de açúcar, três em fazendas da região, dois na metalurgia e um como segurança.

Como demonstrou Durhan (1984), a maior parte da mão-de-obra recém chegada na cidade na cidade de São Paulo era absorvida em serviços como servente de pedreiro e vigia de construção, sujeitos a baixos salários e a condições precárias de trabalho e moradia. Essa situação é ilustrada na história de João Batista, nascido em Ilhéus na Bahia:

Sai da Bahia e vim tentar a vida na região. Fui primeiro nas usinas de Ribeirão Preto, mas não consegui emprego. Tentei outros empregos, mas só consegui trabalho de servente na cidade de São Paulo. Morei na própria obra, mas a gente tinha que pagar pela moradia e pela comida. Meu salário não dava para nada. Nunca tinha passado tanta necessidade. Voltei para Ilhéus e fiquei lá mais dois anos. Já tinha tirado da cabeça o sonho de ter uma vida melhor em São Paulo. Um dia, peguei os filhos e a mulher e vim para São Carlos de carona, eu tinha um primo morando na cidade. Aqui eu também só arrumei serviço de servente assim que cheguei. Mas, foi diferente, tinha a família por perto e a cidade era mais tranquila (João Batista, acabamento final).

3.2.2 Tijolo após tijolo: o começo na construção civil

Constatamos que o início na construção civil ocorreu por motivos distintos e em momentos diferentes na trajetória profissional dos entrevistados. De acordo com o SENAI (1995), os operários da construção civil começam a trabalhar cedo, normalmente ocupando primeiramente o cargo de servente, com pouca exigência de qualificação. Com o tempo aprendem na prática como realizar outras tarefas.

Entre os entrevistados, nove trabalhadores começaram como serventes, quatro como ajudantes de pedreiro, três como pintores, dois como montadores do escoramento metálico e dois como pedreiros. Dois trabalhadores iniciaram a carreira na construção de edificações como servente e, depois, se tornaram ajudantes. Onze dos entrevistados exerceram, em algum momento, a profissão de pedreiro, sendo que quatro deles se aperfeiçoaram nas atividades de acabamento final. Apenas Antônio trabalhou como mestre de obras e, atualmente, é pedreiro.

Matheus, 53 anos, pedreiro, com vinte e dois anos de profissão, explica o processo de ascensão profissional no setor de edificações da seguinte maneira: “a gente começa assim. Começa de servente. Vê os outros fazendo, vira ajudante e começa a ajudar o pedreiro. Vai entrando para o meio. Vai vendo, se tem vontade alguém dá a mão. Foi assim que eu aprendi e me tornei pedreiro”. Para Antônio, só tem uma forma de crescer: “tijolo após tijolo!”

Nem sempre a carreira profissional no setor ocorre como descrito nos relatos anteriores. Constatamos que oito trabalhadores continuam exercendo a mesma profissão de quando entraram na construção civil. Destes, quatro trabalhadores, Anderson e Douglas – montadores do escoramento metálico – Mário e Expedito – serventes de pedreiro – justificaram a imobilidade profissional devido à falta de oportunidade de ascensão profissional na construção civil. Anderson e Douglas não vêem possibilidades de crescer profissionalmente na firma em que trabalham, nem no setor de edificações. Diante desta circunstância, Anderson deseja ser metalúrgico:

Na firma não tem possibilidade de ganhar mais. Já ganho mais do que o ajudante e igual ao pedreiro. Não dá para ser mestre nem encarregado, pois todas as vagas foram preenchidas por parente dos donos. Trabalho na construção porque foi o que apareceu para mim, não por gostar. Foi o que apareceu, mesmo tendo o segundo grau completo. É por falta de serviço. Eu ainda vou trabalhar em uma metalúrgica. Lá dentro eu vou poder ir crescendo, se me dedicar. Um dia vou trabalhar na Volkswagen, mas não adianta ter só o segundo grau, tenho que ter curso. Pelo menos cursos técnicos de mecatrônica, eletrônica. Eu vou começar estudar, não sei quando, mas quero fazer um curso técnico. Eu fazia mecatrônica, mas tranquei minha matrícula e parei por falta de grana. Era curso profissionalizante (Anderson, montador do escoramento metálico).

Enquanto, Douglas, além de não ver futuro na construção civil, sonha com a possibilidade de voltar a trabalhar no campo:

Não quero continuar na construção. A construção judia de mais. Não quero isso para ninguém. Judia de mais do caboclo. O caboclo tem que ser meio firme para agüentar. Fica muito no sol, sol quente. O sol me incomoda. Carrega peso, sai na rua fica todo sujo aí as garotas viram a cara. Eu queria arrumar uma fazenda e vazar. É mais sossegado, eu estou empapuçado de cidade. Sei que com o segundo grau eu teria chance nas metalúrgicas, mas não vejo futuro na indústria igual o meu primo [refere-se ao entrevistado Anderson]. Prefiro o campo. Tenho muitos amigos e parentes que acreditaram nas indústrias da cidade e só quebraram a cara (Douglas, montador do escoramento metálico).

Exedito, 74 anos, servente de pedreiro, também atribui à sua idade como limitador para prosseguir na carreira dentro da construção civil. Para ele, não vale a pena se esforçar para aprender o ofício de pedreiro, pois, com sua idade, não há oportunidade de trabalho como pedreiro. Por outro lado, quatro trabalhadores justificaram a imobilidade profissional no setor da construção em função do desejo pessoal de permanecer na mesma função. Pedro, José, Thiago e Paulo nunca exerceram outra função na construção de edificações. Pedro, ajudante de pedreiro e José, pintor, relataram gostar da atividade que exercem, enquanto Paulo, servente de pedreiro, e Thiago, ajudante de pintor, preferem exercer suas profissões atuais ao invés de assumir maiores responsabilidades, caso trabalhassem como pedreiro ou pintor.

Paulo é servente há onze anos e conforme nos relatou “Não quis passar para pedreiro. Sou servente. Não é meu forte ser pedreiro. Eu prefiro ficar como servente, eu me dou melhor. Tem menos responsabilidade. Não tive vontade de aprender, sei que ganharia mais. Eu ganho 25 reais e um pedreiro 45 reais por dia. Só que qualquer pepino ele é quem resolve”. A esse respeito, Thiago esclarece preferir ser ajudante de pintor, pois não saberia trabalhar por conta própria. Para ele, ser pintor significa assumir mais responsabilidades,

como conversar com clientes, assinar contrato, calcular o valor do serviço e do material e “correr atrás de serviço”.

Observamos que o trabalho na construção civil oferece poucas oportunidades de ascensão, o que segundo Lima (1995), desestimula os trabalhadores, pois, diante da falta de capacitação e da ausência de incentivos para o aprimoramento do nível de escolaridade, progridem apenas de servente para oficial. Dentro do canteiro de obras a hierarquia é rígida, ficando no primeiro plano o engenheiro, responsável pela supervisão e fiscalização da obra, em segundo plano o mestre de obras incumbido de orientar os encarregados e estes, em terceiro plano, inspecionam cada categoria profissional. Essa estrutura restringe o crescimento profissional e chance de carreira para os trabalhadores envolvidos no setor operacional. Franco (2001) afirma que cerca de 50% dos trabalhadores do setor não obtêm nenhuma ascensão profissional.

A baixa qualificação profissional somada as poucas chances de promoção profissional desestimulam os mais jovens a buscarem a construção civil apenas como opção de emprego por não vislumbrarem grandes oportunidades financeiras e de carreira. A partir da análise da evolução do emprego formal por faixa etária é possível identificar a redução do percentual de trabalhadores mais jovens no setor no período de 1997 a 2003.

A Tabela 3.5 mostra que as porcentagens observadas nas faixas de idade mantiveram-se praticamente inalteradas entre 1997 e 2003. De acordo com os dados da RAIS, houve apenas uma ligeira redução da participação relativa dos trabalhadores com idade entre 18 a 24 anos, contudo, em contrapartida tem havido um ligeiro aumento na participação dos trabalhadores formais da faixa de 30 e 39 anos e entre os de 50 e 64 anos.

TABELA 3.5– Evolução do Emprego Formal segundo faixa etária na Indústria da Construção Civil no Brasil – em (%).

Faixa etária \ Ano	Até 17 anos	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou +	Ignorado	Total
1997	0,79%	19,19%	17,36%	30,05%	21,26%	10,60%	0,63%	0,12%	1.161.931
1998	0,65%	19,10%	17,14%	30,25%	21,60%	10,63%	0,58%	0,05%	1.136.824
1999	0,48%	18,51%	17,25%	30,51%	21,91%	10,74%	0,58%	0,02%	1.047.876
2000	0,36%	18,64%	17,13%	30,29%	22,10%	10,92%	0,54%	0,02%	1.094.528
2001	0,30%	18,28%	17,21%	30,21%	22,02%	11,39%	0,57%	0,02%	1.132.955
2002	0,28%	17,40%	17,16%	30,36%	22,30%	11,92%	0,56%	0,02%	1.091.041
2003	0,26%	16,24%	17,30%	30,61%	22,76%	12,26%	0,56%	0,01%	1.048.251

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS - 1997 a 2003 (CD-ROM).

Verifica-se também que o percentual de trabalhadores com idade até 39 anos é superior a 60% em todo o período avaliado. A média de idade dos entrevistados é superior a quarenta e quatro anos, todavia, não podemos comparar os dados sobre idade coletados nesta pesquisa com os dados da RAIS, uma vez que restringimos a amostra pesquisada por tempo de serviço no setor e idade mínima de 25 anos.

Não encontramos operários previamente habilitados para as funções a serem exercidas dentro do canteiro de obra. Nenhum dos entrevistados tem cursos técnicos ou profissionalizantes, como os oferecidos pelo SENAI e somente dois entrevistados freqüentaram, por conta própria, cursos oferecidos gratuitamente por lojas de material de construção, como pintura, revestimento e tipos de acabamento. Normalmente, tais cursos limitam-se aos grandes centros industriais, e, mesmo nestas cidades, são poucos os operários genuinamente oriundos das escolas profissionalizantes (MONNERAT *et al.*, 1996). Os cursos são pouco viáveis para a grande massa de trabalhadores que diariamente buscam chances de emprego na indústria da construção civil. Frequentemente, é a própria empresa que encaminha seus operários para o SENAI, principalmente, mestres-de-obras, bombeiros e encanadores, encarregados, eletricitas e armadores (FRANCO, 2001). É importante observar que, em alguns casos, há resistência entre os mestres e encarregados em contratar trabalhadores provenientes do SENAI. Para Monnerat *et al.* (1996, p.05), os mestres de obra consideram que os operários formados pelo SENAI chegam ao canteiro de obras achando que “já sabem tudo, só porque fizeram o SENAI”.

Todos os entrevistados aprenderam o ofício no próprio canteiro de obra. Parafraseando os operários do setor, o início na construção foi “vendo e aprendendo” para oito dos entrevistados. De acordo com Franco (2001, p.107), o trabalhador da construção sabe fazer seu trabalho “porque aprendeu dentro dessa lógica a substituir a escrita pela repetição das ações, pela rotina, ‘aprendeu fazendo’ e gravou repetindo o feito!”.

Pedro, 69 anos, ajudante de servente, explica a estrutura de ofícios difundida em todos os canteiros de obra visitados. Para ele, na construção de edificações o aprendizado ocorre “Aprendendo e vendo. Quando comecei não sabia nada. Fui vendo e fui trabalhando. Fui aprendendo”. Esta forma de saber é muitas vezes colocada com orgulho na fala espontânea dos trabalhadores. Diego explicou:

Acho que tenho uma cabeça muito boa. Fui vendo as pessoas fazendo, prestando bastante atenção e fui aprendendo. Com o contato do dia a dia com o engenheiro fui aprendendo a ser mais detalhista e cuidadoso. Por isso

gostam do meu serviço. Sou contratado porque confiam em mim, no meu serviço e no meu caráter (Diego, acabamento final).

Cattani (2001) defende a idéia que o “aprender-fazendo” predomina na construção de edificações, mesmo quando novos parâmetros de orientação do trabalho como observação de painéis, leitura de mostradores, prescrições técnicas, orientações de montagens passam a fazer parte dos processos produtivos. Apesar dos avanços tecnológicos por qual vem passando a indústria da construção, prevalece o modelo de aprendizado no qual um operário mais antigo na função ou um superior hierárquico orienta os primeiros passos do trabalhador. Antônio e Douglas aprenderam o ofício com colegas de profissão com mais tempo de experiência. Enquanto, para oito trabalhadores, o ofício foi ensinado por um parente mais velho, entre eles: pai, tios, primos, irmãos e cunhados. José aprendeu a pintar com um amigo. Segundo ele:

Quando perdi o emprego na metalúrgica, fiquei desamparado. Sem rumo. Gastei todo dinheiro que tinha para manter minha família. Não conseguia voltar a ser metalúrgico. Então, um amigo meu me chamou na casa dele e disse: - Quer aprender ser pintor? - Disse que sim. Estava desesperado. Ele me ensinou tudo que sei. Ele era pintor na juventude, só que na época que ele me ensinou já era formado. Era professor. Mas, durante vários meses, ele gastava o fim de semana inteiro me ensinando. De graça (José, pintor).

A forma artesanal do processo de construção de edificações encontra-se subordinada ao saber e a força de trabalho dos operários do setor. Conforme mencionado anteriormente, a estrutura de ofícios obriga os trabalhadores a aprenderem na prática a atividade que irão desempenhar. A natureza do conhecimento dos trabalhadores do nível operacional é tácita, como argumenta Taigy (2000). Deste modo, a habilidade do trabalhador de ofício vai se aprimorando proporcionalmente aos anos de exercício na profissão.

Esta forma de inteligência da prática está intrinsecamente condicionada com o tempo de profissão. No início, os erros e o retrabalho são mais frequentes e o risco de acidentes do trabalho bem maiores. Thiago, ajudante de pintor, explica que “fez treinamento da vida. Aprendi assim, desse jeito aqui. Na prática e na raça. Errando no começo. Ah, como eu errei! Logo no início caí da escada várias vezes e uma das vezes cheguei no hospital desacordado. Agora, não caio mais!”.

Entre os entrevistados, o tempo médio na construção civil é de treze anos e meio. Constatamos que mais da metade dos entrevistados trabalha há mais de dez anos no setor, destes Marcos, Matheus, José e Antônio trabalham há mais de vinte anos. Entretanto, o tempo de trabalho não está diretamente relacionado com a estabilidade de emprego. Como veremos nos próximos itens, os entrevistados enfrentaram ao longo da trajetória profissional grande rotatividade de emprego e instabilidade no mercado de trabalho, ora registrados, ora

trabalhando como autônomos, ora subcontratados e, em alguns momentos, desempregados. Para alguns, a dificuldade de reemprego ou ingresso no mercado de trabalho impôs constantes migrações entre os setores primário, secundário e terciário.

3.2.3 A trajetória profissional: do campo até a construção

Do campo até a construção, foram vários os caminhos trilhados pelos dezoito entrevistados de origem rural. Entre eles, Antônio, Diego, Mário, Isaac, Matheus, Danilo e Francisco³⁹ tiveram o segundo emprego na construção de edificações. Entretanto, somente Antônio e Diego continuaram trabalhando no setor desde a época em que deixaram o campo em sua cidade natal.

Antônio é pedreiro há trinta e dois anos. O começo na construção aconteceu após uma geada na lavoura de café, quando uma empresa de construção civil de São Carlos foi até o Paraná à procura de mão-de-obra e “de uma leva só, trouxe um ônibus cheio de jovens do campo [lavoura de café] para trabalhar na construção”, conforme nos relatou:

A lavoura deu uma fracassada então a gente para viver tinha que procurar outro meio. Na época a construção civil foi à única opção que apareceu. A gente não tinha estudo e tinha família para cuidar. A construção facilitava as coisas para gente (Antônio, pedreiro).

No início foi ajudante, depois passou para pedreiro, mestre de obras e, nos últimos anos, sem conseguir mais empregos registrados, passou a trabalhar por conta própria como pedreiro.

Na primeira empresa fui ajudante e depois pedreiro. Eles queriam que eu fosse mestre de obras, mas eu não quis. Depois eu fui trabalhar para os filhos deles aí eu passei a trabalhar como mestre de obras. Na primeira empresa que me trouxe da roça eu fiquei cinco anos. Aí fui para Novo Solo, trabalhei mais dois anos no Novo Solo. Trabalhei mais dois anos e pouco para o Emílio Manzan, era uma imobiliária que tinha aqui, eu era o pedreiro deles. Aí trabalhei também seis meses na Universidade Federal como pedreiro, durante a construção de vários prédios. Trabalhei para outra construtora dois anos e seis meses. E, ultimamente trabalhei bastante por conta. Depois trabalhei 9 anos como mestre de obras. Eu saí da solução em 2001, 2002? Já faz uns 4 anos que estou trabalhando como autônomo. Comecei a trabalhar como autônomo por causa da idade. É mais difícil arrumar serviço. É bem mais fácil trabalhar assim, como autônomo (Antônio, pedreiro).

Neste caso, o trabalho por conta própria foi à única opção diante da falta de emprego registrado. Trabalhar por conta própria pode trazer maiores rendimentos, bem como maior liberdade profissional, como no caso do Antônio, porém, na fala dos entrevistados significa

³⁹ Os irmãos Danilo e Francisco dividem a jornada de trabalho entre a atividade de pedreiro e operário metalúrgico. Entretanto, devido à riqueza de detalhes, descreveremos, em um item à parte (3.4.1), a história profissional dos irmãos.

aumento da jornada de trabalho e instabilidade de renda. Para muitos a ausência de vínculos empregatícios, regulamentação trabalhista ou qualquer cobertura em termos de seguridade social, traz insegurança. Para Antônio:

Trabalhar por conta não dá certo. Tem mês que tira oitocentos, tem mês setecentos, tem mês que tira mil [reais]. O salário registrado é menor, mas a gente tem horário de trabalho e carteira assinada. Por conta eu trabalhava muito mais e tinha que pagar como autônomo. Registrado eu podia fazer bicos, aumentar a renda. Por conta eu não podia fazer dívida ou comprar parcelado. Eu nunca sabia como seria no mês seguinte. Já antigamente, mesmo sem saber se ficaríamos muito tempo na mesma construtora, a gente sabia que sobrava vaga para operário experiente. Então, era mais fácil planejar as coisas (Antônio, pedreiro).

A fala de Antônio mostra a alta instabilidade do emprego e a alta rotatividade do subsetor que caracteriza as décadas recentes. A argumentação de Lima (1995) é bastante pertinente para se compreender os efeitos da instabilidade de emprego na construção de edificações. Para o autor, as empresas do setor buscam manter alto grau de flexibilidade em termos de recursos humanos. Porém, ao mesmo tempo em que as práticas de subcontratação, terceirização ou parcerias possibilitam às empresas maior flexibilidade diante das oscilações do mercado, geram diferenças salariais, falta de coesão do pessoal e de comprometimento com as metas da organização, divergências entre o tipo e característica do trabalho executado por cada grupo e insegurança ao trabalhador que atua nestas condições.

Antônio afirma que, até os anos 90, era mais fácil encontrar empregos registrados na construção civil. No seu ponto de vista, a rotatividade de emprego no setor foi sempre alta já que é rotina as construtoras demitirem grande parte dos operários com o término do empreendimento. No entanto, nas décadas anteriores, o quadro de instabilidade institucionalizada, alta rotatividade, impermanência e descartabilidade era mais facilmente enfrentado pela força de trabalho devido à maior oferta de empregos registrados. Antônio relata que os operários da construção sempre foram descartados ao término do empreendimento, porém um bom pedreiro conseguia emprego mais facilmente. Segundo ele:

Antigamente, a gente ficava desempregado por pouco dias. Saí de uma firma e já arrumava emprego, emprego bom, com carteira. Hoje você passou de 45, 50 não querem mais nada! Até a molecada mais nova não pode mais perder um emprego registrado na construção, pois quando sai da firma não encontra nada. Aí tem que trabalhar por conta ou ganhar por dia sem direito nenhum. A última vez que trabalhei registrado eu sai porque pedi a conta, pedi para sair, mas não foi porque queria trabalhar por conta, foi por causa de desentendimento. Eu tive problema com o menino lá. Quando sai de lá eu ainda fui atrás de duas empresas, mas não deu certo. Então eu deixei quieto. É por causa da idade que não pega mais. Só me restou trabalhar por conta (Antônio, pedreiro).

Atualmente, Antônio assinou um contrato temporário com o padre da paróquia que está reformando. Durante um ano vai receber mil reais por mês, com carteira assinada. Depois, pretende voltar para o Paraná, sua cidade natal, para plantar café, pois “há trinta e dois anos sonho com este dia”. No trecho abaixo, Antônio expõe detalhadamente este sonho:

Desde o dia que comecei na construção a única coisa que eu penso é aposentar e trabalhar na roça. Já era para eu estar aposentado. Eu entrei com os papeis, mas está demorando muito. Se eu não desse conta de trabalhar e dependesse da papelada eu estava passando fome. Na roça eu vou plantar café. Toda a vida o meu sonho foi voltar para a roça, para o Paraná. Meus irmãos estão lá. Minha filha e meu genro sabiam da minha vontade e ficavam preocupados comigo, porque sempre trabalhei e não sei ficar sem uma ocupação. Eles compraram a terra, eu ajudei com tudo que eu tinha. Eu ia para lá no meio do ano passado porque minha aposentadoria está bastante enrolada, aí o padre pediu para eu fazer o serviço. Mas quando eu vim eu achei que seria rápido, que seria menos, aí foi aumentando, aumentando. Acho que devo ficar até o meio do ano, espero que não, mas devo ficar porque ainda tem toda a parte externa da igreja, estacionamento, tem porta para abrir, tem reforma da casa paroquial. Na roça tem muito serviço, eu tenho muito amigos, então não vai faltar serviço (Antônio, pedreiro).

Assim como Antônio, o entrevistado Diego também continuou trabalhando na construção desde que deixou o setor primário. A história de Diego difere em dois pontos da trajetória de Antônio. O primeiro diz respeito à forma de inserção no setor e o tipo de relação de trabalho. Diego deixou a plantação de banana e, em meados da década de 90, migrou para a São Carlos atrás de serviço. Na época, começou na construção sem registro em carteira, trabalhando como servente e ganhando por dia de serviço. Enquanto, na década de 70, Antônio migrou do Paraná já registrado em carteira para trabalhar na construção, Diego apenas conseguiu um trabalho registrado com os anos de experiência, trabalhando, primeiramente, para uma subempreiteira de mão-de-obra como servente para, anos depois, ser efetivado pela construtora.

O outro ponto de divergência nas duas histórias é que desde que foi contratado Diego nunca enfrentou problemas com a falta de continuidade dos serviços na construção, na medida em que faz parte do quadro efetivo de funcionários da construtora⁴⁰, normalmente, remanejados para outros canteiros após o término da obra. Além do mais, mesmo na ausência de novos empreendimentos, o trabalho de Diego se faz forçoso, pois cabe a ele o conserto e as reformas dos imóveis entregues aos moradores em caso de avarias ou problemas de

⁴⁰ Diego explica que apenas os operários altamente especializados fazem parte do quadro de funcionários da construtora. Entre eles, os mestre-de-obras, carpinteiros, ferreiros e pedreiros especializados. Os demais operários são contratados temporariamente, através de empreiteiras de mão-de-obra ou como prestadores de serviços.

manutenção durante o prazo de validade estabelecido pela construtora, conforme evidencia o depoimento abaixo:

Comecei com um serviço particular para fazer assim que cheguei. Era um sobrado. Eu era sem experiência, era servente. Fiquei um ano e pouco trabalhando para meu primo. A gente trabalhava junto. Pegava o serviço, construía e entregava pronto. Aí depois eu entrei aqui na construtora. Trabalhava para um gato, empreiteiro de mão-de-obra. Tinha registro, fiquei 4 anos como servente, era subcontratado. Eu fazia limpeza das obras, aí depois fui aprendendo, me tornei um profissional. Aí tem quatro anos que eu sou responsável pelo acabamento final. Eles me contrataram. Só pego os apartamentos prontos. Eles gostaram do meu jeito mais quieto, confiaram em mim. Porque tem que ser de confiança para entrar nas casas dos compradores depois que elas estão prontas (Diego, acabamento final).

A oportunidade de ganhos superiores trabalhando por conta própria não atrai Diego, pois, como ele nos explica, não trocaria seu emprego atual pelo sonho de ser autônomo. Apesar da grande procura pelo seu serviço, Diego afirma que o trabalho como autônomo somente seria uma opção diante do desemprego.

Conheço todos os moradores. Já entrei em cada apartamento entregue. Todos os dias me ligam para fazer bicos de pintura, hidráulica, troca de vidro. Aparece bastante. Faço bico todo sábado. Eu não paro. De bico eu tiro mais 300, 350 reais. Eu já conto com este dinheiro, é um extra para ajudar. Sei que não faltaria emprego se eu trabalhasse por conta. Mas não me iludo. Posso quebrar a cara! Prefiro ganhar menos e contar com a grana todo mês (Diego, acabamento final).

Em comum, Antônio e Diego começaram ainda jovens na construção. No caso de Mário, o trabalho de servente tornou-se opção de emprego com mais de 42 anos de idade. Mário começou trabalhando na plantação do seu pai e durante vinte e um anos, 1973 a 1994, administrou uma fazenda da região. O último dono da fazenda foi a igreja adventista. Mário explica que, no final da década de 90, a igreja comprou a fazenda e transformou a área em acampamento religioso. Durante nove anos, os fiéis da igreja adventista tentaram convertê-lo e evangelizá-lo. Porém um dia, depois de várias tentativas, o pastor da igreja disse que os fiéis achavam indispensável que todos os empregados do acampamento fossem seguidores da igreja adventista. Segundo Mário “Eles quiseram me batizar, aí eu sai. Eles disseram: - agora batiza ou sai. Sou católico, seguidor de Nossa Senhora. Aí eu preferir sair. Nasci para trabalhar na roça. Continuo procurando serviço para plantar ou cuidar de criação. Vim para cidade, mas minha alma é do campo”. Mário não conseguiu mais encontrar emprego nas fazendas da região e, por isso, alugou uma casa na cidade e começou a trabalhar como servente em uma empresa de construção civil. Em 1997, a empresa demitiu seus funcionários e subcontratou mão-de-obra como uma das estratégias adotadas. Com isso, Mário ficou desempregado e, na época, só conseguiu arranjar empregos ocasionais como bicos para limpar

terreno baldio e carregar caçamba de entulho. Depois, com ajuda de um amigo, foi contratado por uma empresa de gás de cozinha e, atualmente, retornou a construção civil. No entanto, como nos relatou, “nem na construção eu consigo mais achar trabalho com carteira assinada. Patrão nenhum registra uma pessoa de 55 anos, só com a quarta série”.

Do mesmo modo, Isaac não conseguiu estabilidade de emprego na construção de edificações. Isaac ficou desempregado após o término de uma obra, precisando buscar emprego em outros setores. Realizou serviços de limpeza de rua, trabalhou nas fazendas da região até retornar novamente a construção de edificações. Isaac descreve que, aos 17 anos trabalhava em uma plantação de uva em Gaporã na Bahia, era tratorista da fazenda que seu pai administrava. Nos fins de semana, reformava a colônia da fazenda junto com seus irmãos. Aprendeu o ofício de pedreiro e, durante treze meses, construiu novas casas dentro da fazenda. Por indicação de alguns amigos, conseguiu um emprego na construção de edificações. Segundo ele:

Com 19 anos vim para São Carlos. Cheguei para trabalhar em uma firma. A construtora Carlos Teixeira. Eles construíam condomínio de rico. Fiquei com eles dois anos e oito meses. Eu era registrado. Eu lembro do meu último pagamento, 480 reais. Eles foram construir outro empreendimento na cidade de Americana, mas eu decidi ficar na cidade. Na construção a gente tem que acompanhar as obras, mas eu já tinha família na cidade. Eles me deram seguro desemprego direitinho (Isaac, pedreiro).

Sem encontrar emprego registrado na construção de edificações, Isaac trabalhou dois anos e meio em uma firma terceirizada de limpeza de rua, contratada pela prefeitura de São Carlos. Quando a firma perdeu a nova concorrência, Isaac voltou a procurar emprego de pedreiro com carteira assinada. Porém, somente encontrou serviço registrado em uma fazenda de leite. Após três anos, foi demitido e conseguiu um novo emprego em uma fazenda de confinamento de boi por um ano e nove meses. Com apenas dois anos de estudo, não mais preenchia os critérios para trabalhar na fazenda, segundo ele “para cuidar de boi eles passaram a exigir no mínimo a quarta série”. Novamente desempregado, Isaac voltou a trabalhar como pedreiro, sem carteira de trabalho assinada, ganhando quinzenalmente, 40 reais por dia trabalhado. No entanto, conforme nos relatou, acha muito arriscado o trabalho sem registro, por isso, começou a trabalhar como segurança no sábado e domingo à noite. Além de ganhar mais cinquenta reais por noite, espera conseguir a efetivação na firma de segurança. Desta forma, poderá ter carteira assinada e continuar trabalhando como pedreiro nos dias de folga.

Nos discursos acima fica evidente a busca pelo emprego estável e com garantias. Para Forrester (2001), à medida que decresce a oferta de emprego assalariado com registro se

generaliza à insegurança aumentando, conseqüentemente, a procura e o desejo pela estabilidade.

3.2.4 Vários caminhos até à construção

Os próximos relatos, incluindo os depoimentos dos ex-metalúrgicos, explicitam como a terceirização e flexibilização de alguns setores da economia, a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros, reformas micro e macroeconômicas e a desregulamentação dos mercados, além de destruírem vários postos de trabalho formais e tornarem obsoletas algumas profissões, condenaram os entrevistados à instabilidade de emprego, a contratos precários e à perda da identidade profissional. Como conseqüência, segundo Cacciamali (2000), observa-se nas últimas décadas a diminuição do emprego industrial, maior expansão do emprego terciário e ampliação do setor não estruturado, em especial micro e pequenas empresas, trabalhadores por conta própria e assalariados sem registro. Reimann e Francisco (1998) afirmam que este processo destrói a identidade coletiva e desmantela a cidadania. Isso ocorre, pois a insegurança nas relações trabalhistas impossibilita ao trabalhador construir um modo de vida equilibrado e dificulta a sua inserção permanente em uma categoria ocupacional.

Paulo começa a descrição da sua história profissional afirmando “Já fiz de tudo, sei um pouco de cada coisa, mas não sei qual é minha profissão, o que eu sou”. Após sua trajetória no campo e nas usinas de cana-de-açúcar, Paulo trabalhou como engraxate, pipoqueiro, “chapa” (carregando e descarregando caminhão), produzindo e vendendo rapadura, jardineiro, *motoboy*, faxineiro, vendedor de produtos do Paraguai, ajudante de produção e há onze anos trabalha para um empreiteiro como servente de obra quando aparece serviço. Neste período, a cada término de um empreendimento, passa dois a três meses realizando “bicos”, principalmente, a limpeza de terrenos, carregamento de caçambas e “chapa”.

Paulo faz parte de uma imensa categoria de trabalhadores particularmente móveis, que sempre existiram no Brasil e, que podem ser descritos como trabalhadores que passam com freqüência da atividade ao desemprego e vice-versa. Para Bihl (1998), algumas categorias de trabalhadores⁴¹ tendem a se fechar em ciclos ininterruptos de trabalho

⁴¹ Entre as categorias mais vulneráveis ao desemprego e a instabilidade estão mais, segundo Bihl (1998), os trabalhadores não qualificados do que os qualificados, as mulheres do que os homens, os jovens e os idosos do que os adultos, os estrangeiros do que os nacionais. Reforçando e reativando, assim, as antigas divisões e desigualdades de *status* no seio do proletariado.

instável/desemprego ou inatividade/ instabilidade, chegando até ao desemprego de longa duração⁴².

Cabe aqui destacar que, no Brasil, nunca houve uma política efetiva de pleno emprego, diferentemente da realidade europeia pesquisada por Bihl. Entretanto, histórias como as trajetórias ocupacionais de Paulo mostram como a instabilidade de emprego e a difusão do desemprego confrontam historicamente os trabalhadores brasileiros a situações como inconstância de renda, dificuldades de acesso aos meios sociais de consumo, impossibilidade de planejar o futuro, bem como aniquilam o sentimento de pertencer a uma classe. Além do mais, diante da redução dos empregos com contrato e proteção social, os trabalhadores instáveis se sujeitam a atividades cada vez mais precárias e algumas vezes clandestinas, como a venda de produtos contrabandeados do Paraguai comercializados pelo entrevistado Paulo. Na visão de Paulo, ele é “azarado”. Segundo ele, depois que ele deixou o trabalho no campo era só ele conseguir um emprego registrado para a firma entrar em falência ou resolver terceirizar seu posto trabalho.

Sobre seu último emprego na fábrica de papel, antes de começar na construção, Paulo elucida que pediu demissão para tentar um emprego melhor, mas:

Eu vim parar aqui de servente de obra por falta de outro emprego. Foi burrice. Fui sair da fábrica de papel para ver se conseguia alguma coisa melhor e tomei no nariz. Nem lá nem aqui. Lá eu era registrado. Fiz ficha para vários lugares, principalmente nestas firmas terceirizadas de limpeza e jardinagem. Hoje é o que dá mais oportunidade, mas nenhuma me chamou. Cheguei a ser chamado para uma firma, mas o salário não dava para pagar meu aluguel que é de trezentos reais para uma casa de quatro cômodos. Para trabalhar de jardineiro, mas era trezentos e noventa e aqui trinta dias eu tiro seiscentos. É bem menos, apesar de que eu podia pegar uns bicos no final de semana. Mas, bico você sabe como é tem final de semana que vem, mas depois passa dois três sem pegar um (Paulo, servente).

O trecho acima revela a opção de continuar trabalhando informalmente, subcontratado ou terceirizado em vez de assalariado e estável, principalmente, quando a renda no mercado informal é superior. Porém, raramente tratou-se de uma escolha pessoal dos entrevistados trabalhar por conta própria. Thiago diz que ser informal não é uma escolha pessoal, pelo contrário, trata-se da “opção restante”. Depois de várias tentativas por uma vaga de trabalho na zona rural da Bahia, Thiago migrou para Ribeirão Bonito para trabalhar em uma fábrica de farinha. Mas, segundo nos relatou, a “fábrica não foi para frente. Estava muito fraca. Não tinha mandioca para fazer farinha. Aí voltei para a Bahia, tentei o campo de novo.

⁴² Alain Bihl (1998) classifica o desemprego de longa duração como aquele superior a um ano.

Não deu certo, vim para São Carlos. Depois de um ano desempregado, só me restou o trabalho de ajudante de pintor”.

Para Matheus, o trabalho informal na construção civil foi ao longo da sua trajetória uma das várias estratégias disponíveis diante da dificuldade de reemprego ou ingresso no mercado de trabalho. Desde os 17 anos, Matheus oscila constantemente entre o mercado formal e informal e entre os setores; alternando trabalhos no campo, na indústria e no setor de serviços. O relato da sua história profissional enfatiza o papel do trabalho informal em momentos de dificuldades de reemprego e de ingresso no mercado de trabalho:

Comecei com 17 anos. Trabalhava como tratorista em Minas em plantação, tinha registro. Fiquei três anos. Era plantação de arroz. Fiquei desempregado, aí trabalhei de servente lá em Minas, fiquei mais ou menos um ano, sem contrato de trabalho. Aí voltei para lavoura para o plantio de arroz, fiquei pouco tempo porque começou a faltar emprego. Fui para Campinas e comecei a trabalhar na ferrovia. Na ferrovia eu trabalhava como cozinheiro, fiquei mais de oito anos. Era registrado. A ferrovia começou a falir, fui demitido. Depois sai de lá e fui trabalhar com pré-moldado em Minas. Aí não tinha emprego vim para Ibaté trabalhar como pedreiro, depois consegui um emprego com pré-moldado na prefeitura. Na prefeitura fiquei um ano, terceirizaram a firma, foi todo mundo para o olho da rua. Fui trabalhar na usina, fiquei pouco tempo cortando cana, aí eles me achavam velho e tive que ir para Campinas trabalhar na construção.

Na construção civil, Matheus explica que:

Eu tinha carteira, foi meu único emprego registrado na construção, mas fui demitido quando acabou a obra. Tentei voltar para a cana, mas não me quiseram, tentei o pré-moldado não deu certo. Fui ser pedreiro, por conta própria, porque não achei emprego em construtora. Não conseguia clientes. Voltei para Minas, trabalhei em firma de limpeza, mas ela não durou muito tempo. Em Minas eu trabalhei de novo na construção, quando fiquei desempregado. Voltei para Ibaté, trabalhei como encarregado de pré-moldado aí parei uns tempos e vim para cá trabalhar na CBT (Companhia Brasileira de Tratores), antiga fábrica de motores. Trabalhei oito anos lá, de uma hora para outra meu trabalho não prestava mais. Aí voltei para construção (Matheus, pedreiro).

Apenas Lucas declarou ter escolhido a construção civil como carreira profissional. Contrapondo os relatos anteriores, ele explica que desde criança queria trabalhar como pedreiro.

Gosto da minha profissão. Sou pedreiro. Foi porque eu gosto e não por falta de opção. Desde moleque eu via e queria trabalhar com isso. Tinha um pessoal de idade que construiu um barracão próximo a minha casa quando eu era moleque. Eu sempre ia lá conversar com ele para eu aprender e ver. Eles estavam fazendo o barracão. Eu fui vendo e aprendendo (Lucas, acabamento final).

O primeiro emprego registrado foi aos quatorze anos em uma fábrica de ração. Próximo de completar a maioridade, Lucas pediu demissão da fábrica de ração e começou a

trabalhar como pedreiro, autônomo. No início encontrou grande dificuldade em firmar sua clientela, enfrentando constantemente oscilação de renda e de demanda por serviços. Como alternativa, abandonou a profissão de pedreiro e, em 2000, abriu uma lanchonete na cidade de Ibaté e, paralelamente, manteve os bicos na construção durante os horários de folga. Após dois anos, passou o ponto da lanchonete devido ao “insucesso do negócio”, voltando a dedicar-se integralmente a construção. Desde então, prefere trabalhar com empreiteiros ou engenheiros, recebendo por empreitada, pois:

Antes eu pegava a obra direto com o proprietário. É melhor trabalhar direto com o proprietário, mas você precisa ter muito conhecimento, tem que ir atrás de serviço, calcular tudo. Você é o responsável. Hoje, vou direto nos empreiteiros. Não muda nada trabalhar com empreiteiro ou com engenheiro é tudo igual, muda se trabalhar direto com o proprietário. Se eu peguei mil com eles [empreiteiro ou engenheiro] com o proprietário eu pegaria por dois. Muda muito. Mas é mais fácil arrumar serviço com o empreiteiro. Eu conheço uns cinco a seis empreiteiros, quando fico sem serviço nem preciso ir atrás é só ligar para eles e falar que estou precisando de serviço. Qualquer um, se eu ligar agora, amanhã estou trabalhando. Não recebo por dia de trabalho, dou o valor do meu serviço. Quem quiser é que pague! (Lucas, acabamento final).

A instabilidade de emprego foi também vivenciada por Douglas, todavia, há mais de seis anos trabalha registrado para uma empresa de montagem de estruturas metálicas.

Eu comecei com 14 anos tirando leite de vaca, mal recebia um trocado por mês. Continuei estudando, por exigência da minha mãe. Depois eu entrei numa madeireira por três anos. Lá tinha carteira assinada, por isso eu preferi ir para lá que ficar tirando leite. Me mandaram embora da madeireira, aí fui trabalhar com o meu cunhado na serralheria. Lá não tinha carteira, mas dava para ganhar dinheiro. Aí depois consegui aqui. Dá bem menos por mês porque tenho carteira. Vai fazer seis anos que eu estou aqui na empresa de montagem, sem saber o que é ficar atrás de emprego. Sei que tenho sorte! Mas, poderia ter um emprego melhor com o segundo grau completo (Douglas, montador).

No caso do seu primo Anderson, também montador, o registro em carteira e a estabilidade profissional são vistos como empecilhos para uma melhor qualificação profissional. Antes de trabalhar na construção, Anderson foi contratado temporariamente por uma empresa terceirizada para trabalhar em uma das metalúrgicas da cidade de São Carlos. Com o fim do contrato, Anderson procurou serviço na construção, conforme descrito abaixo:

Com doze anos apanhava laranja. Ganhava por dia e não tinha carteira. Depois eu trabalhei em supermercado com carteira. Depois trabalhei como servente. Fiquei cinco meses na Tecumseh⁴³, era contratado

⁴³ A Tecumseh produz compressores de alta tecnologia para aplicação em refrigeração doméstica, comercial e condicionadores de ar, além de componentes elétricos e eletrônicos. No ano de 2006, a Tecumseh completou 33 anos de atividades e atingiu a marca de 150 milhões de compressores herméticos produzidos na cidade de São

temporariamente. Tinha a esperança de ser contratado, mas eles não gostaram de mim. Aí depois entrei aqui na empresa. Fiquei dois anos e meio, eu era montador, aí sai e fui trabalhar por conta na construção. Saí porque discuti com encarregado da firma que me mandou embora, nós discutimos. Aí seis meses depois o encarregado saiu e eu voltei já tem quase três anos (Anderson, montador).

Na opinião do entrevistado, para ser metalúrgico, será preciso se aperfeiçoar e abandonar a construção, pois “se eu continuar aqui, vou ficar velho e não conseguirei ser metalúrgico. Acho que vou acabar me acostumando a ganhar menos de dois salários mínimos por mês, com medo de pedir demissão e perder o registro em carteira”.

3.2.5 Do torno à pá de pedreiro: o caso dos ex-metalúrgicos e o trabalho na construção civil

Na direção oposta à trajetória pretendida por Anderson, sair da construção e trabalhar em uma metalúrgica, doze entrevistados tiveram suas trajetórias marcadas pelo caminho inverso, ou seja, trabalharam em empresas metalúrgicas na cidade de São Carlos – um entrevistado continua trabalhando – antes de começarem na construção civil. Para entendermos como ex-metalúrgicos chegaram à construção de edificações é imprescindível analisarmos os motivos que levaram cada entrevistado a perder o elo com a metalurgia, modificando sua trajetória profissional.

A cidade de São Carlos é conhecida pelo seu pólo científico e tecnológico em virtude das pesquisas de ponta na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e devido à aglomeração de empresas de alta tecnologia. Atualmente, a atividade industrial da cidade é marcada pela presença de grandes indústrias como a fábrica de motores Volkswagen, Tecumseh do Brasil especializada na produção de compressores herméticos, indústria de geladeiras e fogões Eletrolux e pela Faber Castell fabricante de produtos escolares.

A oferta de emprego no setor secundário atraiu trabalhadores nascidos na região de São Carlos e migrantes de outras regiões a procurarem empregos nas indústrias da cidade. Até a década de 90, não havia grandes exigências de qualificação profissional ou escolaridade. Como explica Expedito, 74 anos, as indústrias contratavam trabalhadores recém chegados da zona rural, sem experiência e com pouca escolaridade. Segundo ele, quando entrou na CBT, em 1963, “eles só me perguntaram se eu sabia ler, nem precisava saber escrever”.

Carlos. É maior empregadora da Região Central Paulista, gerando aproximadamente seis mil postos de trabalho diretos e mais de 650 em empresas terceirizadas atuando dentro das suas duas plantas (Fic Frio, 2006).

Expedito e mais seis entrevistados trabalharam na antiga fábrica de tratores CBT – Companhia Brasileira de Tratores – fundada em 1961, pela família Pereira Lopes⁴⁴, entre eles, Moisés, Pedro, Marcos, Matheus, José e João Batista. As razões apresentadas pelos trabalhadores demitidos da CBT foram a baixa escolaridade formal e o fechamento da planta industrial⁴⁵. Assim como Expedito, João Batista tinha apenas a primeira série do primeiro grau quando começou a trabalhar na CBT. Em seu relato, João Batista afirma que a empresa incentivava os trabalhadores a concluírem o ensino fundamental, mas segundo ele “por ignorância” não prosseguiu com os estudos. Na CBT desenvolveu duas hérnias na coluna lombar, permanecendo afastado por quase dois anos. Quando retornou para empresa, foi transferido do setor de produção para o almoxarifado. Todavia, com o tempo, deixou de preencher o perfil de operário desejado pela CBT. Com o histórico de problema na coluna, não conseguiu ser contratado por nenhuma empresa. Atualmente, trabalha como pedreiro especializado em acabamento final, para uma subempreiteira de mão-de-obra, e tenta ganhar na justiça a indenização pelo acidente sofrido nos tempo da CBT.

Na trajetória do Pedro, o fechamento da CBT trouxe dificuldades financeiras e a perda da identidade profissional. Pedro trabalhou na companhia durante 23 anos até que, em 94, viu-se desempregado. O sonho de aposentar como metalúrgico foi abruptamente abandonado. Sem conseguir emprego nas metalúrgicas da cidade, buscou serviço como ajudante de pedreiro. Para garantir a aposentadoria mínima do INSS continuou contribuindo por mais seis anos como autônomo. Anos depois, foi chamado para ajudar na construção da TAM (Transportes Aéreos de Marília), localizada no antigo terreno da CBT, por indicação de um ex-chefe. Hoje com 69 anos, aposentado, prossegue trabalhando como ajudante de pedreiro para aumentar a renda familiar. Conforme nos contou:

⁴⁴ Paino (2002, p.10) afirma que a empresa IPL teve uma participação “fundamental no processo de industrialização do município, alavancando e impulsionando a expansão econômica da região”, chegando a ser a maior indústria da região central do estado de São Paulo. Entretanto, por outro lado, de acordo com as denúncias feitas em 1961, por Antonio Cabeça Filho, então líder são-carlense da antiga Associação Profissional dos Trabalhadores nas indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Carlos (fundada em 7/5/1961 e que mais tarde em 25/4/1962 foi transformada no Sindicato da categoria), a IPL não cumpria as leis trabalhistas e os seus operários era obrigados a fazer horas extras sucessivas, enfrentavam coação, não possuíam as mínimas condições de higiene e de segurança do trabalho, trabalhavam aos domingos, tinham apenas 20 minutos para as refeições e só podiam ir ao banheiro em horas determinadas pela empresa (PAINO, 2002).

⁴⁵ De acordo com PAINO (2002), em 1979 a CBT entrou em decadência. Sendo, desde então, segundo a Revista Época, marcada por uma péssima administração, deixando, por exemplo, de pagar o 13º salário dos empregados no ano de 1991. “Àquela altura, a ficha cadastral da CBT no banco estadual exibia um grande aviso, no alto, grafado em vermelho vivo pelos encarregados do comitê de crédito: “NÃO OPERAR!” . Ainda assim, na antevéspera do Natal, a empresa obteve um empréstimo de US\$ 2 milhões. Deu como garantia três superprensas de fabricação própria. O dinheiro saiu imediatamente. Sem contrato. Como não houve pagamento, fiscais do banco foram atrás das supostas garantias. As superprensas existiam. Mas só serviam para uso na linha de montagem da CBT. Ou como sucata” (CASADO, 2000).

Na época que eu sai da CBT peguei trabalho como ajudante de pedreiro, aí eu pagava minha carteira por conta. Os seis anos que eu trabalhei paguei por conta. Pagava como autônomo porque eles não podia registrar minha carteira. O pedreiro que me contratou trabalhava assim, igual ao seu Antônio, pega um serviço, pega outro. Eu não podia pedir ele para registrar, ele não tinha firma. Eu pagava porque amanhã ou depois eu poderia me aposentar. Eu tinha que pagar tinha vinte três anos na CBT, com mais dois na firma de cabos, mais um na usina davam 26 anos, mais o tempo que paguei por conta e a idade eu consegui aposentar. Mas, se eu parasse ficaria muito tempo sem pagar, aí não conseguiria me aposentar. Perderia o pouco direito que me sobrou. Como não me aposentei com o salário de metalúrgico, preciso continuar a trabalhar (Pedro, ajudante de pedreiro).

Na opinião de José, o fechamento da empresa trouxe desemprego para muitos trabalhadores, principalmente para aqueles com baixa educação formal e com pouca qualificação profissional. Com o fechamento da CBT, José gastou todo o dinheiro recebido na demissão enquanto procurava trabalho. A condição de desempregado alterou o padrão de vida dos entrevistados e trouxe impactos que não podem ser restringidos à simples dimensão material do rendimento e do consumo. O discurso abaixo mostra como a esfera da vida privada e familiar foi alterada com o fechamento da CBT:

Muita gente ficou desempregada quando a CBT fechou as portas. Trouxe desgraça para muita família na cidade. Muito chefe de família desempregado, sem condições de arcar com suas responsabilidades. Vários colegas ficaram deprimidos, sem rumo. Um colega de empresa ficou doído, até hoje diz para todo mundo que é empregado da CBT. Ninguém me tira da cabeça que foi o genro do antigo dono que faliu a CBT. A CBT fazia trator, era firma forte daqui. Fiquei lá quatro anos, tinha carteira e todos os direitos. Desde então passei a ser pintor. No desespero a gente faz o que aparece. Tentei serviço nas outras empresas, mas hoje só contratam quem tem o segundo grau completo. Eu estudei só até a oitava série, não consegui mais emprego certinho, como todos os direitos (José, pintor).

A maior parte dos entrevistados demitidos da CBT não conseguiu uma vaga de emprego no setor metalúrgico, seja pela baixa educação formal, pela extinção dos postos de trabalho, pela idade ou pelas novas exigências de qualificação profissional. Destacamos que, além da queda no rendimento médio dos trabalhadores, os desempregados passaram a trabalhar por conta própria, subcontratados ou por contrato temporário à margem de qualquer proteção trabalhista. João Batista e Pedro conseguiram emprego de servente e de ajudante de pedreiro, respectivamente. Matheus é pedreiro, autônomo, trabalha por empreitada e José trabalha por conta própria como pintor. Expedito foi o único entrevistado demitido da CBT que, antes de conseguir um emprego como servente, trabalhou primeiramente como jardineiro e, depois, como garçom. Apesar da idade, 74 anos, Expedito só conseguiu se aposentar no ano passado quando completou o mínimo de contribuições para o INSS.

Diferentemente dos depoimentos anteriores, Moisés e Marcos não foram demitidos nem saíram da CBT com o seu fechamento. Pelo contrário, pediram demissão da CBT para trabalhar em outras empresas metalúrgicas, localizadas na cidade de São Carlos, atraídos pelo maior salário e melhores chances de carreira.

Moisés pediu demissão da CBT após concorrer a uma vaga de emprego na Climax⁴⁶, antiga fábrica de refrigeradores da IPL (Indústrias Pereira Lopes), também fundada pela família Pereira Lopes. Na Climax, Moisés trabalhou durante doze anos até que as marcas Climax e White-Westinghouse foram compradas pela Refripar, e, depois pela Eletrolux. De acordo com Peticarrari (2003), as grandes empresas brasileiras de linha branca no Brasil foram adquiridas nos anos 90 pelos principais grupos mundiais. O processo de internacionalização e concentração da indústria de linha branca levou as empresas a intensificarem o processo de reestruturação, modificando os padrões de produção bem como dos sistemas de gestão e utilização de mão-de-obra, com consequência direta no volume e perfil do emprego no setor. O autor identificou uma queda sistemática de 18,7% do número de trabalhadores da indústria de eletrodomésticos de linha branca no Brasil, entre 1994 e 2000, e um aumento expressivo dos níveis de escolaridade.

A aquisição da Climax trouxe desemprego para os entrevistados Moisés e Abraão. Atualmente, trabalham juntos como pedreiro e ajudante de pedreiro, respectivamente. Moisés lembra que logo após a aquisição da Climax ele e vários colegas de trabalho ficaram desempregados.

Entrei na CBT, depois na Climax. Saí da CBT porque na Climax o salário era melhor e tinha mais chances de melhorar. Na Climax eu fiquei doze anos, eu era encarregado de exportação. Atualmente é aquela, aquela geladeira lá? A Eletrolux, antigamente era a Climax. Eu fazia a exportação. Tinha a White-Westinghouse também no grupo. Foi aí que eu fiz o curso superior, só para ter um currículo, não para exercer o Direito. Na verdade eu não gostei, mas fiz para melhorar o currículo. Aí a firma fechou, durante um cinco anos eu montei um açougue. Aí depois de um tempo eu fechei o açougue, porque como começou a vender carne muito em supermercado, a

⁴⁶ “A Climax foi uma organização fundada pela família Pereira Lopes que em São Carlos desenvolveu um grande complexo industrial, do qual faziam parte além da Climax, dentre outras a CBT-Companhia Brasileira de Tratores. A História da Climax, começa com a Indústrias Pereira Lopes (IPL), fundada pela família Pereira Lopes, que inicia a produção de geladeiras domésticas no início da década de 50 e desenvolve-se utilizando as marcas Climax e Gelomatic, quando as Indústrias Pereira Lopes adquirem a Ibesa, dando origem a Indústria Pereira Lopes Ibesa, que viria a transformar-se em Climax. Na década de 80, a Climax foi adquirida pela Refripar-Refrigeração Paraná. Em 1995 a Climax foi incorporada à Refrigeração Paraná e passou a fabricar todos os seus produtos sob a marca Prosdócimo, deixando de utilizar a marca Climax. A Refripar, com a marca Prosdócimo, era vice-líder do mercado brasileiro de eletrodomésticos. Sérgio Prosdócimo, seu dirigente e controlador, vendeu a empresa em 1996 para a Electrolux, o gigante sueco na área de eletrodomésticos. Durante algum tempo a Electrolux utilizou ainda uma marca composta Electrolux-Prosdócimo. Depois de um ano, passou a se chamar apenas Electrolux” (LOPES, 2008).

concorrência era grande, né? Vi, vi que não era minha praia também, né? Todo mundo foi iludido pelo sonho de ter seu pequeno negócio. Eu e muitos colegas perdemos todo o dinheiro que ganhamos com o fim da Climax caindo na besteira de abrir o próprio negócio (Moisés, acabamento final).

Em seu relato, Moisés enfatiza que muitos ex-metalúrgicos tentaram abrir seus próprios negócios na cidade, atraídos pelo discurso de empreendedorismo⁴⁷. Sem os conhecimentos necessários sobre legislação, carga tributária, gerenciamento e mercado consumidor, Moisés não obteve custos e condições viáveis para concorrer com os supermercados da região.

Com a falência do açougue, Moisés, ficou desempregado durante alguns meses, optando, enquanto não encontrava um novo emprego, terminar por conta própria a construção da sua casa. Nesta ocasião, começou a trabalhar para um construtor da cidade e, com o passar dos anos, por conta própria, pois:

Quando eu tava fazendo minha casa. Vendi a loja do açougue e resolvi construir minha casa, antes de casar. Eu tava pintando minha casa e um empreiteiro viu, na verdade foi um construtor, viu o serviço, gostou e perguntou quem fez? – Fui eu. Aí ele perguntou se eu trabalhava com isso? Falei que era a primeira vez, que eu só tinha experiência como pintor na minha juventude. Ele me disse que tinha serviço, na época eu estava precisando de um serviço mesmo. Aí comecei a pintar. Trabalhei para ele, ganhava por dia de trabalho. Não tinha vergonha! Era emprego. Minha mãe que não aceitava. Ela achava o fim do mundo um advogado sujo de cimento. Depois de um tempo, fui aprendendo e comecei a ter minha própria clientela, pegava bico de fim de semana. Fazia trabalho de eletricitista, parte hidráulica e pintura. Vi que dava para trabalhar sozinho. Hoje, faço de tudo. Do início ao acabamento final. Até telhado eu faço (Moisés, acabamento final).

Abraão percorreu caminhos distintos ao de Moisés desde a sua saída da Climax até o reingresso na construção de edificações. Poucos meses antes da aquisição da Climax, pela Eletrolux, Abraão sofreu o sexto acidente dentro da fábrica, resultando na amputação completa do polegar esquerdo. Quando o INSS solicitou sua reintegração, Abraão não conseguiu retornar a Eletrolux. Segundo ele:

Não sei se posso falar, tive muitos acidentes na Climax. Perdi o polegar da mão esquerda Teve uma vez que cai e machuquei a coluna. Unha eu perdi um monte de vez, deste dedo mesmo, aí na quinta vez eu perdi o dedo. Eu era operador de máquina. Dedos eu quebrei um par de vezes. Unha perdi várias, unha dá pancada, já era. Como sou canhoto, geralmente era a mão esquerda. Só consegui aposentar por invalidez anos depois. Eu era serralheiro industrial. Fiquei afastado dois anos, o juiz mandou a minha reintegração, mas não sei direto o que aconteceu, mas a Eletrolux disse que não eram responsáveis pelo meu caso. Só sei que depois me aposentaram por

⁴⁷ Silva (2002, p.101) afirma que o par empregabilidade/empreendedorismo tornou-se um mecanismo de convencimento ideológico, capaz de domesticar, “visando reconstruir uma cultura adaptada ao desemprego, ao risco e a insegurança”.

invalidez. Eu tinha 51 para 52 anos quando aposentei (Abraão, ajudante de pedreiro).

No período que antecedeu a aposentadoria, Abraão trabalhou novamente como segurança noturno, vendeu sorvete, dirigiu carro de som e servente de pedreiro. Há três anos, trabalha como ajudante de pedreiro para Moisés, antigo colega de profissão na Climax.

Com doze anos eu trabalhava na roça, depois, maior de idade trabalhei de segurança, de guarda né? Em firma de construção eu trabalhei quase quatro anos como servente de pedreiro. Consegui entrar na metalúrgica, fui serralheiro industrial. Aí sofri o acidente, a Climax virou Eletrolux, ninguém respondia pela minha situação. Sem receber pelo INSS e sem conseguir retornar para a fábrica, a situação apertou precisei trabalhar de pedreiro. Aí fui tocando o barco, fazia bicos. Até de carro de som eu já trabalhei. Eu trabalhava com o sogro do Moisés. Eu não arrumava serviço. Fiquei um tempo desempregado, aí entrei em outra firma de segurança. Durante o tempo que eu fiquei desempregado tinha que arrumar serviço para trabalhar (Abraão, ajudante de pedreiro).

O entrevistado Marcos saiu da CBT para trabalhar na SICOM – Sociedade Intercontinental de Compressores, fabricante de compressores herméticos. A SICOM iniciou suas atividades produtivas em 1973. Em 1996, a SICOM, assim como a Climax, também foi adquirida por uma multinacional, passando sua razão social para Tecumseh do Brasil Ltda.

A saída da CBT foi, na opinião de Marcos, uma escolha equivocada, pois somente permaneceu na SICOM durante os três primeiros meses de teste. Marcos atribuiu a baixa escolaridade como motivo principal da sua não permanência na SICOM. Em sua fala, Marcos expressa a diferença entre as duas empresas “Lá na CBT tinha muita gente com apenas o primeiro ano, quando entrei na SICOM o pessoal já era mais estudado. Por isso, eu não fazia o tipo que eles queriam”. Antes de exercer a profissão de metalúrgico, Marcos trabalhou nas usinas da região, cortando cana e dirigindo caminhão e, depois, como vendedor de livros.

Com 12 anos comecei a cortar cana, eu ajudava meus pais na usina. Depois vim para a cidade e trabalhei numa livraria, sem carteira, fiquei lá uns nove meses. Saí e voltei a trabalhar na usina em Ibaté, depois trabalhei com caminhão, carregando caminhão de cana, sem ser registrado também. Eu que dirigia. Trabalhei em indústria na CBT e na SICOM fazendo compressor de geladeira. Nas duas eu tinha carteira. Primeiro fiquei na CBT, um três anos e meio e na SICOM foi pouquinho coisa de três meses, só no período de teste. Depois eu comecei trabalhando de servente por uns dois anos, passei para pedreiro e estou até hoje na construção (Marcos, pedreiro).

Deste momento em diante, Marcos não conseguiu mais o reemprego no setor metalúrgico. Desde então, trabalha na construção civil ganhando, sobretudo, por dia de trabalho, sem contrato, subcontratado por empreiteiros da região. Apenas trabalhou

registrado, entre 1999 a 2000, durante a construção de um conjunto de apartamentos na região.

Além de Marcos, Dunga trabalhou na SICOM, durante quase dois anos, antes da mudança para Tecumseh do Brasil. Dunga atribui sua demissão às mudanças ocorridas na SICOM nos anos 90. No seu ponto de vista: “A SICOM mudou sua forma de seleção. Começou a procurar trabalhadores mais qualificados e a demitir quem era mais velho ou menos garibado”. Desempregado, Dunga conseguiu emprego no setor de serviços, como vendedor nas lojas Bernasconi – loja de móveis e eletrodomésticos. Após dois anos, foi novamente demitido. Neste período, Dunga continuou entregando currículo nas indústrias da cidade enquanto trabalhava na construção civil. Quase quatro anos após sua saída da SICOM, conseguiu emprego na Cardinali – Fábrica de tubos, conexões, perfil e gaxetas. Com a compra da Cardinali pela Tigre SA, o entrevistado Dunga foi convocado para se transferir para a empresa de Curitiba, mas como sua família não queria mudar de cidade, Dunga foi demitido. Desde então, não conseguiu novamente se inserir no mercado de trabalho, voltando a trabalhar na construção civil, ganhando por dia de trabalho.

Estes depoimentos mostram que as trajetórias ocupacionais dos entrevistados foram transformadas pela alta rotatividade da mão-de-obra no setor metalúrgico ou, principalmente, em decorrência do movimento de reestruturação produtiva. Este novo paradigma de produção demandou um novo perfil de trabalhador com maiores níveis de escolaridade, multifuncional, flexível, polivalente, criativo, com iniciativa e com capacidade de trabalhar em grupo (GITAHY, 1994) e disposto a colaborar com os novos ideais das empresas.

Apesar de restrito a um tipo determinado de perfil profissional, mais velho e com baixa escolaridade (com exceção de Moisés), é possível inferirmos que o emprego informal na construção civil de São Carlos-SP foi um dos destinos para os trabalhadores fabris demitidos com a reestruturação industrial. Estudos anteriores, Guimarães (2004) e Cardoso (2000), buscaram analisar, respectivamente, os caminhos profissionais dos deserdados das indústrias químico-petroquímica e da automobilística. De fato, em ambas as pesquisas, é evidente que a revolução organizacional e tecnológica reduziram as chances de reinserção profissional dos trabalhadores demitidos, sobretudo em decorrência da destruição de postos de trabalho, gestão predatória da força de trabalho e diante das novas exigências de qualificação profissional.

3.3 A vulnerabilidade dos contratos de trabalho

A partir da descrição das trajetórias ocupacionais, podemos afirmar que vários entrevistados, até então trabalhadores estáveis e com algumas garantias, passaram nas últimas décadas a fazer parte da massa flutuante de trabalhadores instáveis, seja pelo processo de reestruturação produtiva em outros ramos produtivos, pelo processo de subcontratação na indústria de edificações, pela ampliação do setor de serviços, quanto pelo crescimento das taxas de desemprego nos setores primário e secundário.

Atualmente, estes operários trabalham sob vários tipos de vínculos – empregados próprios, de terceiros, autônomos – sendo remunerados por hora, por semana, por empreitada ou por tarefa. Segundo Souza e Melhado (1991), os operários podem ser contratados para trabalhar de várias maneiras: a) pela disposição da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) por tempo indeterminado – neste caso pode haver um período de experiência inicial de, no máximo, 90 dias não acarretando em ônus para o contratante a dispensa do trabalhador ao término deste período; b) pela disposição da CLT por tempo determinado – pode ser acertado por no máximo dois anos, como prorrogação de mais um ano; c) como autônomo; d) por meio de subempreiteiras de serviços – com ou sem os materiais; e) por meio de subempreiteiras de mão-de-obra.

Os vínculos de trabalho dos entrevistados são bastante heterogêneos. Três trabalhadores foram contratados por construtoras da cidade através da CLT por tempo indeterminado, entre eles: Anderson e Douglas, montadores de escoramentos metálicos, e Diego, especializado em acabamento final. Já Antônio foi contratado por uma igreja católica, pela disposição da CLT, por tempo determinado, ou seja, durante o período da obra, com duração máxima de um ano e meio. Todos os demais entrevistados declaram não ter assinado ou estabelecido nenhum tipo de contrato escrito com os empregadores, como empreiteiros, engenheiros e construtoras, ou com os contratantes do serviço. Mesmo no caso específico dos trabalhadores genuinamente autônomos, quando questionados sobre o serviço atual, todos afirmaram que não emitem nota fiscal como autônomo pelo serviço realizado ou recibo com o valor do serviço. Para Moisés:

Nestes anos todos que trabalho por conta nunca assinei ou dei recibo para nenhuma empresa. Quando é serviço pequeno é boca a boca. É geralmente serviço que você faz em uma semana, dois, três dias, né? Então nem compensa ter contrato. Lógico, faz um recibinho, isso e aquilo, mas é coisinha. Mas, quando é serviço que você vai ficar lá três, quatro meses em uma obra, aí a gente tem que fazer, né? [*– Por que neste caso você faz*

recibo?] É mais para o cliente também, exatamente, né? Para mim até hoje não deu problema nenhum. Quando é assim, no final do serviço quando vou receber faço um recibo com o valor que eles tem que me pagar. Mas, acho que tem muito tempo que ninguém me pede (Moisés, acabamento final).

Prevalece, então, para dezesseis dos entrevistados, o contrato verbal, comumente por eles denominado “**contrato de boca**”. A associação entre o contrato verbal e a masculinidade dos entrevistados, encontra-se fortemente presente nos discursos, segundo eles: “Não temos contrato escrito, nosso contrato é de homem” ou “Não tenho contrato escrito. Tudo foi feito na palavra de dois homens. Quem for sacana, não é macho suficiente para arcar com sua palavra, não merece respeito” ou, até mesmo “homem que é homem, sua palavra basta”. Ao imputar a fragilidade dos contratos do trabalho a questões relativas à honra, os trabalhadores incorporam a ideologia defensiva, ou seja, negam a instabilidade vivenciada pelos contratos verbais, condicionando a relação estabelecida apenas na palavra dos envolvidos. O grupo transforma a aparente volubilidade do contrato verbal, em uma situação mais sólida, menos sujeita a mudanças, ou seja, para eles, o contrato verbal só não será cumprido caso não estejam lidando com pessoas com honra, no ponto de vista dos entrevistados; “homens de verdade”. Para Dejours (1987a), a ideologia defensiva permite mascarar, conter e ocultar uma ansiedade particularmente grave, sendo funcional para o grupo, quando elaborada coletivamente contra perigos e riscos reais.

A forma de pagamento dos entrevistados varia, na maior parte das vezes, em função do tipo de inserção no mercado de trabalho. No entanto, diante da multiplicidade de conceitos em torno do termo informalidade e das divergências encontradas entre a percepção dos entrevistados e a literatura, consideraremos informal toda relação de trabalho construída à margem da legislação vigente.

Dos vinte entrevistados, quatro são formais uma vez que possuem contratos de trabalho regularmente regidos pela CLT, ou seja, têm garantido os direitos trabalhistas e previdenciários. Por outro lado, a maior parte dos entrevistados ocupa empregos informais, sem carteira de trabalho assinada e sem contribuição previdenciária (ver APÊNDICE C).

Em relação aos trabalhadores autônomos, encontramos divergências entre a contribuição para o INSS com a verdadeira relação estabelecida entre o trabalhador e o contratante. Os entrevistados, Marcos, José, Dunga, Isaac e João Batista contribuem

atualmente para o INSS na categoria autônomo⁴⁸. Neste caso, com exceção do entrevistado José, o tipo de relação de trabalho estabelecida não configura, portanto, segundo o ponto de vista destes trabalhadores, uma relação autônoma de trabalho embora sejam regularizados junto ao INSS. Apenas o pintor José se considera autônomo, pois: “trabalho por conta, não sou explorado por ninguém. Sou meu chefe e ao mesmo tempo trabalho”.

Cabe aqui ressaltar que, provavelmente, estes trabalhadores não contribuirão continuamente para o sistema previdenciário, uma vez que analisando as suas trajetórias ocupacionais, constatamos que a maior parte do tempo de contribuição ocorreu no período no qual eram registrados. Como autônomos, começam pagando nos primeiros meses, mas, com o tempo, muitos deixaram de pagar e acabaram abandonando, definitivamente, a Previdência Social.

Dunga e Isaac começaram a contribuir com a previdência depois do acidente ocorrido com o entrevistado Paulo, segundo Dunga:

Comecei a pagar com autônomo em 2004 porque ia apertar se um dia ficasse doente. Pensei porque eu vi alguém ficar doente e complicar pro lado dele. Vi o rapaz que trabalhava com nós lá [refere-se ao entrevistado Paulo]. Ele adoeceu, ficou parado e não ganhou nada. Se ele tivesse registrado, pagado como autônomo, não tinha passado dificuldade. Nós tivemos que fazer vaquinha. Meu tio [o empreiteiro] ficou pagando o salário dele, mesmo sem ele trabalhar. Ele ficou doente com pneumonia e tinha família para sustentar. Na época que eu vi o quadro ficar preto, pensei: é melhor pagar carteira porque amanhã pode ser comigo. Ele foi um aviso, vê quem quer. Foi idéia minha, mas a mulher também falou comigo. Sei que ela tem carteira, o que dá uma tranquilidade para as crianças, mas se eu fico doente, fica só o salário dela para 5 bocas (Dunga, pedreiro).

Por outro lado, Marcos e José passaram a contribuir como autônomo diante da constatação da perda da capacidade produtiva com o envelhecimento⁴⁹. Para Marcos:

Sempre achei que era frescura pagar, que era rasgar dinheiro. Só que quando a idade foi chegando fui me dando conta da necessidade. Tem sete anos que

⁴⁸ Cacciamali e Brito (2002) revelam que o percentual de não contribuintes é ainda maior entre os trabalhadores domésticos e entre autônomos/ empregadores, permanecendo, respectivamente, desprotegidos, 75% e 72% desses trabalhadores.

⁴⁹ Sobre o medo do envelhecimento, Santana e Oliveira (2004) contataram durante a investigação sobre o perfil ocupacional e de saúde dos trabalhadores da construção civil, realizada por em 29 subáreas da região urbana da cidade de Salvador–BA, alto percentual de trabalhadores sem contrato formal de trabalho. De acordo com o estudo, 65,8% dos trabalhadores da construção – contra 49,1% dos demais ramos de atividades – não possuem contrato formal de trabalho, sendo 39,1% assalariados, 35,9% biscateiros e 23,7% autônomos. Dentre aqueles que não tinham contrato formal de trabalho, cerca de 51,6% justificaram à falta de oportunidade com motivo para ausência do registro em carteira de trabalho e a grande maioria, mais de 60%, julgavam-se prejudicados por tal desamparo, principalmente, por não poderem futuramente ter uma aposentadoria remunerada. Segundo os autores, tal preocupação evidencia o temor desses trabalhadores com o envelhecimento e, conseqüentemente a perda da capacidade produtiva.

comecei a pagar. Vi que eu tava ficando velho e comecei a pagar (Marcos, pedreiro).

Em relação aos contribuintes individuais da Previdência Social, com ressalva do pintor José, todos trabalham para empreiteiros, subcontratados, sendo remunerados pelo dia de trabalho. Para eles, contribuir para o INSS não significa trabalhar como autônomo. Autônomo é “trabalhar por conta, ser responsável pelo trabalho, não ser explorado por gato” ou “poder vender seu serviço pelo seu preço, sem ninguém tirar vantagem na suas costas” ou, até mesmo, “ter que conseguir clientes, ter que tomar conta de tudo e poder executar sua parte do seu jeito”.

Diante desta constatação, torna-se incompatível considerarmos unicamente a contribuição ao INSS (relação trabalhador e Estado) para categorizarmos os entrevistados autônomos, uma vez que a percepção dos trabalhadores é divergente com relação a este critério. Além disso, vale ressaltar, conforme mencionamos anteriormente, que nenhum dos entrevistados autônomos assinou qualquer forma de contrato pela prestação de serviço, nem emitiu nota fiscal ou recibo (relação trabalhador e contratante do serviço). Entretanto, não encontramos na literatura nenhum tipo de classificação que ao mesmo tempo considerasse parâmetros tão distintos. Sendo assim, neste texto, para evitarmos as armadilhas em torno do conceito de autônomo, iremos categorizá-lo da seguinte maneira: **autônomo regularizado** – o trabalhador contribui para o INSS e, além disso, se considera trabalhador por conta própria, como no caso do entrevistado José; autônomo **assalariado disfarçado** – o trabalhador paga o INSS, mas ocupa atividades precárias e assalariadas dentro do ‘mercado formal’ e, por isso, não se considera autônomo (entrevistados Marcos, Dunga, Isaac e João Batista); e por último, **autônomo não regularizado** – o trabalhador não regulariza a situação de autônomo, porém trabalha por conta própria ou presta serviço, com o objetivo de se auto-empregar, como Moisés e os irmãos Danilo e Francisco, podendo engajar familiares ou ajudantes assalariados.

Entre os *autônomos não regularizados*, Moisés não paga o INSS porque “Não está sobrando dinheiro. Eu tenho uns quinze a vinte anos de contribuição. Eu trabalhei desde criança, desde moleque. Vou me aposentar por idade”. Por ora, Danilo não pode contribuir porque está recebendo seguro desemprego e Francisco porque é registrado na fábrica de compressores. Do ponto de vista deles, ser autônomo significa trabalhar sem intermediários entre eles e o proprietário do imóvel ou trabalhar por empreita recebendo pelo serviço prestado, com autonomia e sem terceiros tirando proveito financeiro desta relação. Ou seja, ser autônomo é ser “dono do próprio nariz”.

No total, onze trabalhadores encontram-se desprotegidos do sistema de seguridade social. As principais justificativas para tal situação foram: falta de recursos, baixa credibilidade do sistema, insuficiência de conhecimento, expectativa em aposentar por idade e desesperança quanto ao futuro, como descrito na fala abaixo:

Eu acho que não tem futuro nenhum este negócio de ficar pagando como autônomo. Aposentar eu não vou mesmo, independente de ter ou não carteira assinada eu não vou aposentar. Eu não vou pagar. Por que eu acho que é tudo ladroagem este negócio de ficar pagando como autônomo. Se você for registrado numa firma tudo bem, mas pagar como autônomo de jeito nenhum [*– Por que você não pagaria como autônomo?*]. Sei lá, é um sentimento. Acho que não vou viver até lá (Lucas, acabamento final).

A partir das entrevistas realizadas com os operários de São Carlos pudemos ainda compreender como a percepção da informalidade encontra-se diretamente relacionada com a apropriação da força de trabalho por terceiros, marcada pela precariedade dos contratos, onde a relação estabelecida configura-se subordinada ao sistema de acumulação capitalista. A esse respeito, Cacciamali (2000) explica que com a reformatação das relações de trabalho surgem formas de trabalho assalariado não registrado junto aos órgãos da seguridade social, juntamente com contratações, legais ou consensuais, dissimuladas sob a forma de trabalho autônomo como cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão-de-obra, agências de trabalho temporário, locadoras de mão-de-obra e prestação de serviços temporários.

O caso de João Batista mostra como os mecanismos de subcontratação e de prestação de serviços substituem progressivamente o trabalho assalariado. João Batista, especializado em acabamento final, trabalha há oito anos para uma das maiores construtoras no setor de edificações. Nos dois primeiros anos trabalhou registrado pela construtora. Contudo, desde então, passou a ser pago por dia de trabalho, através de uma empreiteira de mão-de-obra. Para burlar a fiscalização, a empreiteira repassa mensalmente o valor da contribuição do INSS para que João Batista possa contribuir como autônomo. Segundo ele:

Eu sou recomendado a dizer que sou autônomo se a fiscalização aparecer. Mas, não emito nenhum recibo como prestador de serviço. A diferença é que antes eu era registrado. Só que há seis anos continuo fazendo a mesma coisa, porém agora recebo do gato pelo dia de trabalho e não tenho mais férias nem décimo terceiro. Por fora ele me dá o valor para eu pagar o INSS e aliviar para o lado dele e da construtora (João Batista, acabamento final).

Esta mesma situação foi vivenciada pelo entrevistado Thiago no seu penúltimo emprego:

Hoje eu não estou contribuindo. Antes quem estava contribuindo para mim é o dono das obras, o Luís Fernando. Eu trabalhava para ele nas obras dele aí ele contribuía para mim, como se eu fosse autônomo, sabe? Ele vivia

dizendo que era para eu pagar porque se a fiscalização chegasse e eu não dissesse que trabalhava por conta ficaria ruim para o lado dele. Mas, eu falava que não sobrava dinheiro. Então, ele começou a pagar. Mas, o pintor que eu trabalhava para ele que também trabalhava para o Luís Fernando saiu das obras. Aí tive que sair também. Aí ele parou de pagar. Eles me deram o carnê, mas hoje eu estou sem condições de pagar. Para o pintor foi bom porque ele [refere-se ao entrevistado José] recebe mais trabalhando por conta. Mas, para mim foi ruim porque ele me paga a mesma coisa, mas fiquei sem o carnê (Thiago, ajudante de pintor).

Desta maneira, os contratantes – construtoras, empreiteiras ou proprietário do imóvel – eliminam os custos trabalhista não-salariais, deixando de recolher as contribuições sociais previdenciárias exigidas para a regularização da obra. O sentimento de vulnerabilidade ocasionado pelo trabalho não regularizado é exposto repetidas vezes no decorrer da entrevista. Expressam a desproteção por eles vivenciada através do emprego das seguintes expressões: “não temos direito nenhum”, “meu único direito é de trabalhar”, “ser informal é não saber como vai ser o dia de amanhã”, “não dá para pensar em aposentar se hoje não tenho proteção nenhuma”, “só consigo pensar um dia de cada vez”, “perguntar para um trabalhador informal se ele tem direito é o mesmo que perguntar a um cego se ele enxerga”, “trabalhar assim só não é pior do que ficar sem emprego” ou “o informal não tem direito de sonhar”. Pode-se dizer, efetivamente, não conseguem planejar o futuro porque o presente é instável.

Para os entrevistados, trabalhar na informalidade significa, principalmente, não ter a carteira de trabalho assinada. Popularmente, representa a falta de compromisso moral do empregador em seguir a legislação, restringindo o acesso aos direitos constitucionalmente assegurados, posicionando-os na categoria de “pré-cidadãos” ou “cidadãos de segunda categoria” (SANTOS, 1987). Na mesma direção, trabalhadores acidentados da construção civil da cidade de Salvador-BA, afirmam que o trabalho informal denota: “perda de tempo”, “trabalho em vão”, “trabalho sem valor”, “trabalho inútil” e “trabalho à toa” (OLIVEIRA; IRIART, 2005). Trabalhar na informalidade representa, principalmente, a ausência de direitos trabalhistas e previdenciários, principalmente no que se refere à aposentadoria remunerada e aos auxílios acidente, à incerteza de ganhos financeiros e à disparidade de tratamento em relação aos trabalhadores formais.

3.4 Instabilidade de renda: o papel do “bico”

Em 2006, de acordo com os dados da RAIS, a remuneração média do trabalhador registrado da construção civil de São Carlos variou de meio salário mínimo, no caso dos ajudantes, até dez salários mínimos.

TABELA 3.6– Rendimento médio dos trabalhadores formais da Construção Civil de São Carlos-SP, segundo análise ocupacional RAIS 2006, total do emprego.

Grupo Faixa de rendimento médio	Pedreiro (7152)*	Montador (7153)*	Acabamento (7165)*	Pintor (7166)*	Ajudante (7170)*
Até 0,50 salário mínimo	0	0	0	0	1
0,51 a 1,00	2	0	0	0	6
1,01 a 1,50	11	0	0	4	106
1,51 a 2,00	83	27	7	19	349
2,01 a 3,00	223	17	22	15	257
3,01 a 4,00	52	4	0	7	70
4,01 a 5,00	9	1	0	4	25
5,01 a 7,00	17	0	0	4	10
7,01 a 10,00 *	2	0	0	0	1
ignorado	12	0	2	1	4
Total	411	49	31	54	829

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS 2006 São Carlos-SP, Brasil (base de dados on-line).

* Os dados são referentes à família analisada. Cada família é composta por um conjunto de profissões similares, descritas em detalhe no Anexo B.

A partir da observação da Tabela 3.6, constatamos que grande parcela dos trabalhadores recebeu de um a três salários mínimos, sendo que nenhum montador ou trabalhador especializado em acabamento final registrado recebeu mais do que cinco salários mínimos. Pedreiros e ajudantes foram os mais bem remunerados quando comparados com as demais categorias.

Em relação aos ganhos financeiros dos entrevistados, não constatamos grandes disparidades na renda dos trabalhadores formais, informais ou autônomos *assalariados disfarçados*, com exceção dos trabalhadores *autônomos regularizados e não regularizados*. Entretanto, quando comparamos o salário indireto⁵⁰ (férias remuneradas, abono de férias, décimo terceiro, vale refeição, cesta básica, vale transporte, hora extra remunerada, fundo de garantia, seguro saúde, seguro desemprego, licença paternidade, salário-família, entre outros) verificamos que o salário real dos entrevistados informais é menor.

A Tabela 3.7 apresenta a forma de pagamento de acordo com a ocupação dos entrevistados, considerando ainda a relação contratual: **Regularizado**: a relação de trabalho encontra-se legalizada tanto em relação ao Estado quanto em relação ao trabalhador e contratante do serviço; **Não regularizado** – a relação de trabalho permanece na ilegalidade seja pela falta de registro, pelo funcionamento irregular da empresa contratante ou pela

⁵⁰ Alain Bihl (1998, p.43) conceitua o salário indireto ou salário social como o conjunto de benefícios sociais em espécie ou in natura incorporados ao salário do trabalhador.

ausência de contrato de trabalho ou de prestação de serviços. A relação contratual dos trabalhadores autônomos *assalariados disfarçados* e *autônomos não regularizados* foi considerada na Tabela 3.7 como não regularizado. Apenas o entrevistado José, *autônomo regularizado*, foi categorizado no item regularizado.

TABELA 3.7 – Forma de pagamento de acordo com a ocupação dos entrevistados.

Ocupação \ Remuneração	Servente		Ajudante de Pedreiro		Pedreiro		Pedreiro Acabamento Final		Ajudante de Pintor e Pintor		Montador		Total
	Regularizado	Não regularizado	Regularizado	Não regularizado	Regularizado	Não regularizado	Regularizado	Não regularizado	Regularizado	Não regularizado	Regularizado	Não regularizado	
Dia	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3
Semanal	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Quinzenal	2	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	5
Mensal	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2	4
Por empreitada	-	-	-	-	4	-	1	-	-	1	-	-	6
Por serviço	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Percebe-se que todos os trabalhadores registrados pela CLT são remunerados mensalmente. Entre eles, Antônio recebe mil reais por mês⁵¹, no entanto, do valor embolsado, retira cinquenta reais por semana para pagar seu ajudante Pedro. Os montadores Anderson e Douglas recebem quinhentos e trinta reais líquidos por mês e o entrevistado Diego setecentos e vinte reais.

Entre os entrevistados, o pagamento por empreitada ou por serviço é predominante entre os autônomos. Nessas condições, Moisés, Danilo e Francisco (*autônomos não regularizados*), contratados temporariamente para a prestação de serviço, obtêm maiores rendimentos. A renda média dos *autônomos não regularizados* e do operário José (*autônomo regularizado*), varia entre mil a dois mil reais, podendo chegar até dois mil e quinhentos. A jornada diária de trabalho é maior quando comparada com os demais entrevistados, pois, freqüentemente, trabalham nos fins de semana para finalizar o quanto antes o serviço ou, ainda, por exemplo, como no trecho abaixo, trabalham à noite e aos domingos em obras realizadas em estabelecimentos comerciais.

⁵¹ O salário mínimo na época das entrevistas valia trezentos e cinquenta reais.

Não, é no caso da pessoa está precisando, ou você tem a necessidade de acabar tal serviço. Quem é autônomo não pode escolher o dia. É que nem o médico, você não pode escolher o dia que o paciente vai ficar doente, né? É a mesma coisa quando você trabalha como autônomo. Tem serviço que eu só posso trabalhar no domingo. Você vai trabalhar, por exemplo, no mercado municipal, no centro, então você tem, em lojas, por exemplo, você vai trabalhar em horários que não tem cliente, né? Por que é impossível você trabalhar determinados serviços durante o dia (Moisés, acabamentoo final).

Quanto à forma de pagamento dos demais trabalhadores não regularizados não há muita diferença entre o entrevistados informais e os autônomos *assalariados disfarçados*, pois na prática trabalham todas as semanas, em princípio, de segunda a sexta-feira, remunerados por dia, semana quinzena ou por mês, sem nenhum tipo de contrato de trabalho. Tal situação, não configura trabalho temporário ou “bico”, pelo contrário, muitos recebem há vários anos o pagamento pelo dia ou pela quinzena de trabalho.

Os pedreiros Dunga e Isaac, autônomos *assalariados disfarçados*, recebem a cada quinze dias quarenta reais pelos dias trabalhados enquanto, Marcos, também autônomo *assalariado disfarçado*, contratado pelo mesmo empreiteiro – aqui denominado de Antenor – ganha cinco reais a mais devido aos doze anos de trabalho. A jornada de trabalho destes entrevistados vai de segunda a sexta-feira, das sete às dezessete e trinta, com intervalo de uma hora para o almoço. Trabalham ainda para o mesmo empreiteiro, os entrevistados Paulo e Mário, ambos serventes. Em comum, todos os contratados do empreiteiro Antenor recebem no final do ano um “salário” extra. Segundo Antenor, há seis anos vem repetindo esta prática para ajudar seus trabalhadores com as contas do fim de ano. Este tipo de benefício concedido aos seus trabalhadores não é prática comum no setor uma vez que os demais trabalhadores informais entrevistados não recebem qualquer tipo de benefício.

O pedreiro Matheus e o Lucas trabalham por empreitada, subcontratados por empreiteiros, obtendo uma renda mensal entre mil e duzentos reais a dois mil reais. Lucas explica o trabalho por empreita:

Geralmente eu trabalho por empreita. Porque sou valorizado pelos empreiteiros da cidade. Meu serviço é melhor. Empreita é assim, o gato me mostra o serviço, igual aqui [preparava o chão das salas de aula da igreja para receber na próxima semana o piso] aí ele me paga sete reais o metro ou oito dependendo do serviço e do lugar [– *Como assim dependendo do lugar?*] É eu cobro mais caro para fazer casa de bacana. Se for lajotar ele paga 45 reais o m² aí varia. A gente combina. Mas, quando eu trabalho por dia ele me paga 50 reais. Os serventes dele recebem 30, mas ele não tem ajudante. Os serventes são quase ajudantes (Lucas, acabamentoo final).

No trabalho por empreitada, os entrevistados calculam o preço pelo metro quadrado ou pelo serviço prestado, recebendo acima do valor do dia de trabalho. Entretanto, estendem a

jornada de trabalho de domingo a domingo para conseguir finalizar o serviço contratado no menor tempo possível. Do mesmo modo que os trabalhadores autônomos, Matheus e Lucas enfrentam constantemente instabilidade de renda, mas, por outro lado, vivenciam menor inconstância de serviços, pois, de acordo com Matheus: “os empreiteiros têm melhores contatos e, por isso, sempre têm serviço. Assim, não preciso correr atrás de várias pessoas, nem manter contatos bons. Acaba um serviço, é só ligar para os empreiteiros e falar que estou disponível”.

O entrevistado João Batista, autônomo *assalariado disfarçado*, recebe do “gato” quarenta reais por dia de trabalho, totalizando oitocentos por mês, enquanto Diego, contratado pela mesma construtora⁵², porém pela disposição da CLT, recebe setecentos e vinte reais por mês. João Batista explica que o “gato” sempre justifica a diferença de oitenta reais como um “bônus” para o pagamento do INSS. Porém, para João Batista, o “gato” subestima seus conhecimentos, já que:

Os oitenta reais podem até permitir o pagamento do carnê, utilizo para isso mesmo, mas os trabalhadores contratados têm outras coisas como ticket, fundo de garantia, férias. Eu não tiro férias há seis anos. Se ficar um dia sem trabalhar falta comida em casa. E o que me deixa mais triste é que fazemos as mesmas coisas (João Batista, acabamento final).

Para Lima (1995), essa multiplicidade de formas de contrato de trabalho resulta em distorções e gera atritos entre os diversos trabalhadores atuantes nos canteiros de obra, dificultando o trabalho em equipe e o engajamento dos trabalhadores às políticas da empresa. No caso das grandes construtoras, há uma tendência do tipo de remuneração e de vínculo determinarem qual tarefa será executada por cada trabalhador dentro do canteiro de obras. Em geral, os tarefeiros autônomos e subempreiteiros realizam as tarefas mais lucrativas, restando aos efetivos, de acordo com Lima (1995, p.48), “os trabalhos de menor expressão, mais difíceis, ou mesmo os arremates e acabamentos nos serviços dos primeiros”.

Cattani (2001, p.44) afirma ainda que cada vez mais os empreiteiros passam a se responsabilizar pelos trabalhadores e pelos serviços prestados, de forma que a empresa construtora seja unicamente “mera gerenciadora das diversas subempreiteiras ou fornecedores”. A esse respeito, Serra (2001) relata que algumas construtoras mantêm um pequeno número de trabalhadores registrados para eventuais necessidades, como o entrevistado Diego, e que os serviços mais assiduamente subcontratados são: a

⁵² Torna-se mister ressaltarmos que, de acordo com Martins (1998), todos os operários que trabalham num canteiro têm as obrigações trabalhistas e previdenciárias assumidas pelo seu empregador, quer seja o subempreiteiro ou a construtora.

impermeabilização, jardinagem e paisagismo, pintura, instalação de esquadrias e colocação de vidros.

De acordo com a Tabela 3.7, observa-se que a categoria servente é remunerada pelo dia de trabalho ou pela quinzena. O valor da diária varia de vinte e cinco reais a trinta reais. Paulo, servente há onze anos, explica que o preço do mercado na cidade de São Carlos é vinte reais para os iniciantes e vinte cinco para os serventes mais experientes. Porém, ele recebe trinta reais porque “com os anos de dedicação tornei amigo do gato, ele é um irmão para mim”.

Entre os ajudantes de pedreiro entrevistados, o valor da jornada de trabalho é inferior à categoria dos serventes. Pedro recebe do pedreiro Antônio vinte reais por dia de trabalho, de segunda a sexta-feira, enquanto, o outro ajudante, Abraão, recebe em média cinqüenta reais semanais do entrevistado Moisés, podendo chegar a setenta e cinco se trabalhar nos fins de semana. Thiago, ajudante de pintor, embolsa vinte e cinco reais por dia de trabalho.

A despeito da maior carga de trabalho e da maior qualificação dos ajudantes em relação aos serventes, o salário dos ajudantes entrevistados é inferior ao dos serventes. Nossa hipótese é que os ajudantes são contratados por profissionais autônomos, de acordo com a Tabela 3.8, enquanto os serventes entrevistados trabalham para empreiteiros e para uma construtora, segundo os quais, por sua vez, auferem maiores lucros, tornando plausível, desta forma, maior remuneração aos contratados.

TABELA 3.8 – Número de entrevistados contratados em relação ao tipo de contratante.

Contratante	N° de entrevistados contratados					
	Servente	Ajudante de Pedreiro e de Pintor	Pintor	Pedreiro	Pedreiro – acabamento final	Montador
Proprietário da obra	-	-	-	2	3	-
Profissional Autônomo (pedreiro e pintor)	-	3	-	-	-	-
Empreiteiro	2	-	-	3	2	-
Engenheiro	-	-	1	-	-	-
Construtora	1	-	-	-	1	2

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Em relação aos contratantes, todos os entrevistados afirmaram que ser contratado diretamente pelo proprietário da obra possibilita maiores rendimentos, principalmente, nos empreendimentos localizados nos condomínios residenciais. Porém, são unânimes em afirmar

que este tipo de serviço encontra-se concentrado na mão dos grandes empreiteiros e engenheiros.

Parece existir um consenso para o valor da remuneração quando os contratantes são os empreiteiros, um tipo de “código de ética” ou “tabela”. Os trabalhadores entrevistados afirmaram que o valor pago pelo dia de trabalho varia com a experiência no setor, com o tipo de atividade e com a cidade. De acordo com eles, em São Carlos, o dia de trabalho do servente varia entre 20 a 30 reais, do ajudante de pedreiro de 25 a 35 reais, pedreiro 30 a 45 reais e pedreiros especializados em acabamento final de 40 a 60 reais. Trabalhadores aprendizes e ocasionais recebem cerca de dez reais a menos. Valores inferiores a estes, somente são aceitos quando os contratantes são trabalhadores autônomos (como no caso dos entrevistados Abraão e Pedro), caso contrário remunerações inferiores são vistas como “exploração”, “sacanagem” ou “escravidão”. Lautier (1993, p.28) afirma que os empregadores das micro e pequenas empresas não declaradas não podem “impor salários muito baixos, dada a difusão da informação, à existência de um código de boa conduta e à necessidade de manter relações não-conflituais com seus parentes e amigos”. O ajudante de pedreiro explica a diferença entre o valor pago por um empreiteiro e por um profissional autônomo:

Eu fui procurar o Antônio. Eu não gosto de voltar no mesmo lugar. Gosto sempre de ir para frente. Eu sempre sou chamado para ir trabalhar com outros empreiteiros, mas não é por causa de 10 cruzeiros a mais que eu vou deixá-lo. Outro dia foi um rapaz lá em casa e perguntou se eu queria trabalhar para ele. Ele disse que me garantia serviço para uns dois anos. Perguntou quanto eu tava ganhando, disse 20 cruzeiros e ele me disse que pagava 25. Não vou. Eu estou aqui eu não vou trocar. Fica chato. Sei que o valor do Antônio é menor porque ele trabalha por conta própria. Se ele fosse um empreiteiro seria sacanagem comigo. Ninguém aceita ganhar menos dos empreiteiros. Agora os autônomos, como o Antônio, estão na labuta como a gente (Pedro, ajudante de pedreiro).

A maior parte dos entrevistados percebeu diminuição da renda mensal nos últimos anos. Para muitos, a maior concorrência no setor e o a informalidade vêm progressivamente afetando os ganhos obtidos, mesmo após a aceleração do setor com o PAC. Para o pedreiro Antônio “antes era mais fácil, não precisávamos trabalhar aos fins de semana para completar a renda. Hoje tem gente que por metade do preço faz o serviço. Você pode até ser melhor, mas não dá para cobrar caro. Ai a gente abaixa o preço e acaba tendo que trabalhar mais para tirar o mesmo no final do mês”.

Informações regionais sobre o setor da construção civil no Rio de Janeiro – RJ, levantados pelo SENAI (1995), evidenciam alto índice de rotatividade; 59,35% dos

trabalhadores têm menos de um ano de carteira assinada e 22,15% de um a três anos. O estudo constatou que ao longo das últimas décadas não houve reduções nos índices de rotatividade, nem melhoria nos níveis de escolaridade ou mesmo acréscimo nos salários. A queda nos rendimentos dos ocupados (assalariados, autônomos e empregadores) foi de 30,7% na região metropolitana de São Paulo, quando comparados os biênios de 1998/99 com o de 2004/05. A maior redução ocorreu entre os autônomos, que tiveram sua receita reduzida em 35% no mesmo período (OLIVEIRA, 2005).

Desta forma, para compensar a redução da renda mensal, os operários da construção civil utilizam cada vez mais o tempo destinado ao lazer para executar serviços extras, os conhecidos ‘bicos’, objetivando melhorar os baixos salários da categoria, que, em média, não chegam a dois salários mínimos. A jornada legal de trabalho é de 44 horas semanais; usualmente distribuída, entre 7:00 e 17:00 horas de segunda a quinta-feira, com uma hora de almoço, e encerrada às 16:00 horas na sexta-feira (IRELAND, 1996). Em relação às longas jornadas, cabe ressaltar que, é expressivo o percentual de trabalhadores que superam 44 horas semanais. Oliveira (2005) identificou que, em 2003, 53,2% dos ocupados do setor na Grande São Paulo trabalhavam acima da jornada legal. O mesmo percentual foi constatado na cidade de Salvador e, em destaque, o autor ressalta a cidade de Recife, na qual 61,5% dos operários da construção civil excedem 44 horas semanais, trabalhando em média 46 horas semanais.

A literatura aponta que os trabalhadores do setor realizam assiduamente horas extras, em média, doze horas por semana, segundo o Sindicato de João Pessoa – Paraíba (IRELAND, 1996). Contudo, nenhum dos entrevistados realiza horas extras, nem mesmo como forma de incrementar a renda mensal. Douglas afirma que até o ano passado, ele e seu primo, recebiam constantemente pelas horas extras trabalhadas aos sábados, porém:

Agora está meio difícil. Era bom que ganhava um troco a mais. Agora não está aparecendo hora extra. Antes a gente pegava de sábado, mas agora está mais organizado e tem mais gente trabalhando. Ficava cheio de obra aí tinha que montar e desmontar no sábado também (Douglas, montador).

Os ganhos mensais dos entrevistados são majorados principalmente através da realização dos “bicos” de fim de semana ou após a jornada de trabalho. Metade dos entrevistados faz “bicos” para aumentar a renda⁵³, destes apenas Isaac (vigia noturno aos fins de semana) e Paulo (limpa terrenos baldios e ajuda a carregar caçamba) não realizam serviços diretamente relacionados com a construção. Todos os demais, trabalham por conta-própria aos sábados e, esporadicamente, aos domingos. Antônio ainda faz pequenos serviços após o

⁵³ Não consideramos a dupla jornada de trabalho realizada pelos irmãos Danilo e Francisco.

horário do expediente e Moisés ministra cursos de pintura, em lojas especializadas. Em média, os trabalhadores aumentam a renda mensal em 200 a 400 reais com a realização dos “bicos”.

Além dos bicos, quatro trabalhadores possuem ganhos extras com o recebimento de aluguel e criação de cavalos. A renda obtida com o aluguel de casas e com o arrendamento de terrenos aumenta em quase 30% os ganhos mensais dos entrevistados Pedro, Diego e João Batista. Para Pedro os rendimentos com aluguel não são maiores porque uma das casas, anteriormente alugada, está sendo utilizada por sua sogra. Segundo ele:

Quando saí da CBT, peguei o dinheiro que ganhei e construí uma edícula no fundo da minha casa e uma outra casa no meu quarteirão. Fiz para alugar, para garantir a velhice minha e da mulher. Mas, como a velha [sogra] não quis morar com os outros filhos, veio morar com nós. Quando mais novo construí as casas para ter renda, para não passar fome com aposentadoria. Era para ganhar uns duzentos e trezentos por cada casa, mas não tinha como falar para velha que não ia ajudá-la. Não ia por minha sogra na rua para ganhar 300 cruzeiros. Ela tem 6 filhos, ninguém visita. Você acha que alguém ia querer ela lá? O pé de meia que fiz para mim está servindo para ajudar a velha. Nem a fraudam eles compram! Tem seis anos que cuido dela e da filha que não tem cabeça boa (Pedro, ajudante)

Douglas explica que todo o dinheiro poupado como montador é aplicado na compra de cavalos para, em seguida, vendê-los por um preço maior:

Eu crio cavalo. Faço de vez em quando uns rolinhos de cavalo. Eu pego o dinheiro que junto como montador e compro cavalo. Eu tenho cinco cavalos. Eu gosto. Eu deixo os meus cavalos lá perto de casa e os outros na chácara da minha irmã. Trato bem! Compro ração, deixo em ordem (Douglas, montador).

Trata-se também de uma estratégia para garantir renda extra e segurança financeira caso fique desempregado ou diante de um problema de saúde, conforme nos relatou:

Se eu ficar desempregado eu vou ficar fazendo meus rolinhos de cavalo. É o que eu sei fazer. Compra um ali, vende outro lá. Pega cem daqui investe cem ali, pega mais cem do outro cavalo. Quando minha mãe precisou fazer a cirurgia, eu vendi dois cavalos e com a grana a gente pode dar o de melhor para ela. Se eu precisar de novo, sei que meus cavalinhos estão lá (Douglas, montador).

Observamos outras estratégias utilizadas pelos trabalhadores para aumentarem a renda como o caso dos aposentados Abraão, Pedro e Expedito e dos irmãos Danilo e Francisco metalúrgicos. Devido à especificidade dos casos, optamos por descrevê-los em itens à parte.

3.4.1 A dupla jornada de trabalho dos irmãos metalúrgicos: o ofício de pedreiro e o desejo por estabilidade

Durante a pesquisa de campo verificamos a presença de sete metalúrgicos trabalhando em três das obras visitadas. Conforme descrevemos detalhadamente no Apêndice B, a maioria dos casos não preenchia o tempo mínimo de cinco anos de trabalho no setor, pois, trabalhavam eventualmente na construção durante os dias de folga para aumentar a renda familiar. Entretanto, para os irmãos Danilo e Francisco, a construção civil não é um “bico” ou um trabalho temporário, pelo contrário, trata-se de um caso de dupla jornada de trabalho.

Danilo e Francisco começaram ainda adolescentes a trabalhar no campo com criação de gado, com 13 e 12 anos respectivamente, ajudando o pai no cuidado do rebanho. Nos últimos anos do ensino médio, a convite de um tio, passaram a trabalhar como ajudante de pedreiro, após o período de aula, para complementar a renda familiar. Depois de um ano e meio, aprenderam o ofício e, incentivados pelo Tio construíram a primeira obra sozinhos. Danilo e Francisco contam que, no início, trabalhavam por empreitada, mas não negociavam direto com os proprietários devido à falta de experiência, segundo Francisco:

A gente começou na construção porque nossos parentes já trabalhavam, aí precisavam de ajuda e a gente de grana, aí nos levaram. Ficamos um ano e pouco com ajudante, aí depois fui trabalhar para mim mesmo. Mas, mesmo assim tinha um empreiteiro que era intermediário. Nós pegávamos o serviço dele. Ele conseguia do proprietário, e eu, meu irmão e meu cunhado fazíamos. Ele enfiava a faca na gente, mas como a gente não tinha competência para negociar era a única opção. A gente também não sabia calcular certinho o material. Hoje a gente sabe (Francisco, pedreiro).

Assim que concluíram o segundo grau completo buscaram um emprego no setor metalúrgico, pois não viam futuro na atividade de pedreiro por eles desempenhada desde a juventude, quando aprenderam o ofício com parentes. Eles explicaram que sua mãe os incentivava a procurar um emprego mais estável, com carteira de trabalho. Em 1999, os irmãos entregaram o currículo em uma grande metalúrgica da cidade e, meses depois, o Danilo foi chamado para trabalhar na linha de produção e, em seguida, o Francisco.

Nossa mãe dizia que peão não tem futuro. Ela enchia a nossa cabeça. Falava que íamos terminar igual nosso tio. Falava que tinha se sacrificado à vida toda para ver a gente estudar e que morreria de desgosto de ver a gente a vida toda sujos de cimento. De tanto ela falar, a gente foi atrás, entregamos nossos currículos. Mas, a gente gosta mesmo é da pá [instrumento de trabalho]. A gente é pedreiro, entende? Mas, minha mãe continua achando que não é profissão de gente estudada (Francisco, pedreiro).

Mesmo após conquistarem a “estabilidade” no setor metalúrgico, continuaram trabalhando como pedreiro porque eram conhecidos na cidade e sempre tinham uma nova obra antes mesmo de terminarem aquela que estavam executando. Além disso, a dupla jornada aumenta a renda familiar e permite a aquisição de bens materiais e de consumo. Danilo explica:

Quando consegui o emprego na metalúrgica, eu coloquei na cabeça que ia terminar a obra que eu estava fazendo e depois parar de trabalhar. Nos primeiros meses, meu irmão ainda não tinha sido chamado. Então, eu saía direto da fábrica, às seis da manhã e ia ajudar meu irmão. Quando meu irmão foi chamado ainda não tínhamos terminado a obra. Então, ele pediu na metalúrgica para trabalhar no período da tarde. Ele não explicou os porquês lá na fábrica, mas era para poder me ajudar de manhã na obra. Era um casarão e a gente já tinha pegado. A gente tinha em mente que ia parar depois da obra, só que acabamos pegando outro serviço, outro e outro. Para falar a verdade nunca mais paramos, pelo contrário, nunca mais faltou serviço. Às vezes a gente tira um dia, dois para descansar, mas há oito anos a gente emenda uma obra na outra. Além de não faltar nada para nossa mãe desde que nosso pai foi embora, a gente já comprou o carro, financiou nossa casa e dá para comprar besteiras de comer e vestir melhor (Danilo, pedreiro).

Há quase oito anos ininterruptos, eles dividem o trabalho de pedreiro com o de metalúrgico, numa jornada diária de trabalho superior a quatorze horas. Danilo trabalhava na metalúrgica das 23:00 às 6:30 horas, durante o turno da noite. Após as 6:30 horas da manhã, passava em casa, tomava café, acordava seu irmão e às sete horas já estavam na obra. Próximo às duas da tarde, Francisco deixava a obra, almoçava em casa e ia trabalhar na fábrica, durante o turno vespertino, das 14:45 às 23:00 horas. Danilo continuava na obra até por volta das 15:00 horas. Em seguida, almoçava e ia dormir. Às vinte e duas horas acordava, jantava e às 23:00 horas começava novamente o turno na metalúrgica. Para dar conta da dupla jornada, os irmãos reorganizam a vida cotidiana e o turno de trabalho de forma a acomodar o horário de sono com os afazeres na fábrica e na construção. Danilo trabalhava das 23:00 até as 15:00 horas do dia seguinte e dormia após as 16:00 até próximo às 22:00 horas e Francisco trabalha das 7:00 até as 23:00 horas e costuma dormir depois da meia-noite até as 6:30 horas da manhã seguinte.

Esta estrutura temporal do trabalho pode ser nociva para a saúde física e mental destes trabalhadores. A dupla jornada de trabalho, além de reduzir o tempo de lazer, é vista como um das possíveis causas de adoecimento em decorrência do trabalho, pois pode ocasionar desgastes físicos, distúrbios músculos-esqueléticos, cansaço físico e mental, em decorrência da redução do tempo de repouso e do excesso de carga de trabalho.

No caso de Danilo, além da dupla jornada, há a agravante do trabalho noturno. Rotenberg *et al.* (2001) explicam que o trabalho noturno provoca grandes mudanças na vida dos homens e das mulheres como a saúde, o cotidiano, o lazer, os estudos, assim como as relações amorosas devido à necessidade de se manter em vigília à noite e de repousar de dia. Danilo justifica a opção de trabalhar à noite, ao invés do seu irmão, por ser mais velho e mais resistente, segundo ele:

O Francisco reclama de trabalhar muito. Se fosse ele que tivesse que passar a noite em claro e só dormir no final da tarde acho que ele não agüentaria. Como sou o irmão mais velho, preferi ficar um pouco mais sacrificado (Danilo, pedreiro).

Sobre a jornada de trabalho, Danilo explica que para ele o trabalho noturno trouxe maiores conseqüências, pois o seu horário de sono e os poucos momentos de lazer são desencontrados com os horários da sua família, namorada e comunidade em geral. Por outro lado, o ritmo de trabalho intenso e o cansaço no fim de semana afetam tanto para o Danilo quanto para Francisco a relação com as namoradas, pois “elas cobram o tempo todo a nossa presença. Sei que é loucura o que a gente faz, mas vai permitir um maior conforto daqui uns anos”. Os irmãos vivenciam constantemente o desejo de “liberar tempo” para trabalhar na construção e na metalúrgica e ainda manter uma vida social para conviver com a família e namoradas. Segundo Francisco:

Não sei o que é pior. Minha mãe falar que fica sempre sozinha desde que meu pai foi embora para o Mato Grosso ou minha namorada dizer que gosto mais do trabalho do que dela. Eu e o Danilo tentamos sempre liberar tempo para elas (Francisco, pedreiro).

Até o início de 2007, os irmãos mantiveram a dupla jornada de trabalho. Atualmente, apenas Francisco continua na metalúrgica e Danilo trabalha o dia todo na construção de um sobrado após sua demissão:

Fui demitido dia seis de janeiro [2007]. Fiz esta jornada de trabalho desde 99. Às sete da manhã a gente já estava na obra. Tinha dia que dava umas 15 à 16 horas de trabalho Só parei agora porque me demitiram. Me demitiram porque eu não fazia muita hora extra pela firma. Eu sempre pedia para não colocarem meu nome, mas não podia explicar que trabalhava como pedreiro e por isso não fazia hora extra. Agora que me demitiram, meu irmão não está vindo todos os dias porque ele começou a fazer bastante hora extra pela firma, para eles não demitirem ele também. Aí peguei este colega meu que também foi demitido para ir me ajudando até as coisas se acalmarem para meu irmão. Foi leva de demissão, quem envolveu na greve foi embora. A metalúrgica tem um relacionamento com o sindicato diferente. Ajeita o lado do sindicato e prejudica a gente. Fui me envolver em greve e acabei sendo prejudicado (Danilo, pedreiro).

Danilo afirma que apesar da sobrecarga causada pela dupla jornada de trabalho pretende procurar novamente emprego nas metalúrgicas da cidade. Por enquanto, o seguro desemprego e o fundo de garantia ajudam no pagamento das contas e das prestações. Mas, segundo ele:

Pretendo continuar por muitos anos ainda trabalhando na construção e em fábrica. Eu sou pedreiro, queria viver tranqüilo com a minha profissão. Estas metalúrgicas estão cada vez mais não escolhendo gente como eu. Mas, mesmo assim vou voltar a tentar serviço nas metalúrgicas. Quero garantir um futuro bom para meu filho e minha mãe. Meu irmão também pensa assim. Na hora que acabar o seguro desemprego e a grana que recebi vai começar a apertar. Tem meu carro, a casa e a pensão do moleque. Quero voltar a trabalhar em fábrica, só que fiquei muito queimado por causa da greve. É perigoso depender só da construção. Mas, na metalúrgica eles começaram com demissão voluntária, saiu umas mil pessoas assim. Mas, a gente não saiu por demissão voluntária. Foi por causa da greve, não tem nada haver com corte de posto. Foi por causa da greve. Mas, o sindicato de lá não ajuda, eles tem medo de falar borracha e sobrar para eles (Danilo, pedreiro).

Independente da constância de serviços na construção, os irmãos consideram o trabalho de pedreiro instável. Apesar de nunca faltarem ao serviço, percebem a construção como um ramo de trabalho fechado, inconstante e, por isso, “perigoso” e “nebuloso”. Para Francisco:

A construção está muito difícil entrar na área. Você tem que conhecer muita gente. É uma máfia. Tem que saber aonde pisar. As obras boas ficam nas mãos dos engenheiros e dos empreiteiros. Aí nosso trabalho é desvalorizado por eles. Eles querem ganhar o máximo possível em cima de nós. Tem muita gente nesta área. Engenheiro, empresa, arquiteto. Ficar dependendo só destes biquinhos. Nunca faltou serviço, mas falta obra boa. Fica tudo nebuloso, não dá para prever o mês seguinte. Por isso não dá para confiar. Aí a fábrica dá o suporte que falta. Dá para contar com o dinheiro, nem tanto [...] Meu irmão contou e foi demitido. Mas, pelo menos recebo um dinheiro se for demitido. Tem o fundo, tem o seguro desemprego. O bom é pegar estas obras de condomínio, onde o pessoal tem dinheiro. Lá o preço é diferente. Só que pessoal rico fala direto com empreiteiro e engenheiro. Dá para fazer um serviço sossegado e ganhar um dinheiro bom. Lá vocês não pegam umas buchas desta aqui que você está vendo. A gente está arrumando a casa toda. Era melhor construir do início ao fim (Francisco, pedreiro).

Os discursos dos irmãos revelam o conflito entre exercer o ofício de pedreiro e, conseqüentemente, conviver com a instabilidade, com a necessidade de obter estabilidade de trabalho e de renda através do trabalho assalariado. Apesar dos oito anos de trabalho na metalúrgica, a identidade profissional dos irmãos está totalmente relacionada com a atividade de pedreiro, estando o trabalho metalúrgico relegado ao segundo plano. Desta forma, ser metalúrgico é uma estratégia utilizada pelos irmãos para continuar trabalhando na construção e, ao mesmo tempo, conseguir reduzir a instabilidade de renda.

3.4.2 Aposentadorias reduzidas: renda extra obtida na construção civil

Pedro (69 anos), Expedito (74 anos) e Abraão (54 anos) fazem parte da população brasileira que se aposenta, mas continua trabalhando por necessidade financeira. Dados do IBGE (2000), mostram que $\frac{1}{3}$ das pessoas aposentadas retornam ao trabalho devido a degradação das condições econômicas. Trata-se de uma estratégia para obter ganhos extras, pois os valores das pensões não permitem a manutenção do nível de vida próximo àquele do período de atividade.

Para eles, o trabalho na construção é “uma necessidade” familiar. Eles são o “esteio” econômico do grupo doméstico, seja pelo aumento crescente da permanência dos filhos adultos na casa dos pais, pela dificuldade de emprego para os jovens, pela gravidez das filhas adolescentes, por motivos de doença ou pelos níveis insuficientes de rendimento dos parentes mais próximos. Na fala dos três, é evidente a transferência de apoio entre as gerações, onde a renda obtida na construção, somada ao valor das pensões, são valiosos insumos familiares.

Com 74 anos tenho que continuar a trabalhar. Sabe o que isso significa? Não tenho medo do trabalho, sou forte, o que me preocupa é que se eu morrer quem vai cuidar da minha família? Somos em nove lá em casa [ele, a esposa, dois filhos, uma nora, quatro netos]. Além de mim, só um filho meu trabalha, ele ganha um salário. Minha aposentadoria e o dinheiro que tiro aqui não deixa ninguém passar dificuldade (Expedito, servente).

Abraão explica que apesar de ter sido aposentado por invalidez⁵⁴, a necessidade de continuar trabalhando suplanta as limitações deixadas pelo acidente de trabalho, ocorrido no tempo em que trabalhava em uma das metalúrgicas da cidade.

Eu trabalho com dor. Meu dedo é dormente. Se eu chegar a bater dá vontade de chorar. É freqüente. Meu dedo é gelado. Não pode apertar que dói. A perda do dedo afetou até a mão, não é igual a esta aqui. Se bater dói. Eu queria continuar na metalúrgica, mas disseram que eu não prestava. Na construção ninguém olha se você não tem um dedo. Enquanto tiver força, você serve para trabalhar (Abraão, ajudante de pedreiro).

Pedro é o único que acrescenta que o desejo de se sentir útil e a vontade de evitar o vazio social também são fatores motivadores para continuar trabalhando.

Se eu ficar parado eu fico louco. Não quero mesmo! Não que eu necessite, graças a Deus, não sou rico, mas dava para ir tocando, a gente apertava o cinto. Mas, ficar o dia inteiro em casa olhando, ainda mais com gente doente em casa. Nesta cidade você não tem aonde ir. Vai passar a mão no carro para passear aí gasta gasolina. Não tem jeito. Deus que me livre, há pelo amor de

⁵⁴ Moreira (2000, p.65) afirma que a aposentadoria por invalidez traz consigo um estereótipo de que a pessoa foi “encostada” no INSS, não conseguindo cumprir, portanto, o seu tempo de serviço socialmente determinado.

Deus. O dia que eu deitar na cama e não conseguir trabalhar é para morrer. Se eu levantar tem que trabalhar (Pedro, ajudante de pedreiro).

Ao mesmo tempo em que Pedro deseja continuar ativo, por mais longo tempo possível, ele afirma que “o trabalho na construção é muito pesado”, principalmente para alguém que começou a trabalhar ainda criança. Pedro deseja “trabalhar enquanto pode e descansar apenas quando não puder mais trabalhar”.

Não que eu não possa ficar sem o emprego, mas não sei e não quero ficar parado. Prefiro pegar no pesado a ficar parado. Tenho a aposentadoria, mais o aluguel da casa, mas aí eu te pergunto, quem é que fica parado? Está difícil emprego hoje em dia. Arrumei este aqui. Quando terminar esta obra, vou tentar algo mais leve, como comércio ou jardinagem [...] O único emprego que eu não quero é guarda a noite. Eu já fiz, e não gosto. Uma vez tive que fazer uma cirurgia, aí trabalhei como guarda para juntar dinheiro. Quase morri. Férias nunca peguei, não gosto. A mulher não gosta que eu fique em casa e eu também não gosto de ficar perto dela. Por isso trabalho (Pedro, ajudante de pedreiro).

Em comum, afirmam que a aposentadoria traz segurança e estabilidade.

Hoje me sinto estável por causa da aposentadoria. Não tem mais aquela preocupação se eu não ganhar dinheiro. Antes tinha o medo com a idade da gente, né? Você fica desempregado é duro de arrumar serviço. Tem aquela obsessão se passou de certa idade, né? Sabe? (Expedito, servente).

Além disso, apontam o benefício como o principal suporte financeiro⁵⁵, caso fiquem doentes ou percam o emprego atual.

Eu tenho minha aposentadoria, eu tenho recurso. Não é suficiente, mas garante uma doença ou o desemprego. Tem a mulher, tem os filhos, hoje a gente os olha para amanhã eles olhar a gente. Minha esposa parou de trabalhar porque veio os filhos, né? [...] Tem também minha indenização que está para sair [refere-se à indenização por acidente do trabalho na metalúrgica]. É uma ajuda e praticamente já ganhei. Agora vai depender do Juiz o valor e quando vai me pagar (Abraão, ajudante de pedreiro).

Apesar da estabilidade garantida pela aposentadoria, Abraão e Expedito têm medo de perder o ganho extra obtido com o trabalho na construção.

Tenho medo de perder o dinheiro que ganho como ajudante. Eu aposentei por acidente de trabalho na metalúrgica. Perdi o dedão da mão. Fiquei afastado dois anos, depois me aposentaram Tiro 600 a 800 por mês, somando a aposentadoria com o trabalho de ajudante. Meus filhos dependem do meu salário. Um filho está na fila do transplante e a gente precisa comprar remédios caros porque nem sempre tem no SUS. Além disso, quero dar um futuro melhor para a menina. Ela vai fazer vestibular e a gente quer ajudá-la a pagar os estudos Só o do meio que trabalha, ele é assim, faz o que aparecer, ele é igual a mim, não nega serviço (Abraão, ajudante de pedreiro).

⁵⁵ É interessante notar que o item aposentadoria não fez parte das variáveis apresentadas aos trabalhadores quando os questionamos sobre quais pessoas ou entidades poderiam contar com ajuda financeira caso ficassem doentes ou perdessem emprego. Somente os trabalhadores aposentados citaram o item aposentadoria na resposta.

De acordo com Expedito:

Hoje é diferente, posso contar com a aposentadoria. Não é o suficiente, mas não passo necessidade. Dá para comprar a comida, a mistura e pagar as contas. Quando a CBT fechou, fiquei perdido, não tinha tempo para aposentar e tinha família para criar. Fui jardineiro, garçom e agora servente. Hoje, juntando o que tiro aqui e a aposentadoria dou conforto para família igual quando eu era metalúrgico (Expedito, servente).

Ex-metalúrgicos, Abraão, Expedito e Pedro, continuaram trabalhando mesmo após a aposentadoria, almejando obter ganhos extras indispensáveis para manter as mesmas condições financeiras de quando eram metalúrgicos. Chama atenção o fato de que a necessidade financeira, somada a baixa escolaridade formal dos entrevistados, fez com que eles, apesar de qualificados profissionalmente, somente conseguissem exercer atividades menos qualificadas, informais e mais precárias após a aposentadoria. É importante mencionarmos que apesar da alta qualificação profissional no setor metalúrgico, estes trabalhadores não conseguem permanecer no setor após a aposentadoria, uma vez que o processo de reestruturação produtiva e as inovações tecnológicas podem ter extinguido os postos de trabalho anteriormente ocupados por este perfil de trabalhador. Assim sendo, o trabalho na construção civil surge, portanto como uma das poucas opções que lhes restam diante de um mercado de trabalho cada vez mais excludente.

3.5 “Trabalhando na corda bamba”: a nocividade das condições de trabalho

Diante da fragilidade das medidas de segurança adotadas nos canteiros e da constante exposição a riscos de diversas naturezas, o trabalhador da construção civil enfrenta diariamente situações insalubres e perigosas. É comum observarmos operários trabalhando em circunstâncias penosas e precárias, muitas vezes, negando os riscos ou enfrentando destemidamente o perigo eminente de se acidentar.

Altos índices de invalidez, mutilações, adoecimento e mortes são decorrentes, principalmente, da precariedade das condições de trabalho nos canteiros de obra. Popularmente, o trabalho na construção civil é conhecido como ‘pesado’, devido às exigências físicas extremamente elevadas se comparadas às de outras indústrias. Apesar das altas cargas de trabalho, as principais reivindicações dos operários relacionam-se com o cumprimento das necessidades higiênicas, relegadas ao segundo plano pelas construtoras de edificações. Ireland (1996) afirma que a insuficiência e a precariedade dos dormitórios, refeitórios e banheiros são alvo de disputa entre representantes sindicais e alguns empregadores, pois, geralmente, nem mesmo são oferecidas aos operários as necessidades

básicas como água potável, chuveiro quente, instalações sanitárias resguardadas, telefones comunitários e condições mínimas de alojamento. Apesar da obrigatoriedade das áreas de vivência e de lazer nos canteiros de obras, segundo regimentado pela NR-18, o percentual de descumprimento deste grupo de exigências é elevado. Conforme estudo feito por Cordeiro e Machado (2002), nos canteiros situados na cidade de Feira de Santana na Bahia, os itens relacionados à qualidade de vida do trabalhador possuem os menores índices de cumprimento em relação às demais exigências da norma.

Menezes e Serra (2003), pesquisando canteiros de obras da cidade de São Carlos-SP, constataram que o grupo áreas de vivência – destinado ao descanso, higiene e permanência dos trabalhadores – é um dos mais fiscalizados pelos órgãos responsáveis, bem como o grau de cumprimento deste grupo da NR-18 é de 73%. Os autores analisaram dez obras no perímetro urbano da cidade e avaliaram se os seguintes itens encontravam-se presentes ou ausentes: a) Vestiário e armário; b) Instalações sanitárias; c) Refeitório; d) Alojamentos; e) Bebedouros com água filtrada e potável; f) Cozinha – obrigatória caso sejam preparadas refeições; g) Lavanderia; h) Ambulatório – obrigatório nos canteiros com mais de 50 trabalhadores. Apesar de não terem considerado o estado de conservação e a aparência de cada item, foi verificado que os locais para refeição e instalações sanitárias são as exigências menos cumpridas.

Mesmo não sendo o principal foco desta pesquisa, pudemos constatar durante o trabalho de campo a precariedade dos canteiros de obra visitados, entre eles: a construção e reforma de uma casa, construção e acabamento de um sobrado, acabamento de uma casa de luxo em um condomínio fechado, reforma e ampliação de duas igrejas católicas, prédio de lojas comerciais e prédios de apartamentos com três, quatro e nove pavimentos. Áreas de vivência estruturadas não fazem parte da realidade das obras, nem mesmo entre as obras executadas pelas construtoras. No caso específico das construções dos prédios verificamos unicamente a presença de banheiros, com chuveiro quente e fogareiro para o aquecimento das refeições. Em alguns locais, a água consumida pelos operários é acondicionada em galões ou retirada diretamente da torneira. Apenas uma obra visitada tinha bebedouro, localizado em um dos pavimentos em construção.

As refeições são preparadas pelos trabalhadores em casa, acondicionadas em marmitas e ingeridas no próprio local de trabalho ou na calçada em frente da obra. Nenhuma das construtoras ou empreiteiras oferecem alimentação para os entrevistados. Douglas e Anderson recebem vale refeição para pagar o almoço. Todavia, devido ao alto custo da

refeição em restaurantes e da dificuldade de deslocamento preferem trazer a marmita de casa, utilizando o vale para a compra de alimentos. Segundo Douglas “prefiro comprar comida com o ticket que almoçar fora. Entrego tudo para a patroa e ela abastece a casa”.

Além da precariedade das áreas de vivência, os trabalhadores encontram-se expostos a grandes cargas laborais⁵⁶, quando comparadas às de outros setores, sejam elas organizacionais – como ritmo de trabalho intenso, pagamento por produção, pressão da chefia, retrabalho e excesso de trabalho – ou cargas físicas, químicas, biológicas, mecânicas, fisiológicas e psíquicas.

As cargas físicas ou fisiológicas presentes na construção de edificações são elevadas, trazendo repercussões para a saúde e segurança dos operários. O manuseio de cargas acima dos limites de peso recomendável está presente em todas as fases da obra; nas tarefas de levantamento, transporte e descarga de materiais. As operações de manejo de carrinhos de mão ou suspensão de cargas pelo sistema de roldanas demandam dos trabalhadores forças extremas de puxar e empurrar. Há também outras exigências dinâmicas como deslocamentos a pé de grandes distâncias, utilização de escadas e escalada em andaimes. Verifica-se, além disso, a existência de grandes esforços estáticos, com contração muscular prolongada, durante o trabalho em andaimes, sobre plataformas de trabalho suspensas ou sobre escadas de mão, na manipulação de ferramentas manuais e na execução das tarefas de reboco e pintura.

Os níveis de exposição diária ao ruído ultrapassam, em muitos casos, especialmente nas fases de elevação e estrutura, os índices aceitáveis, sendo, por conseguinte, passíveis de provocar lesões no aparelho auditivo, bem como prejuízos para o cumprimento apropriado da tarefa. Franco (1995) cita algumas fontes de ruídos, como: serra circular, guinchos, bombas de concreto, motor de retroescavadeira e caminhões.

Além do ruído excessivo, algumas máquinas e ferramentas empregadas na indústria da construção civil geram vibrações, como, por exemplo, betoneiras, ferramentas pneumáticas, furadeiras elétricas, bombas de concreto e guinchos. Tais equipamentos podem causar sintomas degenerativos, riscos de desordens nervosas e deformidades nos ossos, articulações e tendões.

⁵⁶ “Em termos conceituais, as cargas de trabalho são exigências ou demandas psicobiológicas do processo de trabalho, gerando ao longo do tempo particularidades do desgaste do trabalhador. Em termos operacionais, pode-se considerar que uma carga de trabalho é um atributo de um processo de trabalho determinado, cuja presença no ambiente de trabalho pode aumentar a probabilidade de que um grupo de trabalhadores ‘expostos’ experimente uma deterioração psicobiológica, comparada com aqueles que não tiveram expostos ou que tiveram uma exposição diferencial de tal atributo” (FACCHINI, 1994, p.180).

A iluminação artificial dos canteiros de obra nem sempre é uniformemente distribuída, não atendendo plenamente os níveis mínimos de iluminamento previstos pela NBR 5413, norma brasileira registrada no INMETRO. A esse respeito, Franco (2001) chama atenção para a precariedade das condições de iluminação, especialmente durante o período de inverno, em ambientes fechados tais como banheiros, escadas, subsolos e poços de elevadores.

O trabalho na construção de edificações submete os trabalhadores a condições climáticas, muitas vezes insalubres, sendo diretamente influenciado por agentes externos naturais como a chuva, o vento, o frio intenso, e, principalmente, no Brasil, pelo calor e radiação solar, tornando a atividade mais fatigante e penosa. Trabalhadores de pele clara, como o entrevistado Mário, sofrem com a exposição constante aos raios ultravioletas. Ele afirma que um dos maiores problemas de trabalhar na construção deve-se à exposição constante ao sol:

Sou filho de alemã. Minha pele machuca muito com o sol. Se eu não usar chapéu me sai toda a pele. Meu olho é muito claro, parece que o sol queima toda a minha vista. Já pensei trazer óculos de sol, mas vou virar motivo de piada. No campo o sol também é forte, mas a gente começa a trabalhar mais cedo e pára quando o sol fica a pino (Mário, servente).

Cuidados como o uso de chapéu ou de boné foram apontados como medidas rotineiras durante a jornada de trabalho. Apenas Douglas, 26 anos, afirmou utilizar protetor solar apesar do alto custo do produto e das brincadeiras feitas pelos colegas, segundo ele “brincam comigo que o negão está achando que está na praia. Não dá para esconder, todo mundo sabe o cheiro que protetor tem. Passo em casa, no rosto e no braço. Minha mãe é enfermeira e buzina na minha cabeça que eu vou ter problema. Se eu não passar, ela me estrangula vivo”.

Outras formas de radiação não ionizantes podem ser constatadas nas operações de soldagem e corte a quente e, segundo Bedrikow (2005), há ainda fontes de radiações ionizantes⁵⁷ na tarefa de inspeção de estruturas metálicas. Há também na construção de edificações a presença de riscos químicos, que conforme Melo *et al.*(2007), compreendem substâncias, compostos ou produtos que possam ser absorvidos pelo organismo pela pele ou mesmo por ingestão e aspirados pelo trabalhador nas formas de névoas gases ou vapores, neblinas, ou poeiras. Além do contato direto com tintas, impermeabilizantes, solventes, óleos

⁵⁷ Radiação ionizante é a radiação que possui energia suficiente para ionizar átomos e moléculas. São exemplos de partículas alfa, partículas beta (elétrons e pósitrons), os raios gama, raios-x e nêutrons. Pode danificar células e afetar o material genético (DNA), causando doenças graves como, por exemplo, câncer.

e ácidos causadores de dermatoses e problemas respiratórios, os trabalhadores da construção civil encontram-se constantemente expostos a poeiras irritantes ou cancerígenas, como cimento, cal e amianto.

Outros elementos nocivos à saúde destes trabalhadores foram identificados por Barros e Mendes (2003). Os autores estudaram o sofrimento psíquico dos trabalhadores terceirizados e as estratégias defensivas por eles utilizadas, e, constataram que os operários da construção civil encontram-se vulneráveis e inseguros diante do modelo de produção terceirizado, que negligencia seus direitos e exige alta produtividade. A falta de reconhecimento e os sinais de desgaste físico e mental são indicadores desse processo de sofrimento, normalmente enfrentado mediante estratégias defensivas de negação dos riscos e dos perigos presentes no exercício da atividade e do caráter precário das relações de trabalho.

Costella (1999) sugere uma série de condicionantes ambientais e técnicos organizacionais do ambiente de trabalho da construção de edificações que incorporam elementos nocivos à saúde dos trabalhadores. Segundo o pesquisador, destacam-se: a) variabilidade dos locais de construção; b) exposição constante às condições climáticas; c) rotatividade do setor; d) mudanças constantes nas equipes de trabalho; e) uso intensivo da mão-de-obra; f) baixos salários; g) longas jornadas de trabalho; h) institucionalização da prática de hora-extra⁵⁸; i) natureza do trabalho – manuseio de produtos perigosos como cal e cimento e exposição a altas cargas de trabalho; j) alto percentual de pequenas empresas que enfrentam escassez de recursos para investirem na segurança, higiene e no bem-estar do empregado; i) falta de método gerencial e domínio do processo; e l) constantes mudanças dos riscos ocupacionais e na natureza do trabalho de acordo com a fase do empreendimento. É importante ressaltar que o trabalhador informal, além de enfrentar todos os fatores supramencionados, encontra-se desprotegido, não sendo efetivamente amparado nem pela empresa contratante, nem pela prestadora de serviços e nem mesmo por todas as redes de proteção social e trabalhista do Estado.

Um dos fatores não citados pelo autor que merece destaque é a política de redução do número de postos de trabalho no subsetor de edificações, previamente discutida nos itens anteriores. A terceirização dos serviços e o emprego de inovações tecnológicas aumentam a carga psíquica do trabalhador devido às incertezas quanto ao seu futuro e, simultaneamente,

⁵⁸ Nenhum trabalhador entrevistado realiza hora-extra. A sobrecarga de trabalho ocorre devido à dupla jornada de trabalho e realização dos “bicos”.

intensificam as cargas físicas, pois os trabalhadores remanescentes passam a executar o trabalho que antes era dividido entre um número maior de operários (TAIGY, 2000).

O trabalhador terceirizado, tarefeiro, horista, ou que trabalhe por empreitada, perante o estímulo financeiro, pode acelerar o seu ritmo de trabalho para garantir uma melhor renda mensal, aumentando a propensão de vir a sofrer acidentes ou mesmo adoecer diante do risco de esgotamento físico e mental (COSTELLA,1999). Além disso, para não perder o dia de trabalho, e conseqüentemente ter sua renda reduzida, muitos trabalhadores não param de trabalhar mesmo quando se sentem debilitados. Essa forma de trabalho atrelada à produção individual é, apontada por Barros e Mendes (2003, p.64) como, uma das causas geradoras de sofrimento “na medida em que coloca sobre o trabalhador toda a responsabilidade da produção e de sua remuneração”.

Em relação à renda mensal, Ireland (1996) chama atenção para o fato de o operariado do setor não se alimentar adequadamente devido aos baixos níveis de renda. Neste caso, o trabalhador mal nutrido encontra-se mais vulnerável ao risco de acidentes. Tal conclusão baseia-se no estudo feito pela Fundacentro em Pernambuco, onde foi constatado que a maior parte dos acidentes ocorrem entre as 8:00 e as 10:00 horas e entre as 14:00 e as 16:00 horas, períodos da jornada de trabalho nos quais os efeitos da má nutrição são mais preponderantes.

A literatura mostra que os baixos salários ocasionam também grandes deslocamentos entre o local de trabalho e a residência dos operários, comumente localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, exceto nos casos onde os trabalhadores residem temporariamente dentro dos canteiros de obra⁵⁹. Melo Junior (2005) considera tais deslocamentos como uma das inúmeras cargas físicas impostas diariamente aos trabalhadores da construção de edificações.

Entre os entrevistados, os deslocamentos entre trabalho e residência ocorrem da seguinte maneira: seis utilizam carro próprio, quatro bicicleta, três pegam carona com os pedreiros e pintor – especificamente os dois ajudantes de pedreiro e o ajudante de pintor – e sete são transportados em caminhonete. O transporte em caminhonete é feito na carroceria, conduzido pelos “gatos”, conforme pudemos observar durante a visita aos canteiros. Paulo,

⁵⁹ Nenhum dos entrevistados residem nos canteiros de obra. Constatamos em dois canteiros-prédio de apartamentos de 4 e 9 pavimentos - a presença de trabalhadores que residem no próprio canteiro. No início os trabalhadores ficam alojados em construções temporárias de madeira e após a construção dos primeiros pavimentos passam a habitar dentro de um dos apartamentos. Apenas conseguimos visitar o alojamento da obra de apartamentos de quatro pavimentos. Trata-se de um apartamento inacabado, não azulejado, sem revestimento nos pisos. Observamos a presença de fogão, chuveiros elétricos, cinco beliches e um aparelho de televisão e rádio.

servente de pedreiro, explica que todos os dias, o empreiteiro busca todos os trabalhadores em casa e leva até a obra, segundo ele “a gente economiza a grana com o transporte. Só é ruim na época do frio. Quando o vento corta a pela da gente na carroceria”. Para Diego, a economia com o transporte aumenta a renda familiar. Diego recebe mensalmente vale transporte da construtora, todavia utiliza a bicicleta como meio de transporte até as obras da construtora, conseguindo, assim, transferir seus vales transporte para sua esposa trabalhar. Mesmo no período de chuvas, Diego não utiliza o transporte urbano, pois: “Eles descontam pouco o valor do vale no meu salário. Como eu venho de bicicleta, minha esposa pode usar meus vales. Se ela tivesse que pagar a passagem, gastaríamos quase cem reais a mais por mês. Então venho de bicicleta, faça sol, faça chuva”.

Uma outra característica marcante das condições de trabalho refere-se à ausência de procedimentos de arrumação e limpeza, o que à primeira vista configura-se apenas como desorganização trata-se, na verdade, de uma questão de segurança. O risco dos trabalhadores sofrerem acidentes pérfuro-cortantes é alto devido à presença freqüente de materiais pontiagudos e de entulhos espalhados pelos canteiros. Tal quadro é agravado pela insuficiência e inadequação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e pela falta de conhecimento do trabalhador sobre a importância dos mesmos. Em uma das visitas aos canteiros, pudemos presenciar o acidente sofrido por Paulo. Enquanto entrevistávamos Marcos, pedreiro da obra, fomos interrompidos pelo servente Paulo. Paulo tinha um prego totalmente cravado na planta do seu pé. Segundo Paulo “o prego entrou de uma vez. O sapatão só não deixou que o prego fosse até o final do meu pé Arranquei com a mão, mas está fundo”. Paulo contou que não era a primeira vez que sofria acidentes pérfuro-cortantes. Constatamos restos da obra no local do acidente, como pedaços de tijolos, lascas de madeira, cacos de vidro e vários pregos fincados em estacas de madeira, realidade comum em todos os canteiros visitados. O “sapatão” de couro utilizado por Paulo foi adquirido em lojas comerciais de sapato, não preenchendo as especificações mínimas dos sapatos de segurança. Após o acidente, Paulo se dirigiu sozinho a farmácia mais próxima, fez um curativo, e retornou em seguida para o trabalho, calçando sandálias, sem tomar a antitetânica, já expirada à décadas. Segundo Oliveira e Iriart (2005), a recorrência dos acidentes dentro dos canteiros de obras, juntamente com a naturalização e minimização da precariedade do trabalho pelos próprios atores sociais, desperta nos trabalhadores o sentimento de normalidade diante de um acidente que não os afastem do trabalho, como relatam no trecho a seguir: “[...] a pessoa não vai parar o trabalho porque bateu o martelo na cabeça do dedo né?! Enrola ali, bota um

remédio e continua trabalhando. Acontece com todo mundo. Isso é quase normal” (OLIVEIRA; IRIART, 2005, p.05).

Os custos elevados de aquisição e manutenção dos EPI são vistos pelas empresas como gastos secundários. Os equipamentos de proteção nem sempre são distribuídos corretamente e a reposição é sempre morosa ou mesmo inexistente. Além disso, não existe interesse dos empreiteiros em investirem nos programas de segurança e na compra dos EPI e EPC (HOLANDA; BARROS, 2004). Neste caso, caberia às construtoras o treinamento das equipes atuantes nos canteiros; todavia, as ações de segurança são deixadas em segundo plano, pois, sob o ponto de vista das construtoras, não vale a pena qualificar e investir em trabalhadores que ficam “circulando”. Este jogo de responsabilidades acaba propiciando também a subnotificação dos casos de acidentes e doenças relacionados ao trabalho.

Durante as entrevistas, perguntamos aos trabalhadores sobre quais dos seguintes equipamentos de proteção faziam uso, entre eles⁶⁰: luvas, máscaras, bota com dorso metálico e de PVC, protetor auricular, óculos de proteção, capacete, cinto de segurança, uniforme, capa de chuva, protetor solar. Incluímos o item ‘outros’ entre as opções caso quisessem acrescentar à lista outros equipamentos. Em um segundo momento, os entrevistados foram questionados sobre quais equipamentos ocasionavam incômodo durante o uso, bem como os motivos de não fazerem uso dos itens não citados na primeira pergunta.

Quanto ao uso dos EPI, cinco trabalhadores entrevistados declararam não utilizar nenhum equipamento de proteção individual, sendo: um ajudante de pedreiro, uma ajudante de pintor e dois pedreiros especializados em acabamento final. Para eles, o não fornecimento dos equipamentos pelos contratantes é a principal razão para não fazerem uso dos EPI. Lucas afirma jamais ter utilizado equipamentos de proteção nos quatorze anos de profissão, pois “Não tenho. Não uso porque não tem mesmo. Acho que é preciso, mas também nunca fui atrás. Eu acho que é uma obrigação dele me dar (refere-se ao empreiteiro da obra). Se eu tivesse trabalhando por conta aí eu que tinha que comprar o capacete”. Em alguns casos, os operários não solicitam os EPI temendo serem mal tratados pelo empregador ou mesmo por conformismo diante do quadro de precariedade. Costella (1999, p.32) cita um estudo feito por Dwyer (1991), em um canteiro francês, cujo operário entrevistado relatou não ter solicitado à

⁶⁰ A construção da lista dos equipamentos de proteção foi baseada no estudo de Bomfim e Serra (2003) sobre aquisição e gestão de equipamentos de proteção. Os autores classificaram quais EPI's cada grupo de operários deve portar, eventualmente ou freqüentemente, durante a execução de determinada tarefa. Para isso, agruparam dados referentes às ocupações, classes de riscos e tipos de riscos baseados nas recomendações da norma NB-18 (cadastro de acidentes) e na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

empresa o equipamento de segurança por medo de ser desrespeitado ou mesmo ser “colocado na rua”, optando, ao invés disto, pela estratégia individual de “trabalhar cuidadosamente”.

Entre os operários que usam os equipamentos de proteção individual, apenas Diego, Anderson e Douglas tiveram seus EPI fornecidos pelos contratantes atuais e têm a reposição gratuita garantida quando danificados, excetuando os cintos de segurança, normalmente fornecido pelos empreiteiros. Os demais trabalhadores utilizam EPI antigos adquiridos em outros serviços ou comprados por conta-própria. Francisco e Danilo usam o protetor auricular e os óculos de proteção fornecidos pela metalúrgica para trabalhar nos canteiros. É importante mencionarmos que, por vezes, os operários desconhecem quais equipamentos são apropriados para determinada atividade. José, pintor, explica que já testou várias máscaras, mas dependendo do solvente utilizado não se sente protegido pelo equipamento, tendo a sensação “de não ter nada no meu rosto, parece que respiro direto o produto. Não sei se comprei certo”.

Apesar da ausência de dados oficiais sobre o fornecimento dos EPI aos trabalhadores informais, pode-se inferir que o desamparo institucional relacionado ao fornecimento dos EPI é ainda maior entre esta população, pois os números encontrados nesta pesquisa são mais alarmantes do que os estudos recentes, focados, principalmente, nos operários das grandes construtoras. Entre os equipamentos de uso freqüente, oito entrevistados declararam somente utilizarem o “sapatão de couro”, quatro fazem uso do sapatão e luva de PVC – para proteger as mãos da cal presente no cimento – dois trabalhadores utilizam também capacete⁶¹ e os montadores de escoramentos metálicos, Anderson e Douglas, usam, além dos itens anteriores, o uniforme oferecido pela empresa. Embora um número razoável de indivíduos tenha relatado utilizar algum tipo de equipamento de proteção individual, estes nem sempre encontram-se apropriados, em bom estado ou suficientes para a proteção dos riscos presentes na construção, como no caso de utilização exclusiva “sapatões de couro”. No item ‘outros’, todos os entrevistados acrescentaram chapéu e boné e o entrevistado Douglas, óculos de sol.

Quanto aos equipamentos de uso esporádico, treze entrevistados utilizam apenas sob condições específicas: máscara em ambientes com muita poeira; óculos de proteção para cortar azulejos e cerâmicas; luva de couro para armar ferragem; luva de PVC para passar rejunte; óculos e protetor auricular durante o uso da maquina e cinto de segurança em “lugares

⁶¹ Trata-se do entrevistado Moisés. Conforme descrito no item pré-teste, as respostas do Moisés divergem totalmente da fala do seu ajudante Abraão. Moisés afirma utilizar freqüentemente todos os equipamentos presentes na lista, enquanto seu ajudante afirma nunca ter utilizado EPI's. Nas duas visitas ao canteiro de obra, Moisés apenas fazia uso do ‘sapatão de couro’. Esta divergência entre o discurso de Moisés e a observação no campo, nos leva a inferir que Moisés respondeu o que achava correto ser feito e não o que realmente faz.

altos”. Discursos como “a gente só usa cinto se for muito alto”, “só precisa de cinto se for lugar acima de seis metros”, “só usa o cinto se o lugar for chamativo, mais fácil de aparecer fiscal” ou, até mesmo, “só no início o cinto é importante, com o tempo à gente sabe lidar com a altura” foram freqüentes durante as entrevistas.

Os trabalhadores contratados pelo empreiteiro Antenor acrescentam que o uso do EPI só se faz necessário quando trabalham em “grandes obras”. Neste caso, não se referem ao tamanho da obra, mas a sua visibilidade. Conforme nos explicaram, a “fiscalização só bate na porta se o lugar for chamativo, caso contrário eles nem aparecem”. De acordo com Lautier (1993), pequenas empresas informais, como a empreiteira do Sr. Antenor, se beneficiam da tolerância estatal devido “a imagem social do empresário que contrata os excluídos”.

Quando confrontamos o risco de trabalhar em ambientes altos sem o uso do cinto de segurança, os entrevistados se esquivavam da pergunta ou respondiam que, com o tempo, aprenderam lidar com a altura e, hoje, sabem aonde pisam. Dejours (1987b, p.31) classifica este tipo de estratégia coletiva como “ideologias defensivas da profissão”, capazes de reverter a relação dos trabalhadores com o perigo real do trabalho. Para o autor, os trabalhadores da construção preferem “renunciar à prevenção vinda do exterior e continuar apoiando-se na prevenção espontânea nascida dos saberes das profissões e das tradições operárias do setor da construção” (DEJOURS, 1987b, p.31). Tal conclusão consegue explicar a opinião dos trabalhadores sobre a necessidade do uso de EPI. Os discursos “só no início o cinto é importante”, “com o tempo à gente sabe lidar com a altura” ou “o perigo só existe para quem começa, a gente já sabe aonde pisar” ou “não tem perigo não, nós estamos acostumados” elucidam o papel dos saberes de prudência⁶² que, segundo Dejours (1987b, p.31), “se exercem em sistemas de auto-regulação do coletivo de trabalho e de auto-regulação dos ritmos e dos modos operatórios individuais”.

Dejours (1987a, p. 71) afirma ainda que “os trabalhadores não gostam de ser lembrados do que tão penosamente tentam esconjurar”. Segundo as conclusões do autor, a recusa e as resistências presentes entre os operários da construção civil não são práticas inconscientes ou imaturas; pelo contrário, trata-se de uma “conduta deliberada visando suportar justamente o risco que não seria completamente atenuado por medidas de segurança ridículas em relação à importância do risco”. A consciência aguda dos riscos poderia tornar o

⁶² Os saberes de prudência resultam do saber e do saber-fazer (*savoir faire professionnel*) acumulado ao longo dos anos de atividade profissional. São formas defensivas, espontâneas e coletivas que permitem a auto-regulação dos riscos, bem como o controle sobre o medo (DEJOURS, 1987b).

trabalho insuportável. Os mecanismos de negação afastam o medo e fazem com que o risco passe, então, a ser controlado pelos próprios trabalhadores. Somente Douglas afirmou temer trabalhar em lugares altos desde que sofreu a queda da laje. Sente-se como se estivesse “trabalhando na corda bamba”.

Para dez dos entrevistados, o uso dos EPI é desnecessário, pois “um bom profissional sabe como lidar com o seu trabalho”. Além do risco de acidentes em locais altos, os operários negam o risco de desenvolver problemas respiratórios durante o manuseio de produtos químicos ou durante o trabalho em locais com alta densidade de poeira irritantes ou cancerígenas. Paulo, servente, já foi internado duas vezes devido ao quadro de pneumonia, agravado pela presença de poeiras dispersas no local de trabalho. Quando questionamos porque não utilizava máscara de proteção, ele nos explicou o seguinte:

Meu problema é por causa da idade. Esta poeira não mata ninguém. Não tem risco. Acho desnecessário. Que nem isto [aponta para a sua roupa e para névoa de poeira no ambiente]. É inofensivo. Tem máscara aí, mas só eu que não uso. Chegou em casa, tomou banho, fico novo! (Paulo, servente).

Três entrevistados não utilizam os EPI porque não gostam de usar, dois porque atrapalha o serviço e quatro relataram que os equipamentos machucam e/ou geram incômodo, como: o protetor auricular fere a orelha ou esquenta demais; o capacete é pesado ou causa coceira na cabeça; o óculos de proteção aperta o nariz e a luva deixa a mão suada e escorregadia. Para SILVA *et al.* (1994, p.315), é preciso entender os motivos reais que levam um trabalhador a não utilizar o EPI antes de rotulá-lo de “inconsciente, desleixado, machão, peão ou de não tem jeito”. Contudo, muitas empresas e, até mesmo, entidades fiscalizadoras, acusam, comumente, os trabalhadores pelos altos índices do setor, seja pela forma displicente de trabalhar ou pela recusa constante ao cumprimento das normas de segurança.

Em relação aos episódios de acidentes e doenças descritos pelos entrevistados, podemos afirmar que casos assemelham-se aos dados oficiais e estudos de casos descritos na literatura. Ao analisarmos os eventos referentes ao período de trabalho na construção civil (detalhado nos Apêndice D e E), excluindo os episódios ocorridos em outros ramos, verificamos casos de acidentes de trabalho com dez trabalhadores. Dois pedreiros, um pintor, um montador, um ajudante de pedreiro e um pedreiro especializado em acabamento final relataram no mínimo um acidente com queda em altura de telhados, escadas, lajes e andaimes. Um pedreiro, um pintor, um pedreiro especializado em acabamento final e um servente sofreram traumas oculares ocupacionais por corpos estranhos. Além disso, vários acidentes perfuro-cortantes foram descritos. Entre os acidentes, três casos configuram-se em acidentes

de trajeto –ocorre no percurso do local de residência para o de trabalho. O pedreiro Antônio e o montador Anderson foram atropelados quando iam de bicicleta para o trabalho. No caso específico do Danilo, o acidente de trânsito ocorreu na saída do trabalho da metalúrgica, mas, como se dirigia para o canteiro de obra, consideramos também como um acidente de trajeto no setor da construção.

Diferentemente dos acidentes típicos ou de trajeto, em que onexo causal (relação entre causa e efeito) é de fácil verificação, as doenças descritas pelos entrevistados não podem ser diretamente relacionadas ao trabalho. Assim, apenas podemos inferir que, entre os casos relatados pelos entrevistados, existem quatro possíveis diagnósticos de doenças com estrita relação com o trabalho na construção, são elas: pneumoconiose do servente Paulo, dermatite de contato⁶³ descrita por Lucas e os casos de lombalgia dos pedreiros Antônio e Marcos.

Lucas explica que tem alergia ao cimento e à cal virgem. Trabalha freqüentemente com pequenas feridas na pele dos braços e das mãos. Por três vezes precisou se afastar do trabalho devido à gravidade das lesões, contudo acaba retornando antes que todas as lesões estejam cicatrizadas. Conforme nos explicou, nunca tentou utilizar luvas de PVC para proteger sua pele do contato direto com o cimento, apenas procura lavar constantemente as mãos com água limpa e sabão para evitar a alergia, porém, nem sempre, o acesso à água não contaminada é fácil dependendo da localização do canteiro de obras.

Podemos concluir a partir da revisão bibliográfica e da pesquisa empírica realizada que as condições de trabalho dos entrevistados na construção de edificações são precárias. Cotidianamente, se configuram nocivas à saúde⁶⁴ dos entrevistados, principalmente, quando as margens de regulação são restringidas pela organização do trabalho, “*reduzindo as possibilidades de construção da saúde*” (ASSUNÇÃO; LIMA, 2003). Nada de novo, se analisarmos historicamente os índices de acidentes e doenças do trabalho no setor, por vezes, banalizados e encarados como fatalidade ou como risco inerente à atividade no canteiro de obras. Devemos considerar, entretanto, que a novidade das condições de trabalho neste setor geram custos sociais, emocionais, físicos e econômicos altos, podendo ocasionar perdas consideráveis para os trabalhadores, suas famílias, construtoras, Previdência Social e para a sociedade como um todo.

⁶³ Dermatite de contato é a inflamação da pele resultante do contato direto com substâncias que causam reação alérgica ou inflamatória (DUARTE *et al.*, 2005).

⁶⁴ O conceito de saúde utilizado nesta pesquisa é, segundo Dejours (1986, p.11), “ter meios de traçar um caminho pessoal e original, em direção ao bem-estar **físico** (liberdade de regular as variações que aparecem no estado do organismo), **psíquico** (liberdade que é deixada ao desejo de cada um na organização da sua vida) e **social** (liberdade de agir individual e coletivamente sobre a organização do trabalho)”.

4 AS REDES INFORMAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Neste capítulo, apresentamos uma discussão sobre o conceito de redes sociais e discutimos as estratégias individuais e como as redes informais de proteção social utilizadas e/ou planejadas pelos operários da construção frente ao risco iminente de acasos naturais e sociais da existência e diante da contínua instabilidade de emprego e de renda.

4.1 *Os estudos sobre redes sociais*

A maneira pela qual o termo rede social é abordado depende da definição conceitual do mesmo, do campo de estudo e do foco de interesse da investigação (ROSAS, 2001). Marteleto (2001), explica que desde os estudos clássicos até os mais recentes não há uma “teoria de redes sociais”, sendo o conceito utilizado por diversas teorias sociais, seja como metáfora da estruturação das entidades na sociedade, seja como método para a descrição e análise dos padrões de relações nelas presentes através do mapeamento e estudo das redes sociais.

Existem na literatura várias definições de redes sociais criadas por estudiosos oriundos das mais diversas áreas e dotados de modos de pensar distintos e, muitas vezes, conflitantes. Uma revisão bibliográfica sobre o tema mostra que o conceito de rede social vem sendo empregado tanto em pesquisas de natureza quantitativa quanto qualitativa. Áreas de conhecimento como antropologia social, sociologia, economia, engenharia de produção, tecnologia da informação, matemática aplicada, administração, saúde, religião, ecologia, entre outras, valem-se da idéia de rede social e empregam metodologias próprias de acordo com o objeto de estudo.

Barnes (1987), um dos precursores do uso sistemático do conceito de rede, afirma que até a década de 50, o conceito de rede era apenas utilizado metaforicamente. O autor cita os trabalhos de Radcliffe-Brown e Fortes, ambos publicados nos anos 40. Barnes (1987) explica que Radcliffe-Brown fazia analogia às estruturas sociais como “uma rede de relações que existem efetivamente” e Fortes atribuía a idéia de que o parentesco e laços de afinidades formam uma “teia” (BARNES, 1987, p.164). Os estudos dos seus predecessores o auxiliaram no seu trabalho empírico, publicado em 1953, sobre a análise de uma aldeia de pesca. Nesta pesquisa, ele emprega a idéia de rede social para descrever como os indivíduos utilizavam laços sociais de parentesco e amizade e como a noção de igualdade de classes sociais era aplicada em Brennes – comunidade de pesca localizada na Noruega.

Barnes (1987, p.161) afirma que a “rede social pode ser útil no exame de vários tipos de situações sociais”. Ele explica que a diversidade de contextos sociais em que a idéia de rede social passou a ser utilizada leva a uma multiplicidade de conceitos em torno do termo, pois cada novo pesquisador tenta refinar a idéia de rede social e agrega uma nova interpretação às pesquisas anteriores. Conceitua rede como “conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (BARNES, 1987, p.167). Propõe o mapeamento das redes e a mensuração da densidade e dos limites das redes para proporcionar maior precisão e quantificação na descrição de situações empíricas. Para o autor, este conceito é apropriado em situações em que “indivíduos são continuamente requisitados a escolher sobre quem procurar para obter liderança, ajuda, informação e orientação” (BARNES, 1987, p.163).

Na mesma época, destaca-se o trabalho Bott (1957). Barnes e Bott eram antropólogos sociais e através do estudo de contextos diferentes demonstraram a importância das redes sociais na análise de situações sociais. Tais autores passaram a empregar empiricamente a idéia de rede social, não mais limitada ao seu uso metafórico. Na mesma época, pesquisas na área da matemática aplicada, através da “teoria dos gráficos”, descrevem as ligações entre membros de um sistema social. Segundo Souza (2003), esta dupla origem no uso do termo corroborou para a popularização do conceito de redes sociais.

Em sua pesquisa, Bott (1976) analisa as variações nos papéis conjugais e nas redes sociais em vinte famílias urbanas inglesas. A autora mostra que as variações no relacionamento entre marido e esposa relacionam-se com o meio social imediato da família, constituído por uma rede de diferentes relações informais com seus amigos, vizinhos e parentes e com instituições sociais. Bott (1976, p.211) define a rede como “uma configuração social onde algumas, mas nem todas, das unidades externas componentes mantêm relações entre si”. Ao analisar a conexidade⁶⁵ das redes sociais, Bott mostra que o grau de segregação conjugal varia diretamente com o tipo de rede, ou seja, de acordo com o padrão de relações mantido pelos membros da família com as pessoas externas. Para ela, quanto mais estreita é a malha da rede da família, mais segregados são os papéis do marido e da esposa.

Nos anos seguintes, um grande número de trabalhos sobre redes ganha visibilidade. Os trabalhos de Barnes e Bott tornam-se referência e como afirma a própria Bott – na versão

⁶⁵ Para Bott (1976, p.76), a conexidade da rede é a “extensão em que as pessoas conhecidas por uma família se conhecem e se encontram uma com as outras, independente da família”. Nas redes de “malha estreita” há muitas relações entre as unidades componentes e nas redes de “malha frouxa” existem poucos relacionamentos deste tipo. Posteriormente, Bott passa a utilizar o termo densidade da rede em substituição ao termo conexidade.

ampliada do seu livro *Família e rede social* – antropólogos americanos e ingleses desenvolveram vários estudos empíricos após os anos 50 influenciados pelos estudos clássicos sobre redes sociais. Uma infinidade de contextos sociais passa a ser examinado através da análise das redes sociais, como; diferenças estruturais entre sociedades tribais, urbanas e rurais; processos políticos; classes sociais; análise de processos de urbanização ou de mudanças rápidas em sociedades complexas; manutenção de valores; relação entre um mercado e sua periferia; associações voluntárias; organizações de trabalho; organizações industriais, entre outros (MAYER, 1966 apud BARNES, 1987; BOTT, 1976) .

Dentro da “nova sociologia econômica” destaca-se o trabalho de Granovetter (1995) sobre como duzentos e oitenta e dois trabalhadores do subúrbio de Newton, Boston, conseguiram seus empregos. Em seu estudo, Granovetter mostrou que o encontro entre demandantes e ofertantes de trabalho se realizava em 56% através de um contato social como amigos, parentes, ou conhecidos, 18,8% por procedimentos impessoais, como anúncios e agências de emprego e 18,8% por candidaturas espontâneas. Demonstra como as redes sociais informais possibilitam o acesso a informações ocupacionais pertinentes na busca por uma vaga de trabalho e na mobilidade ocupacional.

Em um trabalho anterior, Granovetter (1973) introduziu novos conceitos de rede e classificou os laços sociais existentes em fracos (*weak ties*), aqueles nos quais o investimento é menor ou nulo, como, por exemplo, os encontrados entre os indivíduos participantes de um grupo ou associação, e fortes (*strong ties*) definidos como aqueles nos quais os indivíduos dispõem mais tempo, intensidade emocional e trocas; por exemplo, os mantidos com seu círculo familiar e amigos. Os laços fracos de relacionamento são apontados por Granovetter como os mais eficientes no processo de busca por emprego ao conectar os indivíduos a uma maior gama de informações e conhecimentos relativos às oportunidades disponíveis. As pessoas que possuem laços fortes encontrariam-se mais motivadas a ajudar, porém compartilham de um mesmo círculo social, enquanto, as pessoas com laços sociais mais fracos estão estruturalmente localizadas conectando, assim, vários grupos sociais.

Ao comparar a realidade da região metropolitana de São Paulo com outras duas metrópoles mundiais, Paris e Tóquio, Guimarães (2003) aponta que os contatos pessoais adquirem notável relevância na busca por emprego, contrapondo-se a idéia de Granovetter (1973) sobre a relevância dos laços fracos. Para ela, os laços fortes e fracos são igualmente mobilizados, sendo que, no contexto brasileiro, destaca-se o papel dos parentes e amigos mais chegados. Guimarães (2003) acrescenta que os achados da confrontação das trajetórias

ocupacionais observadas, em três tipos de mercados de trabalho sob distintos regimes de *welfare*⁶⁶, mostram quão vastos são os recursos mobilizados na procura de trabalho. Em São Paulo, prevalecem os contatos pessoais estabelecidos pelas redes sociais, notadamente através dos elos fortes do grupo familiar e dos amigos mais chegados, seguido pela prospecção direta junto as empresas. No Japão, os mecanismos principais de procura de trabalho são consultas a jornais ou revistas e agências públicas de emprego. Enquanto na França, o contato direto com as empresas é o principal mecanismo de procura de trabalho.

Lima e Conserva (2006) pesquisaram a utilização das redes sociais como estratégia de entrada e permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho, comparando dois contextos distintos de trabalhadores com baixa qualificação e escolaridade: trabalhadores formais fabris (têxteis e do vestuário) e trabalhadores informais (ambulantes). Os autores mostram a importância das redes sociais na inserção no mercado de trabalho em ambos os grupos pesquisados, com predomínio das redes de malha estreita. Assim como Guimarães (2003), os resultados encontrados se contrapõem à hipótese da importância dos laços fracos defendida por Granovetter (1973). Para Lima e Conserva (2006) “os laços fracos seriam mais funcionais junto a trabalhadores de ‘classe média’, mais qualificados e escolarizados e que participam, por sua origem social, de um número maior de redes sociais obtendo informações de fontes diversas e de forma diluída” (p.94).

As pesquisas sobre redes não se limitam apenas ao estudo de suas relações com o mercado de trabalho. Diversos pesquisadores vêm mostrando o papel das redes de apoio social⁶⁷ nas comunidades de migrantes (DURHAN, 1984; LAUTIER; PEREIRA, 1994), na relação saúde versus doença (SLUZKI, 1995; VALLA, 2000; ANDRADE, 2001; PORTUGAL, 2005), no enfrentamento de situações adversas (BOISSEVAIN, 1987; VALLA, 2000; MOLLER; HESPANA, 2002; SOUZA, 2003), como estratégias de sobrevivência (BILAC, 1979; GERHARDT, 2003) e no suporte social, emocional ou religioso (PIETRUKOWICZ, 2001; CHOR *et al.*, 2001; BURITY, 2006; RIBEIRO, 2006).

⁶⁶ Guimarães (2003, p. 04) diferencia os três tipos de regime da seguinte maneira: Paris “um sólido e inclusivo sistema público, como o erigido na França, cujo ápice coincide com os chamados ‘trinta anos gloriosos’ de expansão capitalista no pós-guerra”; Japão “um pujante, conquanto seletivo, sistema privado de proteção, estabelecido, no Japão, durante a vigência do chamado ‘modelo de emprego vitalício’”; Brasil “uma recente e restrita experiência de proteção ao desemprego, como a brasileira, que se constitui no curso da redemocratização do fim dos anos 1980, e que se erigiu sobre a base de um mercado onde predominavam intensas transições entre ocupações e, nessas, uma situação de assalariamento restrito”.

⁶⁷ Apoio social é “qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material oferecidos por grupos e/ou pessoas que se conhecem e que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. É um processo recíproco, ou seja, que gera efeitos positivos tanto para o recipiente, como também para quem oferece o apoio, dessa forma permitindo que ambos tenham mais sentido de controle sobre suas vidas” (MINKLER, 1985 apud VALLA, 1999).

Estudos realizados com populações pobres da América Latina (DABAS, 1993; ROSAS, 2001; SALAZAR CRUZ, 1996) e da África (DAVA *et al.*, 1998) demonstram o papel das redes na obtenção de rendas, despendidas segundo critérios constituídos no núcleo familiar, com o objetivo de atender da melhor forma possível às necessidades dos seus diversos membros, como, por exemplo, o aumento do número de membros ativos. As pesquisas não se restringem apenas aos tipos de organização familiar, uma vez que procuram também analisar as práticas de trabalho, de consumo, a forma de acesso a oportunidades e as estratégias⁶⁸ utilizadas pelas comunidades locais para aumentar o rendimento e reduzir as despesas, para ter acesso privilegiado aos concorridos empregos temporários e para aumentar o número de apoios através do investimento nas redes primárias de solidariedade.

Moller e Hespana (2002) analisaram o sistema de redes sociais em seis países europeus (Portugal, Espanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra e Dinamarca). Em cada país foram encontradas algumas especificidades. O caso espanhol revela que a família extensa constitui a base fundamental da pertença social, possuindo forte papel na inclusão ou reinclusão no mercado de trabalho. Em Portugal, os autores identificaram também elevada capacidade de inclusão da família extensa, sendo freqüente aos desempregados ajudarem parentes ou mesmo vizinhos. Observaram que as estratégias de ajustamento dos dinamarqueses são muito diferentes das dos portugueses e refletem a existência de uma sociedade de serviços, onde a maioria das pessoas ativas ou desempregadas vive sozinha. O estudo de caso inglês mostrou que o trabalho em tempo parcial provê um rendimento essencial; capaz de satisfazer certas necessidades e, permite, além disso, um tempo de trabalho flexível. Por outro lado, os estudos de caso da Dinamarca e da Bélgica indicam que uma parte significativa dos desempregados reinseridos no mercado de trabalho passa a fazer trabalho voluntário (próximo de 1/3 na Bélgica e 1/5 na Dinamarca).

Boissevain (1987) analisou a maneira pela qual as relações interpessoais são estruturadas e influenciadas na Itália, destacando a importância das redes de relações interpessoais em momentos de adversidade. O autor afirma que a rede de relações nasce com o indivíduo e por ele é construída, permitindo manipulá-la para atingir metas e resolver problemas enquanto, ao mesmo tempo, são manipulados pela sua própria rede. Para Boissevain a rede de relações não é somente a fonte dos problemas sociais dos indivíduos, pois, também fornece a matéria-prima com a qual devem resolver seus problemas.

⁶⁸ Na década de 70, eram denominadas de “estratégias de sobrevivências”, “estratégias de reprodução” ou “estratégias familiares”; termos já em desuso.

No Brasil, Gerhardt (2003) pesquisou as formas de enfrentamento da população de baixa renda da cidade de Paranaguá-PR. Analisou como esta população lida com suas condições econômicas e restrições alimentares e concluiu ser freqüente o apelo a diversos tipos de solidariedade familiar, de vizinhança e da comunidade. Nas regiões onde os laços de parentescos encontram-se mais distantes, a autora constatou o desenvolvimento de uma forma de rede mais comunitária, com o surgimento de relações clientelistas, paternalistas e de dependência. Em tal contexto, a população usufrui ao máximo a ajuda fornecida pelos serviços sociais da prefeitura, das igrejas, e das relações interpessoais. De maneira semelhante, Souza (2003) estudou a dinâmica das redes sociais em situações de pobreza na cidade Leopoldina-RJ e identificou a solidariedade e a configuração de redes sociais como espaço de legitimação e fortalecimento frente ao poder público. Verificou que, ao buscarem soluções para os problemas da população pobre, os grupos esbarram em entraves que vão além das suas possibilidades de enfrentamento. Aponta as redes como uma possível via de contribuição para a construção de práticas em Saúde Pública e formulação de políticas públicas integradas com realidades locais.

Ribeiro (2006) explica que, diante da ineficácia das políticas sociais implementadas no Brasil, uma grande parcela de cidadãos brasileiros, pertencentes às classes mais populares encontram-se excluídos ou deparam-se com grande dificuldade de acesso ao sistema de seguridade social. Estes sujeitos passam a mobilizar as redes de apoio social como estratégia capaz de minimizar ou atender suas necessidades, bem como para enfrentar os problemas e aliviar as cargas da vida cotidiana. Segundo a autora:

No mesmo processo em que as redes de apoio contribuem com o fortalecimento dos sujeitos através da construção da autonomia, também se fortalecem enquanto coletivo, enquanto teia de relações e de interações, onde a solidariedade, o apoio mútuo, a reciprocidade, o compartilhamento de saberes e de poder, a reflexão crítica e a participação política vão apertando os nós destas redes (RIBEIRO, 2006, p.13).

Andrade (2001) relata que, nos países em desenvolvimento, as redes tornam-se, freqüentemente, a única possibilidade de ajuda com que as famílias carentes podem contar. A autora analisou o caso do grupo “Lutando para viver”; associação de pacientes e amigos de uma instituição hospitalar. Suas conclusões apontam como o apoio social deste grupo possibilita ganhos para os pacientes em termos de assistência e qualidade de vida. De acordo com Santos (2001), na ausência de um Estado-Providência forte é a Sociedade-Providência, através da mobilização das redes de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e

entreadjudada, que garante às classes populares recursos pessoais e coletivos e habilidades de enfrentamento capazes de gerar mudanças.

Para Serapioni (2005), a crise do ‘bem-estar social’ trouxe a ‘redescoberta’ das redes primárias e da comunidade como atores fundamentais na efetivação das políticas sociais, desempenhando funções assistenciais e de cuidado, através: 1) do fortalecimento de relações que produzem saúde ou incrementam a capacidade de enfrentar eventos críticos e mobilizar recursos adequados; 2) do desenvolvimento da capacidade de manutenção e promoção de relações de suporte social no âmbito do parentesco extenso, da vizinhança e do associacionismo de ajuda mútua; 3) do melhoramento do acesso aos serviços de saúde, graças a sua função de mediação e de conhecimento das oportunidades e dos critérios de acesso (SERAPIONI, 2005, p.244).

Portugal (2005) estudou o papel das redes sociais na produção de bem-estar e analisou os tipos de laços ativados no acesso aos cuidados de saúde, buscando entender a força das relações informais e a fragilidade da relação formal entre o Estado e os cidadãos. Embora a pesquisa tenha sido realizada na Europa, cujo contexto é distinto do Brasil, os resultados mostram que as deficiências da provisão dos cuidados públicos são abrandadas pelas redes informais de solidariedade. Os indivíduos utilizam laços sociais inter-pessoais para obter serviços públicos de saúde eficientes e de qualidade, o que, segundo a autora, deveria ser garantido pelo Estado. A argumentação de Portugal (2005) é bastante pertinente também para se compreender os efeitos das mudanças do sistema de Seguridade Social sobre os indivíduos e sobre a sociedade. Ao afirmar que “*quem tem amigos tem saúde*”, a autora demonstra que um sistema baseado em redes informais ao mesmo tempo protege os atores sociais que fazem parte das redes e ignora aqueles que se encontram excluídos da rede, corroborando com a reprodução das desigualdades sociais.

Em situações de acasos naturais ou sociais, além das redes primárias de solidariedade, outras redes informais desempenham o papel de proteção social. Burity (2006) mostra que as organizações religiosas (igrejas, movimentos religiosos e agências para-eclesiais) desenvolvem ações de enfrentamento de situações adversas, como por exemplo, ações de combate à pobreza no plano local. As instituições religiosas se inserem nas redes de articulação social através das antigas formas de filantropia, assistencialista e paternalista e por meio de experiências mais afinadas com o discurso da cidadania e da solidariedade situado na esfera pública não-estatal em que as ONGs e as associações populares são as referências principais.

Pietrukowicz (2001) pesquisou como as práticas espíritas Kardecistas configuram-se em uma expressão do apoio social, buscado identificar o efeito deste apoio na saúde dos envolvidos. Constatou que o apoio social é promovido tanto pelos participantes que interagem entre si, quanto pelos dirigentes religiosos. Os resultados confirmam que esta forma de instituição religiosa oferece alternativas ao enfrentamento de sofrimentos do corpo, da alma e daquilo que mistura as duas dimensões da perda da saúde no homem.

Na mesma direção, Valla (2000) explica que o apoio social contribui para manter a saúde das pessoas, em situações de stress, ao desempenhar uma função mediadora. Permite que os indivíduos contornem a possibilidade de adoecer como resultado de determinados acontecimentos, tais como: morte de um familiar, perda da capacidade de trabalhar, ou após ser despejado da casa onde se reside por muitos anos (VALLA, 2000, p. 41). Assinala outra possibilidade das redes, por ele denominado de “duplo caminho”; ao mesmo tempo em que os grupos populares adotam estratégias para resolver problemas, cobram a responsabilidade governamental.

O apoio social pode ainda colaborar na redução da mortalidade, na redução da incidência de alguns tipos de doença, na aquisição de hábitos saudáveis e aumento da sobrevivência após diagnósticos de doença coronariana, câncer e acidente vascular cerebral (CHOR *et al.*, 2001). Para Sluzki (1995), é preciso conhecer as relações existentes entre a saúde física e mental do indivíduo e a composição de sua rede pessoal.

A partir da literatura citada, podemos inferir que cada pessoa poderá experimentar de forma singular, em maior ou menor grau, perdas importantes de laços sociais (viuvez, separação amorosa, desemprego, mudança de moradia), de acordo com o tipo de vínculo entre os indivíduos e com o grau de inserção em grupos formais e informais de proteção social. Acreditamos, portanto, que cada entrevistado perceberá diversamente os acasos da existência, dependendo do tipo de ancoragem social (*social anchorage*) disponível, da capacidade de manter novos contatos e das suas habilidades na manipulação das redes sociais no enfrentamento dos problemas.

4.2 A procura por emprego: a centralidade das redes informais

Durante o trabalho de campo, buscamos sistematicamente analisar como os entrevistados encontravam serviço a cada episódio de desemprego ao longo da suas trajetórias ocupacionais. A idéia inicial era questioná-los sobre a obtenção do último emprego e sobre os

tipos de mecanismos utilizados, porém a riqueza de detalhes das histórias relatadas permitiu também avaliar como a população pesquisada teve acesso às oportunidades ocupacionais, como e onde procuraram trabalho e, principalmente, qual o papel das redes sociais.

Analisando o modo como trabalhadores profissionais, técnicos e administrativos encontravam um emprego, Granovetter (1995) constatou três diferentes tipos de mecanismos: **meios formais** [tradução minha para *formal means*] como agências de emprego e anúncios, os quais exercem a função de intermediários entre os ofertantes e demandantes de emprego; **contatos pessoais**, quando o indivíduo conhece pessoalmente a pessoas que informaram sobre a oportunidade de emprego ou quem o recomendou para ocupar a vaga ofertada; **candidatura espontânea** [tradução para *direct application*], quando o trabalhador procura diretamente os empregadores, sem utilizar contatos pessoais ou os meios formais. Os resultados encontrados por Granovetter (1995) mostram que os contatos pessoais são preferidos pelos trabalhadores devido à qualidade das informações obtidas neste tipo de relação. Ou seja, um amigo não limita sua descrição somente sobre a vaga disponível, pelo contrário, expõe minuciosamente detalhes sobre o local e colegas de trabalho, sobre o chefe, sobre as oportunidades de ascensão e sobre a situação da companhia.

A partir da classificação utilizada por Granovetter (1995), questionamos aos trabalhadores como eles procuram um novo trabalho quando ficam desempregados. As opções de resposta foram: pergunta aos colegas e/ou familiares; procura no jornal; vai direto nas obras; procura agências de emprego; procura lojas de material de construção; distribui currículo; e outros. A grande maioria dos entrevistados afirma utilizar simultaneamente os contatos pessoais e a candidatura espontânea para ter acesso às informações ocupacionais. Explicaram procurar emprego a partir das informações obtidas com amigos e ex-colegas de profissão, ao mesmo tempo em que procuram empreiteiros da região e firmas de construção, através da candidatura espontânea ou via indicação da rede de relações. Matheus exemplifica tal situação:

Por exemplo, na hora que eu acabar aqui, se eu for demitido, eu já saio atrás de outro. Tem vez que eu procuro aqui em São Carlos, tem vez que eu tenho que ir procurar em Ibaté. Eu saio assim mesmo pela rua, sem saber para aonde. Saio procurando é assim sempre. Eu falo com gente de obra aonde eu vejo areia na porta, vou à construção, vou pegando informação. Saio falando para todo mundo, eu falo também para os amigos e tem sempre um que diz que em tal lugar assim ou assado está precisando (Matheus, pedreiro).

Apenas o entrevistado Isaac afirmou utilizar as agências de emprego e anúncios em jornais para encontrar vagas de emprego. Entretanto, conforme nos relatou, não utiliza tais meios formais para procurar emprego na construção civil, uma vez que:

Desde que fiquei desempregado eu mando meu currículo como tratorista. Procurei também como ajudante de caminhão, carga e descarga. Um me chamou, mas o salário tava baixo. Aí apareceu a chance de fazer bico na construção. Continuo indo às agências de emprego atrás de serviço como tratorista. É o que eu gosto. Nunca olhei no jornal nem nas agências vaga na construção, procuro como tratorista. Na construção a gente consegue com a indicação dos amigos ou conversando com quem contrata (Isaac, pedreiro).

Para Lautier e Pereira (1994), os anúncios de jornal e os cartazes colocados na frente das obras e as agências formais não são as formas mais usuais de mobilização da força de trabalho na construção civil. Sobre a candidatura espontânea via prospecção individual junto às construtoras, empreiteiras de mão-de-obra e escritórios de engenharia e arquitetura, os entrevistados explicam que nem sempre são bem recebidos. A falta de referência parece ser na construção civil um forte limitador para obtenção de emprego, principalmente, quando os ofertantes são as grandes construtoras, pois:

No desespero quando nenhum colega seu sabe de alguma vaga a gente começa a bater de porta em porta. Só que esta forma de procurar emprego bom, com carteira, é muito fraca. Fraca porque os caras só assinam a carteira quando conhecem a gente. Nenhum engenheiro contrata sem pedir os antecedentes criminais. Pode perguntar, todo mundo passa por isso. Se você já é conhecido de alguém da obra é mais fácil. Alguém vai falar para eles que você é de confiança (Isaac, servente).

A comprovação dos antecedentes criminais impede o entrevistado Thiago a procurar “bons trabalhos”, ou seja, no seu ponto de vista “uma tragédia” o impossibilita arranjar emprego com carteira assinada. Thiago relata que:

Aconteceu uma tragédia. Não foi no trabalho, mas tive que ficar sem trabalhar. O cara me deu três facadas. Fiquei internado trinta dias, dez na UTI. Só que fiquei com a ficha suja. Eu reagi e machuquei o cara. Se me pedirem antecedentes, sei que não consigo a vaga. Por isso, só procuro empreiteiros ou autônomos como o pintor. Não tenho chance de conseguir um bom trabalho, certinho, com carteira e tudo (Thiago, ajudante de pintor).

Em relação às vagas temporárias ou informais dentro das construtoras, bem como as oportunidades de serviços junto aos empreiteiros ou trabalhadores autônomos, as exigências formais, como antecedentes criminais, educação formal e comprovação de experiência, parecem ser menores. Entretanto, é quase unânime no discurso dos entrevistados a importância da indicação prévia antes de procurarem diretamente os contratantes. Neste caso, a recomendação de um amigo ou mesmo conhecido parece quebrar a barreira existente entre o demandante e o ofertante do emprego. Mesmo tendo conhecimento da importância da

indicação prévia, Mário explica que para minimizar a angústia vivenciada nos momentos de desemprego, ele saía diariamente “sem rumo” à procura de serviços junto às construtoras e empreiteiros da região, embora soubesse que suas chances são menores quando não é indicado por alguém da sua rede de relações. Entretanto, em sua fala fica evidente a fragilidade deste mecanismo, segundo ele:

Assim que eu fiquei desempregado fui em várias obras, gente que você nem conhece. Nem sei que é. Fui em várias obras perguntando. Mas, sempre diziam que não estavam pegando. Já tinham a equipe certa. Eu sabia que precisava chegar lá com a indicação de alguém. Eu desconfio que é por causa da aparência de velho. O Sr Antenor (empreiteiro) não liga, você vê que ele pega muita gente mais velha. Mas, mesmo para trabalhar para ele tem que ser conhecido de alguém que ele conhece (Mário, servente).

No entanto, quando questionamos os trabalhadores sobre como conseguiram o emprego atual e se alguém os havia indicado, quase a totalidade dos entrevistados identificam apenas os contatos pessoais como primordiais na obtenção do trabalho, entre eles: amigos, parentes, conhecidos, ex-colegas de trabalho e vizinhos. Ou seja, nenhum dos entrevistados obteve seu emprego atual a partir dos procedimentos impessoais ou por meio de candidaturas espontâneas. Depois de meses desempregado, “indo de obra em obra”, Mário conseguiu seu atual serviço da seguinte maneira:

O Sr Antenor mora lá perto de casa. A gente já se conhece. Ele [empreiteiro] mora pertinho de casa. Na época eu fui atrás dele se tinha uns dias de serviço. Depois de bater com a cara na porta de várias obras, eu passei a procurar serviço nas lojas, eu pensava que podia ajudar a esvaziar caminhão de areia [...] Eu tinha conseguido um serviço em uma loja de material de construção na Vila Prado, tem um colega meu que trabalha lá e disse que tava para sair um de lá. Mas, ele falou que ia demorar ainda. Ia demorar um mês. Aí fui olhar com o Sr. Antenor se tinha algum serviço para eu pegar uns dias, ele disse que tinha uns bicos. Só que fiquei até hoje (Mário, servente).

Através dos contatos pessoais, vários entrevistados obtiveram também seus empregos anteriores, antes de começarem na construção civil. Dunga lembra:

Desde que eu cheguei em São Carlos, cada lugar que eu trabalhei eu tive ajuda de alguém. Ou me indicavam, ou trabalhavam no lugar ou eram parentes meus. Na SICOM, eu fiz minha inscrição, deixei meu currículo, mas já tinha indicação de um tio e um irmão. Quando pedi para sair de lá, não consegui emprego bom. Fui parar na Bernasconi porque tinha vários amigos e uma cunhada trabalhando lá. Na Cardinali foi à mesma coisa, um primo meu falou do meu interesse para um poderoso de lá. Passei pela seleção, mas já fui com indicação. Voltei a trabalhar na construção com um meio parente meu que registrou minha carteira. Fiquei mais um ano e pouco. Depois, procurei meu tio, ele é o empreiteiro daqui, aí estou com ele desde 96 (Dunga, pedreiro).

Torna-se evidente a importância dos contatos pessoais na busca por emprego. Para Santos (1991), as redes sociais informais desempenham admirável função dentro do mercado de trabalho ao reduzirem os custos da busca por emprego como, por exemplo, gastos com transporte, e ao proporcionarem informações relevantes sobre as vagas ofertadas de emprego. Os depoimentos dos trabalhadores confirmam esta afirmação, porém enfatizam principalmente a importância das redes de relações no “fazer conhecido”. Diego explica tal situação:

Acho que nestes oito anos já coloquei muita gente aqui na construtora. Tem baiano para todo lado. Colegas do futebol, gente da minha terra que eu nem conhecia, mas já chegava aqui me procurando, amigos da mulher, parentes de amigos. Tem sempre um me procurando. Como conquistei o respeito e a confiança do engenheiro, a construtora prefere colocar aqui dentro gente que alguém já conhece. Então, os caras entram porque são da minha confiança. E, eu aviso, que se eles aprontarem queimam meu filme e vão prejudicar alguém que depois precise também da minha ajuda (Diego, acabamento final).

Lima e Conserva (2006, p.73) explicam que ao mesmo tempo em que as redes possibilitam o acesso a informações privilegiadas, podem, dependendo da sua intensidade, como descrito no trecho anterior, “também funcionar como elemento de disciplinarização dos trabalhadores no espaço de trabalho, a partir dos determinantes de confiança que as compõem, tornando-se funcionais no mercado de trabalho”. A respeito de tal afirmação, o entrevistado Diego relata que “todos que eu coloquei aqui dentro nunca pisaram na bola. Mas, eu marco presença. Fico de olho. Meu nome que está em jogo. Os caras confiaram em mim”.

Constatamos também que a proximidade com o contratante pode ser decisiva no momento de concorrer a uma vaga de emprego. Douglas, montador de escoramento metálico, relembra em detalhes como conseguiu seu primeiro emprego na serralheria e, depois, seu atual trabalho na construção civil.

Na madeireira foi o Julinho, meu amigo. Disse que estavam precisando na madeireira. Aí o pai dele me levou para fazer um teste e eu fiquei. O cara me deu o serviço por que via que eu era responsável, o homem da casa. Meu pai tinha largado nós e eu tinha que cuidar das mulheres antes que outro cara desocupado quisesse botar banca lá em casa. Ir cantar de galo no galinheiro dos outros. No leite [fazenda de gado leiteiro] foi minha irmã que conseguiu para mim, na serralheria foi meu amigo, hoje ele é meu cunhado e aqui o patrão era meu vizinho. Ele estava um dia lá no bar e ele estava precisando de gente para trabalhar com ele. Perguntou para mim se estava parado ou não? - aí eu disse que eu tava ajudando meu cunhado na madeireira. No dia seguinte eu comecei (Douglas, montador).

Após ser contratado pela firma de estruturas metálicas, Douglas indicou vários parentes e conhecidos à medida que iam surgindo vagas na empresa de montagem ou nas obras às quais trabalhou na montagem das estruturas. Um dos indicados foi o entrevistado

Anderson, primo de sua mulher. Anderson lembra que na época estava desempregado há meses quando pediu ao Douglas que o informasse assim que surgisse uma oportunidade de emprego.

A acessibilidade a informações privilegiadas sobre novas vagas de emprego, juntamente com a proximidade com o contratante, oferece para tais sujeitos vantagens competitivas quando comparados com os demais demandantes de emprego. Para Lautier e Pereira (1994, p.139), “o grau de acesso às informações sobre o mercado de trabalho constitui um dos mecanismos de diferenciação social”. De fato, conforme relatado pelo empreiteiro Antenor, ao recrutar seus trabalhadores ele sempre “dá preferência” aos conhecidos. Tal afirmação pôde ser confirmada no depoimento dos seus trabalhadores. Paulo começou a trabalhar para o Antenor, através da indicação do seu irmão, que na época trabalhava como pedreiro para o Antenor. Marcos conheceu o empreiteiro porque “ele pegou um serviço onde a minha mulher trabalha e eu tinha saído da firma, eu trabalhava de pedreiro, aí minha esposa indicou eu para ele”. Já Isaac já era conhecido do “gato” desde a época da construção de uma casa na rua onde ele mora. Quando ficou desempregado “eles eram muito conhecidos meu. Sabiam que eu estava passando necessidade. Aí eles me chamaram para fazer uns bicos”. Além destes entrevistados, como descrito anteriormente, Mário, é vizinho do empreiteiro Antenor e, o entrevistado Dunga é seu sobrinho.

Guimarães *et al.* (2004) afirmam que o acionamento das redes sociais possui notável relevância à medida que o contato entre ofertantes e demandantes de trabalho não se realiza exclusivamente pelos meios mercantis de difusão de informação, mas é “subproduto de outras relações sociais que não tem dimensão mercantil”. De acordo com os resultados do estudo piloto, realizado na região metropolitana de São Paulo, em 25 mil domicílios, entre 1997 a 2001, os autores apontam que, para cada dez indivíduos, sete consideram às informações obtidas junto a familiares, amigos e conhecidos como a forma mais corrente de buscarem trabalho. Acrescentam ainda, que tal mecanismo se mostrou mais eficaz na obtenção do último emprego, resultados semelhantes aos encontrados durante as entrevistas com os operários da construção civil.

Para Lautier e Pereira (1994, p.132), as redes não são complementos aos mecanismos de mercado, não são os instrumentos reguladores nem perturbadores do mercado, pois não conseguem explicar como um conjunto de trajetórias ocupacionais se transforma em um “sistema”. A hipótese levantada pelos autores é que o “sistema de representação do trabalho e do mercado de trabalho (sistema que tem nas redes um dos elementos de sua reprodução)

assume o papel de instância reguladora”. Diante desta hipótese, argumentam que “a existência das redes de acesso ao emprego não caracteriza um tipo único de regulação do mercado de trabalho; uma regulação pelas representações, tanto quanto uma regulação institucional, mobiliza tais redes”.

Na mesma direção dos estudos apresentados por Guimarães (2003), Guimarães *et al.* (2004) e Lima e Conserva (2006), pudemos constatar que entre os recursos que efetivamente permitiram a obtenção do último emprego, às redes sociais apresentam-se mais funcionais, com destaque para os laços fortes, contrapondo-se aos achados de Granovetter (1973). Para o autor, são as relações fracas que ampliam os limites das redes, através da difusão das informações entre grupos que não têm ligações entre si.

Conforme observamos, somente os entrevistados Pedro, Lucas e Matheus não possuem parentes ou amigos próximos trabalhando na construção civil. Para os demais entrevistados, os elos fortes se revelaram, em algum momento da trajetória profissional, mediadores na inserção profissional na construção. Chama atenção o fato dos laços fortes tornarem-se ainda mais relevantes quando avaliamos como começaram a trabalhar no setor. O papel da família e dos amigos mais próximos foi decisivo na inserção dos entrevistados neste ramo produtivo, seja pela ajuda recebida, pela indicação do trabalho ou mesmo pela oferta direta de emprego.

4.2.1 Redes de contato: trabalhadores por conta própria e a busca por serviços

A renda dos trabalhadores *autônomos não regularizados e regularizados* da construção de edificações encontra-se subordinada à renda obtida por sua clientela. Para Cacciamali (2000, p.168), “o nível de atividade, o emprego e os ganhos dos trabalhadores por conta própria dependem essencialmente da massa de salários procedente dos empregados com registro e sem registro”. Acrescentamos ainda, a esta afirmação, o papel das redes de relações informais, pois a posição ocupada pelo trabalhador na rede facilita o acesso às informações que nela circula, determinado os tipos de contato estabelecido, bem como as possibilidades de obterem melhores serviços. De acordo com o entrevistado Moisés, os rendimentos dos trabalhadores por conta própria se encontram diretamente atrelados à demanda de serviços, pois:

Como autônomo, por exemplo, já aconteceu muitas vezes de você, por exemplo, ter pouco serviço para fazer, só aparece serviço pequeno. Aí você não tira nem dois salários mínimos. Você não acha um serviço melhor. Há

épocas assim em todo o ano. Todo ano. Porque você depende muito da situação do país. O cara que é autônomo é a mesma coisa de você ter uma loja de comércio. É igualzinho, não muda absolutamente nada. Há épocas que você vende bem. Pintar casa de bacana dá mais grana, dá para tirar até dois mil, dois e quinhentos. Mas, quando a situação está ruim, o povo não tem dinheiro, você não vende, né? Complicado, complicado (Moisés, acabamento final).

No discurso de Moisés, torna-se evidente que mesmo nos períodos de austeridade, os operários autônomos do setor conseguem pequenos serviços, como reparos e reformas mais simples, porém nem sempre obtêm o mínimo necessário para a sobrevivência econômica. Nestes momentos a escassez de recursos é minimizada pela redução dos gastos, pelo empréstimo em banco ou em financeiras, pela compra “fiada”, pela reserva financeira pessoal, pela renda obtida pelos familiares e pela contenção dos gastos. Moller e Hespana (2002) concluíram que em momentos de desemprego as pessoas “apertam o cinto”, reduzindo os gastos. Retiram, por exemplo, filhos da escola por não terem condições para pagar as despesas com transporte, vestuário e material escolar. No caso da família de José eles lidam com a instabilidade de renda da seguinte maneira:

Ela trabalha na lanchonete. É mais estável. Com o salário dela a gente paga as contas básicas. Nunca nos endividamos. Às vezes temos que deixar de pagar as contas básicas do mês na data certa porque ainda não recebi. A gente guarda um pouquinho também, para se acontecer uma coisa dessas tem como ter dinheiro para um mês. Quem é autônomo tem que fazer isto tem que se garantir por um tempo. Mas, também se eu ficar parado a mulher me ajuda. Por isso ela trabalha. Ela segura as contas um pouco. Ajuda ela ter carteira, por exemplo: não tenho que preocupar com a saúde dela, ela tem plano. Eles pagam o plano de saúde dela. O da menina eu pago 80 reais (José, pintor).

Para alguns autores, como Theodoro *et al.* (2000) e Fagiani (2005), o trabalho autônomo na construção de edificações apresenta grande estabilidade no mercado de trabalho, pois a maior parte dos trabalhadores desempenham há anos a mesma atividade. Antônio, pedreiro, explica que durante quatro anos trabalhou como autônomo, na época:

Tinha serviço, não voltava para casa sem ter feito alguma coisa. Mas, não dá para viver de trabalhinhos. Eu tinha um bom nome pegava obras grandes, reformas boas. Conseguia garantir o dinheiro no final do mês. Fiz meu nome, mas tem muita gente que não é conhecida. Não tem indicação. Hoje estou mais tranquilo, o padre me contratou por um ano (Antônio, pedreiro).

Na mesma direção, Francisco explica que:

Nunca fica sem serviço por muito tempo. Na verdade, não chegava a terminar um e ficar dias sem nada. No máximo eu ficava parado uma semana. Quando terminava um, muitas vezes tinha outro emendando. Hoje estou mais tranquilo porque tem a metalúrgica. Antes quando não aparecia nada tinha que sair na correria. Aí eu ia atrás de outros colegas que

trabalham na área e perguntavam se sabiam de alguma coisa, se alguém procurou eles e se eles poderiam me indicar. Como muita gente liga e nem sempre a gente pode pegar, é comum a gente indicar pessoas da nossa amizade para pegar o serviço no nosso lugar. Então, eles faziam o mesmo por mim. Indicavam clientes deles (Francisco, pedreiro).

Entretanto, verificamos que estabilidade de serviços não significa estabilidade de renda. Mesmo os entrevistados mais experientes relataram que nos últimos anos começaram a enfrentar maiores dificuldades para conseguir “bons serviços”. O que caracteriza para os entrevistados um bom serviço é a possibilidade de poder cobrar mais caro por um mesmo tipo de trabalho como, por exemplo, nas obras residenciais em condomínios de luxo, obras comerciais, trabalhos contratados por arquitetos e decoradores ou quando o cliente é um “bacana”, pois:

O difícil não é arrumar trampo [serviço]. O complicado é arrumar um que vale a pena. Eu posso receber duas vezes mais para levantar casa de bacana. É assim que funciona. Construir uma casa em um bairro dá uma grana boa, mas se for casa de grã-fino, o preço é outro. Tem que cobrar mais, até para valorizar o nosso serviço. Agora se você vira o preferido de uma arquiteta, você está feito na vida (Danilo, pedreiro).

O pintor José explica que há dois anos passou a cobrar mais pelo serviço prestado, pois vem conseguindo “fazer seu nome” dentro do condomínio residencial em construção. Para ele:

Na construção só ganha dinheiro quem trabalha por conta, mas agora está mais difícil começar no ramo, principalmente para grã-fino que contrata o arquiteto ou engenheiro. Pintor de pobre paga as contas, pintor de gente rica consegue ganhar dinheiro. Mas trabalhar para o engenheiro é melhor que para empreiteiro. Empreiteiro paga menos. Melhor ainda é pegar direto do dono da casa. Gente rica não quer ter trabalho, aí contrata um que vai atrás da gente. Mas, desde que peguei a primeira obra aqui no Dahma, eles olham meu serviço e falam com o arquiteto da obra que querem minha pintura. Estou fazendo meu nome. Tem até madame brigando por mim [risos]. Mas, falando sério, ganho bem mais. O maior trabalho é agüentar frescura de gente rica. Eles fazem a gente repetir mil vezes. Na última obra ganhei duas vezes, pinte a casa de bege e, depois de pronta, a dona mudou para cor de burro fugido (José, pintor).

Segundo Fagiani (2005), os trabalhadores autônomos da construção sofrem concorrência direta dos: “biscateiros recentes”, normalmente, recém desempregados, e das construtoras ou firmas especializadas. De acordo com a autora, os trabalhadores autônomos desenvolvem estratégias de alargamento da clientela através da organização em grupos, de alianças com o comércio da construção civil e da montagem de redes alternativas individuais de contato para conseguirem concorrer com esses dois grupos.

Conforme constatamos, a renda obtida pelos operários autônomos encontra-se também atrelada à facilidade de obtenção de serviços a partir da manipulação das redes de contato. Ao longo dos anos, a instabilidade de serviços vivenciada pelos iniciantes é amenizada, principalmente, devido à ampliação das redes de contato. Segundo Danilo:

Hoje eu não me preocupo mais de ficar sem serviços. Nunca fiquei sem serviço nenhum. Tem trabalho para quem quer pegar no pesado. Hoje eu estou construindo aqui aí a pessoa vê ou é conhecida do proprietário ou é ex-cliente meu ou vem por indicação de ex-cliente. Combina comigo que quando eu terminar este serviço é para eu procurá-lo. Eu venho emendando trabalhos (Danilo, pedreiro).

Moisés explica que o fato de ministrar aulas em lojas de material de construção o ajuda a manter uma boa clientela, pois os comerciantes costumam indicar seu nome. Além disso, ex-colegas metalúrgicos e da faculdade sabem do seu trabalho e, freqüentemente, o procuram. Acrescenta-se ainda os contatos informais estabelecidos no bar em que ele freqüenta:

O melhor contato é o bar. Todos os dias eu aproveito para beber uma. No bar freqüentam muitos são-carlenses da velha guarda. Como a noite minha mulher trabalha na escola eu vou sempre lá. Tem muito tempo que só pego trabalho com pessoas que também bebem no bar do Arlindo. Parece desculpa para beber [...] e, é mesmo, mas se eu ficar sem freqüentar lá perco meu melhores clientes (Moisés, acabamento final).

Antônio explica que há dois anos vários ex-clientes dele procuraram outros pedreiros porque não conseguiram encontrá-lo:

Mudei de endereço e perdi muito serviço bom. Todo mundo me procurava em casa quando queria me contratar. Eles já sabiam aonde me encontrar. Resolvi morar com minha filha e, muitos, perderam o contato. Só fiquei sabendo tempos depois, quando eles me viam na rua e diziam que ficaram atrás de mim. Neste ramo nosso a gente não pode dar a chance para o azar (Antônio, pedreiro).

Para garantir a continuidade de serviços e, principalmente, para obter os “bons serviços”, os trabalhadores autônomos entrevistados afirmaram depender do processo de interação continua com ex-clientes, como lojistas do ramo, como engenheiros e arquitetos, com empreiteiros e com possíveis candidatos a futuros clientes (amigos, colegas, vizinhos, conhecidos). Ou seja, precisam manter uma rede de troca e de relações de favor, fazendo circular dentro da rede de relações informações sobre o trabalho por eles desempenhado. Desta forma, conseguem ter seu trabalho indicado e, em alguns casos, obtêm em primeira mão informações privilegiadas sobre novos empreendimentos ou possíveis clientes. Além disso, recebem indicações de outros colegas do ramo, que por ventura, não possam realizar o serviço. Antônio explica:

Uma mão lava a outra. Quando aparece serviço e eu não posso pegar, passo para meus parentes. Agora que eu estou aqui fixo na igreja, só estou podendo pegar pequenos serviços para fazer depois do expediente e nos fins de semana. Mas, como sou velho de guerra, aparece muita coisa. Antes eu passaria para meus parentes, mas eles estão doentes. Então, ligo para os colegas de longa data e indico pessoalmente o cliente. Sei que se precisasse fariam o mesmo (Antônio, pedreiro).

Resultados semelhantes foram encontrados por Lima e Conserva (2006), a partir da pesquisa empírica realizada com ambulantes nas cidades de Recife, João Pessoa e Natal. Os autores constataram que os trabalhadores considerados “por conta própria” pela vias institucionais acionam, na sua operacionalização, o sistema de redes. De acordo com eles, as redes entre os trabalhadores ambulantes atuam de diversas formas. Primeiramente, as redes familiares funcionam como mediadores socioculturais na inserção dos seus membros no mercado de trabalho. Em alguns casos, a família se constitui na própria unidade de produção, com um padrão de organização do trabalho, com divisão e distribuição das tarefas e regras de acordo com sexo, idade, e tipo de afiliação na rede de parentesco. Para tornarem ambulantes, os trabalhadores não só reeditam a rede familiar como a convertem em um coletivo de rede, podendo, desta maneira, conseguir o aumento da clientela. Por último, as redes possibilitam o acesso às mercadorias comercializadas pelos vendedores, uma vez que eles se organizam para comprar conjuntamente as mercadorias, obtendo condições mais satisfatórias.

Na construção de edificações, no caso específico dos autônomos, o tipo de rede mobilizada parece determinar o rendimento médio dos trabalhadores e, conseqüentemente, influencia diretamente a percepção dos trabalhadores sobre a instabilidade por eles vivenciada. Quando as redes se configuram relativamente estreitas, os trabalhadores autônomos encontram maiores dificuldades para obter “bons serviços” e, por vezes, também não conseguem “emendar um trabalho no outro”. Nestas circunstanciais, de acordo com a percepção dos entrevistados, passam a enfrentar maior instabilidade de renda e o sentimento de medo sobre o incerto passa a prevalecer. Além disso, passam a vivenciar maiores dificuldades para manter seus “negócios” em períodos conjunturais de crise, bem como em momentos de variações econômicas.

4.2.2 As redes de relações para os migrantes

No caso específico dos trabalhadores migrantes, observamos o papel fundamental das redes informais na integração dos entrevistados no meio urbano e a influência dos laços fortes no momento de chegada. Entre os entrevistados migrantes, os contatos com parentes ou

conhecidos já estabelecidos na cidade de São Carlos foram preponderantes na obtenção de informações sobre onde e como buscar emprego. Como expresso na fala do Diego:

A gente já sai da terra da gente com possibilidade de arrumar alguma coisa. Os parentes da gente começam a procurar para gente. Para a gente chegar tendo alguma coisa. Consegui entrar na empresa através de um Tio, primeiro ele arrumou para meu irmão. Meu irmão começou a trabalhar na empresa, alguém perguntou para ele se não tinha mais alguém. Eles preferem perguntar para quem já é de confiança se conhece alguém. Assim, evita de aparecer gente metida em confusão. Perguntou para meu irmão, ele me indicou e eu entrei e estou até hoje (Diego, acabamentoo final).

No mesmo sentido, outro entrevistado relata:

Quando a gente chega os parentes recebem a gente. Dá lugar para dormir, comida e sai com a gente para procurar emprego. Eles têm mais maldade, mostraram aonde a gente deveria ir, que lugar procurar. Meus primos me acompanharam. Me mostraram até o tipo de roupa que tinha que vestir e como eu tinha que falar (Expedito, servente).

Durhan (1984) lembra que é por meio dos grupos de relações primárias que o migrante obtém e ordena informações sobre oportunidades existentes de emprego. O grupo de relações primárias funciona como mediador entre os indivíduos e a sociedade mais ampla, atuando como “o único ponto de apoio com o qual o migrante conta para iniciar o processo de ajustamento às novas condições de vida” (DURHAN, 1984, p.184). Em algumas circunstâncias, a carreira do migrante fica, segundo Durhan (1984, p.186), condicionada “pela experiência ocupacional do grupo de relações primárias do qual participa”. Como exemplificado no depoimento abaixo:

Fui o primeiro a chegar em São Carlos. Quando vim do Paraná tinha dois cunhados na construção, mas eles ficavam na capital. Hoje um deles continua trabalhando e o outro passou para jardinagem. Tem também um cunhado que está afastado. Tem outro cunhado em São Paulo. Tenho seis cunhados e todos trabalham na construção (...) Depois que vim, o resto todo já vinha com indicação. Assim, cada parente que chegava conseguia emprego na construção. Aqui em São Carlos tenho um cunhado que trabalha com autônomo, mas ele está tendo dificuldade de arrumar emprego. Quando ele chegou na cidade, ficou com a gente até conseguir se arrumar. Ele já veio com emprego, eu arrumei para ele. O outro cunhado também veio porque eu consegui vaga para ele. Só que agora ele está afastado porque ele teve um problema. O músculo daqui [aponta no braço – região do bíceps] caiu. Ele está afastado, está tendo dificuldade porque não está podendo trabalhar. A mão dele perdeu a força. Cada um que chega ajuda o outro. Se precisar, a gente vai sempre ajudar. Todo mundo pode precisar um dia (Antônio, pedreiro).

A partir das entrevistas realizadas, constatamos a formação de redes fundadas nas comunidades de origem geográficas. Predomina, no caso dos entrevistados, migrantes baianos, mineiros e paranaenses. Observando a trajetória dos entrevistados, a maioria tinha

conterrâneos da suas cidades trabalhando em São Carlos, na época da migração. Entretanto, uma pequena parcela dos trabalhadores migrou sem nenhum contato prévio. Quando o entrevistado Antônio deixou o Paraná para trabalhar na cidade de São Carlos, não conhecia ninguém na cidade. Anos depois trouxe sua esposa e, com o tempo, à medida que iam surgindo oportunidades, foram migrando, um a um, os cunhados do Antônio para trabalhar no setor.

Entre os entrevistados sem nenhum tipo de contato na cidade de São Carlos, o início da carreira na cidade não esteve condicionado a rede de relações impessoais. Neste caso, para conseguirem emprego os trabalhadores buscaram encontrar junto aos possíveis empregadores as oportunidades de emprego. Exedito lembra que quando chegou na cidade na década de 70, foi atrás de serviço de “fábrica em fábrica”.

Durhan (1984, p.184) argumenta que o migrante procura primeiramente os parentes mais próximos ou amigos, porém, na falta destes “apela para amigos de parentes ou parentes de amigos”. O migrante não possui conhecimento sobre as características gerais do mercado de trabalho e não está equipado para utilizar instituições burocráticas ou meios formais como agências de emprego, limitando apenas suas possibilidades aos contatos pessoais. João Batista esclarece que:

Na hora do aperto, quando você chega numa cidade diferente, conhecido distante vira amigo de infância. Lembro que no desespero, quando não arrumava emprego, liguei para a família na Bahia e peguei o endereço do sogro de um conhecido meu que já estava alguns anos em São Paulo. Bati na casa dele e pedi ajuda, pedi para ele me ajudar, me indicar trabalho. Ele me levou até uma obra e me apresentou. Fiquei lá dois anos na capital, passei muita dificuldade. Voltei para Bahia e um dia retornei para aqui. Só que desta vez eu tinha um primo na cidade. Ele me arrumou serviço de servente. Depois, quando fiquei desempregado novamente, tive ajuda de outro parente, um sobrinho que já estava trabalhando na construtora. Ele falou de mim (João Batista, acabamento).

Os trechos acima mostram como, diante das situações de crise, os entrevistados mobilizam novamente as relações pessoais formadas pelas comunidades de origem, mesmo quando já estabelecidos na cidade, tanto para obter informações sobre emprego, quanto para pedirem outros tipos de ajuda. Conforme será descrito nos próximos itens, no caso dos trabalhadores migrantes, o apoio social percebido e recebido nos momentos de crise encontra-se fortemente condicionado aos elos estabelecidos entre os migrantes de origem comum.

4.3 O desemprego: o apoio social e as estratégias adotadas

As redes sociais informais foram mobilizadas pelos entrevistados durante a reinserção no mercado de trabalho como também no período de desemprego. Torna-se evidente na fala dos trabalhadores a importância dos laços fortes durante o desemprego, tanto pela provisão de recursos financeiros quanto pelo apoio recebido.

Quando saí da metalúrgica, tive que contar com a família e os amigos. Cada um ajuda como pode, dá um quilo de arroz, dá um livro para escola, dá roupa. Agora, ajuda em dinheiro veio só dos mais próximos. Um irmão meu pagou minha conta de luz e de água e o pai da mulher dava uma quantia por mês (Expedito, servente).

A solidariedade familiar ganha destaque nos relatos dos trabalhadores por permitir diretamente atenuar os efeitos do desemprego. Membros da família nuclear e da família extensa passam por processos de reajustamento e de reorganização diante do desemprego do chefe de uma família. Para arcar com os compromissos adquiridos, João Batista mudou-se com sua família para casa de seu sogro, após ser demitido da CBT, evitando gastos com aluguel, luz, água e alimentação. Situação semelhante foi relatada por Mário, segundo ele “minha filha sempre morou com meu genro no andar de cima da nossa casa. Quando perdi o emprego, eles se amontoaram lá em casa e a gente alugou a casa dela. Além do aluguel, ela bancava as contas”. Thiago e a esposa mudaram-se para a casa do sobrinho, na época, também desempregado.

Caleiras (2004) explica que, diante do desemprego, as famílias tendem a “reagir através de processos de reajustamento e de reorganização que passam pela alteração nas formas de viver o cotidiano e nas projeções que podem ser feitas em relação ao futuro” (p.12).

As estratégias e as representações que os indivíduos e as famílias ativam face à condição de desemprego são inúmeras. Entre os trabalhadores casados ou com união estável, o trabalho registrado das esposas traz maior estabilidade para o núcleo familiar, minimizando os efeitos causados pelo trabalho informal e, por vezes, instável dos cônjuges. Anderson descreve que, quando ficou desempregado, ele e sua esposa conversaram sobre a importância de um deles trabalhar com carteira assinada. Na época, sua esposa era cozinheira e manteve a família com o seu salário. Marcos nos contou que sua esposa poderia ganhar mais como diarista do que trabalhando como servente na prefeitura. Porém, diante da inconstância de serviços vivenciada por Marcos, eles entenderem ser melhor um deles trabalhar registrado, assim “a gente sabe que o da mulher está garantido, 430 reais é pouco, mas é o bastante para a gente manter a família se eu perder emprego. Eu tenho que ir à luta”.

Cabe ao homem, “ir à luta” para cumprir o papel de chefe família, compondo, “a ética do provedor que se responsabiliza pelos acertos e desacertos do grupo familiar”. Nesta distribuição dos papéis conjugais, as esposas precisam ser capazes de enfrentar as adversidades da vida conjugal, compartilhando as agruras do orçamento apertado, da doença, do desemprego e dos contratempos cotidianos vivenciado pelo operário da construção (SOUZA, 2007, p.67).

Para Moisés, o fato de sua esposa ser diretora de escola o permite ser autônomo.

Seria muito complicado ser autônomo se minha esposa não trabalhasse ou fosse informal. As contas lá de casa só ficam em dia porque o salário dela cai sempre no início do mês. A gente ganha quase a mesma coisa, só que o meu varia muito, não dá para programar (Moisés, acabamento final).

Apenas três trabalhadores casados (Moisés, Abraão, e José) afirmaram não serem chefes e provedores da família. Em comum, declararam ser juntamente com as esposas os chefes da família, uma vez que tanto suas esposas quanto eles trabalham e contribuem com a renda familiar. Como nota Moisés, ele e a esposa trabalham muito, pagam as contas e quando a esposa não está em casa ele precisa assumir alguns afazeres domésticos, como preparar o jantar, colocar roupa na máquina de lavar e fazer supermercado. Já os solteiros – Douglas e Danilo – justificam o papel de chefe da família devido à ausência da figura do pai no seio familiar. Ambos moram junto com a mãe, cabendo, para eles, ao filho homem, mais velho, assumir o papel do pai.

Em estudo recente com metalúrgicos da cidade de São Carlos, Peticarrari (2007) constatou que os padrões de masculinidade têm sido alterados, ainda que de forma gradual. Segundo ele, as transformações no mundo do trabalho, em que pese à inserção feminina, têm corroborado para alterações no sentido de maior aceitação por parte do homem em compartilhar com a mulher as exigências de provimento do lar, tal como descrito pelos entrevistados Moisés, Abraão e José. Esta constatação se torna interessante na medida em que, mesmo em um setor tradicionalmente masculino como a construção civil, as exigências de necessidade de complemento da renda familiar têm feito com que, pelo menos os discursos destes trabalhadores, ocorra uma maior negociação dos papéis de gênero, ainda que na prática possa ser diferente.

Matheus lembra que na última vez em que ficou desempregado, seu filho, “homem”, na época com 13 anos, começou a trabalhar em uma borracharia para ajudar no orçamento familiar. Esta fase corresponde, de acordo com Souza (2007), à fase áurea da vida familiar,

quando os filhos começam a trabalhar, somando-se o rendimento do provedor, das esposas e/ou dos filhos.

No caso de Isaac, a ajuda da irmã e o seguro-desemprego foram decisivos para que ele não contraísse dívidas:

Minha irmã trabalha em uma loja. É vendedora. Tem carteira assinada. Ganha 530 por mês. Ela dá um pouquinho todo mês, 150 reais às vezes. Às vezes ela dá dinheiro, às vezes ela faz supermercado. Quando fiquei desempregado foi diferente, ela ajudava com o salário todo. Usei meu seguro desemprego, recebi 350 reais por três meses. Consegui pagar as contas com o salário desemprego e gastei um pouco da poupança. Antes mesmo de terminar o seguro eu já comecei a procurar emprego e já tava na construção. Não tive que fazer dívida nem pegar empréstimo (Isaac, pedreiro).

Assim como Isaac, os ex-trabalhadores registrados, tiveram os primeiros meses de desemprego “amortizados” pelo seguro-desemprego. Neste caso, o Estado substituiu temporariamente os rendimentos perdidos (CALEIRAS, 2004). Tal prerrogativa, não concedida aos trabalhadores informais, é apontada por treze trabalhadores como a principal fonte de renda familiar após a perda do emprego formal.

Eu tive seguro-desemprego. Por isso prefiro trabalhar com carteira. Se fosse por conta eu não teria o seguro e ia ter que arrumar serviço rápido porque tenho família. Quando era solteiro era diferente, a gente se virava (Anderson, montador).

Apesar de fundamental nos primeiros meses de desemprego, o seguro-desemprego e o fundo de garantia nem sempre são suficientes, pois como relata Abraão, o “seguro ajuda em muito, mas não é o bastante, pois de uma hora para outra um pai de família passa a receber bem menos do que precisa. Quando fiquei desempregado, meu sogro e meu irmão precisaram me dar um pouquinho de dinheiro”. Nestas circunstâncias, mesmo entre os trabalhadores formais, que tiveram acesso aos direitos previstos em lei, as redes sociais informais têm importante papel financeiro, sobretudo as rendas obtidas pelos cônjuges e filhos.

Quando não conseguia emprego minha mulher me ajuda. Fazer o quê? É assim né? Um tem que lavar a mão do outro lá. No caso somos só nos dois. Um tem que ajudar o outro (Moisés, acabamento final).

Apenas Paulo disse não ter contado com o seguro-desemprego que lhe era de direito, após ser demitido da usina de açúcar. Neste caso, um erro na caligrafia do seu sobrenome fez com que ele somente recebesse o seguro-desemprego dois anos após ser demitido:

Quando me demitiram da usina meu seguro desemprego desviou e foi parar lá em Minas. Meu nome é comum, aí deram para outro cara. Dei entrada no Ministério do Trabalho em Araraquara, mas só veio muito depois. Na segunda vez que fiquei desempregado, minha filha já trabalhava e ajudou como pôde. Conseguia me virar (Paulo, servente).

Na fala de Paulo, aparece uma expressão comum aos entrevistados. Todos relataram ter conseguido “se virar” de alguma forma. Pequenos “bicos” e serviços esporádicos foram na maioria das vezes a principal fonte de renda para os entrevistados enquanto procuravam trabalho.

Pobre e pai de família não fica parado, se vira. Eu saía de manhã atrás de serviço, de qualquer coisa. Pobre só pára se for por doença e doença brava. Eu carregava caminhão, cortava grama, limpava terreno, pintava muro [...] assim a gente ia levando até achar alguma coisa. Eu estava desempregado, o INSS não queria me aposentar, dizia que eu estava bom. Minha coluna doía, a hérnia beliscava, quando não conseguia levava o caçula junto para me ajudar com o pesado, fazia tudo sozinho (João Batista, acabamento final).

Quando terminou os meses de seguro-desemprego e o dinheiro do fundo de garantia recebido pelos anos de trabalho como metalúrgico, Abraão passou a vender sorvete nas ruas de São Carlos. Tal episódio é descrito com um misto de orgulho e de vergonha. Em sua fala, a necessidade de “se virar”, após seis meses procurando emprego nas metalúrgicas da cidade, fez com que ele tivesse que “inventar”, mas o fato de vender sorvete para seus ex-colegas de trabalho é relatado como chegar ao “fim do poço”.

Na época era o desespero mesmo! Para não passar fome. Aí você tem que inventar, não pode parar. Até vender sorvete eu já fiz na vida. Peguei um carrinho de sorvete e comecei vendendo no centro da cidade e depois na frente da metalúrgica que eu trabalhei. Todo trabalho é digno, né? Mas, doía lá dentro, via meus ex-companheiros comprando o sorvete só para me ajudar, sabe? Cara de pena. Isso é o fim do poço. Mas, eu sou o chefe da minha casa. Ficava com vergonha; uma vez o chefão de lá, chegou e disse: – melhor vender sorvete do que roubar. Roubar? Eu? Sou temente a Deus, não fui criado assim. Roubar [...] nunca! A construção é pesada, não tenho folga, chego em casa pintado e sujo, mas na hora que as fábricas me fecharam as portas, todas, foi o lugar que me acolheu com a lesão [amputação do dedo] (Abraão, ajudante de pedreiro).

Na fala de Abraão, o papel de arrimo de família o levou a aceitar o trabalho na construção como exigência do seu papel de provedor. Souza (2007) observou que a família é o referencial de mundo dos trabalhadores da construção civil, onde encontram significado para suas vidas e forças para suportar o embate duro do mercado de trabalho. Movidos pela consciência da obrigação com o sustento familiar aceitam as humilhações e injustiças e abandonam as atividades de lazer.

Para alguns entrevistados, suas reservas econômicas fizeram a diferença quando ficaram desempregados. As “economias” foram citadas por quinze entrevistados como uma das fontes de renda utilizada durante o período de desemprego.

Nesta hora, tem que ter um dinheirinho de baixo do colchão. Só que se terminar tudo, começa a ficar feio. Passa vergonha. Pai de família,

sendo sustentado por mulher e filhos, vizinho já olha torto. Vira sem vergonha! Não dá nem para beber uma com os amigos. Era da rua procurando serviço para casa, para evitar mais falação. Só que a mulher não segurou as pontas, pegou a molecada e foi para casa do pai, imagina só? Hoje a gente voltou, to bem de novo (Matheus, pedreiro).

O trecho acima ilustra como a experiência de desemprego vivida pelo indivíduo na esfera social e econômica modifica necessariamente a esfera da sua vida privada e familiar. A ausência de emprego, principalmente por muito tempo, gera um conjunto de efeitos que não podem ser reduzidos à simples dimensão material do rendimento e do consumo, pois remete também para efeitos no domínio do simbólico e para dimensões não mercantis. Como consequência, “o desemprego acarreta a quebra na produção de elos sociais, alterações no estilo de vida, no estatuto social, na forma como se é visto e reconhecido pelo outros, ou nas relações de dependência estabelecidas”(CALEIRAS, 2004, p.13).

A falta de emprego trouxe para Douglas a sensação de incômodo diante do fato da sua mãe passar a manter a casa sozinha. No entanto, para ele, caso fosse casado, a “vergonha” seria ainda maior:

Ainda bem que eu não era casado. Fiquei muito tempo sem serviço. Minha mãe é enfermeira, não faltou nada em casa. Mas, ficava incomodado com aquela situação, não era certo. Ainda bem que não era casado, já imaginou? A vergonha ia ser maior. Desde então só procuro emprego com carteira, mesmo se o salário for menor. Pelos menos a gente sabe que se o pior acontecer à gente tem uma grana para receber. Minha mãe ensinou não trocar o certo pelo duvidoso [...] só que hoje nem a carteira dá tanta segurança. Por isso, na dúvida me garanto com os meus cavalinhos [refere-se à compra e venda de cavalos] (Douglas, montador).

Entre os trabalhadores sem registro ou que trabalham por empreitada, as economias pessoais foram, sem exceção, a principal renda até a recolocação no mercado de trabalho. Ao economizar um pouco de dinheiro todo o mês, os trabalhadores informais puderam, no mínimo, garantir a o “básico” quando perderam o emprego ou após o término de uma obra.

A gente sem registro tem que segurar o que está ganhando. Tem que segurar um pouco porque se mês que vem ficar parado tem o que comer. Eu guardo para me manter um mês, um mês e pouco. Assim, todas às vezes que fiquei parado não faltou o básico, acho que para um pai deve ser a morte não colocar o pão em casa para o filho (Matheus, pedreiro).

Para os entrevistados que trabalham por conta própria, o tempo ocioso entre o término de um serviço e o início de outra obra faz parte do orçamento financeiro. Conforme nos explicaram, ao calcularem o tempo de um serviço, precisam sempre planejar quanto pouparão para conseguir se manter até começar um novo serviço.

Quando eu coloco o preço de uma pintura, eu já penso quantos dias vou levar para fazer. Vão supor, 40 dias, mas na hora de gastar o dinheiro eu tenho que me manter esses 40 dias, mais o tempo para procurar um novo serviço. Entende? Eu trabalho 40 dias, mas o dinheiro tem que render uns 60 [dias]. Então, se eu acabo uma casa e tenho uma emendada para fazer, sei que posso fazer uma feira gorda, com bastante mistura. Se não, a mulher segura o dinheiro para mais dias (José, pintor).

A instabilidade de serviços é ainda maior entre os ajudantes contratados pelos trabalhadores autônomos. Os ajudantes de pedreiro, Abraão e Pedro⁶⁹, e o ajudante de pintor, Thiago, enfrentam constantemente a inconstância de serviços, pois não ajudam nas “pequenas obras”. Assim, precisam constantemente economizar parte do dinheiro recebido. Como explica Thiago “não é toda obra nem todo o serviço que um ajudante é chamado”, assim:

Eu sempre fico desempregado. Sempre fico sem serviço. É freqüente. É normal. Mais ou menos a cada dois meses. Aí fico dez quinze dias parados. Às vezes fico três meses trabalhando e um parado porque tem serviço que é pequeno e o José faz sozinho, ele me chama nas obras grandes, que tem muita escada e muita coisa para pintar. Se ele pega serviços pequenos, não tem porque ele me chamar (Thiago, ajudante de pintor).

Quando as economias, o planejamento financeiro e a ajuda familiar deixam de ser suficientes, o empréstimo bancário passa a fazer parte das estratégias utilizadas. Paulo explica ter dois empréstimos, um em seu nome e outro para um colega. Também para Expedito:

Só resta fazer empréstimo quando a situação apertada. Já fiz várias vezes, a grana vai acabando e a gente pega na esperança de pagar quando arrumar emprego. Antes era mais difícil conseguir dinheiro assim, agora que sou aposentado me arrumam dinheiro e tiram da aposentadoria (Expedito, servente).

A “compra fiada” foi utilizada por Thiago e Mário quando ficaram desempregados.

Como eu tenho crédito nos mercados eu vou comprando. Aí quando eu arrumo serviço eu vou lá e quito. Se eu não arrumo, compro fiado em outro supermercado, outra venda, não tenho nome sujo porque eles me conhecem, mas já fiquei devendo três vendas diferentes por quase dois meses (Thiago, ajudante de pintor).

Mário relata que sua filha trabalha em um supermercado e, por isso, tem facilidade em “comprar fiado”. Desta forma, de acordo com o seu ponto de vista, a ajuda conseguida pela filha foi determinante para o não sobreendividamento de todo o orçamento familiar.

Minha filha e meu genro me ajudaram muito. Ela trabalha no supermercado, ela sempre faz pedido para mim para pagar depois. Quando fiquei desempregado ela conversou com o gerente de lá e ele ia deixando ela comprar. Isso fez muita diferença, ninguém precisou pedir empréstimos, se

⁶⁹ Conforme descrito no item 3.4.2 os ajudantes de pedreiro Abraão e Pedro são aposentados. Neste caso, a renda mensal obtida pela aposentadoria minimiza os efeitos negativos da instabilidade de serviços. Na opinião de ambos, se não fossem aposentados não conseguiriam ser ajudantes de trabalhadores autônomos.

endividar. O gerente abatia aos poucos do salário a compra, sem juros. Se não fosse assim, a gente ia pegar empréstimo para comer (Mário, servente).

O entrevistado Pedro orgulha-se de nunca ter precisado “comprar fiado” ou pedir empréstimo financeiro. Segundo nos relatou:

Nunca precisei pedir ajuda a ninguém quando fiquei parado. Sou o chefe da casa. Nunca devi nada a ninguém, nem pedi dinheiro, o que eu fiz foi viver com o que eu tinha, se não tinha, não fazia. Fiquei desempregado e sem conseguir me aposentar, já tendo o tempo. O governo acha que a gente é rico e pode esperar eles resolverem quando vão nos aposentar. Eu que tinha tudo certinho demorou quase um ano, imagina quem tem dificuldade para mostrar a papelada? Mantive minha família com as economias, com o dinheiro do aluguel da casinha que fiz e com a graça de Deus. Posso falar outra coisa? Os jovens de hoje não pensam no amanhã, eu fiz a casinha quando tinha mais dinheiro e quando fiquei sem emprego, o aluguel era a renda. A meninada de hoje gasta tudo, veste do bom e do melhor e compra carro [...] e carro só dá despesa (Pedro, ajudante de pedreiro).

Entre os entrevistados católicos, apenas Pedro incluiu Deus como um dos membros de sua rede de apoio⁷⁰ social durante o período de desemprego. Católico praticante, Pedro afirma que Deus o apoiou todo o tempo não deixando faltar nada e abriu “janelas quando as portas eram fechadas”. Pedro conta que após ir à missa para pedir proteção a Deus, o emprego que tanto esperava apareceu. Na saída da igreja, encontrou Antônio, antigo pedreiro de sua casa. Deste encontro, veio o convite para trabalhar como ajudante.

Segundo Pedro: “Deus levou o Antônio até a missa e me concedeu a graça de arrumar um emprego”. Antônio, também católico praticante, apesar de não atribuir diretamente à igreja católica o apoio recebido, descreve em seu relato como a religião o auxiliou. Quando ficou desempregado pela última vez, Antônio foi chamado pelo padre da paróquia na qual sua filha é secretária, para começar a reforma da igreja e da casa paroquial. Para ele “o padre me chamou porque conhece meu serviço e porque precisava”. Entretanto, sua filha⁷¹ afirmou que “ao ver o pai desempregado, procurou o padre e pediu que ele contratasse seu pai quando fosse reformar a igreja”.

Por outro lado, conforme observamos, todos os evangélicos receberam ajuda da igreja quando perderam o emprego. Expedito, Anderson e João Batista contaram com o apoio emocional e financeiro da igreja e dos “irmãos” de religião. Anderson lembra que ao ficar

⁷⁰ Entendemos por redes de apoio a somatória das relações percebidas como significativas pelos indivíduos ou por eles definidas como diferenciadas da massa anônima da sociedade. São todas as relações do indivíduo, divididas em família, amizades, relações de trabalho ou escolares e relações comunitárias, correspondendo ao nicho interpessoal da pessoa, colaborando para seu próprio reconhecimento como indivíduo e para a sua auto-imagem (SLUZKI, 1995).

⁷¹ A filha do entrevistado Antônio é secretária da igreja. No dia da entrevista, enquanto aguardávamos Antônio, ela deu um depoimento espontâneo sobre o trabalho do pai e do sonho dele de retornar para o Paraná.

desempregado procurou o pastor da sua igreja pedindo ajuda e proteção espiritual. Desde então, é responsável pela elaboração das celebrações e dos hinos no computador e pela projeção dos mesmos durante os cultos. Pelo serviço prestado, recebia uma ajuda de custo (meio salário mínimo) e duas cestas básicas por mês. Hoje, já empregado, Anderson continua realizando tal tarefa como voluntário, pois “não tem preço o que fizeram, agora outros precisam desta ajuda. Continuo fazendo em agradecimento a tudo que recebi”.

Expedito lembra como a igreja foi fundamental quando ficou desempregado. Um advogado da comunidade o ajudou no processo de aposentadoria. Além disso, assim que saiu da CBT, começou a trabalhar como jardineiro a convite de um membro da igreja. Na época, a igreja realizou um bingo para ajudar vários fiéis que estavam desempregados:

Foi de uma leva só, entende? Vários perderam emprego na CBT. Tinha esperança com a cooperativa [– *Qual cooperativa?*]. É, a gente ia tentar montar a cooperativa para erguer de novo a empresa. Eu saí antes da firma quebrar, mas quando quebrou de vez, era todo mundo na mesma. Aí tivemos a idéia de fazer um bingo, só de pai de família tinha mais de dúzia na mesma situação. A igreja não conseguia ajudar todo mundo (Expedito, servente).

O entrevistado João Batista recebeu apoio por quase um ano, como cestas básicas⁷², roupas, material de escola e remédios. Para ele, o enfrentamento das adversidades causadas pelo desemprego foi amenizado por sua fé em Deus e pela ajuda dos “irmãos”, pois:

Ninguém na igreja deixa o outro passar dificuldade. É assim que funciona. Nenhum irmão de fé vai deixar o outro passar necessidade, me levavam o de comer e o de vestir. Ontem fui eu, amanhã pode ser você. A nossa fé no Pai, não deixa a gente fraquejar, para um bom filho nada há de faltar (João Batista, acabamento final).

Nesse sentido, cabe lembrar, de acordo com Souza (2003, p.55), que é na forma de apoio social que se manifesta um dos sentidos mais positivos da religiosidade para as classes populares, pois “o encontro coletivo proporcionado pela religiosidade [capacidade de relações] e a ligação desta com o desconhecido articula a reinclusão social pelo simbólico e permite a emergência da solidariedade e do compartilhar e, provavelmente, de um viver com maior dignidade”.

Em retribuição ao apoio recebido, João Batista diz sempre ajudar seus “irmãos”. Atualmente, trabalham na mesma empreiteira de João Batista nove “irmãos” da sua igreja. Para Dabas e Perrone (1999), a rede apela permanentemente à reciprocidade. Assim, quando se convoca a rede, espera-se, por sua vez, ser convocado, ou seja, quando solicitamos ajuda,

⁷² De acordo com Gerhardt (2003, p.724), “as igrejas, sobretudo as igrejas pentecostais e a igreja católica (através do seu programa comunitário da Pastoral da Criança) possuem um papel importante na distribuição das cestas básicas”.

sabemos que nossa ajuda também será requisitada. A esse respeito, Rosas (2001) explica que o fator reciprocidade permite a continuação e a permanência das relações sociais, uma vez que o apoio recebido em um momento difícil ou em qualquer momento da vida cotidiana, deixa uma porta aberta, enquanto a não reciprocidade implica exatamente o contrário.

Para Pietrukowicz (2001), o papel desempenhado pelas estruturas religiosas pode ser entendido como apoio social à medida que oferece: apoio emocional, apoio instrumental ou material como alimentação, vestimentas, brinquedos e utensílios de casa e apoio educacional através de palestras, preleções, entrevistas. Esse tipo de apoio possibilita ainda a troca de informação entre as pessoas. Nestes termos, mais do que buscar proteção em um lugar simbólico, os entrevistados evangélicos conseguiram apoio emocional e financeiro e, ao mesmo tempo, ampliaram os limites de suas redes sociais.

Para eles, a igreja tem papel fundamental na articulação das redes sociais tanto para o enfrentamento do desemprego quanto na recolocação profissional, quanto para lidar com possíveis infortúnios que possam vir a acontecer:

A minha igreja de vez em quando ajuda alguém, acho que eles me ajudariam. Sempre aparece alguém, um vizinho, um amigo. Tenho fé que quando eu precisar e se eu precisar, aparece alguém. A família dele [aponta para Marcos, primo e colega de trabalho] e minha família também me ajudariam (Matheus, pedreiro).

Laços familiares, religiosos, de amizade e de vizinhança mostraram-se essenciais para os trabalhadores da construção diante do desemprego prolongado. Resultados semelhantes foram encontrados por Souza (2007). A autora também observou como as redes pessoais são o grande arrimo desta população, a “tábua de salvação”. Sujeitos às adversidades da sobrevivência, desemprego, instabilidade e a baixos salários, recorrem aos laços familiares e de vizinhança para transpor os momentos difíceis e suprir as necessidades da família. A cada recessão econômica, as famílias dos operários se deparam com o fantasma do desemprego, onde “o pão de cada dia, depende da oferta permanente de emprego” (SOUZA, 2007, p.72).

4.4 As redes de apoio nas doenças

A saúde é “um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas”
(Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, em seu Art.196).

Desde a constituição de 1988, o direito à saúde, deixa de ser uma exclusividade dos contribuintes previdenciários passando a ser um direito de todos, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Ao SUS é atribuída a responsabilidade de um cuidado diferenciado aos trabalhadores, considerando sua inserção no processo produtivo (CNST⁷³, 2005).

Entretanto, no caso dos trabalhadores não segurados, apenas o direito à saúde é garantido por lei, cabendo, portanto, a questão: *Quem garante o sustento do trabalhador não segurado, bem como de seus dependentes, caso ele adoença ou se acidente?*

Os órgãos do Estado, ligados ao setor do Trabalho e da Previdência Social, cobrem, fundamentalmente, a parcela de trabalhadores do mercado formal e com vínculo de segurado. Diante da ausência do Estado, ao perder a força física, o trabalhador não segurado perde também a sua renda, trazendo profundas conseqüências para a sua saúde e vida.

As entrevistas nos permitiram vislumbrar o cenário atual de desproteção vivido pelos trabalhadores ao perderem, mesmo que temporariamente, o seu maior bem: a força física. Para cada episódio de afastamento (APÊNDICE D) e doença (APÊNDICE E), os trabalhadores foram questionados sobre como conseguiram se manter e quem os apoiou na época⁷⁴, mesmo quando desempregados ou quando trabalhavam em outros setores, como o caso dos ex-metalúrgicos.

Relatos de acidentes graves ou fatais, doenças crônicas e “casos de sorte” entremearam os discursos, ora para explicar porque contribuem como autônomo para INSS, ora para descrever a instabilidade da profissão e, às vezes, para ilustrar a falta de “sorte” dos colegas de profissão e de parentes que deixaram de trabalhar após um acidente ou devido o acometimento de uma enfermidade incapacitante. Uma dessas histórias merece destaque: *A “pneumonia” de Paulo.*

⁷³ “Trabalhar sim adoecer não” foi o tema da última Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (CNST).

⁷⁴ Cabe aqui ressaltar, que não limitamos a análise às doenças e aos acidentes ocorridos exclusivamente durante o exercício da profissão na construção civil.

O caso de Paulo nos foi contado em detalhes, pelo próprio entrevistado, pelo empreiteiro Antenor e por seus colegas de trabalho Isaac e Dunga⁷⁵. No início de 2006, Paulo passou mal no trabalho e foi levado ao pronto socorro da cidade, com falta de ar. O primeiro diagnóstico foi de pneumonia. Durante doze dias permaneceu internado na Santa Casa. Após um mês do primeiro episódio, começou a sentir mal e 20 dias depois voltou a ser hospitalizado com o diagnóstico provisório de pneumoconiose⁷⁶. Como nenhum dos seus filhos trabalha, nem sua esposa, ele contou principalmente com a ajuda financeira do empreiteiro e dos seus colegas de trabalho.

Meu moleque não quer saber do pesado, já tentei trazer ele aqui, mas ele acha muito pesado. A menina está grávida, vou ser avô e a mulher nunca trabalhou. Aí fiquei com esse problema no pulmão. Graças a Deus o gato me pagou direitinho. Me ajudou. Mesmo sem trabalhar, por quase quatro meses, ele não faltou comigo. Teve caridade com minha família. Como a gente não tem contrato, ele podia pegar outro e nem ligar para mim. Mas, ele é direito. E, depois, cortei o dedo e fiquei mais uma semana em casa (Paulo, servente).

Paulo descreve que além de continuar recebendo o valor da diária de trabalho, o empreiteiro Antenor e seus colegas de trabalho levaram uma cesta básica e compraram vários remédios que o posto de saúde não fornecia.

Até o pedreiro falou se eu precisasse de alguma coisa era para procurar ele, remédio, comida [...] Mas, graças a Deus a gente conseguiu se manter. Tive ajuda dos meus irmãos, eles me levavam ao médico, compraram remédios. E os amigos daqui me deram duas cestas e um tanto de comprimido que o doutor passou. Sem contar as visitas. O gato, minha mulher, minhas crianças, meus irmãos e minha mãe foram me visitar. Minha mãe mora aqui com meu padrasto, um irmão mora aqui, uma irmã na Cidade Aracy e uma sobrinha na Vila São José. É bom ter família por perto, já imaginou se todos tivessem em Minas Gerais? Todo mundo ficou preocupado comigo. Minha aparência não estava boa, meio azul, sabe? Por falta de ar. Mas, eu não fumo! (Paulo, servente).

Assim como Paulo, José também recebeu “ajuda” do proprietário da casa na qual trabalhava. Enquanto permaneceu afastado do trabalho, por quase três meses, o contratante do serviço pagou um salário mínimo. José narra o ocorrido:

Cai da escada várias vezes. A escada também já quebrou, mas não machuquei. Uma vez eu tava pintando, pintura de cal, e a cal caiu todo no meu rosto e no meu olho. Tive queimadura no rosto, aqui [aponta para as

⁷⁵ Dunga e Isaac começaram a pagar a previdência como autônomo após vivenciar a dificuldade enfrentada por Paulo, conforme descrito em detalhes no item 3.3.

⁷⁶ A pneumoconiose é uma doença respiratória grave causada pela exposição ocupacional à sílica, podendo começar a se manifestar de forma inespecífica de 15 a 20 anos depois da exposição à poeira de sílica. Em todas as fases da construção existem atividades geradoras de poeiras contendo sílica, tais como: demolição de estrutura de concreto e tijolos; corte de granito e cerâmica; lascar, martelar, perfurar, transportar e movimentar pedras; jateamento com areia; escavações manuais; serviços de terraplanagem; preparação de argamassas e concretos; lixamento de estruturas; varredura de pisos e transporte de areia (SOUTO *et al.*, 2005).

cicatrizes] e perdi parte da visão esquerda, vejo embaçado. Aí fui no hospital. Já caí de andaime, faz um ano, também fui parar no hospital. Foi a perna esquerda. Quem me levou foram os colegas. Quebrei o pé. Fiquei 25 dias no hospital passando por cirurgia. Por isso eu falo com você tem que ter uma reserva. Eu usei minha reserva toda. O dono da casa até que ajudou, tinha coração bom. Ele me deu dinheiro na época. Na época ele me deu uns 300 reais. A gente não tinha contrato, acho que ele deu por medo de colocar a boca no mundo, sei lá, ou por dó. Sem a minha poupança, minha filha teria ficado sem plano de saúde e sem a escolinha. Tem que poupar sempre, a gente não sabe o dia de amanhã, nem o de hoje! (José, pintor).

Na medida que estes trabalhadores informais perdem os seus direitos, o salário pago pelos contratantes nos episódios de infortúnio é percebido como uma “caridade”, estabelecendo, certa relação de “tutela, ajuda e assistência de empregadores e do Estado”, em vez de serem alvo do acesso à “participação, à justiça e aos direitos” (TELLES, 1990). No discurso dos entrevistados, a palavra “direito” surge unicamente quando descrevem os acidentes ocorridos nas fábricas metalúrgicas ou em situações de trabalho formalmente regularizadas. Nestes casos, as falas enfatizam os direitos trabalhistas.

Machuquei a coluna dentro da CBT, era meu direito ter sido aposentado. Eles não foram honestos comigo. Arrumaram uma função para mim, sem ter que fazer força, eu voltei feliz, e um ano depois me demitiram. Sem orientação e estudo, não fui atrás dos meus direitos. Não tive cabeça, hoje sei que podia ter levado eles [a fábrica] na justiça. Não é certo me admitir para depois me mandar embora arrebitado, com a coluna lesada. Sem força para fazer as coisas, não é justo! (João Batista, acabamento final).

Abraão descreve porque processou a metalúrgica e buscou o cumprimento da lei:

É um direito meu, perdi meu dedo porque eles não protegiam a máquina. Avisei várias vezes, cada unha que eu perdia era um aviso que aquilo estava perigoso. Abri processo porque eles sabiam que aquilo estava errado. Anos de luta, minha indenização está para sair, não sei quando nem o valor. É uma ajuda boa. Praticamente está ganho. Agora vai depender do Juiz qual o valor e quando vão me pagar. Eles me aposentaram por invalidez, mas só perdi o dedo porque eles não me escutaram. Por isso procurei o advogado, queria justiça. Não era certo me aposentarem. Eu queria continuar como metalúrgico, trabalhando, por isso busquei meus direitos (Abraão, ajudante de pedreiro).

Não encontramos discursos de indignação ou de injustiça nos casos de acidentes ocorridos durante o trabalho informal. Pelo contrário, percebemos certa “aceitação” ou, simplesmente, “naturalização” pelo ocorrido. As condições adversas de trabalho, a precariedade dos contratos de trabalho, a omissão do contratante e a falta de direitos não foram mencionadas pelos informais durante a descrição dos acidentes de trabalho, de trajeto ou doença ocupacional. Parecem “resignados” com a desproteção imposta pelo trabalho não regularizado, por vezes trazem uma idéia fatalista relacionada com destino, com certo teor de auto-culpabilização pela baixa educação formal.

Gosto da construção, ganho mais para alguém com pouco estudo. Aqui é assim mesmo. A gente sabe que é assim, que se a gente se machucar tem que ficar em casa. Se adoecer não recebe. Já tive vários acidentes, nenhum grave demais, fiquei parado em casa e depois estava pronto para o batente. Está bom demais para mim, sem estudo e com emprego, né? Agora, se for acidente grave eu tenho o carnê [INSS] pago, certinho (Dunga, pedreiro).

Em outras situações, justificam o completo desamparo referindo-se ao sentido ideológico de empregabilidade/empreendedorismo, onde cada trabalhador é o responsável por sua contínua qualificação e por sua permanência no mercado de trabalho.

A gente que trabalha por conta é responsável por tudo. Fiquei parado bastante tempo por causa da alergia na pele. Trabalhar por conta é assim! Você ganha se trabalhar, se não trabalhar não ganha. Se machucar, não vai poder ir buzinar na orelha do empregador que te contratou nem do engenheiro. Entende? Você é sua empresa (Lucas, acabamento final).

Nesta última fala, nota-se como o discurso de “autonomia” é utilizado para justificar a falta de amparo do contratante do serviço e as transferências das responsabilidades legais do Estado e do empregador para com o trabalhador. A lógica implícita nos discursos dos não regularizados revela como a completa falta de assistência do empregador já faz parte do cotidiano do trabalhador informal, não deixando outra saída a não ser resignar-se a desproteção social, como algo inevitável ou mesmo “natural”. Desta forma, ao descreverem os momentos de infortúnio enfatizam unicamente o papel das formas privadas de proteção social mercantis (planos de saúde, contribuição ao INSS e poupança) e não mercantis como: família, igreja e colegas de profissão.

Sempre fui o responsável pela minha família. Quando tive o acidente de carro fracturei a perna e o braço, tinha bebido, estava retornando de uma festa. Foi feio. Me bateu um desespero. Eu ia ficar sem receber, ia faltar as coisas que mando para minha mãe e meu irmão que estão presos. Eu que ganho mais na minha família inteira, entende? Não tinha dinheiro guardado, só que ajuda começa aparecer de tudo que é lado, tio, primo, cunhado, igreja, ex-namorada e até um vizinho apareceu lá em casa, me deu dinheiro do nada. Hoje eu estou mais esperto, faço um pezinho de meia. Investi no meu carro e na compra de um terreno. Se acontecer o pior eu vendo, tenho minhas economias (Lucas, acabamento final).

Possuir uma rede intrafamiliar grande foi apontado, por nove entrevistados, como uma vantagem diante de eventos inesperados. Antônio narra como foi decisiva a ajuda fornecida por sua família na sua recuperação física e no provimento de recursos após o acidente.

A nossa vida é assim. Quando caí do telhado, fracturei o cotovelo esquerdo, duas costelas, perdi um dente e cortei o queixo. Nas duas vezes que eu acidentei quem tomou conta de mim foi a finada, a minha senhora era viva. A pancada no peito foi muito forte, eu não conseguia voltar a trabalhar. Eu sempre paguei INSS, mas nem fui atrás para receber quando caí. A gente se

manteve com as economias, que não podemos deixar de fazer, e com ajuda da família, que é grande. Meus irmãos me ajudaram, bancaram mesmo! E, hoje, um deles está parado por acidente [o irmão também é pedreiro] e eu faço o mesmo por ele. Minha irmã conseguiu vaga no hospital, em quarto individual, ela conhecia umas enfermeiras na Santa Casa, aí minha finada esposa pôde ficar comigo (Antônio, pedreiro).

As redes de relações permitem também o acesso aos serviços de saúde de maior qualidade dentro do SUS. A família promove, segundo Serapioni (2005), maior facilidade de acesso aos serviços de saúde, por meio de sua função de mediação e de conhecimento das oportunidades e dos critérios de acessibilidade. Conhecer as pessoas certas pode ser um diferencial na recuperação do trabalhador acidentado. Portugal (2005) explica que apesar dos laços familiares fortes serem fundamentais no acesso à saúde, eles funcionam à margem do sistema. O ingresso ao serviço de saúde público de qualidade depende, sobretudo dos laços fracos, capazes de “conseguir afastar as deficiências do sistema e garantir um acesso facilitado” (p.9).

Ter conhecidos no sistema de saúde configura, desta maneira, uma situação diferenciada. A rede relacional da família foi decisiva para Marcos conseguir tratamento fisioterápico gratuito, por intermédio de uma vizinha; para Abraão tratar da doença renal do seu filho, através da ajuda do seu primo vereador; para Pedro submeter-se às seções de radioterapia em Ribeirão Preto, após a interferência direta de um amigo de infância (médico) e; para Antônio conseguir ser internado em um apartamento, ao invés da enfermaria. Somente Douglas possui laços fortes que o ligam ao SUS – sua mãe é enfermeira – o que lhe garantiu facilidade e agilidade de transferência de Ibaté-SP, para São Carlos, quando ficou em coma após levar um coice de boi. Este elo de ajuda, estabelecido por meio das redes de relações, mostra, de acordo com Portugal (2005, p.23), que a deficiência da provisão dos cuidados públicos é amenizada pelas relações informais. É importante ponderarmos que, apesar de alguns entrevistados conseguirem manipular suas redes sociais informais para obter um tratamento diferenciado no SUS – o que infringiria em parte as suas diretrizes⁷⁷ – todos, sem exceção, tiveram acesso ao serviço público do SUS, que apesar de todas as limitações e críticas recebidas, foi uma das poucas redes formais de proteção social utilizadas pelos entrevistados.

⁷⁷ Os princípios constitucionais do SUS são a **universalidade** – todos os cidadãos têm o direito à saúde, **integralidade** – o cidadão deve ser atendido em todas as suas necessidades, **equidade** – os recursos do sistema de saúde devem ser distribuídos de forma atenta às desigualdades existentes, com o objetivo de ajustar as suas ações às necessidades de cada parcela da população e **controle social** – a sociedade controlando a execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros (CNST, 2005).

Resultados de outras pesquisas (SERAPIONI, 2005; SOUZA; 2007; GOMES; PEREIRA, 2005) também concluíram como a família⁷⁸ nuclear e extensa, configura-se como o nível mais significativo e estável de provisão de apoio informal, buscando atender as necessidades físicas e psicológicas dos seus membros, salvaguardando a saúde e lidando com a doença. Contudo, ao mesmo tempo em que os arranjos familiares assumem papel de destaque, estes podem se tornar fragilizados em função da natureza e da gravidade do problema, do tempo de recuperação e do papel desempenhado no seio familiar. Os depoimentos mostram como o afastamento do trabalho influencia a vida social do acidentado e da sua família.

Já cheguei a ficar um ano desempregado. Já estava na construção, um pouco eu não achava emprego, um pouco eu não tava muito afim também. Foi de 96 e 97 eu surtei, não agüentava mais o batente da construção. Tive doença dos nervos. A esposa e a filha bancaram tudo. Usei tudo que tinha reservado e o salário da mulher. Vira vagabundo⁷⁹, moleque. Mas, todo mundo me apontava o dedo [*– Como assim te apontava o dedo?*] (Marcos, pedreiro).

De acordo com Peticarrari (2007, p.96), o homem que depende financeiramente da esposa ainda é visto como “gigolô”, configurando-se num “comportamento desviante, de vagabundo, de quem não quer trabalhar”. Marcos narra em detalhes como, além de ser considerado pelos outros como vagabundo, como se sentia culpado por não conseguir trabalhar.

Falavam que era feio minha mulher me sustentar, até as filhas achavam ruim. A filha solteira ajudou, ela tem mais estudo, foi ela que procurou ajuda, tratamento para cabeça. Só que os amigos me levaram a terreiro [umbanda], para benzer, um vizinho começou a levar nos cultos de salvação da Universal, para tirar encosto, espírito ruim. Pedi a Santo Expedito, causas impossíveis. Voltei ainda ruim, minha coluna está fraca e às vezes ainda passo mal, com medo. Ficava assustado, via coisas. Não conseguia subir na cadeirinha para pintar. A mulher fala que é minha cabeça, desculpa para não voltar a trabalhar. Não entendia. O Pastor disse que faltava fé, os amigos diziam que eu estava bom. Não estou! (Marcos, pedreiro).

Machado (1996) procura demonstrar que a grande procura das camadas populares pelas igrejas significa mais que refúgio da crise e da desordem. Diante da falta de apoio institucional, as igrejas oferecem um “potencial racionalizador”, criando motivações para resistirem à pobreza. Não se trata apenas de uma tentativa para resolver exclusivamente um

⁷⁸ “A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo” (GOMES; PEREIRA, 2005, p.358).

⁷⁹ Dejours (1987a) mostra que a associação entre doença e vagabundagem é marcante na construção civil. Condena-se a doença ao doente. O homem que está doente é visto como vagabundo devido à ruptura imediata com o trabalho profissional.

problema material. É o resultado da vontade de viver a vida de maneira mais plenamente possível e de procurar uma explicação, um sentido, algo que faz a vida mais coerente, permitindo o controle sobre seu próprio destino e das incertezas num mundo sem estabilidade, em contínuo processo de mudança. Neste caso, há um consenso social, da igreja, amigos e familiares de Marcos, que “toda doença, seria, de alguma forma, voluntária” (DEJOURS, 1987a, p.27). Assim, mesmo sem conseguir tratamento médico para sua enfermidade, Marcos se vê compelido a retornar ao trabalho.

Cada dia parado significa um dia a menos de renda. Neste caso, assim como Marcos, os entrevistados não deixam de trabalhar mesmo em presença da sensação de dor e de desconforto. Todos os trabalhadores relataram sentir algum tipo de desconforto físico durante a jornada de trabalho, principalmente na coluna e nos braços, alguns atribuem os problemas à idade e ao excesso de peso. Seis afirmaram fazer uso contínuo de medicamentos para aliviar dores e sintomas de doenças músculo-esqueléticas.

Às vezes, por eu ser meio gordinho, obeso, pode falar gordo, então às vezes uma dor nas costas. É lógico, é comum até, né? Mas isso é por mim mesmo. Às vezes, não é sempre. Às vezes tem algum tipo de serviço que tem que ficar muito tempo agachado ou ficar subindo e descendo de andaimes, de escadas. Destas coisas. É aleatório. Às vezes tenho que pegar uma lata no chão, dependendo da posição travou, aí é o nervo ciático, acabou. Só com remédio, forte, com cafeína. Aí dá para agüentar (Moisés, acabamento final).

Apesar da gravidade do acidente ocorrido ou da doença acometida, observamos como a necessidade financeira, a falta de proteção social/trabalhista e o medo do desemprego fizeram com que muitos retornassem ao trabalho, antes do total restabelecimento de sua “força física”, ou, até mesmo, não interrompessem suas atividades ainda que sentindo dor ou com algum tipo de limitação física e/ou emocional.

5 E SE A FORÇA FÍSICA DIMINUIR? DOENÇA, ENVELHECIMENTO E AS PERSPECTIVAS DE FUTURO

“A arte de viver da fé, só não se sabe fé em que”
Alagados (Herbert Vianna, Bi Ribeiro e João Barone).

Neste capítulo procuramos analisar como os operários entrevistados percebem o trabalho na construção de edificações e vivenciam a vulnerabilidade da proteção social. Analisamos ainda, quais são as estratégias adotadas pelos operários perante as suas condições financeiras e quais são as suas perspectivas futuras.

Conforme ilustrado abaixo, a maioria absoluta dos entrevistados relutou em responder sobre como se manteriam caso ficassem doentes, sofressem um acidente que os impedisse de retornar ao trabalho ou perdessem a capacidade de trabalho com o envelhecimento.

Ninguém, você está me jogando numa fria danada, você quer o mal para mim. Se ficasse doente e não pudesse trabalhar, o que faria? Meu Deus! Olha, nem penso! Nem quero pensar! Espero ninguém! [O entrevistado não apontou nenhuma das opções sobre apoio] Nada! Não quero de ninguém [Questionei novamente]. Se eu tivesse, se não tivesse como mesmo, por isso eu quero voltar a pagar o INSS, certo? Eu tenho seguro de vida também, entendeu? Espero não contar com este tipo de ajuda. No mais, isto aí eu nem penso. Se você pensar nisto aí você nem sai de casa, para nada! Não quero ajuda de ninguém! Pai, mãe e mulher. No mínimo, né! Sei lá, neste caso não sei te responder, não quero pensar. Não sei porque como eu te falei eu não penso nisso. Ter fé que não aconteça nunca isso aí. A gente não sabe o dia de amanhã, é lógico, mas eu prefiro nem pensar. Meu pai já passou por isso aí e eu espero nem passar, tá? Entendeu? (Moisés, acabamentoo final).

Declarar algum tipo de estratégia significa admitir os riscos existentes, mostrando a fragilidade vivenciada. DEJOURS (1987a) elucida que ao manter a doença, a miséria e a fome à distância, os trabalhadores afastam para longe tudo que pode lembrá-las direta ou indiretamente. Ao evitar falar sobre o assunto, tentam ocultar uma ansiedade presente na rotina instável e nociva de trabalho. Admitir a possibilidade de se tornar dependente, é, aceitar, primeiramente, a precariedade cotidiana. O risco aparece nas falas somente quando narram os acontecimentos com terceiros ou ocorrido em um passado já distante. Mostram claramente o medo do “imprevisto” e como percebem a desproteção social. Dependendo de terceiros para o cumprimento das necessidades básicas, das tarefas de vida diária e para o sustento do lar é um “mal a ser evitado”. A ideologia defensiva⁸⁰ está presente em quase a

⁸⁰ Dejours (1987a) explica a ideologia defensiva como um conjunto de estratégias de enfrentamento utilizado pelos trabalhadores, na sua maioria coletivamente, objetivando corresponder às expectativas da organização do

totalidade das respostas, mesmo entre aqueles que apontaram quais pessoas poderiam contar. “Bater na madeira”, pedir proteção de Deus ou de algum santo católico mostrou-se uma defesa coletiva, elaborada por todo o grupo.

Nunca precisei, mas se eu ficasse doente, perdesse tudo com uma doença. Isso aí é vítima, é trágico, também é fácil. É muito fácil perder tudo com uma doença. Se for para eu perder tudo e depender a gente vai depender. Não sei de quem, mas vai. A minha sogra não depende hoje da gente? Mas, isso não vai acontecer nunca na minha vida porque eu tenho um Deus e Ele é grande. Porque eu confio! Tem muita gente que poderia me ajudar com dinheiro, tem irmão, o cunhado, minha filha. Agora a gente não vai passar por isso! Não preciso nem te responder, Deus não vai deixar (Pedro, ajudante de pedreiro).

O tipo e a intensidade da proteção percebida não variam muito entre os entrevistados, ou seja, a maior parte limitou-se à família nuclear, alguns membros da família extensa, amigos mais próximos, conterrâneos, colegas de trabalho e a poucos vizinhos. A expressão “ninguém” foi utilizada por cinco trabalhadores, mesmo quando faziam referência a outras pessoas.

É difícil, meio difícil apontar as pessoas. Acho que ninguém. Ia ficar na mão de Deus. Se tiver alguém de bom coração. Tenho fé. (Douglas, montador).

Acho que ninguém. Ninguém tem muita condição, todo mundo tem a casa para cuidar. A mulher já seria normal, natural, né? Então, troca ninguém e coloca a mulher. Ah! Coloca Deus também, é mesmo, ninguém não, têm Deus ainda (Marcos, pedreiro).

Deus foi citado por quinze entrevistados como parte da rede ou em referência a fé que as pessoas depositam nele. A esse respeito, Pietrukowicz (2001, p.34) afirma que a “fé é o alimento que dá à vida esperanças de dias melhores e ajuda a enfrentar as experiências mais dramáticas do cotidiano”. É fonte de energias na recuperação da dignidade humana, oferecendo um sentido à vida, consolo e orientações ante as situações de angústia, e, além do mais, identifica as pessoas como “filhos de Deus”.

Os resultados obtidos mostram que as associações, comunidades de bairro e o sindicato da categoria⁸¹ não foram citados nenhuma vez, não fazendo parte das redes sociais dos entrevistados. O baixo nível de associativismo da classe trabalhadora, tanto no que diz respeito ao associativismo sindical, como ao de classe e ao comunitário é, apontado, por

trabalho e corroborando com o enfrentamento das ameaças à perda do posto de trabalho ou dos direitos e garantias trabalhistas sem adoecerem. Tais mecanismos permitem que os trabalhadores modifiquem, transformem e minimizem a percepção da realidade que podem fazê-lo sofrer, utilizando estratégias de enfrentamento como a negação do perigo, passividade, conformismo, agressividade, individualidade, entre outras.

⁸¹ Lautier e Pereira (1994) encontraram resultados semelhantes quando estudaram os trabalhadores da construção civil na América Latina. No caso de Valparaíso-Chile, o sindicato é completamente ausente no discurso dos trabalhadores.

Taigy (2000), como um atributo marcante da população brasileira. O fraco associativismo nos permite inferir a dificuldade que enfrentam para romper as fronteiras dos elos pessoais, embora transcendê-las seja fundamental para o enriquecimento das redes informais e, conseqüentemente, para a ampliação da capacidade de mobilizar diferentes formas de ajuda face à situação inesperada.

A entrevista realizada com o diretor do Sindicato da Construção Civil de São Carlos mostra um sindicato ligado apenas aos Recursos Humanos das empresas do setor, restrito as partes burocráticas e distante dos trabalhadores com ou sem carteira de trabalho. Neste último caso, além de estar à margem dos direitos assegurados na legislação, encontram-se excluídos de qualquer relação com os sindicatos. Torna-se evidente o completo desconhecimento sobre os acidentes ocorridos na cidade, sobre os locais fiscalizados e sobre o percentual de informalidade.

Às vezes, quando tem alguma denúncia, quando algum trabalhador vem aqui à gente corre atrás. A gente faz o levantamento certinho, faz comunicação ao ministério do trabalho. [*– Qual foi à última vez que fez uma comunicação?*] Para falar verdade, desde que eu voltei definitivo [*– Quando você voltou em definitivo?*], vamos falar de 2000 para cá, não me lembro de nenhuma denúncia, boa, que vale a pena descrever. Não tenho dados dos acidentes, é melhor olhar no jornal, sai notícia. [...] Não sei o número de informais, tem um levantamento geral. Mas, não sei. Teria que fazer um levantamento [*– E das obras regularizadas, você tem?*] Isso é com a prefeitura, procura eles. O papel nosso é ligado ao RH das empresas, tenho que recolher a taxa do sindicato e ajudar na aposentadoria de quem nos procura. Só uma vez fizemos um curso de direcionamento profissional. O interesse é muito pouco, o interesse dos trabalhadores é muito pouco. O fato é que o interesse dos sindicalizados é muito pouco, dos trabalhadores entende? A gente fica aqui, esperando eles (Diretor do sindicato local).

Por outro lado, o sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos foi citado indiretamente por parte dos entrevistados quando descrevem os momentos de infortúnio ou como referência de apoio na cidade⁸². Os entrevistados Expedito, Abraão, Pedro e João Batista, ex-metalúrgicos, afirmaram que procuraram ajuda dos Departamentos Jurídicos e Previdenciários do Sindicato dos Metalúrgicos para auxiliá-los no cálculo do processo de aposentadoria ou para receberem apoio jurídico nos processos movidos contra as metalúrgicas, devido ao não recebimento dos direitos trabalhistas ou devido aos acidentes de trabalho. Expedito afirma que não conseguiu se aposentar com o salário de metalúrgico, mas caso não tivesse recebido ajuda

⁸² O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Carlos, fundado em 25/4/1962, possui forte tradição histórica na cidade e de apoio a outras categorias profissionais, como a greve ocorrida no Frigorífico São Carlos do Pinhal em 1968, quando em plena ditadura, o Sindicato organizou e mobilizou, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, uma passeata de protesto ao atraso dos salários dos operários do Frigorífico (PAINO, 2002).

do Sindicato dos Metalúrgicos não teria conseguido se aposentar, pois enfrentou muita dificuldade para comprovar o tempo de trabalho rural. Mesmo entre os entrevistados que nunca trabalharam como metalúrgicos, como no caso do pedreiro Antônio, o Sindicato dos Metalúrgicos é citado espontaneamente como referência:

O processo da minha aposentadoria está agarrado a anos. Aí procurei o despachante policial do sindicato [– *O Sindicato da Construção Civil?*] Não, dos metalúrgicos. Ele era conhecido na cidade. Ele ajuda nos processos dos metalúrgicos. Foi o próprio Pedro, meu ajudante que me indicou o despachante. O Pedro foi orientado a continuar pagando o INSS quando a CBT faliu. Aí quando eu comecei a pensar em me aposentar, o Pedro me mandou procurar o cara. Eles já sabem os macetes? Não adianta ir à previdência sem tudo certinho, sem a papelada correta [– *E o Sindicato da Construção, não pôde te ajudar?*] Para falar a verdade para senhora, nem fui atrás deles. Desde que cheguei na cidade para trabalhar na construção nunca tive contato com o sindicato. Meu cunhado se acidentou na construção, procurou os caras [O sindicato] em São Paulo e não teve nenhum apoio. Entrou na justiça sozinho contra a construtora que não pagou os direitos dele. (Antônio, pedreiro).

Ao nosso ver, o que é antes de tudo determinante, não é apenas a ausência do Sindicato da Construção Civil na luta por condições de trabalho menos precárias, mas também o futuro que a profissão lhes oferece. Ou seja, à medida que o sindicato da categoria não é parte integrante das redes sociais destes trabalhadores, eles perdem o único meio de representação institucional que lhes restava diante da precariedade dos contratos de trabalho e da contínua perda dos direitos.

Para muitos, resta apenas o sonho da aposentadoria, ou seja, esperam aposentar quando não mais tiverem forças para continuar trabalhando. Porém, o que certamente estes trabalhadores desconhecem é que a concessão de aposentadoria por velhice aos 65 anos para os homens e 60 para as mulheres somente é garantida aos trabalhadores cujo tempo de contribuição mínima seja equivalente há 180 meses, ou seja, quinze anos. Isto é, diferente do senso comum, a aposentadoria por idade não é um direito adquirido, pelo contrário, para solicitar o benefício, os trabalhadores urbanos⁸³, inscritos a partir de 25 de julho de 1991, precisam comprovar 180 contribuições mensais (MPAS, 2006). Caso contrário, quando completam a idade exigida, restará exclusivamente para os trabalhadores com a condição de rendimento inferior a um quarto de salário mínimo domiciliar *per capita* (critério utilizado pela própria seguridade para definir quem pode ser contemplado) a possibilidade de aderir ao

⁸³ De acordo com a Instrução Normativa/INSS/DC nº 96 de 23/10/2003, o trabalhador rural (empregado, contribuinte individual ou segurado especial), enquadrado como segurado obrigatório do RGPS, podia requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário-mínimo, até 25 de julho de 2006, desde que comprovasse o efetivo exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, em número de meses igual à carência exigida (MPAS, 2006).

Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)⁸⁴. Atualmente, excluindo os entrevistados formalmente registrados e os aposentados, apenas Mário e Moisés já contribuíram acima do teto mínimo.

É preocupante o fato de sete entrevistados não contribuírem com o INSS diante da expectativa da aposentadoria por idade. Como descrito no trecho abaixo:

Ultimamente eu não estou pagando não. Não está dando para pagar. Estou querendo pagar sim para minha aposentadoria depois. Se não [...] de todo jeito com 65 anos eu vou aposentar, meu tempo não vai dar [não poderá se aposentar por tempo de contribuição, apenas por idade]. Só se Deus me livre e me guarde se a gente precisar antes. Da última vez tive que ter ajuda de todo mundo. O empreiteiro continuou pagando meu dia de trabalho. Eu não tenho nem cinco anos de contribuição. Só me aposentarei pela idade mesmo porque não vai ter jeito. Por tempo não dá (Paulo, servente).

Cabe aqui ressaltar, que o atual modelo de aposentadoria por idade ou por tempo de serviço apresenta uma série de obstáculos para este tipo de trabalhador que, apesar de nunca ter parado de trabalhar e de ter iniciado ainda criança o trabalho no campo, teve uma trajetória ocupacional instável. Além disso, trajetórias estáveis, assalariadas e contínuas tornam-se cada vez menos presentes no mercado de trabalho brasileiro. Sabemos que para efeitos de aposentadoria, estes trabalhadores precisam computar o tempo de serviço concomitante de atividade rural e urbana. O tempo de trabalho rural⁸⁵ pode ser comprovado através de declarações de sindicato rural, provas testemunhais, entrevistas, documentação do terreno ou notas de venda de produção. Entretanto, para ter direito às regras da previdência rural, ainda são poucos os processos que reconhecem a possibilidade de concessão da aposentadoria rural caso o requerente tenha exercido atividade urbana, como no caso dos entrevistados de origem rural (MPAS, 2007).

Além do sonho da aposentadoria, quatro trabalhadores declaram o desejo de abrir um negócio próprio quando ficarem mais velhos (comércio de material de construção, lanchonete, loja de material de esporte e bar) e três afirmaram que planejam comprar “um pedaço de terra” e retornar para sua cidade natal⁸⁶ para trabalhar na lavoura ou na agropecuária.

Outra estratégia apontada por Pedro, Isaac e Francisco é poupar dinheiro para construir casas e poder viver de aluguel quando não mais conseguirem trabalhar. Dunga

⁸⁴ Com o Benefício de Prestação Continuada os trabalhadores idosos e deficientes de baixa renda podem receber um salário mínimo, porém continuam, mensalmente, pagando o valor da contribuição até completarem o mínimo exigido de 180 contribuições, mais de quinze anos.

⁸⁵ O trabalhador rural está isento de comprovar seus recolhimentos até a data da edição da Lei nº 8.213/91.

⁸⁶ O sonho de retornar para a cidade de origem é percebido pelos entrevistados com uma possibilidade de evitar uma velhice urbana de aguda carência e desamparada. No campo esperam encontrar maior organização social e familiar quando não mais exercerem atividades na construção civil.

planeja fazer o mesmo, mas para isso pretende utilizar o dinheiro da herança que poderá receber:

Tem a herança para sair. Quero aplicar em alguma coisa. Lá 880 mil [valor total da herança, referente à venda das terras da família] divididos para 4. É do pai da mulher. Vai dar uns 220, vou aplicar em casa. Se der na mão um dinheirão desse e não souber aplicar perde. Eu quero construir e alugar. Quero usar o aluguel para parar de trabalhar na construção, o trabalho é pesado e eu vou ficar velho (Dunga, pedreiro).

A existência de projetos ou simplesmente a viabilidade de tornar os sonhos em realidade parece minimizar a insegurança atualmente vivenciada. Por outro lado, a fala dos trabalhadores sem nenhum tipo de estratégia mostra um futuro incerto, desprotegido, e, por vezes, até mesmo inexistente⁸⁷.

Nunca parei para pensar como vou me manter na velhice. Eu dependo do meu trabalho, da minha força. Acho que posso trabalhar menos, mas preciso ter saúde. Agora você perguntando eu acho que a única maneira é a gente começar agora a fazer o futuro. Para quando for começando e envelhecer, a chegar nesta idade, ter alguma coisa para poder parar. Tem que construir alguma coisa na vida, mas com o que eu ganho, acho que é melhor deixar a vida falar, eu não tenho idéia. Não quero depender de filho, não é certo, mas não sei se vou conseguir aposentar, a lei muda de mais (Diego, acabamento final).

Anderson complementa:

Não sei, será que chego lá? Se eu pensar agora fico louco. Não dá para imaginar agora, quem já está com a idade mais avançada ainda pensa, mas como eu vou pensar nisso. Falam que a média de vida no Brasil é pequena. Já imaginou? Nem quero pensar agora porque eu acho que não chego [risos] Velho, não tem força, não agüenta o batente, como vou trabalhar? E não quero depender de ninguém, não sei se até lá consigo me aposentar, hoje tenho carteira, o amanhã a Deus pertence (Anderson, montador).

Como mostram os discursos acima, as crenças, os valores e as expectativas sociais sobre doença e velhice remetem sempre a perdas físicas e, por sua vez, dependência econômica e social. A maioria pretende continuar inserido no sistema produtivo, tendo em vista os baixos valores das aposentadorias ou mesmo a impossibilidade de se aposentar. Porém, treze entrevistados afirmaram que não desejam continuar na construção civil até ficarem idosos, pois não conseguem vislumbrar um envelhecimento ativo neste ramo diante da insegurança estrutural da construção civil.

⁸⁷ Oliveira e Iriat (2005) descreveram o trabalho na construção civil como pesado, discriminado, desvalorizado e sem futuro.

5.1 Formas privadas de proteção: um sonho distante ou uma nova tendência?

A adesão às formas mercantis de proteção social (poupança, seguro de vida, plano de saúde, investimentos financeiros, plano de previdência, plano de aposentadoria público e privado) configura-se como uma das possíveis estratégias de proteção familiar, porém, nem todos os entrevistados conseguem arcar com os custos de adesão e manutenção destes tipos de proteção.

Segundo Bahia (2001), no caso específico dos planos privados de saúde, há predomínio da população de trabalhadores autônomos, aposentados, donas de casa e crianças que não acessam coberturas, nem como titulares, nem como dependentes dos planos assistenciais das empresas. Travasso *et al.* (2000) explicam a esse respeito que tal estratégia é maior entre a população com maior poder aquisitivo e entre os residentes da região Sudeste representando, em média, um gasto superior a trezentos reais entre os domicílios que referiram esse tipo de despesa, segundo dados da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PVV) realizada pelo IBGE em 1996/1997.

Na mesma direção, Kilsztajn *et al.* (2002) baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontam que em 1998 somente 7,2% da população com renda familiar per capita até um salário mínimo possuía plano de saúde, por outro lado o percentual era de 31,2% para a população com renda familiar de 1 a 3 salários mínimos, 63,1% de 3 a 9 salários mínimos e 82,3% acima de 9 salários. Em relação à população com trabalho informal, Martins e Dombrowski (2000) baseados na Pesquisa sobre o perfil socioeconômico realizada pela Fundação Seade, identificaram que 50,2% das famílias de São Paulo, com no mínimo um membro inserido no mercado informal, não possuíam plano de saúde, ao passo que 66,7% das famílias que não tinham nenhum membro na informalidade encontravam-se inseridas nos sistema privado de saúde.

Apesar de restritos a somente uma forma específica de seguridade social – plano privado de saúde – estes estudos mostram que uma grande parcela da população de baixa renda e de trabalhadores informais não consegue arcar com os custos dos sistemas mercantis de proteção social. Entre os entrevistados, Moisés, Pedro, Isaac e Diego pagam por iniciativa própria um plano de saúde. A adesão voluntária foi motivada pela dificuldade de acesso e baixa qualidade do SUS, pelo medo de sofrer algum acidente ou mesmo adoecer e não receber os devidos cuidados, por suas próprias experiências no sistema público e devido aos exemplos negativos vivenciados no SUS por familiares ou pessoas próximas.

Eu pago plano porque vejo como é importante. Quando tive câncer eu só tinha SUS. Graças a Deus minha sogra tinha plano quando sofreu o derrame. Desde então, eu comecei a pagar para mim e para mulher. Como somos velhos [ele tem 69 anos e a esposa 65 anos], eu gasto quase 400 por mês. É muito, se eu não trabalhasse aqui como ajudante não ia dar para pagar só com a aposentadoria. Não vivo com conforto, deixo de comprar muita coisa para ter uma velhice digna, com médico bom (Pedro, ajudante de pedreiro).

Isaac e Diego aderiram ao plano familiar, com cobertura para esposas e filhos, representando mais de 30% da renda familiar. Apenas Francisco possui plano de saúde corporativo⁸⁸ oferecido pela empresa metalúrgica. José e Anderson não têm planos de saúde individual, mas optaram pela adesão das filhas pequenas, justificada pela maior demanda destas ao serviço médico e pela maior fragilidade das condições de saúde durante a infância.

As representações dos trabalhadores sobre a vulnerabilidade da sua saúde e a necessidade de melhores condições de atendimento médico e hospitalar são evidentes primeiramente pelo comprometimento de grande parcela do salário⁸⁹ entre àqueles com plano de saúde privado, e, em segundo lugar, através do discurso de nove entrevistados que desejam futuramente conseguir contratar um plano de saúde, quando obtiverem rendimentos suficientes. Por sua vez, Abraão gostaria de pagar um plano de saúde para seu filho que está na fila de transplante de fígado, pois: “não sonho com plano para mim, já sou velho. Mas, meu menino é novo, tem muito ainda para fazer. Eu me viro com o SUS”.

Ao priorizar a adesão a um plano de saúde, os entrevistados detêm poucos recursos financeiros para aderir ao mercado de previdência privada. Somente Paulo contribui mensalmente com vinte reais para um plano de previdência bancário. Neste caso, a despeito da discussão atual sobre a crise da Previdência Social e da expansão da previdência privada (JARDIM, 2003), a realidade vivenciada pelos entrevistados encontra-se totalmente atrelada à proteção social exercida pelo Estado. Tal cenário é vislumbrado na fala dos trabalhadores uma vez que seis deles desejam retornar a pagar a previdência pública, se possível sob mais de um salário mínimo, para garantir uma aposentadoria melhor. Apenas Diego, trabalhador registrado, disse planejar adquirir um plano de previdência privada para “engordar a aposentadoria”, segundo ele:

Eu queria um dia pagar estes planos de previdência de banco, sabe? Para juntar com a minha aposentadoria. Garantir um futuro melhor. Já fui olhar. O

⁸⁸ Planos corporativos têm a forma de adesão *compulsória*, ou seja, “os custos são subsidiados, total ou parcialmente, pelo empregador”. Normalmente não é uma escolha ou decisão do sujeito em particular, devendo-se mais a uma circunstância que envolve coletivamente o conjunto de trabalhadores (FARIAS, 2001, p.407).

⁸⁹ Farias (2001) explica que mesmo indivíduos ou famílias com capacidade financeira restrita priorizam o consumo de um determinado bem, como, por exemplo, proteção à saúde, em detrimento do consumo de outros bens. Ao privilegiarem a saúde sacrificam outras necessidades e desejos.

gerente [do banco] falou que pode por o nome das minhas filhas no papel, aí se acontecer alguma coisa comigo elas ganham o seguro. Ele explicou que o meu trabalho é arriscado, que é bom ter um dinheiro para elas. Ele disse que mesmo tendo carteira assinada, o governo demora muito a liberar a papelada, aí minha família fica desamparada, entende? Bem melhor este, né? Vou fazer, acho que vou começar com pouco, uns 50 reais e depois aumento, ele explicou que é igual uma poupança, depósito todo mês. A mulher viu na televisão⁹⁰ a propaganda do banco e disse que seria bom a gente ter um, que esse negócio de aposentar só com o governo não é garantido (Diego, acabamento final).

Diego destaca em sua fala, que o plano de previdência privada permitirá ainda um “seguro de vida” para suas filhas. Observa-se na fala de outros três trabalhadores – Douglas, Isaac e João Batista – a vontade de adquirir um seguro de vida, para não deixar desamparados seus familiares, caso percam a vida trabalhando na construção ou por qualquer outro motivo. Moisés foi o único entrevistado que declarou possuir um seguro de vida em nome da esposa.

No caso dos entrevistados, a difusão da crise da Previdência Social pela imprensa ainda não despertou forte interesse pela previdência complementar – com exceção dos entrevistados Paulo e Diego – como já vem ocorrendo, segundo Jardim (2003), como os indivíduos da classe média⁹¹. A principal prioridade dos atores sociais pesquisados encontra-se relacionada com a proteção à saúde. Preocupar-se com a saúde é para eles preocupar-se com a própria vida. A saúde expressa um sentimento de segurança na vida, ou seja, ter futuramente um plano de saúde significa bem mais do que a obtenção de um tratamento médico adequado. Para estes trabalhadores ter saúde, vai além de um bem-estar físico, mental e social, é uma condição indispensável no enfrentamento cotidiano da instabilidade de trabalho. Percebem que possíveis limitações na saúde podem se tornar obstáculos importantes à plena realização do trabalho na construção.

Em segundo plano, priorizam poupar continuamente uma pequena quantia de dinheiro “para um eventual aperto”. Quinze trabalhadores afirmaram guardar dinheiro em casa ou em poupança para lidar com possíveis imprevistos ou para aplicar em outros tipos de investimentos como: compra e venda de animais, compra de terreno, compra de carro e construção de casas para alugar. Anderson e José abriram uma poupança em nome dos filhos, assim, conseguem “garantir um futuro melhor” para as próximas gerações.

⁹⁰ Jardim (2003) afirma que a previdência privada tem na imprensa um forte aliado para a criação da sua imagem, demonstrando os seus benefícios, os tipos de planos existentes, a atual expansão do setor e divulgando a necessidade de aquisição de planos de previdência privada como alternativa ao contexto de “crise” da previdência oficial.

⁹¹ De acordo com Jardim (2003), os indivíduos da classe média são considerados pelo mercado como consumidores potenciais de previdência complementar, pois são preocupados com a gestão do futuro, que está relacionado a um habitus de classe, que orienta os gostos, estilos de vida e práticas objetivas destes indivíduos.

Para Thiago, Expedito e Marcos nenhuma forma mercantil de proteção social faz parte das suas realidades, uma vez que não conseguem custear tais alternativas de proteção, pois “tem vez que nem sobra para a comida”. De maneira geral, para os entrevistados as formas privadas mercantis ainda são um sonho distante. No caso daqueles que aderiram à planos de saúde e/ou à previdência privada, torna-se evidente que, muitas vezes, deixam de lado outras prioridades e necessidades familiares na esperança de garantir melhores condições de vida. Desta maneira, as formas não mercantis ainda assumem papel preponderante na proteção social destes indivíduos, garantindo o apoio social informal em momentos de infortúnio.

5.2 As representações dos trabalhadores: instabilidade e a percepção de insegurança

O trabalho na construção civil é marcado pela informalidade, pela provisoriade, pela instabilidade de emprego e por constante processo adaptativo a novas realidades de trabalho e de vida. Para MANGAS (2003, p.8) é a “expressão paradigmática da sociedade da insegurança, entre cujas características se encontram: a fragilidade dos arranjos laborais, a instabilidade ocupacional, o subemprego, o desemprego recorrente, duradouro e sem perspectiva de inserção no mercado formal”. Popularmente é ainda rotulado como “pesado, desvalorizado, discriminado e sem futuro” (OLIVEIRA; IRIART, 2005, p.3). Isso não significa, contudo, que os trabalhadores entrevistados o percebam desta maneira.

Metade dos entrevistados declarou gostar de trabalhar na construção civil. Para este grupo, há uma série de elementos positivos, entre eles: a alegria do ambiente de trabalho, a relação com os colegas, a liberdade, a autonomia, a falta de chefe, a possibilidade de trabalhar por conta própria, menor pressão de tempo, maior capacidade de consumo, possibilidade de acumular renda para retornar para o campo e menor rigidez da organização do trabalho. Destes, Antônio, Danilo, Francisco, Diego, Lucas, Marcos e Matheus afirmaram ainda que se sentem realizados em trabalhar na construção civil pelo orgulho do fazer e o prazer de construir:

Gosto muito. É o tipo de serviço que você começa a trabalhar, acaba o dia e você nem vê. É a profissão que eu aprendi, é a única coisa que eu faço bem, por isso eu gosto. Sou bom. As pessoas me valorizam. Falam bem do meu trabalho, da minha discricão, sou quieto, aí não incomodo ninguém. Conheço muita gente também (Diego, acabamento final).

Marcos explica em detalhes os motivos que o levaram a gostar de trabalhar no setor:

Gosto de tudo. Foi o que a gente aprendeu a fazer. A gente faz com gosto. Eu gosto muito de fazer acabamento. Aqui como a gente trabalha por dia é a mesma coisa, recebo o mesmo valor para levantar parede e fazer o acabamento. Fico feliz. Chego em casa e tenho orgulho de falar para mulher o que fiz naquele dia. Trago a molecada para ver, gosto do resultado final. Trabalhei pouco tempo como metalúrgico, na CBT e na SICOM, não tinha orgulho! Não via meu trabalho, entende? Não era meu! Como pedreiro eu construo, crio, sou livre, não fico juntando peças de compressor (Marcos, pedreiro).

Estes sete trabalhadores não vêem suas funções como inferiores, nem carregam em suas falas o peso da estigmatização, historicamente, atribuído à profissão como trabalho de “peão”. Por outro lado, divergem nas opiniões quando são questionados se gostariam que os filhos trabalhassem na construção. Apenas Matheus, Marcos e Diego explicam que seus filhos poderiam seguir esta profissão, caso fosse a vontade deles.

Se meus filhos quiserem ser pedreiro eu vou apoiar, porque não? Se quiser fazer um curso de medicina, engenharia, o problema é dele. Eu acho que cada um faz sua escolha. O trabalho de pedreiro é um trabalho como outro qualquer. Vou achar bom ensinar o ofício, mostrar tudo que sei. Mas por enquanto só tive menina, acho que elas não vão querer. Mas, se nascer um moleque vou levar para o trabalho comigo (Diego, acabamento final).

Por outro lado, Danilo e Francisco não gostariam que seus filhos trabalhassem na construção uma vez que afirmam sofrer com que os outros pensam a respeito da atividade de pedreiro. Acrescentam que, mesmo explicando que eles sentem prazer de trabalhar na construção e que ganham melhor do que como metalúrgicos, são frequentemente questionados sobre o porquê de exercerem um serviço pesado e sujo:

Se eu estou com o uniforme da fábrica ninguém me olha estranho. Mas se eu entro no banco, em uma loja sujo de cimento e de tinta, já me olham atravessado. Acho que para agradar, sempre me perguntam porque um rapaz novo, com estudo, com boa aparência não larga este trabalho sujo, pesado. Já até falaram que se eu parasse minha mão ia ficar menos calejada, com melhor aparência (Francisco, pedreiro).

Moisés, formado em Direito, explica que se sente mais feliz e realizado profissionalmente como pedreiro do que na época em que era metalúrgico ou quando tinha o açougue, mas percebe nas pessoas o sentimento de “pena por ser formado e trabalhar como pintor. Eu não tenho vergonha, gosto, mas as pessoas acham que é trabalho de gente sem estudo. Minha mãe evita falar para os outros o que eu faço”.

A atribuição social negativa da profissão aparece na fala de Lucas. Apesar de se identificar como pedreiro, de gostar de seu serviço e de não planejar trabalhar em outro tipo

de função, Lucas afirma que “de jeito nenhum aceitaria que meu filho fosse pedreiro. É um serviço pesado e instável. Quero que ele faça qualquer outra coisa menos isto”.

A outra metade dos entrevistados ou se percebem como pessoas diminuídas perante a sociedade pela falta de estudo, que não lhes permite pleitear melhores serviços, ou se identificam com as outras profissões por eles já exercidas. Eles vêm a construção civil como uma etapa passageira, mesmo que já desempenhada por vários anos ou como a última opção que lhes restam. Neste grupo, todos afirmaram que não aspiram o mesmo futuro para seus filhos, sendo que os mais jovens demonstram não estarem contentes com a atividade desenvolvida, chegando a afirmar que, desejam, futuramente, trocar de serviço.

Igual te falei, trabalho aqui não por gostar, mas foi o que apareceu. Por falta de serviço. Ainda vou trabalhar em uma metalúrgica. Mas, para trabalhar na Volks [fábrica de motores] tem que ter curso. Tem que ter pelo menos curso técnico de mecatrônica, eletrônica. Eu vou começar estudar, não sei quando, mas quero fazer um curso técnico. Eu fazia mecatrônica, mas tranquei minha matrícula e parei por falta de grana. Era curso profissionalizante. Não adianta ter só segundo ano. Olhe quanto ex-metalúrgico está trabalhando aqui para o patrão, não estudaram e agora tem que pegar no pesado. Não quero isso para meu filho. Não merece. Vai fazer faculdade, não ficar sujo de cimento⁹² (Anderson, montador).

No caso dos ex-metalúrgicos, com exceção de Moisés e Marcos e dos irmãos Danilo e Francisco, todos os demais continuam se identificando como metalúrgicos e se auto-culpabilizam por terem que trabalhar na construção, devido à baixa capacidade de adaptação frente às novas exigências⁹³ do mundo do trabalho e das organizações. Para eles, a “pouca iniciativa” de estudar ou mesmo a “preguiça” de buscar melhores qualificações foram as responsáveis por excluí-los das indústrias metalúrgicas e do emprego formal.

Eu mereço, vou falar a verdade para a senhora. Eu estou aqui, trabalhando no sol e no pesado porque não estudei. Não faltou oportunidade, tive pouca iniciativa. Eu sou mecânico dos bons. Não tinha um que fosse bom como eu. Se tivesse cabeça, um pouco menos de preguiça, tinha crescido lá dentro. Quem sabe nem tinha lesionado a coluna, né? Eu me culpo por isso, se tivesse mais do que a primeira série, eu poderia trabalhar em outro posto e não tinha me acidentado. Aí quando a CBT fechou, eu ia conseguir emprego nas fábricas da cidade, porque ia ter curso e coluna boa (João Batista, acabamento final).

⁹² Lautier e Pereira (1994) descrevem que alguns operários buscam apagar toda marca de cimento ou da pintura ao sair do canteiro e vestem o melhor que podem. Assim, conseguem negar, fora do espaço de trabalho, sua identidade de trabalhador. Para eles, esta forma de negação pode representar um sinal de mobilidade para outro tipo de emprego.

⁹³ A esse respeito, Castel (2005) afirma que junto com o desemprego e precariedade das condições de trabalho e da individualização das tarefas e trajetórias profissionais há também uma responsabilização dos sujeitos. Cada um passa a encarregar-se de si mesmo, buscando ser bem sucedido, sob a ameaça permanente do desemprego.

Thébaund-Mony e Druck (2007, p.26) explicam que a mesma lógica que incentiva a constante inovação tecnológica atinge impiedosamente a força de trabalho, transformando-os em “obsoletos e descartáveis, homens que devem ser ‘superados’ e substituídos por outros ‘novos’ e ‘modernos’, isto é ‘flexíveis’”. Vivemos, para elas, “o tempo de novos (des) empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato, e, dentre elas, a terceirização/subcontratação ocupa lugar de destaque”.

Estes “(des) empregados” não percebem como os processos de reestruturação produtiva e de terceirização levaram a destruição das ocupações por eles exercidas, após a alta inserção de tecnologia e maior exigência de qualificação. Ao contrário, eles se sentem responsáveis por não dotarem os “meios e atributos (novos) exigidos pela reestruturação em curso para ter empregabilidade”, ou seja, por não conseguirem ser o homem “flexível”, capaz de “se adaptar facilmente a novas situações, que tem iniciativa, que são ágeis” (THÉBAUND-MONY; DRUCK, 2007, p.26). Quando muito, conseguem, em parte, culpar o “dono” da empresa pelo mau gerenciamento e, conseqüentemente, pela falência e venda das empresas nas quais trabalhavam e, por vezes, percebem a entrada dos mais jovens como um dos motivos que os impedem de retornar ao mercado de trabalho formal.

Quando a CBT fechou fui procurar emprego nas metalúrgicas porque sou metalúrgico. Mas já era velho e sem estudo. Tinha muito moleque novo, sem saber nada de chão de fábrica que conseguia emprego. Eles deviam chamar a gente e mandar fazer, testar. Aí eu queria ver moleque tirar trabalho meu. Hoje já consegui aposentar, mas não como metalúrgico, só salário mínimo. Aí tenho que trabalhar aqui porque sou sem estudo e também por causa dos donos da CBT que deixaram aquilo fechar [...] Como pôde? (Expedido, servente).

Em comum, dezessete entrevistados afirmaram que o maior problema de trabalhar na construção civil é a vulnerabilidade ocupacional e não somente o trabalho pesado, precário ou a menor remuneração. O que preocupa o grupo analisado não é a precariedade das condições de trabalho na construção, mas sim a precarização do emprego em todos os setores produtivos. Diante disso, os entrevistados, constantemente, se sujeitam a situações nocivas e perigosas e reprimem qualquer tipo de descontentamento para não perderem a vaga na empresa, ou a confiança do empregador ou um serviço. Trata-se, segundo Perrin (2004), apud Druck (2007), de mecanismos de controle social. São como “modos de subordinação” no novo contexto econômico do capitalismo flexível e mundializado, no qual os trabalhadores por medo de perderem o emprego e pela insegurança se sujeitam ao “tempo produtivo”. Antônio explica:

Quando comecei na construção não engolia sapo. Sou calmo, mas se me desrespeitasse [...] Tenho meu valor. Eu pedia a conta e ia para outra construtora, tinha muita oportunidade. Mas, agora é diferente. Você tem conta para pagar, então tem que respirar fundo, escutar coisas que te desagradam e continuar trabalhando. Até quando estou trabalhando por conta escuto desaforo. Vê a gente assim [mostra a roupa suja de pó de gesso] e acha que pode tratar igual cachorro. Não reclamo de mais nada (Antônio, pedreiro).

Vivenciam também a ameaça constante de “não mais conseguir preencher os pré-requisitos”, de serem excluídos de vez do mercado de trabalho:

Para ser sincero para senhora, eu acho que daqui a pouco eu não vou servir mais nem para ser servente. Acho que enquanto eu tiver com este empreiteiro tenho emprego. O dia que ele parar e eu tiver que procurar emprego de novo, não acho. Não vou mais conseguir preencher os pré-requisitos deles. [- *Como assim, me explique melhor?*] Velho para trabalhar em serviço pesado, mal sei ler e fazer conta para ser ajudante de alguma coisa. Falo com a mulher que se perder este emprego vou ter que catar latinha na rua. Falo sério (Paulo, servente).

A angústia de um futuro incerto, diante do crescimento do desemprego, entremeia as falas dos trabalhadores. Conforme observamos, à medida que a precariedade das relações de trabalho torna-se um processo social presente em toda a sociedade, trabalhadores que no passado vivenciaram um certo grau de direitos ou maiores oportunidades de trabalho assalariado percebem maior vulnerabilidade e fragilidade na construção civil, como os ex-metalúrgicos:

Acho que ninguém se sente estável! Hoje em dia principalmente. Antes tínhamos a sensação que se perdesse um emprego achava outro rapidamente, também tinha os direitos, então sabia que podia pegar FGTS. Não me sinto estável. A instabilidade não vem só do lugar que você está e sim da condição social que está no Brasil, econômica. De repente você está seguro em determinada firma e esta firma vai embora, vai embora e aí? Acho que é isso aí é difícil. Por isso que eu te falo, a gente tem que sempre aprender, procurar sempre fazer o que gosta, estudar. É importante estar sempre se reciclando. Olha meu caso, a Climax foi vendida, e, mesmo com curso superior, eu fui mandado embora. Custo, né? Na construção eu não tenho estabilidade nenhuma. A minha estabilidade é a mulher. Ela é funcionária pública, isso sim é garantido. Então, diminui o desespero, tenho tempo para arrumar outro serviço cada vez que acabo um (Moisés, acabamento final).

O mesmo ocorre com os entrevistados mais jovens quando são filhos de trabalhadores públicos, como Douglas e os irmãos Danilo e Francisco. Apesar de ser um dos poucos assalariados entrevistados, Douglas não considera o trabalho registrado sinônimo de estabilidade, pelo contrário:

Trabalho com carteira, mas isso não me faz sentir estável, é só menos pior do que estar jogado a sorte. Acho que minha mãe se sente estável, ela sim, eu não! [- *Por que sua mãe se sente estável?*] Ela é concursada, é enfermeira

pública. O salário pode até atrasar, como acontecia quando éramos adolescentes [irmãos]. Lembro que atrasava, mas não falha, entende? Isso é estável, agora ter carteira não me dá estabilidade, só é menos pior. Não sei se a firma vai quebrar, se amanhã ele vai continuar indo com a minha cara ou se vai preferir outro cara. Meus negócios [criação de cavalos] dão segurança. Mas, não ligaria de viver sem carteira se fosse para ter minha própria fazenda, meu próprio pasto, ai seria estável. (Douglas, montador).

Os irmãos Danilo e Francisco, filhos de um ferroviário aposentado e de uma dona de casa, mantiveram por anos a dupla jornada de trabalho em busca da estabilidade desfrutada, no passado, por sua família. Para eles, o trabalho registrado na metalúrgica poderia trazer a estabilidade que não tinham na construção, entretanto, com o tempo, começaram a perceber que vivenciam maior instabilidade na metalúrgica do que trabalhando na construção.

Sempre tivemos de tudo. O pai era ferroviário e a mãe só cuidava da gente. Tudo do bom e do melhor. Depois que pai foi embora morar no Mato Grosso, a gente tinha que dar o mesmo para mãe. Ela cobrava sempre, tínhamos que ter um emprego certinho [registrado]. Mas, não dá estabilidade! [- *O que não te dá estabilidade, a construção ou a metalúrgica?*] Não os dois! Pode até ser que trabalhar com carteira seja mais seguro, mas não acho! Por isso trabalhamos tanto! Não confio na metalúrgica, olha o que fizeram com meu irmão. Demissão em massa entende? Tenho a sensação que sou o próximo. Na construção também não sei se vamos ter serviço, só que pelo menos, sempre tivemos. Mas, para mãe o certo é trabalhar em fábrica. A gente conversa muito sobre o pai. Você olha para ele, e vê um senhor tranqüilo, vive pescando. Acho que ele não tinha que preocupar com o amanhã, se iam passar o facão? [risos] Meu irmão já foi [demitido]. Quem vai ser o próximo a sair da fábrica? (Francisco, pedreiro).

Muitos entrevistados não vislumbram mais a possibilidade de retornar ao mercado formal, e, por outro lado, também não conseguem ver um futuro estável na construção devido às grandes exigências de força física, bem como as oscilações constantes que este setor historicamente sempre enfrentou. Segundo José:

Hoje a construção está boa, amanhã não sei. Tenho tempo de profissão e já peguei de tudo. Época que ninguém nem pintava a casa. Era difícil qualquer serviço. Hoje deu um 'bum'. O Lula melhorou o nosso lado. Olha isso [aponta para o condomínio residencial]. Há quanto tempo à senhora não vê isso? Está uma maravilha, mas e amanhã? Por isso não posso dar o conforto que minha mulher merece. Ela tem que trabalhar (José, pintor).

É marcante, no caso dos aposentados, a segurança que o benefício da aposentadoria acarretou na vida dos entrevistados e de suas famílias, mesmo quando precisam continuar trabalhando para aumentar a renda familiar. Percebem a aposentadoria como uma conquista pessoal e justa para uma vida dedicada desde a infância ao trabalho. Uma possibilidade de conseguir ter acesso a empréstimos, ao crediário e ao consumo.

Demorou, mas consegui! Minha aposentadoria vem todo mês. Aí dá para pensar em comprar um computador para os netos, um agrado para mulher. A renda é curta, mas com a aposentadoria eles confiam mais na gente. Ta bem melhor agora (Expedito, servente).

Na opinião de oito trabalhadores, a maior remuneração permitiria a adesão às formas de proteção e maior poder de consumo, trazendo, portanto, maior sensação de segurança⁹⁴.

Se eu ganhasse bem, não ligaria ficar sem carteira ou trabalhar por conta. Com um bom dinheiro dava para pagar plano [saúde] e fazer um seguro para mim. [- *Qual tipo de seguro?*] É, de vida, aposentadoria, qualquer um que garantisse a mulher e os meninos. Mas, é loucura ganhar mal e sem carteira. Não dá para dormir sossegado (João Batista, acabamento final).

É possível falarmos que as estratégias familiares adotadas por alguns entrevistados aumentam a percepção de segurança, como no caso dos trabalhadores cujas esposas optaram por procurar um emprego registrado ou conseguiram um serviço público estável e garantido. Porém, uma grande maioria não percebe as tradicionais funções assistenciais exercidas pela família como fatores que tragam segurança, pois, como afirma Serapioni (2005), tais funções são pouco visíveis para os trabalhadores, na medida em que não resultam das relações trabalhistas, sendo caracterizadas por sua dimensão moral e afetiva.

Partes dos trabalhadores entrevistados percebem a “precarização social” que, segundo Druck (2007, p.10), compreende uma “dupla institucionalização da instabilidade”. Formada pela junção entre “precarização econômica” (precarização da estrutura produtiva e da precarização salarial) com a “precarização da proteção social⁹⁵” (transformação da legislação do trabalho e a transformação do sistema legislativo “fora do trabalho”). Como consequência, enfrentam cotidianamente a vulnerabilidade social e sofrem a “condição de insegurança e instabilidade, misturados com impotência, revolta e resignação” (p.20).

Podemos inferir, a partir da análise das trajetórias ocupacionais e da percepção dos trabalhadores que, para a maioria do ex-metalúrgicos, trabalhar na construção significa perda de direitos e de garantias, bem como maior instabilidade de renda e menor capacidade de

⁹⁴ Farias (2001, p.411) afirma que as noções de segurança e de proteção são diferentes. A proteção é um “elemento externo ao sujeito e possui, via de regra, uma materialidade própria; não é uma experiência subjetiva, mas sim um estado de coisas (leis, instituições, procedimentos, ações etc.)”. Desta forma, a noção de proteção relaciona-se à construção de mecanismos concretos que visam atenuar ou eliminar as consequências do desenvolvimento capitalista, social e politicamente reconhecidas como negativas. Por outro lado, o autor explica que a sensação de segurança é “produto da mediação subjetiva operada pelo sujeito posto em contato com os eventos e processos que caracterizam o contexto específico em que ele está inserido, dentro do qual a existência de algum mecanismo de proteção constitui apenas um entre vários elementos. A segurança é uma experiência subjetiva que reflete a interação entre o conjunto de características particulares de cada sujeito (socioculturais, econômicas, psicológicas etc.) e um dado contexto”.

⁹⁵ Para Castel (2005), a proteção social é a condição para formar uma sociedade de semelhantes, o que podemos chamar de democracia.

consumo. Foi uma das últimas opções remanescentes diante da exclusão do mercado formal, por isso, muitos dos ex-metalúrgicos entrevistados não possuem o sentimento de pertencimento ao setor da construção civil.

Com exceção dos irmãos Danilo e Francisco e do entrevistado Moisés, deixar de ser metalúrgico denotou a perda da identidade profissional e a ruptura de projetos profissionais e/ou pessoais, como o sonho “de se aposentar como um metalúrgico” ou de apenas continuar exercendo o ofício de metalúrgico, como narrado por Abraão, segundo ele: “sou metalúrgico, só queria continuar sendo torneiro? Só queria isso. Não é certo ser demitido desta maneira! Tenho minha competência. Queria fazer o que sei, o que sou bom”.

A transformação das trajetórias ocupacionais dos ex-metalúrgicos entrevistados representou ainda a perda das referências e do contato social com a categoria ocupacional da qual faziam parte, a esse respeito Expedito explica:

Enquanto trabalhei na CBT tinha contato com os colegas de trabalho, era gostoso encontrar na rua. Hoje tem o centro recreativo⁹⁶ aquilo é uma maravilha. Meus meninos iam adorar. Já fomos na colônia de férias, no litoral. Agora, que estou velho, não tenho mais contato com o pessoal e não dou conta de jogar bola com a molecada aqui dá obra. Eles são novos, o papo é outro. São divertidos, mas é diferente, entende? Fiquei sem lugar para passear! (Expedito, servente).

Por outro lado, para a maior parte dos trabalhadores de origem rural, que não vivenciaram em suas trajetórias o trabalho assalariado fabril, o trabalho na construção trouxe melhores condições financeiras e maior capacidade de consumo, a despeito da nocividade das condições de trabalho, e, por vezes, menor precariedade quando comparado com o período de trabalho no campo. Para eles, o trabalho urbano, na construção, vem permitindo paulatinamente o acúmulo de bens, bem como, maior renda do que se continuassem no campo. Possibilitando, quiçá, concretizarem futuramente o desejo de retornar para o meio rural, não mais na condição de empregado, mas como proprietário de um pedaço de terra ou para cuidar da própria criação de animais.

Apenas para os entrevistados Douglas, Isaac e Mário, o trabalho na construção civil é visto como mais precário do que as atividades que realizavam no campo, no que se refere às condições de trabalho, ao ritmo de trabalho e a renda mensal. Para Douglas, o trabalho com a criação de animais era mais “agradável” e “tranquilo” do que na construção, enquanto para Isaac era mais “prazeroso” e “menos cansativo” trabalhar como tratorista, além de melhor

⁹⁶ Refere-se ao centro recreativo e cultural “Dr. Antônio Cabeça Filho”, de propriedade do Sindicato dos Metalúrgicos”.

remunerado. Na mesma direção, Mário explica que “trabalhar na construção não é a mesma coisa de trabalhar com a terra, aqui [na obra] é muito puxado, é trabalho forte o tempo todo. Bem diferente de que ser caseiro. Eu fazia meu ritmo, não ficava trabalhando sob o sol forte e ainda morava naquela tranqüilidade”.

Desta forma, podemos afirmar que as sensações de insegurança e a percepção de precariedade dependem de múltiplos fatores. Não se pode concluir, por conseguinte, quais dos fatores apresentados exercem maior influência, uma vez que cada trabalhador vivencia de uma maneira singular sua trajetória ocupacional e de vida.

Castel (2005) afirma que as sociedades modernas são construídas sobre o alicerce da insegurança, sentimento de estar à mercê de qualquer eventualidade. Para o autor, o que garante a proteção⁹⁷ não é mais o grupo no qual pertencemos, mas a propriedade que temos. É ela que garante a segurança diante dos imprevistos da existência.

Contudo, como observamos, poucos entrevistados obtiveram ao longo de suas trajetórias ocupacionais oportunidades de acumular bens materiais para garantir sua proteção. Desta forma, à medida que ocorre o aprofundamento da precariedade das condições trabalhistas e previdenciárias, bem como o recuo do papel regulador do mercado de trabalho exercido pelo Estado, um número maior de trabalhadores depara-se com a instabilidade de renda e de emprego. Para eles, as redes sociais informais tornam-se cada vez mais centrais sendo, por vezes, a única ajuda concreta recebida em situações de crise e diante dos acasos sociais e naturais da existência.

⁹⁷ Castel (2005) diferencia a proteção em: **proteção civil** - bens e pessoas em um estado de direito; **proteção social** - riscos de doenças, aos acidentes, ao desemprego, à incapacidade de trabalho devido à idade.

6 CONCLUSÕES

Marcada historicamente por fases de expansão e retração, a construção de edificações vive hoje um período de crescimento do emprego formal. Assim como nas décadas anteriores, no entanto, a informalidade e flexibilidade dos contratos de trabalho permanecem expressivas neste setor. Acreditamos que, diante da grande capacidade de absorção de mão-de-obra, os órgãos governamentais fazem “vista grossa” para a precariedade existente, por vezes, “naturalizando-a”, como algo inerente à profissão ou “próprio” de um canteiro de obras, sendo absolutamente funcionais à economia capitalista e, por isso, são, tradicionalmente, aceitas pela sociedade e legitimadas pelo próprio Estado.

O processo de precarização no setor não é um fenômeno novo, nem desconhecido pela literatura. Entretanto, à medida que a flexibilização e a precarização do trabalho ganham novas configurações e se expandem para outros ramos produtivos e atingem as atividades centrais, a construção civil passa a absorver um “novo” perfil de trabalhador. Ele é “novo”, não por ser flexível ou moderno, mas por englobar trabalhadores qualificados profissionalmente que se tornam obsoletos e, por isso, são descartados de vários segmentos do mercado de trabalho e absorvidos pela construção civil.

A crescente demanda por maior qualificação profissional e educação formal em todas as esferas da produção – do setor primário ao terciário – vem diminuindo as possibilidades de emprego formal para este perfil de trabalhador, ainda que, por ora, com baixa escolaridade (se compararmos como os trabalhadores dos outros setores), porém qualificado profissionalmente e cada vez mais condenado à informalidade. Assim, dentro das novas configurações do trabalho, a construção de edificações deixa de ser, no caso de São Carlos, apenas uma opção para migrantes recém chegados de origem rural, para aposentados ou um “bico” para os recém desempregados, uma vez que passa a ser uma opção de emprego e de renda para profissionais especializados marginalizados do mercado formal de trabalho, como os ex-metalúrgicos entrevistados.

O movimento de reestruturação ocorrido nas firmas de São Carlos deixou um legado enorme de desorganização nas trajetórias ocupacionais dos entrevistados. As principais implicações foram a perda da identidade profissional e, conseqüentemente, das identidades coletivas. Grande parte dos ex-metalúrgicos entrevistados não se identifica como operários da construção, não possuem sentimentos de pertencer ao setor nem mesmo entusiasmo coletivo.

Este processo de reestruturação atingiu também o setor da construção onde, apesar de tradicionalmente precário, os discursos dos trabalhadores com mais tempo no setor mostram a intensificação da prática da subcontratação, estabelecidas por meio de uma extensa rede de serviços contratados, repassados das empresas principais para empreiteiras e destas para organizações cada vez mais irregulares. Como consequência, mesmo entre àqueles cuja maior parte da trajetória ocupacional ocorreu na construção, é possível identificarmos que a reestruturação trouxe maior insegurança nas relações trabalhistas, juntamente com o enfraquecimento da identidade coletiva. Os operários do setor passaram, progressivamente, a se sujeitar a modos de vida cada vez mais instáveis, não conseguindo mais se fixar numa posição ou categoria ocupacional como sujeitos permanentes.

Constatamos que a institucionalização da instabilidade e da insegurança aumentou a vulnerabilidade dos entrevistados e os submeteu a uma série de constrangimentos como: a efetiva desqualificação da qualificação preexistente, condições nocivas de trabalho, riscos constantes de acidente e contratos de trabalho precários ou “de boca”, praticamente inexistentes.

Neste caso, diante de um mercado de trabalho cada vez mais excludente, grande parte dos entrevistados vivencia a completa privação dos benefícios sociais, perda dos direitos trabalhistas e passam a oscilar entre o mercado formal e informal. A renda auferida não é suficiente para o custeio de várias formas mercantis de proteção social, tal como planejado por trabalhadores autônomos de outros setores, como, por exemplo, os profissionais liberais bem remunerados que podem pagar planos de saúde, aposentadoria privada e uma série de seguros disponíveis. Buscam, por conseguinte, nas redes sociais informais todo o amparo que necessitam.

Mostramos, então, que as redes informais foram fundamentais para apoiar os entrevistados na procura por trabalho, bem como no enfrentamento do desemprego, da vulnerabilidade profissional e da inconstância de serviços. A família nuclear e as redes formadas na consangüinidade, na identificação comunal (mesma cidade de origem) e na identificação religiosa preponderaram conforme demonstrado nas entrevistas.

Por outro lado, o Estado, cada vez menos presente, as instituições públicas não-estatais, como o sindicato, e seus parceiros como ONGs, fazem cada vez menos parte das redes destes trabalhadores. Situações estas ainda mais alarmantes, se pensarmos no caso dos informais, pois o sindicato é o único meio de representação institucional.

Apesar de fragilizada, pela desestabilização da condição salarial, pela multiplicação das situações de precariedade e pela vulnerabilidade dos seus provedores, a família vê, paradoxalmente, crescer suas responsabilidades como mecanismo de proteção social.

Outras pesquisas também já haviam comprovado que na medida em que o Estado recua como regulador do mercado de trabalho e da proteção social, as estratégias e situações colocadas em práticas pelos trabalhadores têm na solidariedade familiar seu principal ponto de articulação. O reajustamento e a reorganização do núcleo familiar minimizaram os efeitos causados pela instabilidade vivenciada, principalmente, entre os trabalhadores informais que não podem contar com o fundo de garantia, com o seguro desemprego e nem mesmo como os auxílios assistenciais da previdência social, quando desempregados, acidentados ou acamados.

Com o tempo, os entrevistados começam a economizar parte da renda para enfrentar a vulnerabilidade imposta pelo mercado de trabalho e a realizar “bicos” para conseguir pagar suas contas e ter acesso ao consumo. No caso dos entrevistados não segurados, as economias foram, por vezes, a única forma para obter o “básico” quando não conseguiram ou não puderam trabalhar. A falta de recursos financeiros fez com que muitos trabalhadores retornassem ao trabalho antes mesmo de receberem alta médica, sendo obrigados a realizar suas atividades apesar das limitações físicas e mentais.

As histórias de acidentes e doenças ocupacionais fazem parte do cotidiano dos operários do setor. Os resultados encontrados apontam para a naturalização das adversidades impostas pelas condições de trabalho nos canteiros de obra, principalmente entre os entrevistados não registrados. Parecem resignados ou consternados com a precariedade existente. Por vezes, os relatos de infortúnio trazem à tona a vulnerabilidade esquecida e coletivamente camuflada. Em alguns poucos casos, os episódios mais graves levaram os trabalhadores a vislumbrar a necessidade de buscar estratégias capazes de minimizar a insegurança percebida. Passam, assim, a pagar como autônomo a previdência pública ou adquirem formas mercantis de proteção social, principalmente, planos de saúde.

Mesmo quando possuem algum tipo de estratégia, a maioria absoluta dos entrevistados evitou falar sobre quais formas de apoio poderiam contar caso perdessem a capacidade física para o trabalho, pois ter uma estratégia significa admitir a fragilidade vivenciada. Tentando viver um dia de cada vez ou sonhando um futuro melhor, os entrevistados conseguem atenuar a atual instabilidade e a incerteza quanto ao dia de amanhã. Para muitos, resta apenas o desejo de trabalhar até se aposentar. Entretanto, apesar de terem

começado a trabalhar ainda jovens podem, futuramente, não conseguir preencher os critérios mínimos exigidos pela previdência social.

Pudemos observar, também, que cada trabalhador vivencia singularmente a precariedade do trabalho na construção civil, dependendo da trajetória ocupacional, da identidade profissional, do tipo de rede de apoio informal, da possibilidade de custear as formas mercantis de proteção social, das estratégias adotadas, da capacidade de consumo, das margens de regulação e do acesso à rede de proteção formal. Situações percebidas como precárias para uns podem não ser para outros, mesmo a despeito de todo o processo de precarização já evidenciado e comprovado pela literatura recente sobre a construção de edificações.

Assim sendo, se levarmos em consideração que as redes sociais disponíveis para trabalhadores de baixa renda são, em geral, informais e, por vezes, mutáveis, por sua própria constituição, os entrevistados que no passado conseguiram lidar com situações distintas de infortúnio, podem, futuramente, encontrar outros tipos de dificuldades ou de facilidades diante de circunstâncias similares, dependendo do tipo de rede que puder ter acesso e dos laços existentes.

Sintetizando, a partir da análise das trajetórias e das estratégias adotadas pelos entrevistados, podemos afirmar que o processo de reestruturação econômica modifica o perfil de trabalhador absorvido pela construção civil e torna as situações de instabilidade e de insegurança permanentes. A construção continua a ser um espaço para os trabalhadores em início ou no fim da trajetória ocupacional, mas configura-se também numa opção de trabalho para os trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho. Ampliam-se as situações de desamparo sociais, econômicos e trabalhistas, intensificadas pelos baixos salários e pela fragilidade das redes existentes, fundadas, sobretudo, nos laços familiares, religiosos e, ainda, em alguns casos, nos laços comunais.

Verificamos que as dificuldades em estabelecer vínculos extradomésticos e de ampliar os limites das redes, submetem estes operários a situações ainda mais instáveis. De forma generalizada, percebemos que o perfil de trabalhador entrevistado está cada vez mais descoberto, podendo vir a prevalecer, dentro da atual dinâmica do mercado de trabalho, mecanismos cada vez mais individuais e solitários para suprir a falta de seguridade social e trabalhista imposta a este modelo de trabalhador, cada dia mais flexível, porém menos protegido e mais vulnerável.

7 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A.G.D.B **Subcontratação: uma opção estratégica para a produção**. 2001. 125f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ANDRADE, G.R.B. **Grupo de apoio social no hospital: o caso do “lutando para viver”**. 2001. 85f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nac.de Saúde Pública - Fiocruz, Rio de Janeiro, 2001.
- ASSUNÇÃO, A.A.; LIMA, F.P.A. A contribuição da ergonomia para a identificação, redução e eliminação da nocividade do trabalho. In: MENDES, R (org.). **Patologia do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2003, p. 1767-1789.
- BAHIA, L. Planos privados de saúde: luzes e sombras no debate setorial dos anos 90. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n.2, p.329-339, 2001
- BARBOSA, E.A. **As informações contábeis de suporte ao processo de gestão nas diferentes fases do ciclo de vida de empresas da construção civil de Goiânia-GO**. 2003. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Goiana, 2003.
- BARBOSA, M.F.;SERRA, S.M.B.Estratégia de produção de edifícios verticais com inversão total dos serviços. In: Simpósio Brasileiro de Gestão e Economia da Construção, 3, 2003, São Carlos, SP. **Anais**, São Carlos: UFSCar.
- BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. In: Feldam-Bianco, B. (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas**, 1987, p.159-189.
- BARROS, P.C.R; MENDES, A.M.B. Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. **Psico-USF**, v. 8, n. 1, p. 63-70, jan./jun., 2003.
- BEDRIKOW, B A. Invisibilidade das doenças relacionadas ao trabalho na indústria da construção In: Congresso Nacional sobre Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da Construção (CMATIC), n. 5, 23 a 26 de Outubro de 2005, Olinda, **Anais**. Pernambuco: Fundacentro, 2005.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. 2. ed. Editempo, 1998.
- BILAC, E.D. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. A organização da vida familiar em uma cidade paulistana. São Paulo: Símbolo, 1978. 157p.
- BLANES, D.N. **O trabalhador acidentado na construção civil: sua trajetória na busca de seus direitos**. São Paulo, 1992, 112f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.
- BOISSEVAIN, J. Apresentando “amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: Feldam-Bianco, B. (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas**, 1987, p.195-223.

BORSOI, I.C.F. Acidente do Trabalho, morte e fatalismo. **Psicologia & Sociedade**, v.17, n.1, p.17-28, jan.-abr, 2005.

BOSCHETTI, I. Implicações da reforma da Previdência na Seguridade Social Brasileira. **Psicologia & Sociedade**, v.15, n.1, p. 57-96, jan-jun, 2003.

BOTT, E. **Família e rede social**. 2° ed. Rio de Janeiro: F.Alves, 1976. 320p.

BRANCO J.A.S; SERRA, S.M.B. A prática da subempregada na construção civil da cidade de São Carlos. In: Simpósio Brasileiro de Gestão e Economia da Construção, 3, 2003, São Carlos, SP. **Anais**, São Carlos: UFSCar.

BRANDLI, L.L; MARTIGNAGO, G.; HEINECK, L.F.M.; CUNHA, C.J.C.A. Estratégia de terceirização e subcontratação na construção civil. In: Congresso Nacional de Engenharia de Produção, n.17, 1997, Gramado, RS, **Anais**, Porto Alegre, UFRGS.

BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), **Anuário estatístico da Previdência Social**, 1999 a 2006. Disponível em: <<http://creme.dataprev.gov.br/AEAT/Inicio.htm>>. Acesso em: 01. mar.2008.

BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). **Trabalhador com Previdência**. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/pg_secundarias/paginas_perfis/perfil_com%20Previdencia_02.asp>. Acesso em 10 dez.2006.

BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). **Anuário estatístico de acidentes do trabalho 2002, 2003**. Seção I – Estatísticas de Acidentes do Trabalho. Disponível em:<<http://www.previdenciasocial.gov.br/AEAT2003>>. Acesso em 19 set.2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Oportunidades internacionais para o setor de Construção Civil Brasileiro**, 2002. Disponível em: <www2.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sdp/proAcao/> Acesso em: 4 abr. 2008.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção** (118.000-2). Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 06 set. 2005.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Ação da DRT regulariza situação de operários**. Disponível em: <www.mte.gov.br/DRT/RegiaoSul/PR/Noticias/3325.asp>. Acesso em: 04. mar. 2006.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <www.mteco.gov.br>. Acesso em: 04. mar. 2006.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Indicadores da Indústria da Construção Civil**, 2004. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 22 nov. 2005.

BURITY, J.A. **Redes sociais e o lugar da religião no enfrentamento de situações de pobreza: um acercamento preliminar**. Biblioteca Virtual, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais. Disponível em:< www.clasco.edu.ar>. Acesso em: 17.maio.2006.

CACCIAMALI, M.C; SILVA, G.B., MATOS, F. Sistema Nacional de Emprego: desempenho interestadual. In: OLIVEIRA, M.A (org) **Reforma do Estado- políticas de emprego no Brasil**, Campinas, CESIT, p. 169-92, 1998.

CACCIAMALI, M.C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.14, p. 153-174, jun, 2000.

CACCIAMALI, M.C.; BRITTO, A. Emprego Flexível e Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista da ABET**. v.2, n.1, p.92-120, 2002.

CALEIRAS, J. Globalização, Trabalho e Desemprego Trajectórias de Exclusão e Estratégias de Enfrentamento. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 8, 2004, Coimbra. **Anais**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/LAB2004>>. Acesso em: 24 fev 2006.

CAMPOS, J.C. **O Setor de Construção Civil e a Geração de Emprego**, 2001. Disponível em: <www.economia.ufpr.br/departamento/monografias/monsbicca>. Acesso em: 08 maio. 2006.

CAPOZZI, S. A metamorfose dos gatos. São Paulo, **Construção**. n.2630, 1998.

CARDOSO, A.M. **Trabalhar, verbo transitivo**. Destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística. Rio de Janeiro: FGV, 2000, 252p.

CARVALHO, R.J.M; SALDANHA, M.C.W.; SANTANA, C.T.; JUNIOR CALVALCANTE, P.; PEDROSA, C.P. Condições de trabalho na construção de edificações no triângulo Crajubar – CE. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 18, 1998, Niterói, RJ, **Anais**.

CASADO, J. **Banespa: Contas Ocultas**. Revista *Época*, Edição 131, 2000. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/20001120/neg2a.htm>>. Acesso em: 01. Jul. 2008.

CASTEL, R. **A Insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, 95 p.

CATTANI, A. **Recursos Informáticos e telemáticos como suporte para a qualificação e formação dos trabalhadores da Construção Civil**. 2001, 246f. Tese (Doutorado em Informática na educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CHOR, D.; GRIEP, R.H; LOPES. C.S.; FAERSTEIN, E. Medidas de rede e apoio social no Estudo Pró-Saúde: pré-testes e estudo piloto. **Cad. Saúde Pública**, v.17, p.887-896, 2001.

COELHO, R.S.A. **Método para estudo da produtividade da mão-de-obra na execução de alvenaria e seu revestimento em ambientes sanitários**. 2003.178 f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Faculdade de Engenharia Mecânica, UNICAMP, São Luís, 2003.

COLLETTI, C.; FERREIRA, C.J.F.; CANÔNICO, D.C.F.; SANTOS, E.P.; MILANI, G.D.; MACHADO, L.F.A.; HONIGMANN, O.A.G. Mercado de trabalho informal e precarização das condições de trabalho: uma análise sobre os vendedores de rua de Jundiá. **Revista da faculdade de direito Padre Anchieta** – v.3, n.4, mar.2002.

COMISSÃO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO –CIC, Construbusiness – **3º Seminário Brasileiro da Indústria da Construção**. São Paulo, 1999.

Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (CNST). **Trabalhar sim, adoecer não**. In: Relatório final, n. 3, 2005, Brasília, DF. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/trabalhador/conferencias.html>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

CORDEIRO, C.C.C.; MACHADO, M.I.G. O perfil do operário da Indústria da construção civil de Feira de Santana: requisitos para uma qualificação profissional, **Rev. Univ. Est. Feira de Santana**, n.26, p.9-29, jan/jun, 2002.

COSTELLA, M;F. **Análise dos acidentes do trabalho e doenças profissionais ocorridos na atividade de construção civil no rio grande do sul em 1996 e 1997**.1999. 169f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **O trabalho informal no Brasil**. Disponível em: <www.cut.org.br/a50110.htm>. Acesso em: 23. out.2005.

DABAS, E. **Red de Redes. Las prácticas de la intervención en redes sociales**. Editorial Paidós. Buenos Aires, 1993, 178p.

DABAS, E.; PERRONE, N. **Redes en Salud**. 1999. Disponível em: <<http://www.pasteur.secyt.gov.ar/formadores/RedSal-Dabas-Perrone.pdf>>. Acesso em: 1. mar.2006.

DAIN, S.; SOARES, L. T. “Reforma do Estado e políticas públicas: relações intergovernamentais e descentralização”. In: OLIVEIRA, M. A. (org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas-SP: UNICAMP, 1998, p. 31-72.

DAVA, G.; LOW, L.; MATUSSE, C. Mecanismos de ajuda mútua e redes informais de proteção social: estudo de caso das províncias de Gaza e Nampula e a cidade de Mapupo. In: **Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Primeira Avaliação Nacional (1996-97)**. Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares. Dezembro 1998. Disponível em: <<http://www.ifpri.org/portug/pubs/ppubs.htm>> Acesso em: 30 set. 2006.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v.14, n.54, abr-jun, p.7-11, 1986.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: FTA/Oboré, 1987a.

DEJOURS, C. Saberes de prudência nas Profissões da Construção civil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v.15, n 59, julho-set, 1987b.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1998, p.14-59.

DIEESE. **Mercado de trabalho e rendimento no Brasil**. Nota técnica 50, set 2007. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec50Pnad2007.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2008.

DIEESE. **Os Trabalhadores e a Reestruturação Produtiva na Construção Civil Brasileira**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DRUCK, G. **A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação** (Versão preliminar). Seminário temático: Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea. Caxambu, MG, outubro de 2007, ANPOCS, n. 31, **Anais**.

DUARTE, I.; AMORIM, J.R.; PERAZZIO, E.F.; SCHMITZ JUNIOR, R. Dermatite de contato por metais: prevalência de sensibilização ao níquel, cobalto e cromo. **Anais Brasileiro Dermatologia**, v. 80, n.2, mar-abr, p.137-142, 2005.

DURHAN, E.R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. 3° ed. São Paulo: Perspectiva, 1984, 245p.

DWYER, T. **Life and death at work: industrial accidents as a case of socially produced error**. New York: Plenum, 1991. Plenum studies in work and industry.

EMIRBAYER, M.; GOODWIN, J. N. Analysis, culture and the problem of agency. **American Journal of Sociology**, v.99, n.6, p.1411-1454, 1994.

FACCHINI, L. A. Uma contribuição da epidemiologia: o modelo de determinação social aplicado à saúde do trabalhador. In Buschinelli, J. T. P., Rocha, L. E., Rigotto, R. M.(orgs) **Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 178-186, 1994.

FAGIANI, C.M. **Trabalho informal: Um balanço bibliográficos dos estudos de casos - Monografia de fim de curso**, UFSCar, São Carlos, 2005.

FARAH, M.F.S. **Processo de Trabalho na Construção Habitacional: Tradição e Mudança**. São Paulo: ANNABLUME, 1996, 308p.

FARIAS, L.O. Estratégias individuais de proteção à saúde: um estudo da adesão ao sistema de saúde suplementar. **Ciência Saúde Coletiva**, v.6, n.2, p. 405-416, 2001.

FIC FRIO. **Fonte de informação ao cliente Tecumseh**. Ano 14, n. 71, dezembro, 2006.

FILGUEIRA, C. H. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. In: CEPAL. **Seminário Vulnerabilidad**. Santiago - Chile: CEPAL, 2001.

FORRESTER, V., 2001. **Uma estranha ditadura**. São Paulo: Editora UNESP.

FRANCO, E.M.A. **Gestão do Conhecimento na Construção Civil: uma aplicação dos mapas cognitivos na concepção ergonômica da tarefa de gerenciamento dos canteiros de obras**. 2001. 252 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

FRANCO, E.M. **Análise Ergonômica do posto de Mestre de Obras**. 1995. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

GERHARDT, T.E. **Situações de vida, pobreza e saúde: estratégias alimentares e práticas sociais no meio urbano**. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n.3, p. 713 -726, 2003.

GHISI, H.O.L **Adaptação estratégica em empresa de médio porte da indústria da construção civil**. 2001, 133f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

GIOVANNI, G. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: Oliveira, M.A (org) **Reforma do estado & políticas de emprego no Brasil**, Campinas (SP), Unicamp-Instituto de Economia IE, 1998, p 9-20.

GITAHY, L. Inovação Tecnológica, Subcontratação e Mercado de Trabalho. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 8, n. 1, 1994.

GOMES, M.A; PEREIRA, M.L.D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência Saúde Coletiva**, v.10, n.2, abr-jun, p. 357-363, 2005

GONDIM, L.M.P.; LIMA, J.C. **A pesquisa com Artesanato Intelectual**. Considerações sobre Método e Bom Senso. João Pessoa: Manufatura, 2002. 87p.

GRANOVETTER, M. **Getting a job. A study of Contacts and Carres**. 2° ed. Chicago: The university of Chicago Press, 1995.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May, 1973.

GUIMARÃES, N.A. Por uma Sociologia do desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n.50, São Paulo, out., 2002.

GUIMARÃES, N.A. **Caminhos cruzados**. Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. 1 ed. Editora 34: São Paulo, 2004, 408p.

GUIMARÃES, N.A. **Desemprego: trajetórias, transições e percepções. Comparando mercados de trabalho sob distintos regimes de welfare (São Paulo, Paris e Tóquio)**. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, Working Paper 59, 2003. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>>. Acesso em: 19 abr.2007.

GUIMARÃES, N.A; SILVA, P.H.; FARBELOW, M. Transições ocupacionais, recorrência do desemprego e desigualdade de sexo e de cor, São Paulo numa perspectiva comparada. Comunicação. In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 8, **Painel 50**, Coimbra, 15-18 set, 2004.

HOLANDA, E.P.T.; BARROS, M.M.S.T. **Características da mão-de-obra na construção civil e diretrizes para o seu treinamento**. Texto de referência para a disciplina O processo da Construção Civil, SÃO PAULO, 2004. Disponível em: <<http://pcc2302.pcc.usp.br/textos>>. Acesso em: 22. mar. 2005.

HONÓRIO, D.E. **A qualidade de vida do operário da construção civil e sua importância na qualidade e produtividade em obras**. 2002. 130f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

INST – CUT Elaborado por LIMA, C.R. **Acidentes e Doenças do Trabalho em 2003**. Organização Preliminar de Dados Divulgados pela Previdência Social INST-CUT. Disponível em:<<http://www.instcut.org.br/documentos/Acidentes>>. Acesso em: 16. dez. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) -.**Nível de emprego na construção civil registra alta recorde em 2007**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=487&id_pagina> Acesso em: 12 fev. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) -.**Pesquisa nacional por amostra de domicílios** PNAD, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pnad2000.shtm>> Acesso em: 01 out. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) -.**Pesquisa nacional por amostra de domicílios** PNAD, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pnad2002.shtm>> Acesso em: 6 set. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) -.**Pesquisa nacional por amostra de domicílios** PNAD, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pnad2004.shtm>> Acesso em: 14 jul. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) -.**Pesquisa nacional por amostra de domicílios** PNAD, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>> Acesso em: 20 mar. 2008.

IRELAND, T. Práticas educacionais com trabalhadores da indústria da construção no nordeste do Brasil: sua contribuição para a mudança. **Informação e Sociedade**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, v.6, n. 1, p. 151-170, 1996.

JARDIM, M.A.C. A previdência social e o mercado de previdência privada: um olhar sociológico. *Revista Abet*, v.2, n.1, 2003.

KILSZTAJN, S.; CAMERA, M.B.; CARMO, M.S.N. Gasto privado com saúde por classes de renda **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 48, n.3, p. 258-62, 2002.

LAUTIER, B. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, n.18, p.5-48, 1993.

LAUTIER, B.; PEREIRA, J.M. Representações Sociais e Construção do Mercado de Trabalho: Empregadas domésticas e operários da construção civil na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v.7, n.21, p.125-151, jul-dez 1994.

LIMA, I.S. **Qualidade de Vida no Trabalho na Construção de Edificações: Avaliação do nível de satisfação dos operários de empresas de pequeno porte**. 1995, 215f. Tese (Doutorado em Engenharia) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

LIMA, J.C; CONSERVA, M.S. Redes sociais e o mercado de trabalho: entre o formal e o informal. **Revista de Ciências Sociais**, n.24, p. 73-98, abril, 2006.

LIMA, J.C; SOARES, M.J.B. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, v.15, n.37, p.163-180, jul-dez., 2002.

LOPES, J.A.A. **Diálogo. Respeito. Confiança.** Disponível em: <http://www.noticenter.com.br/1105/edicao21/lideranca_lopes.htm>. Acesso em: 01 jul. 2008.

MACHADO, M.D.C. **Carismáticos e Pentecostais:** Adesão religiosa e seus efeitos na esfera familiar. Campinas: Autores associados ANPOCS; 1996. 230p.

MAIA, P.A. **Estimativa de exposição não continua a ruído.** Ministério do Trabalho e Emprego, FUNDACENTRO, 2002.

MALDANER, S.M. **Procedimento para identificação de custos da não-qualidade na construção civil.** 2003. 133f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

MANGAS, R.M.N. **Acidentes fatais e desproteção social na construção civil no Rio de Janeiro.** 2003, 73 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

MARTELETO, R.M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação.**v.30, n.1, jan-abr, 2001.

MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. **Mapa do mercado informal.** Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

MARTINS, S.P. **Direito do Trabalho.** 6. ed., São Paulo: Atlas, 1998. 737 p.

MATTOSO, J. **O Brasil Desempregado** – como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAYER, A.C. The significance of quasi-groups in the study of complex societies. In: **The Social Anthropology of Complex Societies.** Londres: Tavistock Publications, 1966, p. 97-122.

MELO JUNIOR, A.S. A Organização do Trabalho na Construção Civil e sua Relação com o Acidente de Trabalho Fatal na Cidade de João Pessoa - PB In: Congresso Nacional sobre Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da Construção (CMATIC), n. 5, 23 a 26 de Outubro de 2005, Olinda, **Anais.** Pernambuco: Fundacentro, 2005.

MELO, M.F.V., MESQUITA, L.S, NÓBREGA, C.A.L.; SIQUEIRA, A.P.A.P.M. **A importância de um programa de treinamento para a segurança dos trabalhadores na construção de edifícios.** Disponível em: <www.infolab.com.br/artigos/>. Acesso em: 29. abr.2006.

MELO, M.F.V., MESQUITA, L.S, NÓBREGA, C.A.L.; SIQUEIRA, A.P.A.P.M. **A necessidade de um plano de prevenção de acidentes do trabalho para empresas da construção de edifícios de João Pessoa.** Disponível em: <www.infolab.com.br/artigos/>. Acesso em: 24. fev 2007.

MENDES, R.; CAMPOS, A.C.C. Saúde e Segurança no Trabalho Informal: Desafios e Oportunidades para a Indústria Brasileira. **Revista Brasileira Medicina Trabalho,** Belo Horizonte, v.2, n. 3, p.209-223, jul-set. 2004.

MENEZES, G.S.; SERRA, S.M.B. Análise das áreas de vivência em canteiros de obra. In: Simpósio Brasileiro de Gestão e Economia da Construção, 3, SIBRAGEC, UFSCar, São Carlos, SP. **Anais**, 6 a 19 de setembro de 2003.

MENEZES, N.A.F.; MENDES, M.; ALMEIDA, E.S. Diferencial de Salários Formal- Informal no Brasil: Segmentação ou Viés de Seleção? **Revista Brasileira de Economia** Rio de Janeiro, v.58, n.2, p. 235-248, abr-jun. 2004.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8ª ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MINHOTO, L.D; MARTINS, C.E. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos Fundap**, n.22, p 81-101, 2001.

MINKLER, M. **Building supportive ties and sense of community among the inner-city elderly**: the Tenderloin Outreach Project. *Health Educational Quarterly*, n.4, 1985, p. 303-314.

MIRANDA, A.R.; GOMES, M.A.N.; GOMES, F.C. Saúde e Segurança no trabalho: Um estudo de caso em empresas do setor de construção civil. In: Congresso Nacional sobre Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da Construção (CMATIC), n. 5, 23 a 26 de Outubro de 2005, Olinda, **Anais**. Pernambuco: Fundacentro, 2005.

MIRANDA, C.R **Ataque ao mundo do trabalho: terceirização e seus reflexos na segurança e saúde do trabalhador**. Disponível em: < <http://www.saudeetrabalho.com.br>>. Acesso em: 2. jun. 2005.

MOLLER, I.H.; HESPANA, P. Padrão de exclusão e estratégias sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.64, dez, 2002.

MONNERAT, E.; PIZZOLATO, N.D., QUELLAS, O.L.G. Ouvindo o operário da Construção civil. In: XVI ENEGEP – 1996, Piracicaba, SP. **Anais**. Piracicaba, Universidade Metodista de Piracicaba. Out, 1996.

MOREIRA, M.M.S. **Trabalho, qualidade de vida e envelhecimento**. 2000. 100 p. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2000.

NERI, M.C. Desemprego, pobreza e informalidade. **Conjuntura econômica**, p 56-58, abril, 2001.

OLIVEIRA, J.S.P. Os trabalhadores da construção civil: Brasil e Regiões Metropolitanas. In: Congresso Nacional sobre Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da Construção (CMATIC), n. 5, 23 a 26 de Outubro de 2005, Olinda, **Anais**. Pernambuco: Fundacentro, 2005.

OLIVEIRA, R.P.; IRIART, J.A.B. "Tudo é arriscado": a representação do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. In: Congresso Nacional sobre Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da Construção (CMATIC), n.5, 23 a 26 de Outubro de 2005, Olinda -PE, **Anais**. Pernambuco: Fundacentro, 2005.

PAINO, J.R.A. **Matizes de uma luta**: Capítulos tenebrosos da história sindical, empresarial e política de São Carlos. A tirania e a crueldade da ditadura e a volta à democracia, depois de muito sofrimento. São Carlos: Suprema, 2002, 2 ed, 190p.

PEIXOTO, C.E. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: _____ (org) **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FCV, 2004, p. 57-82.

PERRIN, E. **Chômeurs et précaires** – au Coeur de la question sociale. Paris, La Dispute, 2004.

PERTICARRARI, D. **Foi com o trabalho que me tornei homem: trabalho, gênero e geração**. 2007. 164f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Universidade Federal de São Carlos, 2007.

PERTICARRARI, D. **Reestruturação produtiva e emprego na indústria de linha branca no Brasil**. 2003. 100f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Departamento de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

PIETRUKOWICZ, M.C.L.C. **Apoio social e religião: uma forma de enfrentamento dos problemas de saúde**. 2001, 129f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2001.

PORTUGAL, S. “Quem tem amigos tem saúde”: O papel das redes sociais no acesso aos cuidados de saúde. In: **Simpósio “Família, Redes Sociais e Saúde”**, Abril de 2005, Hamburgo. **Anais**.

RAMALHO, A.S. Combatendo a informalidade no setor da construção civil. Disponível em: <www.horadopovo.com.br/2008/janeiro/2631-09-01-08/P4/pag4g.htm>. Acesso em: 1 mar. 2008.

RAMALHO, J. R. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, R.C. (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos - reestruturação produtiva, na Inglaterra e no Brasil**. São Paulo: Jinkings Editores Associados, p. 85-113, 1997.

REBELATTO, J.R.; BOTOMÉ, S.P. **Fisioterapia no Brasil**: fundamentos para uma ação preventiva e perspectivas profissionais. 02. ed. São Paulo: Editora Manole Ltda., 1999. 309 p.

REIMANN, L.; FRANCISCO, M. **Cidadania e contratos atípicos de trabalho**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Frabris, 1998.

RIBEIRO, F.S.; PARREIRAS, M.; ALGRANTI, E.; HANDAR, Z.; BEDRIKOW, B. Tendência da exposição ocupacional a sílica e a dimensão da silicose na indústria da construção brasileira. In: Congresso Nacional sobre Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da Construção (CMATIC), n. 5, 23 a 26 de Outubro de 2005, Olinda, **Anais**. Pernambuco: Fundacentro, 2005.

RIBEIRO, K.S.Q.S. **As redes de apoio social e a educação popular: apertando os nós das redes**. UFPB Educação Popular/ nº 06 Disponível em: <<http://www.anped.org.br/27/gt06/t068.pdf>>. Acesso em: 12.jul.2006.

RIGOTTO, R.M. Saúde dos trabalhadores e meio ambiente em tempos de globalização e reestruturação positiva. **Rev. Brasileira de Saúde Ocupacional**, v.25, n.93/94, p.9-20, 1998.

ROSAS, R.E. Social Networks and urban poverty. **Development and society**. v.30, n.2, dez., p.41-56, 2001.

ROTENBERG, L. *et al.* Gênero e trabalho noturno: sono, cotidiano e vivências de quem troca a noite pelo dia. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.3, maio-jun, p. 639-649, 2001.

SAAD, P.M. **Transferências de apoio intergerações na cidade de Fortaleza**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 11, 3125- 3152. Disponível em: < www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idososalem/arq13_cap06.pdf. Acessado em: 17 maio 2007.

SACOMANO, J.B. **Sistemas de administração da produção e a construção Civil**. São Paulo: EESC/USP, 1998, p.37-77.

SALAZAR CRUZ, C.E. “Relaciones extradomésticas en los hogares populares de la periferia de la ciudad de México, **Sociológica**, n.11, v. 2, 1996.

SANTANA, V.S.; OLIVEIRA, R.P. Saúde e trabalho na construção civil em uma área urbana do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n.3, p.797-811, mai-jun, 2004.

SANTOS, B.S. **Pela Mão de Alice – o social e o político na pósmodernidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 348 p.

SANTOS, F.R. **Redes sociales y mercado de trabajo**. Elementos para uma teoria del capital relacional. Madrid, CIS- Siglo veintiuno, 1991.

SANTOS, W.G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SENAI-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Estudo setorial da construção civil**. SENAI, Rio de Janeiro, 1995.

SERAPIONI, M. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10(sup), p. 243-253, 2005.

SERRA, S.M.B. **Diretrizes para gestão dos subempregados**. 2001. 379f. Tese (Doutorado em Engenharia da Construção Civil) - Escola politécnica USP – SP, 2001.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) **Diagnóstico da mão-de-obra no setor da construção civil**. São Paulo: SESI-SP, 1999.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) **Projeto SESI na construção civil : operação de serviços em canteiros de obras no DF**, Brasília, 1991.

SILVA, C.A.D.; ROCHA, L. E.; GIANNASI, F.; PARAGUAY, A.I.B.B. Construindo o progresso. In: BUSCHINELLI, J.T.P., ROCHA, L.E., RIGOTTO, R.M. (Orgs.) **Isto é Trabalho de Gente? Vida, doença e trabalho no Brasil**. São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 294-320.

SILVA, J.S.; BARBOSA, J.L. **O sentido do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro**, 2001. Disponível em: www.iets.inf.br/acervo/artigos. Acesso em: 03. junho.2005.

SILVA, M.L.A. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Cadernos CRH**, Salvador, v.15, n.37, P.81-109, 2002.

SILVA, W.C. **Análise ergonômica do posto de trabalho do armador de ferro da construção civil**. 2001. 116f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SILVEIRA, C.A.; ROBAZZI, M.L.C.C.; WALTER, E.V.; MARZIALE, M.H.P. Acidentes de trabalho na construção civil identificados através de prontuários hospitalares. **Revista escola de Minas**, Ouro Preto, v.58, n.1, p. 39-44, jan. mar, 2005.

SINDUSCON-RIO. **Alfabetizar é construir**. Disponível em: <http://www.sindusconrio.com.br/h_a&c.asp>. Acesso em: 2 jul. 2008.

SINDUSCON-SP. **Nível de emprego na construção civil registra alta recorde em 2007**. Disponível em: <<http://www.sindusconsp.com.br/msg.asp?id=1146>>. Acesso em: 4 fev. 2008.

SINDUSCON-PR. **Programa de combate à informalidade no mercado de trabalho da construção civil**. Disponível em:<www.sindusconpr.com.br/programas.asp>. Acesso em: 12. jun.2005.

SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO. Ministério do Trabalho e Emprego. Resultados da Fiscalização do Trabalho - 2005. Disponível em: <www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp#fisca_trab> Acesso em: 30 maio 2006.

SLUZKI, C. De cómo la red social afecta la salud del individuo y la salud Del individuo afecta a la red social. In: Dabas, E.;Najmanovich, D (orgs.) **Redes, El Language de los Vínculos**, Paidós, Argentina, 1995.

SOUTO, M.S.M.L.; MELO, M.B.F.V.; TAIGY, A.N. Investigação da exposição dos trabalhadores da Indústria da construção à sílica através de uma análise ergonômica do trabalho. In: Congresso Nacional sobre Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da Construção (CMATIC), n. 5, 23 a 26 de Outubro de 2005, Olinda, **Anais**. Pernambuco: Fundacentro, 2005.

SOUZA, H.C.W.L. **Subsistência alimentar em situação de pobreza**: a percepção de representantes de grupos religiosos, participantes de redes sociais na região da Leopoldina. 2003. 213 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nac. de Saúde Pública, Fiocruz, RJ, 2003.

SOUZA, N.H.B de. **Trabalhadores pobres e cidadania**: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil. Uberlândia-MG: EDUFU, 2007, 258p.

SOUZA, U.; MELHADO,U.E.L.S.**Subsídios para avaliação do custo da mão-de-obra na construção civil**. Escola Politécnica da USP. São Paulo: EPUSP, 1991.38p.

TAIGY, A.C. **Transferência simultânea de tecnologia de gestão em projetos consorciados de construção civil: uma abordagem antropotecnológica**. 2000. 276f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

TELLES, V.S. A Pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. **Revista São Paulo em Perspectiva**. v.4, n.2, abr-jun, p 37-45,1990.

THEBAUD-MONY, A; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G; FRANCO, T. (org) *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.23-58.

THEODORO, M.; QUINAMO, T.; ARAÚJO, M. S.; BEZERRA, M. L. “**Atividades informais: evolução e condicionantes atuais – o caso dos trabalhadores autônomos do Recife**”. Texto para Discussão nº. 864, IPEA, Rio de Janeiro, março de 2002.

TOSTA, T.L.D. As novas velhas formas de trabalho: precarização entre trabalhadores de alta e baixa escolaridade. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, n.13, Recife-PE, **Anais**, jun, 2007.

TRAVASSOS, C.; VIACAVA, F.; FERNANDES, C.; ALMEIDA, C.M. Desigualdades geográficas e sociais na utilização de serviços de saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n.1, p.133-149, 2000.

VALLA, V.V. Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. **Comunicação, Saúde, Educação**, v.4, n.7, p.37-56, 2000.

VARGAS, N. **A Prática da Franqueza e da "discordância": a participação dos trabalhadores na gestão de uma construtora**. Rio de Janeiro. FINEP/COOPE, 1984.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. SP: Expressão Popular, 2005. 120p.

VILLACRESES, X.E.R. **Análise estratégica da subcontratação em empresas de construção de pequeno porte**. 1994. 138f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

VIVANCOS, A.G. **Estruturas organizacionais de empresas construtoras de edifícios em processo de implementação de sistemas de gestão da qualidade**. 2001. 66f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) –Escola Politécnica da Universidade Estadual de São Paulo, SP, 2001.

WONG UN, J. A. **Visões de Comunidade na Saúde: comunalidade, interexistência e experiência poética**. 2002. Tese (doutorado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2002.

ZARIFIAN, P. **Mutation des systèmes productifs et compétences professionnelles: la production industrielle de service**”, Apresentação no Seminário Internacional “Reestruturação Produtiva, Flexibilidade do Trabalho e Novas Competências Profissionais”, COPPE UFRJ, 1998.

ANEXO A – CNAE: CONSTRUÇÃO CIVIL

Códigos da CNAE	Grupos
45.1	PREPARAÇÃO DO TERRENO
45.11	Demolição e preparação do terreno
45.12	Perfurações e execução de fundações
45.13	Grandes movimentações de terra
45.2	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL
<i>45.21</i>	<i>Edificações*</i>
45.22	Obras viárias
45.23	Grandes estruturas e obras de arte
45.24	Obras de urbanização e paisagismo
<i>45.25</i>	<i>Montagem de estruturas*</i>
<i>45.29</i>	<i>Obras de outros tipos*</i>
45.3	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA ELÉTRICA E DE TELECOMUNICAÇÕES
45.31	Barragens e represas para geração de energia
45.32	Estações e redes de distribuição de energia elétrica
45.33	Estações e redes de telefonia e comunicação
45.34	Prevenção e recuperação do meio ambiente
45.4	OBRAS DE INSTALAÇÕES
45.41	Elétricas
45.42	Sistemas de ventilação e de refrigeração
45.43	Hidráulicas, sanitárias, gás e prevenção de incêndio
45.49	Outras
45.5	OBRAS DE ACABAMENTO E SERVIÇOS AUXILIARES DA CONSTRUÇÃO
<i>45.51</i>	<i>Alvenaria e reboco*</i>
<i>45.52</i>	<i>Impermeabilização e serviços de pintura*</i>
<i>45.59</i>	<i>Outros serviços*</i>
45.6	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO COM OPERÁRIOS

Fonte: CNAE Classificação Nacional de Atividades Econômicas

* Referente às atividades realizadas pelos entrevistados.

ANEXO B – CÓDIGO BRASILEIRO DE OCUPAÇÃO (CBO)

Códigos	Nome	Descrição
7152	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	Organizam e preparam o local de trabalho na obra; constroem fundações e estruturas de alvenaria. Aplicam revestimentos e contrapisos. Pedreiros de edificações.
7153	Montadores de estruturas de concreto armado	Preparam a confecção de armações e estruturas de concreto e de corpos de prova. Cortam e dobram ferragens de lajes. Montam e aplicam armações de fundações, pilares e vigas. Moldam corpos de prova.
7165	Aplicadores de revestimentos cerâmicos, pastilhas, pedras e madeiras	Planejam o trabalho e preparam o local de trabalho. Estabelecem os pontos de referência dos revestimentos e executam revestimentos em paredes, pavimentos, muros e outras partes de edificações com ladrilhos, pastilhas, mármore, granitos, ardósia ou material similar, tacos e tábuas de madeira. Fazem polimento e lustram revestimentos.
7166	Pintores de obras e revestidores de interiores	Pintam as superfícies externas e internas de edifícios e outras obras civis, raspando-a amassando-as e cobrindo-as com uma ou várias camadas de tinta; revestem tetos, paredes e outras partes de edificações com papel e materiais plásticos, preparam as superfícies a revestir, combinam materiais etc.
7170	Ajudantes de obras civis	Demolem edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas; preparam canteiros de obras, limpando a área e compactando solos. Efetuam manutenção de primeiro nível, limpando máquinas e ferramentas, verificando condições dos equipamentos e reparando eventuais defeitos mecânicos nos mesmos. Realizam escavações e preparam massa de concreto e outros materiais.

Fonte: CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, 2002 (MTE, 2008).

Foram incluídos somente os códigos referentes os participantes desta pesquisa.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

DADOS GERAIS

1. **Idade:**

2. **Sexo:** M () F ()

3. **Escolaridade:** () anos completos.

4. **Estado civil:** () solteiro () casado () mora junto () separado () viúvo () outro:

5. **Número de filhos e respectivas idades:**

6. **Qual é a sua religião?** () católico () espírita () evangélico () não tem () outra

7. **Você frequenta?** () não () sim. **Com qual frequência?**

8. **Local de nascimento:**

9. **Há quanto tempo reside em São Carlos?**

10. **Porque você veio para São Carlos?**

11. **Moradia:** [1] própria (ele que construiu?) [2] alugada [3] reside no trabalho

[4] favor [5] pais [6] outro:

12. **Quantos dependentes existem em sua casa?** (pessoas que não tem renda própria: filhos e/ou outros):

13. **Quem mora com você?** (questionar se a família extensa mora próximo)

Quem contribui com a renda familiar? O que eles fazem?

14. **As pessoas que contribuem com a renda familiar têm carteira assinada?** () não () sim.

15. **Você tem outra fonte de renda** (casa alugada, venda de artesanato) **ou faz algum bico?** () não () sim?

Você se considera o chefe da família? () não () sim. **Por quê?**

16. **Com que idade começou a trabalhar?**

17. **É o seu primeiro trabalho?** () não () sim. **Com o que já trabalhou e por que mudou de ramo?**

CONSTRUÇÃO CIVIL

1. **Há quanto tempo trabalha no setor?**

2. **Como conseguiu esse trabalho? Alguém te indicou?**

3. **Como e porque você começou a trabalhar na construção civil?**

4. **Você tem ou teve parentes, amigos ou vizinhos que trabalham ou trabalharam na construção?**

() não () sim **Quem?**

5. **Estas pessoas influenciaram você a procurar emprego na construção?** () não () sim. **Por quê?**

6. **Qual atividade exerce atualmente na construção civil?**

7. **Há quanto tempo está nesta função?**

8. **Quais atividades você já exerceu na construção civil e porque não as exerce mais?**

9. **Quanto ganha?**

10. **Qual a forma de pagamento?** [1] hora [2] dia [3] semanal [4] quinzenal [5] mensal [6] por empreitada [7] por tarefa [8] por serviço [9] outro

11. **Quem te contratou?** [1] construtora [2] empreiteiro [3] engenheiro [4] proprietário [5] outro

12. **Atualmente você tem algum tipo de contrato de trabalho?** () não () sim. **Qual e por quanto tempo?**

13. **Quantas horas trabalha por dia?**

14. **Você recebe pelas horas extras trabalhadas?** () não () sim. **Como as recebe?**
15. **Você tem carteira assinada?** () não () sim. **Por quê?**
Sempre foi assim? () não () sim
16. **Você trocaria seu emprego atual por um emprego com (sem) carteira assinada?** (de acordo com a resposta anterior) () não () sim. **Por quê?**
17. **Quando não assinam a sua carteira você contribui como autônomo?** () não () sim. **Por quê?**
18. **Quais dos benefícios abaixo você tem direito** (se tiver carteira e se não tiver)?
 [1] férias [2] décimo terceiro [3] almoço ou lanche no local de trabalho [4] cesta básica [5] tíquete de refeição/alimentação [6] vale transporte [7] plano de saúde [8] outro
19. **Quais equipamentos de proteção você utiliza? Quais destes equipamentos o incomodam e por quê?**
 [1] Luva [2] Máscara [3] Bota dorso metálico [4] Bota de PVC [5] Protetor auricular [6] Óculos [7] Capacete [8] Cinto de segurança [9] Uniforme [10] Capa de chuva com gorro [11] Protetor solar [12] Outro
20. **Por que você não utiliza estes equipamentos** (referente aos EPI's não selecionados na pergunta anterior)?
 [1] Não possui [2] Possui, porém em péssimas condições [3] Não gosta de usar [4] Esquece de usar
 [5] Acha desnecessário [6] Incomoda/ Machuca [7] Atrapalha o serviço [8] Outro
21. **Você fez algum curso antes ou depois de começar a trabalhar no setor?** () não () sim. **Quais?**
22. **Como foi que você aprendeu o seu ofício?**
23. **Você gosta de trabalhar na construção civil?** () não () sim. **Por quê?**
24. **Você pretende continuar na construção civil ou está atrás de outra atividade?** () não () sim. **Por quê?**
25. **Você gostaria que seu filho ou filha trabalhasse na construção civil?** () não () sim. **Por quê?**

LAÇOS SOCIAIS

1. **Quais dos itens abaixo você possui?**
 [1] poupança [2] poupa dinheiro em casa [3] seguro de vida [4] plano de saúde
 [5] plano de previdência [6] aposentadoria privada [7] outro
1a Por que acha importante ter?
1b Quais destes itens você gostaria de ter ou pretende ter futuramente?
2. **O que você faz quando não está no trabalho?**
 [1] fica em casa descansando [2] sai com os amigos [3] sai com a família [4] visita ou recebe parentes [5] passeia com a esposa (esposo) [6] vai a igreja [7] frequenta a associação (moradores, sindicato ou partido) [8] participa de mutirões [9] Pratica esportes [10] outro
3. **Já ficou desempregado?** () não () sim. **Por quanto tempo** (exemplificar cada episódio)?
4. **Quando você está desempregado você “se vira” de alguma forma?**
5. **Você conseguiu receber seguro desemprego todas as vezes que ficou desempregado?** () não () sim. **Por quê?**
6. **Quem te apoiou neste época? Como?**
7. **Você continuou assinando sua carteira como autônomo quando estava desempregado?**

() não () sim. **Por quê?**

8. **Nos períodos que ficou desempregado como você conseguiu pagar suas contas?**

9. **Quando você fica desempregado como você procura um novo trabalho?**

[1] pergunta aos colegas e familiares [2] procura no jornal [3] nas obras [4] agência de emprego [5] procura lojas de material de construção [6] distribui currículo [7] outros

10. **Você tem medo de ficar desempregado?** () não () sim. **Por quê?**

11. **Se você ficasse desempregado hoje o que faria?**

12. **Você já sofreu algum acidente enquanto trabalhava?** () não () sim. **Qual?**

13. **Você sente ou já sentiu algum tipo de dor ou desconforto enquanto trabalha?** () não () sim. **Onde e quando?**

14. **Você já ficou afastado por alguma doença ou acidente do trabalho?** () não () sim.

Por que e por quanto tempo?

15. **Você recebeu o atendimento médico que esperava?** () não () sim. **Por quê?**

16. **Você ficou sem receber enquanto estava afastado?** () não () sim

17. **O atestado médico foi aceito por quem te contratou?** () não () sim

18. **Nos períodos que ficou doente ou acidentado você conseguiu pagar suas contas?** () não () sim. **Como?**

19. **Quem te apoiou? Como?**

20. **Das pessoas ou entidades abaixo quais você acha que poderia contar com ajuda financeira se ficasse doente ou desempregado?**

() Pai	() Mãe	() Cônjuge	() Filhos	() Parentes
() Amigos	() Vizinhos	() Igreja	() Político	() Associação
() Colegas de trabalho () sindicato () Comunidade do bairro () Outro				

Por que?

21. **Das pessoas ou entidades abaixo quais você acha que poderia contar com outro tipo de apoio (alimentação, bens, moradia, mão-de-obra, troca de favores, escola para os filhos) se ficasse doente ou desempregado e explique qual apoio você acha que receberia?**

() Pai	() Mãe	() Cônjuge
() Filhos	() Parente	() Amigos
() Vizinhos	() Igreja	() Político
() Colegas de trabalho	() Comunidade do bairro	
() Associação	() Outro	

22. **Você ajudou ou ajudaria alguém que passasse pela mesma situação?** () não () sim.

Quem? De que maneira?

23. **Você se sente estável no seu trabalho?** () não () sim. **Por quê?**

24. **Como você pretende se manter na sua velhice?**

25. **Quais são os seus planos para o futuro?**

APÊNDICE B – O TRABALHO DE CAMPO

Para a realização deste trabalho, foram feitas vinte entrevistas em nove canteiros de obra visitados. As estratégias utilizadas para termos o acesso ao campo variou de caso para caso. Desta forma, nos parece relevante descrevermos como conduzimos cada entrevista.

A descrição das duas primeiras entrevistas realizadas na fase de pré-teste encontra-se no capítulo 02. Independente das modificações feitas no roteiro de entrevista após o pré-teste, não excluimos a entrevista feita com o Moisés e com o Abraão devido à relevância das informações obtidas. Nestes termos, todos os dados coletados na fase do pré-teste fazem parte desta pesquisa.

Após a fase de pré-teste, entrevistamos mais dezoito trabalhadores. O terceiro trabalhador entrevistado foi o Antônio. Pedreiro, com 32 anos de profissão e 60 anos de idade, contratado pelo padre para a construção e ampliação de uma igreja católica. O contato com o entrevistado ocorreu meses antes da entrevista durante um visita feita à igreja com outros fins. Houve interesse imediato em colaborar com o projeto, mas como ainda não tínhamos terminado a análise do pré-teste combinamos por prorrogar a data da entrevista. Meses depois voltamos à igreja e marcamos a entrevista para o dia vinte nove de janeiro de 2007.

Além de autorizar a pesquisa, o padre da paróquia cedeu a secretaria para a realização da pesquisa. Entre todos os entrevistados, o tempo maior de entrevista ocorreu com o Antônio. Dizendo já ter ajudado outros estudantes da mesma universidade, mostrou-se interessado em responder em detalhes cada pergunta, sempre relatando a importância de colaborar com a “educação”. No mesmo dia entrevistamos o Pedro, ajudante de pedreiro, 69 anos de idade, nove anos na construção, contratado pelo Antônio para ajudá-lo na obra da igreja. Não havia mais operários trabalhando nesta obra.

A segunda obra visitada foi à construção de um sobrado no dia seis de fevereiro. O contato com o entrevistado ocorreu na rua, em frente ao canteiro de obra, enquanto este descansava na calçada; mesmo local da entrevista. Há onze anos trabalhando na construção, Paulo, 50 anos de idade, trabalha para um empreiteiro como servente. A conversa extrapolou o tempo de entrevista, pois, naquele dia, segundo o entrevistado, “não tinha como ele trabalhar, porque o pedreiro tinha passado mal das costas e tinha ido para casa. Sem o pedreiro ele não tinha nada para fazer até as cinco da tarde, quando o empreiteiro passaria de volta na obra para buscá-lo”. Depois de responder a entrevista, Paulo nos explicou que caso voltássemos no dia seguinte, logo pela amanhã, poderíamos falar diretamente com o empreiteiro e solicitarmos a permissão para visitarmos outras da suas obras. Comentou, ainda, que caso o empreiteiro concordasse, poderíamos falar com todos os pedreiros no mesmo local, pois, o empreiteiro leva todos os dias na carroceria da caminhonete o seus funcionários aos locais de trabalho. Na manhã seguinte retornamos ao canteiro conforme a sugestão do Paulo. Nesta oportunidade, conseguimos falar com o Antenor – o empreiteiro – e, com sua autorização, marcamos mais quatro entrevistas. Uma entrevista ocorreu na mesma obra, ainda no dia sete de fevereiro, com o Marcos, pedreiro, 53 anos de idade, com 20 anos de profissão e afastado por invalidez pelo INSS. Apenas Paulo e Marcos trabalhavam nesta obra. Outras três entrevistas foram agendadas para o dia doze de fevereiro, como descreveremos mais à frente; Dunga, Isaac e Mário. Todos preenchem os critérios da pesquisa, mínimo de cinco anos de profissão e mais de 25 anos de idade. São contratados por Antenor e recebem quinzenalmente pelos dias trabalhados. Antenor trabalha há trinta anos na construção de edificações. Começou como pedreiro e após uma lesão no ombro direito passou a empreitar trabalhadores. Atualmente, tem três obras na cidade, dois sobrados e um prédio de lojas comerciais.

No dia sete de fevereiro, entrevistamos o Lucas, pedreiro, 31 anos de idade e há 14 anos na construção civil. O contato foi feito direto com o Lucas, contratado por uma firma de construção, para o acabamento final na ampliação de outra igreja católica. Nesta obra, trabalhavam mais quatro operários, todos contratados pelo empreiteiro da obra, entretanto, nenhum deles preenchia os critérios da pesquisa (dois tinham menos de 4 meses e um tinha 17 anos e um de profissão). Através deste entrevistado, conseguimos mais duas entrevistas. O contato foi feito por telefone, com o José, pintor nominalmente indicado por Lucas. Neste telefonema, agendamos para o dia nove de fevereiro a entrevista, no próprio canteiro de obra localizado em um condomínio residencial.

O oitavo entrevistado foi o Matheus, 53 anos de idade e quase 22 anos na construção civil. Semelhante à maioria das entrevistas, Matheus foi abordado em frente do canteiro de obra durante o horário do almoço. Tratava-se de uma construção de apartamentos do tipo *flat* para estudantes universitários da região. Com o tempo, observamos que a estratégia de procurar trabalhadores do setor, sem a indicação prévia, era mais fácil entre o período das onze ao meio dia, pois, é comum encontramos trabalhadores da construção almoçando e descansando após o almoço nas calçadas próximas aos canteiros de obra. Nesta situação específica, nove trabalhadores “tiravam uma soneca” na calçada. Destes, além do Matheus, apenas Expedito, 74 anos de idade e servente há oito anos, pôde ser entrevistado no dia oito de fevereiro, uma vez que os outros sete trabalhadores tinham menos de cinco anos de trabalho no setor. As duas entrevistas ocorreram dentro dos apartamentos em construção, distante da presença de outros trabalhadores. No caso do Matheus, ele respondeu as perguntas enquanto rebocava uma parede, enquanto, Expedito, respondeu próximo ao local de preparo da argamassa, apenas interrompendo a entrevista durante três momentos para levar a lata de argamassa ao pedreiro. Nesta obra, conhecemos o dono de uma empresa de estrutura metálica, nosso próximo “porteiro”. Ricardo, como o chamaremos, estava junto com um dos seus funcionários retirando da obra estruturas metálicas já utilizadas nas etapas anteriores da construção. Ao sabermos que se tratava do proprietário de uma empresa do setor solicitamos sua ajuda para entrevistar outros trabalhadores da construção civil. Ricardo se dispôs a nos ajudar e, no mesmo dia, nos levou em outro canteiro.

As duas próximas entrevistas aconteceram, dentro de um prédio em construção com nove pavimentos. A autorização para entrarmos na obra foi feita pelo proprietário da empresa terceirizada, responsável pelo escoramento metálico, contratada pela construtora para a montagem e desmontagem da “forma” da estrutura de concreto a cada pavimento construído. Anderson, 27 anos de idade, e Douglas com 26 anos de idade, ambos com seis anos na construção, interromperam o trabalho, um de cada vez, para participarem da entrevista. O próprio dono da empresa nos levou até o local da obra e solicitou a nossa entrada para falarmos com os seus empregados, nestes termos, para evitarmos maiores problemas para o nosso “porteiro” apenas entrevistamos seus funcionários. Porém, é importante mencionarmos que, no pavimento que estávamos, além dos dois entrevistados, havia um eletricitista, segundo ele “trabalhador por conta própria”, um pedreiro contratado pela empresa de construção civil e três ajudantes, diaristas, contratados por um empreiteiro, sem nenhum tipo de contrato de trabalho. Todos preenchiam o critério da pesquisa, mas disseram que preferiam não participar.

No dia seguinte, dia nove de fevereiro, entrevistamos o pintor José, 46 anos de idade e 26 de profissão. Conforme agendamos por telefone na semana anterior, iríamos entrevistá-lo em uma das várias obras em andamento dentro de um condomínio de casas de luxo. Nesta ocasião, supondo conseguirmos um número maior de entrevistas, devido ao adensamento de obras no mesmo local, pedimos a um outro pesquisador⁹⁸ para ajudar nas entrevistas, pois aproveitando o acesso ao condomínio poderíamos conseguir visitar outras obras no mesmo

⁹⁸ O pesquisador Daniel Peticarrari encontra-se em fase de doutoramento e possui amplo conhecimento sobre esta pesquisa, acompanhando de perto todas as discussões e fases do projeto.

local. Com dois pesquisadores em campo, foi possível entrevistar ao mesmo tempo o pintor José e o seu ajudante de pintura. O ajudante, Thiago, tem 46 anos e trabalha há 16 anos na construção civil. Nesta construção trabalhavam ainda um pedreiro, com apenas dois anos no setor, e um ajudante, com cinco meses de profissão, ambos recebiam por dia de trabalho, 40 e 25 reais respectivamente. Infelizmente, conforme descrito no item sobre *momentos de recusa*, não conseguimos entrevistar outros trabalhadores dentro do condomínio. Apenas no quarteirão que estávamos tinham oito construções em andamento.

Na semana seguinte, entrevistamos, no dia doze de fevereiro, os três trabalhadores previamente contatados. Trata-se de um conjunto de lojas comerciais, com dois pavimentos. Todos trabalhavam para o empreiteiro Isaac, sendo eles: Dunga, 37 anos de idade, pedreiro há 11 anos; Isaac, 33 anos e um pouco mais de cinco anos trabalhando como pedreiro no setor; e Mário, 55 anos, servente com sete anos na construção.

As duas entrevistas seguintes foram feitas em datas diferentes; a primeira no dia 12 de março e a segunda no dia 15 do mesmo mês. Trata-se de uma das maiores empresas de construção no setor de edificações. Apesar de termos contato direto com o engenheiro da obra, não conseguimos autorização para realizarmos a pesquisa dentro do canteiro de obra. Entretanto, como conhecíamos pessoalmente os dois trabalhadores, perguntamos se gostariam de participar do projeto e, após a confirmação do interesse, optamos por encontrá-los fora do horário do serviço. Embora ambos trabalhem na mesma obra um dos trabalhadores, o Diego, é contratado pela construtora, com carteira registrada enquanto, o outro, João Batista, com também oito anos de trabalho nas obras desta construtora, é contratado por uma subempreiteira de serviços, recebendo por dia de trabalho sem nenhum tipo de benefício. O Diego tem 27 anos de idade e trabalha há nove anos no setor. Já o João Batista, tem 51 anos e 18 anos na construção civil.

Por último, entrevistamos no dia vinte de março os irmãos Danilo e o Francisco, com 27 e 26 anos respectivamente. Logo no início do trabalho de campo, abordamos estes trabalhadores no canteiro de obra, porém quando explicamos a pesquisa eles disseram que não poderiam participar, pois eram metalúrgicos. Em princípio aceitamos a explicação dada sem maiores perguntas. Contudo, com o passar do tempo, outros trabalhadores metalúrgicos foram encontrados nas obras visitadas, mas nenhum dos casos preenchia o tempo mínimo de cinco anos de trabalho no setor. Durante uma discussão no grupo de pesquisa “Estudos do Trabalho e Mobilidade Social”, coordenado pelo professor Jacob Carlos Lima, percebemos a necessidade de tentarmos novamente o contato com estes trabalhadores, objetivando identificar se eles preenchiam todos os critérios de inclusão da pesquisa. Conforme constatamos, mesmo considerando o trabalho na construção um “bico”, mantinham paralelamente, as duas ocupações desde 1999. Entretanto, Danilo tinha sido demitido da fábrica de compressores poucos dias após o nosso primeiro contato, enquanto, o seu irmão, continuava dividindo o dia de trabalho entre a construção de um sobrado e o trabalho na fábrica de compressores, com uma jornada diária de trabalho em torno de quatorze horas. Além dos dois pedreiros, trabalhava na construção da casa um ajudante de pedreiro, demitido da fábrica de motores no mesmo dia que o Danilo. Porém, não pudemos entrevistá-lo, pois estava apenas há dois meses na construção, trazido pelos colegas metalúrgicos, que, na fala dele “me deram uma mãozinha na hora do sufoco”.

APÊNDICE C – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Entrevistados	Idade	Estado civil	Escolaridade (anos)	Religião	Naturalidade	Profissão	Relação de trabalho
Moisés	43	Casado	15	Católico	São Carlos -SP	Acabamento final	Autônomo não regularizado
Abraão	54	Casado	4	Católico	Jaú -SP	Ajudante pedreiro	Aposentado - Não regularizado
Antônio	60	Viúvo	1	Católico	Paraná	Pedreiro.	Regularizado
Pedro	69	Casado	8	Católico	São Carlos -	Ajudante pedreiro	Aposentado - Não regularizado
Paulo	50	Casado	2	Católico	Nepobuceno - MG	Servente	Não regularizado
Lucas	31	Solteiro	7	Ambas	Cambé - PR	Acabamento final	Não regularizado
Marcos	53	União consensual	4	Católico	Ibaté -SP	Pedreiro	Autônomo assalariado disfarçado
Matheus	53	Casado	4	Católico	Ariato - MG	Pedreiro	Não regularizado
Expedito	74	Casado	1	Evangélico	Poços de Caldas-MG	Servente	Aposentado - Não regularizado
Anderson	27	Casado	11	Evangélico	São Carlos -SP	Montador	Regularizado
Douglas	26	Solteiro	10	Católico	São Carlos- SP	Montador	Regularizado
José	46	Casado	8	Católico	Uberaba- MG	Pintor.	Autônomo regularizado
Thiago	49	União consensual	4	Católico	Jaguará- BA	Ajudante de pintor	Não regularizado
Dunga	37	Casado	3	Católico	São Jorge do Havaí - PR	Pedreiro	Autônomo assalariado disfarçado
Isaac	33	Casado	8	Católica	Gaporã - BA	Pedreiro	Autônomo assalariado disfarçado
Mário	55	Casado	4	Católico	Descalvado - SP	Servente	Não regularizado
Diego	27	União consensual	5	Católico	Ipia - BA	Acabamento final	Regularizado
João Batista	51	Casado	1	Evangélico	Ilhéus - BA	Acabamento final	Autônomo assalariado disfarçado
Danilo	27	Solteiro	11	Católico	Barbosa Ferraz- PR	Pedreiro.	Autônomo não regularizado
Francisco	26	Solteiro	11	Católico	Barbosa Ferraz- PR	Pedreiro	Autônomo não regularizado

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

APÊNDICE D – DESCRIÇÃO DOS ACIDENTES OCORRIDOS

Nome	Tipo de acidente ¹	Ramo de atividade ²	O que ocorreu?	Profissão ²	Relação de trabalho ³
Abraão	Acidente de trabalho	Metalúrgico	- Amputação do 2º dedo da mão esquerda (ele é canhoto) - - Várias fraturas de dedos e amputações de unhas - Lesão na coluna (não soube especificar)	Operador de Máquina	Regularizado
Antônio	Acidente de trajeto	Construção civil	- Atropelado por caminhão quando retornava do trabalho de bicicleta. Fratura na bacia (quarenta dias hospitalizado)	Pedreiro.	Regularizado
	Acidente de trabalho		- Queda de telhado – fratura no cotovelo esquerdo, fratura de duas costelas, perdeu um dente e cortou o queixo. - Trauma no olho direito – ferro cortou o cristalino do olho sem comprometimento da visão		Autônomo regularizado
Pedro	Acidente de trabalho	Construção civil	- Vários cortes nas mãos e nos pés - Queda de escada – entorse do tornozelo	Ajudante pedreiro	Não regularizado
Paulo	Acidente de trabalho	Construção civil	- Corte pérfuro-cortante com prego (inúmeras vezes) - Trauma com pequenas lascas de reboco nos olhos (inúmeras vezes)	Servente	Não regularizado
Lucas	Acidente de trabalho	Construção civil	- Quedas de escada, laje, andaime – uma das vezes fraturou a perna (tíbia) - Trauma nos olhos (inúmeras vezes) – ficou dois dias sem a visão direita	Acabamento final	Não regularizado
	Acidente de trânsito		- Acidente de carro – fratura da perna e do braço (retornava de uma festa)		
Matheus	Acidente de trabalho	Metalurgia	- Machucou o dedo (25 dias afastado)	Operador de Máquina	Regularizado
Expedito	Acidente de trabalho	Agricultura	- Picada de cobra	Agricultor	Não regularizado
		Metalurgia	- Queimadura – acidente com a máquina - Fratura – três dedos da mão direita prensados	Auxiliar de produção	Regularizado
Anderson	Acidente de trajeto	Construção civil	- Atropelado por um carro quando ia de bicicleta para o trabalho. Fratura de clavícula	Montador	Regularizado
	Acidente de trabalho		- Corte no supercílio – o martelo bateu no supercílio e precisou dar 12 pontos.		

DESCRIÇÃO DOS ACIDENTES OCORRIDOS (continuação)

Nome	Tipo de acidente ¹	Ramo de atividade ²	O que ocorreu?	Profissão ²	Relação de trabalho ³
Douglas	Acidente de trabalho	Pecuária	- Coice de um boi – ficou desacordado por dois dias	Tratador de animais	Não regularizado
	Acidente de trabalho	Construção civil	- Queda da laje a sete metros de altura – lesões nas mãos e fratura da coluna	Montador	Regularizado
	Acidente de trânsito		- Acidente de carro – lesão na mão e luxação do ombro (retornava de uma festa)		
José	Acidente de trabalho	Construção civil	- Queda de escada – fratura da mão – precisou operar - Queda de andaime – fratura da perna esquerda - A Cal virgem caiu no rosto e nos olhos – queimadura no rosto e perda parcial da visão esquerda.	Pintor	Autônomo regularizado
Thiago	Briga	Construção civil	- Levou três facadas – perdeu parte do fígado e do pâncreas – trinta dias internado, sendo 10 na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI).	Ajudante de pedreiro	Autônomo assalariado disfarçado
Dunga	Acidente de trabalho	Construção civil	- Queda de andaime e escada (inúmeras vezes) - Corte perfuro-cortante com prego (inúmeras vezes) - Cortes profundos nas mãos (lembra de ter suturado as mãos mais de 4 vezes)	Pedreiro	Autônomo assalariado disfarçado
Diego	Acidente de trânsito	Construção civil	- Atropelado por um carro quando ia de bicicleta passear com a família no fim de semana – Várias escoriações e fratura no pé direito	Acabamento final	Regularizado
João Batista	Acidente de trabalho	Metalurgia	- Lesão na coluna ao manipular carga na fábrica – duas hérnias de disco	Auxiliar de produção	Regularizado
Danilo	Acidente de trajeto	Metalurgia e Construção civil	- Batida de carro após sair da fábrica metalúrgica – estava indo trabalhar na construção (acredita que estava com sono e por isso perdeu os reflexos). Fraturou o punho esquerdo e sofreu vários cortes no rosto e no tronco.	Pedreiro	Regularizado na metalúrgica e não regularizado na construção

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

¹ As descrições dos tipos de acidente devem ser feitas pela Previdência Social. Desta forma, a descrição realizada é apenas ilustrativa.

² Ramo de atividade e função exercida na época do acidente.

³ Refere-se à relação de trabalho na época do acidente, não sendo necessariamente a situação atual do entrevistado.

APÊNDICE E – DESCRIÇÃO DAS DOENÇAS *

Nome	Ramo de atividade ¹	Descrição do problema	Tempo afastado	Profissão ¹	Relação de trabalho ¹
Abraão	Serviços	- Tuberculose pulmonar – Abraão atribuiu ao trabalho noturno, ao relento, como causador da doença.	2 meses	Segurança	Não regularizado
Antônio	Construção civil	- Lombalgia – Diz “travar” com frequência. Relata vários episódios de dor e de incapacidade para o trabalho.	15 dias no máximo	Pedreiro.	Autônomo regularizado
Pedro	Metalurgia	- Câncer no septo nasal	4 meses	Torneiro mecânico	Regularizado
Paulo	Construção civil	- Pneumonia – duas vezes. Suspeita de pneumoconiose	12 dias (1ª vez) 20 dias (2ª vez)	Servente	Não regularizado
Lucas	Construção civil	- Lesões na pele das mãos e do braço – alergia ao cimento e à cal virgem (dermatite de contato)	2 semanas	Acabamento final	Não regularizado
Marcos	Construção civil	- Dorso-lombalgia – sente dor na coluna torácica, lombar e nas pernas - Síndrome “nervosa”	9 meses	Pedreiro	Aut. Assal. disfarçado
Matheus	Metalurgia	- Dor no ombro e no cotovelo direito	20 dias	Op. de Máquina	Regularizado
Expedito	Agricultura	- Cálculo renal e cálculo na vesícula biliar – passou por procedimento cirúrgico.	2 meses	Agricultor	Não regularizado
Anderson	Construção civil	- Apendicite - passou por procedimento cirúrgico.	36 dias	Montador	Regularizado
Douglas	Pecuária	- Gastrite [não tinha certeza] – relatou dor intensa no estômago	1 semana	Tratador de animais	Não regularizado
Francisco	Metalurgia e Construção civil	- Catapora - Conjuntivite - Labirintite	14 dias 8 dias 9 dias	Op. de Máquina e Pedreiro	Regul. na metalúrgica e não regul. na construção

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

* Classificamos como doenças os problemas de saúde que resultaram em afastamento relacionados ou não com o trabalho. Não é possível traçar o nexos causal das doenças apenas a partir das entrevistas. Por isso, optamos exclusivamente pela descrição do ocorrido.

¹ Ramo de atividade, função e vínculo profissional da época do afastamento por doença.